

**ALFA**  
**Revista de Lingüística**

U Editora  
UNESP

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

*Reitor*

José Carlos Souza Trindade

*Vice-Reitor*

Paulo Cezar Razuk

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

*Presidente do Conselho Curador*

José Carlos Souza Trindade

*Diretor-Presidente*

José Castilho Marques Neto

*Editor Executivo*

Jézio Hernani Bomfim Gutierre

*Conselho Editorial Acadêmico*

Alberto Ikeda

Antonio Carlos Carrera de Souza

Antonio de Pádua Python Cyrino

Benedito Antunes

Isabel Maria F. R. Loureiro

Lígia M. Vettorato Trevisan

Lourdes A. M. dos Santos Pinto

Raul Borges Guimarães

Ruben Aldrovandi

Tânia Regina de Luca

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

**ALFA**  
**Revista de Lingüística**

ISSN 0002-5216  
ALFAD5

Alfa	São Paulo	v.43	p.1-239	1999
------	-----------	------	---------	------

A correspondência e os artigos para publicação deverão ser encaminhados à  
*Correspondence and articles for publication should be addressed to*

ALFA – Revista de Linguística

Praça da Sé, 108

01001-900 – São Paulo – SP – Brasil

*Comissão Editorial*

Carlos Eduardo Mendes de Moraes, Cristina Carneiro da Cunha, João Batista Toledo Prado, Marco Antonio Domingues Sant'Anna, Marize Mattos Dall'Agho Hattner, Renata Mana Facuri Coelho Marquezan, Sandra Aparecida Ferreira, Sebastião Carlos Leite Gonçalves, Sueli Amaral Mello

*Editor Responsável*

Carlos Eduardo Mendes de Moraes

*Revisão dos Abstracts*

Cleide Antonia Rapucci – FCLAs/UNESP

*Assessora técnica*

Vânia Aparecida Marques Favato

Ivanilda de Lourdes Rosseto

Lucelena Alevato

*Conselho Editorial*

Alceu Dias Lima (UNESP), Angela Cecília Souza Rodrigues (USP), Arnaldo Cortina (UNESP), Ataliba Teixeira de Castilho (USP), Beatriz Nunes de Oliveira Longo (UNESP), Clélia Cândida A S Jubran (UNESP), Cristina Carneiro Rodrigues (UNESP), Diana Luz Pessoa de Barros (USP), Esmeralda Vailati Negrão (USP), Ester Minam Scarpa (Unicamp), Francisco da Silva Borba (UNESP), Helena Hathsue Nagamune Brandão (USP), Hildo Honório Couto (UnB), Ieda Mana Alves (USP), Ingredore G V Koch (Unicamp), Jacyntho Luis Brandão (UFMG), João Antônio de Moraes (UFRJ), João Azenha Júnior (USP), João Wanderley Geraldi (Unicamp), John Robert Schmitz (Unicamp), Jose Luiz Fiorin (USP), Kanavilil Rajagopalan (Unicamp), Leonor Schar-Cabral (UFSC), Luis Antônio Marcuschi (UFPE), Luis Carlos Travaglia (UFUB), Mana Augusta Bastos de Mattos (Unicamp), Mana Bernadete M Abaurre (Unicamp), Mana Cristina da Cunha Pereira (PUC-SP), Mana do Rosano de F V Gregolin (UNESP), Mana Helena de Moura Neves (UNESP), Mana Luiza Braga (Unicamp), Mana Marta Pereira Scherre (UnB), Mana Tereza de Camargo Biderman (UNESP), Manilda do Couto Cavalcanti (Unicamp), Mary A Kato (Unicamp), Rafael Eugênio Hoyos-Andrade (UNESP), Roberto Gomes Camacho (UNESP), Rodolfo Ilan (Unicamp), Rosemary Arrojo (Unicamp), Silvana Mabel Serrani-Infante (Unicamp), Siro Possenti (Unicamp), Vera Lúcia Paredes Pereira da Silva (UFRJ), Zélia Almeida Cardoso (USP)

*Publicação anual/Annual publication*

*Solicita-se permuta/Exchange desired*

ALFA – Revista de Linguística (Fundação Editora da UNESP) São Paulo, SP,  
Brasil, 1962-1977; 1980

Suplemento em: 1984, 28,

1962-1977, 1-23

publicação interrompida, 1978-1979

1980-1989, 24-33

1990-1996, 34-40

1997, 41 –n. esp.

1998, 42

1998, 42 – n. esp.

2001, 43

ISSN 0002-5216

Os artigos publicados na ALFA – Revista de Linguística são indexados por:

*The articles published in ALFA – Revista de Linguística are indexed by:*

Banco de Dados DARE – Unesco; Bibliographie Latinoamericaine D'Articles; BLL: Bibliography of Linguistic Literature; BLLDB: Bibliography of Linguistic Literature Data Base; Boletim Bibliográfico do Serviço de Documentação e Publicação, CENP – SP; Clase-Cich-Unam; Francis Data Base; MLA International Bibliography; Sociological Abstracts; Sumários Correntes em Linguística; Sumários de Educação.

## APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos o número 43 da *Revista Alfa*, veículo tradicional de discussão na área da Linguística.

Neste número, a *Alfa* conta com colaboradores de diversas Universidades. Os artigos são de temática livre. Compõem o número os temas *fórum via internet*, discutido por Marcos César Alvarez, da UNESP; Flávia Milena Birolí, da Unicamp, e Manoel Luiz Gonçalves Corrêa, da USP; a *terminologia* vem discutida por Lídia Almeida Barros, da UNESP; as *unidades léxicas*, por Aldo Luiz Bizzocchi, da UNIP; a *aquisição da linguagem*, por Maria Lúcia Vasconcelos, da UFSC; a *análise do discurso*, por Douglas Altamiro Consolo, da UNESP; a *função semântica*, por Roberto Gomes Camacho, da UNESP; a *interação sintaxe, gramática e pragmática*, por nosso convidado Robert D. van Valin Jr., da State University of New York at Buffalo; a *significação pragmática*, pelo nosso também convidado Kanavillil Rajagopalan, da Unicamp; os *compostos endógenos*, por Rui Rothe-Neves, da UFMG; e, finalmente, os *aspectos prosódicos dos parkinsonianos*, por Lourenço Chacon, da UNESP, e Elaine Cristina de Oliveira, da Associação Comunitária e Cultural de Sertãozinho (SP). Como se pode observar, a variação de temas consolida a abrangência da *Alfa* como instrumento de divulgação científica e reflexão a respeito da Linguística no Brasil.

Sempre almejando padrões mais elevados de publicação científica, a *Alfa* chama a atenção de seus leitores e colaboradores para pequenas alterações na forma de contato, envio e seleção de material para os próximos números, fazendo cumprir melhor os seus objetivos, constantes do nosso endereço [www.assis.unesp.br/~alfa/](http://www.assis.unesp.br/~alfa/).

A Comissão Editorial deseja a todos uma leitura bastante proveitosa.

*Carlos Eduardo Mendes de Moraes*  
Editor responsável

## SUMÁRIO/CONTENTS

### ARTIGOS ORIGINAIS/ORIGINAL ARTICLES

- Cidadania e justiça no fórum "Índio Pataxó": a comunicação via Internet como fonte de pesquisa  
Citizenship and justice in "Índio Pataxó" forum: communication on the Web as material for research  
*Marcos César Alvarez* ..... 11
  
- O fórum via Internet como fonte histórica: uma análise do fórum "Índio Pataxó"  
Forum on the web as historical source: an analysis of the forum "Índio Pataxó"  
*Flávia Millena Biroli* ..... 29
  
- A relação falado/escrito e a construção dos dados no fórum "Índio Pataxó"  
Spoken and written language relationship as well as the construction of data in the forum "Índio Pataxó"  
*Manoel Luiz Gonçalves Corrêa* ..... 45
  
- Variation, synonymie et equivalence terminologique dans les dictionnaires de médecine monolingues et bilingues  
Variação, sinonímia e equivalência terminológica nos dicionários de medicina monolíngües e bilingües  
*Lidia Almeida Barros* ..... 69

- Os problemas da classificação tradicional das unidades léxicas e uma proposta de solução: o critério sêmico-táxico  
The problems of the traditional classification of lexical units and a solution proposal: the semio-taxical criterion  
*Aldo Luiz Bizzocchi* . . . . . 89
  
- Fodor's modularity of mind and foreign language acquisition: a critical reading  
A modularidade da mente e o processo de aquisição de língua estrangeira: uma leitura crítica da proposta de Fodor  
*Maria Lúcia Vasconcellos*. . . . . 105
  
- Towards criterion validity in classroom language analysis: methodological constraints of metadiscourse and inter-rater agreement  
Em busca da validade criterial na análise da linguagem de sala de aula: limitações metodológicas do metadiscorso e da concordância entre avaliadores  
*Douglas Altamiro Consolo* . . . . . 113
  
- Cognitive versus social aspects of pragmatic meaning: on the importance of identifying the subject as an ethical agent  
Aspectos cognitivos *versus* aspectos sociais da significação pragmática: a importância da identificação do sujeito como agente ético  
*Kanavillil Rajagopalan*. . . . . 135
  
- Estrutura argumental e funções semânticas  
Argument structure and semantic functions  
*Roberto Gomes Camacho*. . . . . 145
  
- The interaction of syntax, semantics & pragmatics in grammars: the development of analytic tools modern linguistics  
A interação entre sintaxe, semântica e pragmática nas gramáticas: o desenvolvimento de ferramentas analíticas na lingüística moderna  
*Robert D. van Valin Junior* . . . . . 171

▪ Formação de compostos endógenos no português brasileiro: uma investigação psicolinguística Nominal compound formation in Brazilian Portuguese: a psycholinguistic investigation <i>Rui Rothe-Neves</i> . . . . .	185
▪ Aspectos prosódicos da fala de sujeitos parkinsonianos Prosodic aspects of Parkinsonian's speech <i>Elaine Cristina de Oliveira, Lourenço Chacon</i> . . . . .	203
ÍNDICE DE ASSUNTOS . . . . .	229
<i>SUBJECTS INDEX</i> . . . . .	231
ÍNDICE DE AUTORES/ <i>AUTHORS INDEX</i> . . . . .	233



# CIDADANIA E JUSTIÇA NO FÓRUM “ÍNDIO PATAXÓ”: A COMUNICAÇÃO VIA INTERNET COMO FONTE DE PESQUISA

Marcos César ALVAREZ<sup>1</sup>

- RESUMO: Como parte do projeto “A comunicação via Internet como material de pesquisa: a construção dos dados para uma abordagem transdisciplinar”, este trabalho visa discutir, a partir da análise de um fórum de discussão recentemente veiculado na Internet – o do Índio Pataxó –, como se constituem diferentes discursos acerca da cidadania e da justiça na sociedade brasileira.
- PALAVRAS-CHAVE: Comunicação via Internet; pesquisa sociológica, transdisciplinaridade; língua oral; língua escrita; cidadania; justiça.

## Introdução

Este trabalho tem por objetivo discutir a utilização dos fóruns existentes na Internet como fontes possíveis para uma abordagem que integre áreas diversas, tais como a Linguística, a História e a Sociologia.<sup>2</sup> Ao partir da discussão no campo da Sociologia, pretende-se mostrar como a análise

---

1 Departamento de Sociologia e Antropologia – Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP – 17525-900 – SP. Endereço eletrônico: mcalvarez@uol.com.br.

2 Este trabalho é resultado de discussões desenvolvidas junto ao grupo de estudos sobre “A comunicação via Internet como material de pesquisa: a construção de dados para uma abordagem transdisciplinar”, informalmente constituído desde o primeiro semestre de 1998, com a participação dos pesquisadores Flávia Millena Biroli (Unicamp), Lourenço Chacon Jurado Filho (UNESP/Marília) e Manoel Luiz Gonçalves Corrêa (USP). Partes deste trabalho foram apresentadas no III Encontro de Língua Falada e Escrita, realizado em Maceió de 12 a 16 de abril de 1999, e no III Encontro Franco-Brasileiro de Análise do Discurso, realizado no Rio de Janeiro de 13 a 15 de outubro de 1999. Uma versão preliminar das idéias aqui desenvolvidas foi publicada nos anais do III ELFE (Alvarez, 1999).

desses fóruns possibilita ao sociólogo desenvolver um instrumental de pesquisa que se utiliza de outras abordagens, como a da Lingüística, não apenas como acessórias ao campo da explicação sociológica, mas como constitutivas do próprio objeto de pesquisa a ser estudado. Para isso, pretendemos realizar uma breve análise de um fórum específico recentemente veiculado na Internet – o do Índio Pataxó –, visando explicitar como aí se constituem diferentes discursos acerca da cidadania e do papel da justiça na sociedade brasileira e como aspectos tipicamente orais ou escritos presentes neste gênero textual são importantes para a compreensão desses discursos.

Para isso, o texto será dividido em três momentos. Inicialmente, discutiremos como a Internet e os grupos de discussão nela veiculados em particular podem ser incorporados como fontes pela tradição sociológica. Em seguida, buscaremos mostrar como, no fórum citado, podem ser identificados dois tipos de discursos acerca da cidadania e da justiça: um discurso técnico e um discurso político. Finalmente, indicaremos aspectos orais e escritos presentes nos discursos técnico e político, buscando enfatizar esses aspectos como constitutivos das práticas discursivas aí presentes.

## **As ciências sociais e as novas tecnologias**

O rápido desenvolvimento técnico e científico que presenciamos no final do século XX tem atraído cada vez mais a atenção dos cientistas sociais. As novas conquistas no campo da microeletrônica, por exemplo, que levaram à popularização dos computadores individuais, têm sido vistas por alguns autores como constitutivas de uma nova sociedade, a assim chamada "sociedade informática" (Schaff, 1990). Essas análises resvalam com frequência, no entanto, em velhas concepções deterministas, que pressupõem que as transformações no campo da técnica condicionam imediatamente transformações mais amplas no conjunto da sociedade. Analistas mais criteriosos, em contrapartida, têm se voltado sobretudo para a análise das novas práticas sociais que estão emergindo em setores específicos do mundo das telecomunicações e da informática.<sup>3</sup>

A Internet, por exemplo, atrai cada vez mais a atenção de pesquisadores como um novo espaço social no qual são gestadas novas formas

---

<sup>3</sup> Ver, entre outros, Lévy (1993).

de pensamento e de convivência. Ao contrário da crítica vulgar, que consideraria a rede apenas como espaço de isolamento e de alienação, percebe-se que esse novo meio propicia novas formas de sociabilidade e mesmo novas formas de participação política.<sup>4</sup> A Internet parece ser o espaço em que todos querem se mostrar presentes, dar opiniões, manifestar seus gostos e preferências.<sup>5</sup> O indivíduo supostamente isolado pela técnica cede lugar ao indivíduo ansioso por manifestar sua individualidade e estabelecer novas relações sociais pelos meios eletrônicos.

Entre as muitas possibilidades de pesquisa abertas pela utilização cada vez maior da Internet, os grupos de discussão<sup>6</sup> podem ser destacados. Abertos em provedores ou por grupos de usuários, geralmente relacionados a assuntos da atualidade, esses grupos deixam registradas as opiniões dos seus participantes, sendo possível ainda reconstituir a dinâmica dessas discussões. Sem necessidade de o próprio pesquisador realizar entrevistas, coletar depoimentos ou levantar documentos, as discussões dos fóruns estão disponíveis para análise e pesquisa simplesmente a partir de alguns comandos no computador pessoal. Mas, se aparentemente esse seria um material já produzido, de fácil acesso, utilizá-lo de modo rigoroso implica uma análise mais detalhada de seu estatuto como fonte para a pesquisa sociológica.

## Fontes da pesquisa sociológica

A sociologia, desde sua emergência como disciplina com pretensões de autonomia no final do século XIX, tem trabalhado com um conjunto bastante diversificado de fontes. Podemos dizer que as fontes convencionais, usadas pelos assim chamados clássicos da Sociologia e que ainda hoje dão suporte a grande quantidade de pesquisas nesse campo, são os dados estatísticos (agregados ou originários de questionários) e os documentos históricos dos mais diversos tipos (como jornais e revistas, relatórios, documentos oficiais, memórias, romances etc.) Nas últimas décadas, novas técnicas de pesquisa, como a história oral e a pes-

---

4 Pesquisa recente feita nos Estados Unidos, por exemplo, indica que os usuários da Internet são no geral mais educados e politicamente participativos do que os cidadãos comuns (Katz, 1998).

5 Para uma curiosa descrição da profusão de "mailing lists" e grupos de discussão na Internet, ver Lévy (1997).

6 *Emboia em consulta feita ao ZAZ, provedor de acesso à Internet que viabilizou o fórum Pataxó, tenha sido dito que haveria uma distinção entre fórum e grupo de discussão, tomamos aqui essas expressões como equivalentes.*

quisa participante, entre muitas outras, enriqueceram ainda mais o rol de fontes possíveis para a pesquisa sociológica.<sup>7</sup>

Apesar dessa diversidade de fontes de pesquisa, há uma tendência constante de se trabalhar as fontes de modo pouco crítico, como se os dados estatísticos, as imagens, os relatos ou outras fontes fossem apenas depositários de informações a respeito de processos sociais e políticos preexistentes. A crítica das fontes parece caminhar atrasada<sup>8</sup> diante de um uso cada vez mais diversificado de novos materiais, uso esse que, por sua vez, muitas vezes não leva em conta o caráter de prática social dessas fontes nem suas especificidades.

Por exemplo, os aspectos propriamente lingüísticos de um enunciado são freqüentemente deixados em segundo plano em favor de um suposto conteúdo definido socialmente e que simplesmente se expressaria em diversos meios. Assim, a ideologia – para usar uma noção bastante vulgarizada<sup>9</sup> – de uma classe ou grupo social poderia ser buscada em documentos oficiais, na fala dos governantes, em imagens etc., e a operação de transitar tranqüilamente de um material para outro se justificaria pela existência desse algo imaterial, chamado ideologia, que se revelaria de modo plenamente coerente nos mais diversos meios lingüísticos.

De modo mais elaborado, pode-se afirmar que esse mesmo equívoco aparece na relação entre a abordagem teórica e os dados ou fontes de análise. Com freqüência, trabalha-se como se as fontes apenas retratassem normas ou comportamentos sociais já previstos pela teoria.

Reis (1989) fala numa dualidade básica do pensamento sociológico, a qual envolveria a oposição estrutura ou ação. Para alguns autores, padrões ou estruturas coletivas que se impõem aos indivíduos são constitutivos da sociedade. Para outros, em contrapartida, devem-se tomar as ações dos indivíduos para, a partir delas, compreender o funcionamento da sociedade. Ora, com freqüência, essa dualidade está presente

---

7 Sobre as fontes utilizadas pela sociologia, consultar Pena (1990).

8 O uso das estatísticas pela sociologia pode exemplificar bem esse descompasso entre a utilização e a crítica das fontes. No final do século XIX, Durkheim, em sua obra hoje clássica acerca do suicídio, utilizou as estatísticas sociais de modo que se tornaria paradigmático para as gerações posteriores de pesquisadores. Durkheim, no entanto, trabalhou os dados estatísticos como se estes fossem expressão direta de fenômenos sociais. Somente décadas depois dessa publicação surgiram críticas que apontaram para o fato de que os próprios dados estatísticos não traduzem espontaneamente os fenômenos sociais, mas são construídos, sendo mesmo possível uma sociologia da própria produção das estatísticas (Merllié, 1995).

9 Para algumas críticas da utilização indiscriminada da noção de ideologia nas ciências sociais, ver Bruni (1980) e Durham (1984).

na utilização das fontes de pesquisa. Assim, para alguns o que interessa é saber se uma determinada fonte expressa estruturas sociais preexistentes. Para outros, o que interessa é descobrir o jogo de opções e decisões individuais por trás das fontes. Nos dois casos, trabalham-se as fontes como se estas não fossem resultados de práticas – simultaneamente sociais, históricas e lingüísticas – que constituem os próprios agentes ou as estruturas.

O trabalho com os grupos de discussão que se constituem na Internet pode ser um importante exercício metodológico para os sociólogos evitarem essas armadilhas. Como fontes, por um lado, eles podem ser utilizados sem problemas pela sociologia pois, como já foi dito, esta trabalha com um conjunto bastante diversificado de materiais. Por outro, esse tipo de fonte só pode ser bem aproveitado se evitarmos reduzi-la à mera manifestação de estruturas ou ações que se definiriam previamente em outro campo. Trata-se sem dúvida de um “meio” específico de práticas sociais e lingüísticas, que só pode ser compreendido a partir de sua singularidade.

Aqui outro desafio se coloca: de que maneira realizar uma análise capaz de integrar de modo efetivo a contribuição de outras disciplinas, como a Lingüística? Já foi citado que, com frequência, os aspectos propriamente lingüísticos das fontes são subestimados pela análise sociológica. Veremos como, no caso dos grupos de discussão, a organização lingüística peculiar desse meio deverá ser levada em conta para que uma análise das práticas discursivas<sup>10</sup> aí presentes ganhe significado sociológico.

## **Uma análise do fórum Pataxó**

No dia 20 de abril de 1997, em Brasília, um grupo de jovens, pertencente às classes médias da cidade, ateou fogo em um suposto mendigo que dormia na rua. Na verdade, tratava-se do índio Galdino Jesus dos Santos, membro da nação Pataxó. Santos acabou morrendo, dias depois, por causa das queimaduras sofridas. Os jovens foram imediatamente identificados e presos. Posteriormente, a juíza Sandra de Santis Mello, encarregada do caso, desclassificou a acusação de homicídio para lesão corporal dolosa seguida de morte, o que definiria o crime como de

---

10 No sentido entendido por Foucault (1986).

competência de juiz singular, e não de júri popular, além de reduzir a pena máxima a que poderiam ser condenados os acusados.

Essa decisão causou polêmicas e discussões nos meios de comunicação do Brasil.<sup>11</sup> Um provedor da Internet,<sup>12</sup> aproveitando a repercussão do caso, abriu um fórum de discussão, indagando se a decisão tomada pela juíza estava correta. Em questão de dias, muitas pessoas escreveram manifestando sua opinião sobre o tema.<sup>13</sup>

Do ponto de vista sociológico, o que imediatamente chama a atenção, ao acompanharmos as discussões desse fórum, são as concepções de cidadania<sup>14</sup> e justiça aí presentes. Nas manifestações expressas, as pessoas não se limitam a posicionar-se favorável ou contrariamente ao parecer da juíza, mas manifestam suas idéias acerca da situação da cidadania no Brasil, da ação do sistema judiciário e suas mazelas, acerca da eficácia das penas etc.

A maioria das mensagens<sup>15</sup> expressa opiniões contrárias à da juíza, com um número menor de mensagens favoráveis. E, nos argumentos que justificam essas opiniões favoráveis e contrárias, podem-se perceber, de modo bastante esquemático, dois discursos distintos: a) um discurso que chamaremos de *político*, pois remete a aspectos que, em relação à sentença da juíza, aparecem como *externos* (tais como aspectos políticos, econômicos ou sociais que explicariam a decisão jurídica tomada); b) um discurso que chamaremos de *técnico*, pois remete, em relação à sentença da juíza, a uma análise *interna* dos argumentos, ao procurar analisá-la em sua adequação às leis vigentes.

Começamos caracterizando o discurso político, amplamente dominante. Esse discurso é quase sempre contrário à decisão tomada, ao apontar que tal encaminhamento apenas confirmaria a tradição brasileira de impunidade dos poderosos e abastados. A própria juíza é posta

---

11 Talvez em parte como resultado dessa pressão da assim chamada opinião pública, o Supremo Tribunal Federal acabou por encaminhar os acusados ao júri popular.

12 O provedor em questão, ZAZ Nutecnet, mantém uma série de fóruns, que apresentam temáticas para discussão. Segundo a redação do ZAZ, os temas são selecionados de acordo com sua repercussão nacional e até mesmo internacional. Ainda segundo a redação do ZAZ, existem editores que monitoram o funcionamento desses grupos, mas a função desses editores seria apenas a de retirar mensagens não pertinentes ao tema tratado.

13 Na mesma época em que foi aberto o fórum Pataxó no ZAZ, outras listas de discussão jurídica sobre o tema também foram constituídas. O site *Jus Navigandi*, por exemplo, apresenta os debates de várias dessas listas de discussão.

14 Entendemos aqui cidadania segundo a definição clássica de Marshall (1967), como um *status* igualitário, atribuído a todos aqueles que fazem parte integralmente de uma determinada sociedade.

15 Entre os dias 20.8 e 10.9 de 1997, foram contabilizadas 301 mensagens nesse fórum.

claramente sob suspeita, já que ela faria parte das “elites” que permanecem sempre impunes. Afirma-se ainda com insistência que, caso os agressores não fizessem parte das “elites” e a vítima não fizesse parte dos grupos “excluídos”, tudo seria diferente, como nos exemplos abaixo.<sup>16</sup>

Simplesmente lamentável tal decisão dessa Juíza em dizer que esses “animais” se assim os podemos classificar, em dizer que os mesmos não tinham intenção em matar “um ser humano” totalmente indefeso. Afinal ela faz parte dessa prole de afortunados. (E se os “animais fossem “prêtos”? e pobres o que iria dizer essa “senhora? .. será?””

LAMENTÁVEL, o STJ deveria dar uns férias para essa Senhora se tratar de sua “Saniedade Mental” sendo após afastá-la definitivamente.

O fato da juíza ter se colocado no lugar das mães dos réus já demonstrou sua parcialidade em torno dos fatos. Outro indicio da falta de justiça é o fato de quase todos os “delinqüentes” serem “filhinhos de papai, que participam do poder judiciário do Brasil”. Se um pobre coitado rouba um litro de leite para dar aos filhos é jogado numa cela com marginais de alto escalão. Um “riquinho”, sem noção de nada, nem de perigo, responsabilidade, respeito, sem noção de qualquer coisa digna, é deixado livre, impune. Isso é revoltante!!!

Que absurdo, onde está o direito da vida humana? Aposto que se fosse um outro qualquer que tivesse executado essa barbaridade já estaria na cadeia, mas como se trata de “filhos...” de juiz, funcionários e militares não vêem os direitos da vítima com os mesmos olhos que viram os direitos dos réus, animais são mais racionais...

**EU SABIA QUE ESSE CASO IRIA ACABAR EM PIZZA!!**

**REALMENTE RICO NÃO VAI PRESO. Se for é por pouco tempo.**

**PUNIÇÃO SÓ PARA LADRÃO DE GALINHA. AS ELITES DESTES PAÍSES SÃO UM ATRASO.**

**ESSA JUÍZA TEM DE SER EXECRADA.**

**VERGONHA. VERGONHA. VERGONHA.**

Igualmente associada à denúncia da impunidade dos jovens por pertencerem às elites de Brasília, aparece a idéia de que a pretensa imparcialidade da juíza deixaria de existir caso os envolvidos fossem seus familiares, como nas mensagens seguintes:

---

<sup>16</sup> Procuramos transcrever fielmente as mensagens, mantendo inclusive os erros de grafia e concordância, bem como a pontuação pouco usual.

Acho que os garotos não foram presos porque são filhos de políticos, que por sinal pagaram a faculdade da juíza foi paga por um político, quando ele estava comendo-a.

Gostaria de saber como ela reagiria se o filho dela que tivesse sido queimado vivo por um índio que estava de brincadeira com 3 amigos e 2 litros de álcool.

Será que se a filha da Juíza tivesse sido morta deste jeito ela julgaria os rapazes somente como brincadeira?.

Essa de que a morte dele não foi intencional não me desce a garganta... Será que alguém põe fogo em outro ser humano para que ele "apenas se machuque"???? Gostaria de saber se fosse com o filho da Juíza, ela acharia o mesmo.

A justiça, assim, vai sendo caracterizada como totalmente parcial, refém ora dos interesses particulares, ora dos interesses de grupos (especialmente das elites), incapaz de punir corretamente os jovens acusados, que nas mensagens aparecem como "animais", "delinquentes" e "marginais". Desse modo, os acusados são não só sumariamente declarados culpados pelos debatedores, mas também, com frequência, a aplicação de penas mais severas, tais como a pena de morte, é defendida:

30 anos pra essa cambada de filhinhos de papai.

Eu os considera culpados de homicídio !!!

FUZILARIA TODOS OS GAROTOS ....

Eu julgaria o caso com a pena máxima.

Queimar uma pessoa viva ser considerado lesão corporal é brincadeira. Aliás, brincadeira é o que eles dizem que fizeram.

Eu levaria eles para os E.U.A..., porque lá tem pena de morte, que é o que eles merecem.

Realmente 12 anos de cadeia não é impunidade, mas está longe de ser a pena adequada pra esses assassinos. Pelo que eles fizeram, seriam condenados à morte em alguns estados dos EUA.

Desse discurso sobressai também uma visão fatalista da cidadania e da justiça no Brasil, como se o país, ao contrário de outras nações,



como os Estados Unidos,<sup>17</sup> estivesse irremediavelmente condenado à desigualdade de tratamento perante a lei:

O BRASIL É UMA MERDA, NINGUÉM RESPEITA NINGUÉM, UM POBRE COITADO QUE NÃO TINHA CULPA DE NADA, MORREU INCENDIADO POR UNS MOLEQUES VAGABUNDOS, UNS VÂNDALOS QUE NÃO LIGAM PARA A VIDA DE NINGUÉM... ISSO PORQUE O ÍNDIO ESTAVA LUTANDO POR UM DIREITO DELA, ESSES GAROTOS DEVERIAM IR PARA A GUILHOTINA ... POBRE ÍNDIO.....

Um absurdo sem tamanho. Não podemos delegar responsabilidades so a adultos (21 anos). Nos países desenvolvidos como a Inglaterra o menor quando comete um crime dessa natureza ele é punido. Infelizmente no Brasil que vai pra cadeia como tradição provinciana são PPP (Pobre Prostituta e Preto). Vivemos num país em que o povo vive sonhando com dias melhores, mas nada de concreto é realizado é um rodízio sem fim de coisas mesquinhas, podres e de interesses individuais e não de trabalhos concretos e eficazes. Enquanto os USA estão conquistando outros planetas estamos banalizados com questões bestialmente complicadas por pessoas bestiais que não querem o desenvolvimento desse País tão lindo e maravilhoso. Siga por exemplo o índio dos USA índios nos USA, são respeitados e suas reservas são verdadeiros patrimônios. Aqui tudo é ridículo, não se preocupam com seres humanos, quanto mais com índio. Acho que não só deveriam ser penalizados, como também os país desses monstros deveriam também ser cabíveis de pena, porque quem pare demônios, não deveria deixá-los sair. Deveriam ser trancafiados em jaulas.

Assim, a partir dessas várias mensagens, vemos estruturar-se um discurso que politiza a discussão da sentença, ao denunciar a desigualdade de tratamento perante a lei de acordo com a posição social dos envolvidos; que ataca a parcialidade da justiça e dos juízes, chegando mesmo a apontar para a impossibilidade de qualquer tipo de imparcialidade; que condena sumariamente os acusados às penas mais severas, tais como a pena de morte; e que acaba assumindo uma posição quase fatalista diante da possibilidade de afirmação da cidadania e dos direitos no Brasil. A mensagem seguinte tipifica bem esse discurso, ao mencionar quase todos os seus temas mais característicos:

Mais uma vez, sinto-me envergonhado de ser brasileiro. Acho mesmo que a saída para este Brasil varonil é mesmo o aeroporto. Não tem jeito. Escândalos em cima de escândalos do colarinho branco e nada.

---

17 Inúmeras vezes os Estados Unidos aparecem nos discursos como o lugar da justiça e da lei, em contraposição ao Brasil, caracterizado como lugar por excelência da injustiça (Biroli, 1999).

Agora esses escroques, filhinhos de papai, derramam 2 litros de álcool em um ser humano, tocam fogo e a dona meritíssima diz que não foi crime doloso, que os assassinos não tiveram intenção de matar o índio.

Se fosse um pobre que tivesse roubado uma galinha ela o condenaria nos "rigores da lei".

É uma vergonha nacional. E ainda perguntam por que a violência cresce tanto no Brasil. Agora já sabemos: na hora que um filho da p. desses fizer alguma coisa com um familiar de alguém, tem que ser olho por olho, dente por dente. Se essa juíza é tão "corajosa" assim, por que ela não vai a aldeia dos índios pataxós, sozinha e fala para a família do Galdino que os bandidos, filhinhos de papai não tiveram a intenção de matá-lo.

O discurso que estamos chamando de técnico, por sua vez, divide-se em manifestações contrárias e favoráveis à manifestação da juíza. O ponto em comum entre as várias mensagens, que podemos definir como técnicas, é que nelas parte-se de uma avaliação acerca da coerência da decisão tomada, se ela estaria de acordo ou não com as leis vigentes:

Entendo que a juíza não foi técnica, pois o artigo 408 do Código de Processo Penal é claro: "se o juiz se convencer da existência do crime e de indícios de que o réu seja seu autor, pronúciá-lo-á..." Pronunciar é mandar o réu para julgamento pelo Tribunal do Júri. O crime ocorreu, a autoria é conhecida, cabe ao Tribunal do Júri decidir se o crime foi culposo ou doloso. Com a decisão a juíza tomou para si uma decisão que é do Tribunal do Júri, assim determinada pela Constituição Federal.

Como já percebemos nessa mensagem, esse discurso assume com frequência um caráter eminentemente didático, pois busca-se explicitar ao público leigo quais seriam os critérios para se avaliar a adequação ou não da decisão diante das normas vigentes. Assim, respondendo a alguém que se posicionava contrariamente à juíza, outra mensagem esclarece:

Veja bem, colega, embora seja atribuição do Conselho de Sentença julgar a matéria de fato, a lei processual confere ao juiz togado a possibilidade de desclassificar sumariamente o delito, retirando "in limine" a competência do Juri. Pode-se até discutir se o dispositivo que prevê a desclassificação sumária é (in)constitucional, isto é, se ele fere o princípio da soberania do juri (não sei de nenhum Tribunal que tenha pronunciado a sua ineficácia)

No entanto, sem que exista revogação do artigo em tela, ele pode ser invocado pelo magistrado para fundamentar a decisão que prorroga a competência para o juízo singular. E nisso não existe nenhuma ilegalidade ou falta de

técnica, muito pelo contrário, até porque se trata de decisão fundamentada em jurisprudência numerosa.

Afirma-se igualmente que a juíza estaria presa às leis vigentes e que uma decisão diferente da tomada só seria possível caso as leis fossem mudadas, mas isso já não diria respeito à justiça:

A juíza acertou. Não há como se afirmar que eles queriam a morte do índio. E, se há dúvidas, por princípio elementar há que se favorecido o réu. Acho, particularmente, desumana e hedionda a conduta dos rapazes mas, à luz do que há em termos jurídicos, o ordenamento jurídico brasileiro aponta para o acerto da conduta da juíza. Deveria haver mudanças na lei. A justiça trabalha com o material que exista, não legisla.

Opondo-se às denúncias presentes no discurso político, defende-se, no discurso técnico, a imparcialidade da decisão da juíza, necessária para o bom funcionamento da justiça:

Não podemos nos deixar levar pelo coração... Se fosse um parente meu eu também estaria revoltado. Porém a justiça deve ser feita sem levar em conta a opinião pública. O caso deve ser avaliado por profissionais que queiram a JUSTIÇA e NÃO a VINGANÇA. A JUÍZA deve realmente avaliar os fatos e está CERTÍSSIMA ao não se deixar influenciar pela opinião pública. Só assim será possível recuperar esses rapazes, ao invés de transformá-los em marginais, pois nós já temos bastante nesta cidade.

Se a pessoa assassinada fosse meu filho (assumindo que eu tivesse um filho), eu ia pessoalmente quebrar cada osso dos dois rapazes. O que não quer dizer que a juíza esteja errada, o papel dela não é julgar com base em opiniões e sentimentos pessoais, mas sim com base nas leis, evidências apresentadas e o melhor julgamento dela.

Se a filha da juíza tivesse sido morta, ela não julgaria os rapazes. Um julgamento não pode ser distorcido por questões pessoais.

Alerta-se ainda para o perigo da condenação sumária dos envolvidos e para o verdadeiro linchamento dos jovens:

Ela cumpriu a lei. Os acusados não tinham a intenção de matar a vítima. Foi uma atitude corajosa pois não atendeu o clamor público ávido pôr linchamentos.

Como já disse em outra parte desse fórum, há mais pessoas dispostas a lançar mão da Lei de Lynch do que da LEI. Basta ler a mensagem do "povo indí-

gena"... Não que o ato dos "meninos" seja perdoável. Mas, de fato, há muito mais chance de uma absolvição num júri popular, que como sabemos, é um "teatro" onde ganha o melhor advogado, do que num juízo singular, onde a decisão é estritamente técnica.

O linchamento é a mais cruel forma de expressão de um julgamento público movido pelas emoções. Graças à civilização, temos um Poder Judiciário que faz um julgamento técnico das provas e aplica a lei, respeitando o direito de defesa. Opinar sobre uma decisão judicial, sem o conhecimento das provas produzidas, apenas com a informação da mídia (muitas vezes comprometida com o sensacionalismo) é uma forma pouco criteriosa de julgamento e que corre o risco de descambar para uma forma "moderna" de linchamento. Deus nos livre disso. Que se faça justiça pelos meios legais e constitucionais. É preciso esclarecer que a decisão da Juíza é passível de um recurso. Se a Justiça persistir, será mais um julgamento técnico e não emicional.

Assim, em contraposição ao discurso político, que denuncia as mazelas e a parcialidade da justiça, o discurso técnico busca circunscrever a decisão jurídica a uma avaliação técnica e não emocional, que ressalta que a juíza estava limitada às possibilidades ditadas pela legislação. Defende-se a atitude corajosa e imparcial da juíza, que não deveria se intimidar perante o clamor público por vingança.

Pelo que foi visto a partir da rápida caracterização desses dois discursos, podemos perceber uma disputa entre um ideal de justiça formal, pautado pelas leis e guiado pelos ideais tradicionalmente atribuídos ao poder judiciário, de imparcialidade e equilíbrio, e um clamor por uma justiça efetiva, que busca superar um sistema judiciário visto como elitista e parcial em favor de procedimentos sumários que, ao identificar imediatamente os criminosos, poderiam condená-los de modo rápido e aplicar penas severas.

Podemos especular, desse modo, se aqui não está presente o divórcio entre os valores da igualdade republicana e a extensão efetiva desses valores para o conjunto da população, divórcio este historicamente constituído desde a emergência da República no Brasil (Carvalho, 1987). Assim, teríamos, de um lado, por parte das elites, uma defesa apenas formal dos ideais de igualdade e justiça. De outro, teríamos, por parte de amplos segmentos da população, uma visão da impossibilidade de afirmação da cidadania, já que os poderes da República, entre eles o Judiciário, seriam reféns dos interesses particulares daqueles que detêm o poder.

Embora a presença efetiva desses discursos em segmentos da população brasileira não possa ser aprofundada aqui, já que não dispomos de

**informações** acerca da situação social dos participantes do fórum, fica **caracterizada**, mesmo que superficialmente, a oposição entre um **discurso** que defende a justiça formal, com seus ritos e procedimentos, e **outro** que defende práticas sumárias de justiça. E sabe-se que esse **discurso** sobre mecanismos informais de justiça tem grande apelo em segmentos significativos da população brasileira. Veremos, a seguir, como **aspectos** lingüísticos presentes nesse fórum podem nos ajudar a aprofundar mais a caracterização desse discurso de defesa de práticas informais de justiça.

## **O oral e o escrito no fórum pataxó**

Ao realizar uma análise, mesmo que preliminar,<sup>18</sup> de aspectos lingüísticos do fórum estudado, chama a atenção como se organizam certos aspectos orais e escritos nos discursos analisados.

Há, no gênero fórum, uma alternância entre aspectos orais e aspectos escritos. No entanto, se voltamos nossa atenção para os discursos anteriormente caracterizados, podemos perceber algumas características diferenciadas. Enquanto o discurso que chamamos de técnico apresenta características que o aproximam mais da língua escrita, o discurso político, em contrapartida, apresenta sobretudo características que o aproximam mais da língua oral.

O discurso técnico tem, no geral, os textos jurídicos escritos como referência. Assim, vemos uma constante utilização do vocabulário jurídico, exemplificada por termos tais como “júri”, “discernimento”, “denúncia”, “magistrado”, “jurisprudência”, “dolo”, e expressões tais como “*in limine*”, “lei processual”, “lesões corporais” etc. Recorre-se, portanto, à linguagem jurídica formal, mesmo que o texto também possua significativas expressões tipicamente orais, utilizadas para enfatizar idéias e argumentos – como é o caso do uso freqüente de exclamações e interrogações, bem como o de maiúsculas em palavras ou frases inteiras, em vários momentos, para indicar a intensidade da voz.

O discurso político, além da presença dessas marcas de oralidade, traz um número maior de expressões que permitem caracterizá-lo como

---

18 Na verdade, não chegamos a realizar uma análise propriamente lingüística da questão oral/escrito, mas pretendemos apenas esboçar aqui um caminho possível de análise. O aprofundamento destas e de outras noções lingüísticas será necessariamente feito com o desenvolvimento posterior das pesquisas. Sobre a relação oral/escrito, ver Marcuschi (1999) e Corrêa (1999).

mais próximo da língua oral. Ao contrário do discurso técnico, que tem como referência o discurso formal e o vocabulário tomado emprestado dos textos jurídicos, no discurso político sobressai a informalidade, com a utilização freqüente de expressões coloquiais para caracterizar os acusados ou o estado de espírito diante da decisão tomada.

Do mesmo modo, há uma utilização bem mais freqüente de recursos diferenciados de pontuação que enfatizam a revolta e a dúvida diante da decisão afirmada. Interrogações e exclamações simultâneas – ??? !!! – são largamente utilizadas, bem como as reticências, colocadas nos mais diversos momentos.

Termos com ênfase emocional também aparecem com freqüência, ora para caracterizar a juíza, ora para caracterizar os acusados, tais como “estúpida”, “canalhas”, “marginais” etc., muitas vezes grafados com letras maiúsculas para maior destaque visual e/ou para melhor representação da intensidade da voz.

A linguagem coloquial também se faz presente, em expressões como “filhinhos de papai”, “riquinho”, “tapam o sol com a peneira”, “tocar fogo”, “HIPER REVOLTANTE” etc.

Mas o que mais nos chama a atenção é a utilização freqüente das assim chamadas “frases feitas”, algumas delas veiculadas nos meios de comunicação como a TV, e que, utilizadas conjuntamente com os recursos anteriormente citados, acabam dando um aspecto totalmente singular aos discursos:

Isso é revoltante!!!

Eita Brazilzinho que só faz vergonha a todos nós.

... isto é Brasil!!!

Eh Brasil da impunidade !!!

**EU SABIA QUE ESSE CASO IRIA ACABAR EM PIZZA!!**

“o Brasil precisa deles, que são gente que faz ... churrasco!!!”

É uma vergonha!

... VERGONHA. VEGONHA. VERGONHA.

Este país não existe justiça!

Isto vem mais uma vez provar que: quem tem dinheiro fala mais alto.

... CHEGA DE IMPUNIDADE.

A partir da presença freqüente desses clichês do rádio e da TV, vulgarizados para contextos orais, e considerando os demais traços de oralidade levantados, podemos avançar a hipótese de um forte enraizamento desse discurso que defende mecanismos informais de justiça nas

tradições orais de certos segmentos da população.<sup>19</sup> A utilização, por exemplo, de frases feitas, incluídos aí os clichês dos meios de comunicação como o rádio e a TV, pode indicar que, ao contrário da defesa dos ideais de igualdade e justiça, que tem quase sempre como referência o vocabulário jurídico formal ou mesmo a produção escrita mais elaborada, a defesa de concepções de justiça informal circula muito mais em práticas orais, aparentemente mais difusas, mas nem por isso menos eficazes. As discussões tais como as reconstituídas aqui a partir do fórum Pataxó poderiam indicar estas e outras pistas para análises futuras, capazes de lançar novas luzes acerca do divórcio, presente em nossa sociedade, entre a afirmação dos ideais de igualdade e justiça, formalmente defendidos por nossas instituições políticas e sociais, e a concretização efetiva desses ideais, a partir da extensão efetiva dos direitos civis, políticos e sociais para o conjunto da população. Esse divórcio, tal como aparece no fórum estudado, acaba por contrapor uma visão formalista e bacharelesca da justiça, por um lado, a uma visão que defende mecanismos informais de justiça, por outro.

## Considerações finais

Indicamos aqui o potencial de uma análise que integre disciplinas diversas e que tenha por fonte os materiais disponíveis nos grupos e fóruns de discussão veiculados na Internet.

A análise dos discursos sobre cidadania e justiça, identificados no fórum, mostra como esse tipo de fonte pode ser muito rica para a pesquisa sociológica, já que esse novo meio se constitui paulatinamente como espaço de emergência de novas concepções e de novas relações sociais. Também a caracterização de aspectos lingüísticos presentes no fórum, tais como os aspectos orais e escritos aqui rapidamente indicados, pode permitir não só o enriquecimento do trabalho propriamente sociológico, mas principalmente a organização de um instrumental efetivamente transdisciplinar de pesquisa.<sup>20</sup>

---

19 A presença desse discurso na Internet já indica que não são necessariamente os segmentos mais pobres da população que compartilham dessa concepção de justiça informal, já que os usuários de computadores são provavelmente mais escolarizados e mais bem remunerados que a média da população.

20 A tarefa seguinte seria explorar o fórum efetivamente como prática discursiva, simultaneamente social, histórica e lingüística, explorando suas condições de produção, o que não foi possível trabalhar no curto espaço deste texto.

ALVAREZ, M. C. Citizenship and justice in “Índio Pataxó” forum: communication on the Web as material for research *Alfa (São Paulo)*, v.43, p.11-27, 1999.

- **ABSTRACT:** *As a part of a longer research project called “Communication on the Web as material for research: the construction of data for an interdisciplinary approach”, this article discusses how different discourses of citizenship and justice in Brazil have been emerging in a discussion forum recently transmitted on the Web – the so called “Índio Pataxó” forum.*
- **KEYWORDS:** *Communication on the Web; discourse; spoken and written language; citizenship; justice.*

## Referências bibliográficas

- ALVAREZ, M. C. Entre a estrutura e a prática social: o fórum “Índio Pataxó” e a construção dos dados pela Sociologia. In: MOURA, D. (Org.) *Os múltiplos usos da língua*. Maceió: Edufal, 1999. p.238-41.
- BIROLI, F. M. O fato na mídia e a mídia como fato: o fórum “Índio Pataxó” como fonte histórica. In: MOURA, D. (Org.) *Os múltiplos usos da língua*. Maceió: Edufal, 1999. p.233-7.
- BRUNI, J. C. *Ideologia e cultura*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980. (Mimeogr.)
- CARVALHO, J. M. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CORRÊA, M. G. Dados linguísticos e dados discursivos no fórum “Índio Pataxó”: primeiras discussões. In: MOURA, D. (Org.) *Os múltiplos usos da língua*. Maceió: Edufal, 1999. p.229-32.
- DURHAM, E. Cultura e ideologia. *Dados: Revista de Ciências Sociais* (Rio de Janeiro), v.27, n.1, p.71-89, 1984.
- FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
- KATZ, J. Cidadão digital. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 3 abr. 1998. Fim de Semana, p.1-3.
- LÉVY, P. *As tecnologias da inteligência*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.
- \_\_\_\_\_. Todos dizem “eu estou aqui”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 set. 1997. Mais!, p. 53.
- MARCUSCHI, L. A. Cognição, explicitude e autonomia no texto falado e escrito. In: MOURA, D. (Org.) *Os múltiplos usos da língua*. Maceió: Edufal, 1999. p.38-48.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MERLLIÉ, D. Suicídio: modos de registro. In: BESSON, J. L. *A ilusão das estatísticas*. São Paulo: Editora UNESP, 1995. p.113-32.



- PENA, M.V. J.** Fontes pouco convencionais na sociologia brasileira: uma avaliação da produção recente. *Dados: Revista de Ciências Sociais (Rio de Janeiro)*, v.33, n.1, p.147-74, 1990.
- REIS, E.** Reflexões sobre o *Homo Sociologicus*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (São Paulo)*, v.4, n.11, p.23-33, out. 1989.
- SCHAFF, A.** *A sociedade informática*. São Paulo: Editora UNESP, Brasiliense, 1990.

## O FÓRUM VIA INTERNET COMO FONTE HISTÓRICA: UMA ANÁLISE DO FÓRUM “ÍNDIO PATAXÓ”

Flávia Millena BIROLI<sup>1</sup>

- **RESUMO:** Este trabalho visa discutir, a partir da relação entre o falado e o escrito, algumas possibilidades de tratamento dos dados lingüísticos do gênero “fórum”. O método a ser utilizado parte da relação falado/escrito nesse gênero textual na Internet e busca situar os dados desse material como fonte para o historiador. A discussão se situa, portanto, no limite entre uma perspectiva que entenderia o texto como informação sobre um fato, buscando nele “o fato” como dado; e uma outra que o entenderia como um acontecimento histórico, buscando nele sua própria historicidade. Essa discussão faz eco com regiões de limites metodologicamente correspondentes no campo da Lingüística e da Sociologia, a saber: na Lingüística, o limite entre uma visão que toma os dados como propriamente lingüísticos e uma outra que os toma como fatos discursivos; e, na Sociologia, o limite entre uma visão que toma o texto como reflexo de uma estrutura social e uma outra visão que toma o texto como prática social.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Comunicação via Internet; fontes orais; fontes escritas; fórum; transdisciplinaridade; historicidade.

### Introdução

Este trabalho tem como preocupação central analisar o material lingüístico que constitui o fórum “Índio Pataxó”, pensando-o como fonte potencial para o trabalho historiográfico.<sup>2</sup>

---

1 Doutoranda do curso de pós-graduação em História Social – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Unicamp – Campinas – SP. Endereço eletrônico: biroli@correionet.com.br

2 Nosso trabalho integra o projeto de pesquisa “A comunicação via Internet como material de pesquisa: a construção dos dados para uma abordagem transdisciplinar”, de que fazem parte também os pesquisadores Lourenço Chacon Jurado Filho (UNESP – Marília), Manoel Luiz Gonçalves Corrêa (USP) e Marcos César Alvarez (UNESP – Marília).

Está em questão, na análise, o estatuto epistemológico do documento para a escrita da história. O lugar epistemológico atribuído ao documento no interior do trabalho historiográfico implica a atribuição de lugares peculiares à linguagem e à própria história. Exemplificando, uma perspectiva teórica que prescreve, para o documento, o estatuto de um meio pelo qual uma realidade histórica passada pode ser resgatada, atribui à linguagem um mero papel de instrumento de comunicação de sentidos, de reflexo de realidades sócio-históricas prévias ou, ainda, de tábula rasa na qual se inscreve e se escreve a história, restando ao historiador o papel de um “compilador objetivo”, também ele um meio (privilegiado) de preservação de um passado histórico que estaria, de uma vez por todas, dado.

No interior da problemática sobre o estatuto epistemológico do documento, situamos uma outra. A saber, a da divisão, tradicionalmente feita pela historiografia, entre fontes documentais orais e escritas. Partindo de uma reflexão em torno dessa divisão, realizada, por sua vez, no interior da perspectiva teórica que aqui privilegiamos no tratamento do par oralidade/escrita,<sup>3</sup> propomos um modo de compreensão do gênero fórum que procura deslocar a oposição oral-escrito no que diz respeito a fontes documentais.

A noção de dialogia, tal como a define Bakhtin (1997), orienta metodologicamente nosso trabalho. Para esse autor, “a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações” (p.123). É a interação verbal que, segundo o autor, constitui a realidade fundamental da língua. Nela, fundam-se sujeitos e a linguagem se materializa como enunciação.

Considerando a constituição dialógica da linguagem, percebemos o material linguístico analisado como um acontecimento histórico singular. Nele, podemos visualizar uma relação peculiar entre oralidade e escrita, que, por sua vez, remete às peculiaridades do meio eletrônico no qual o fórum se realiza.

---

3 Corrêa (1997), apontando para o modo heterogêneo de constituição da escrita pela convivência do oral e do letrado, propõe reunir, como práticas sociais inseparáveis, as práticas sociais do oral e do letrado e os fatos linguísticos do falado e do escrito. Com ele, estaremos pensando o oral e o escrito, na caracterização de fontes historiográficas, como práticas sociais indissociáveis.

Estamos atentos, ainda, ao fato de que esse novo meio permite possibilidades de subjetivação que singularizam, também elas, o material lingüístico analisado. Procuramos tornar visíveis, com a análise, não os indivíduos que emitem opiniões sobre o Caso Pataxó, mas o processo histórico (e, diríamos, discursivo) pelo qual constituem-se "sujeitos de linguagem". Estes últimos são compreendidos, aqui, como materializações possíveis de noções de indivíduo (jurídico e social), de sociedade (como realidade simultaneamente vivida e projetada) e de linguagem, que se entrecruzam na constituição dialógica das narrativas sobre o Caso Pataxó.

Passemos a uma breve descrição do material analisado, para, então, desenvolvermos as questões apontadas nesta introdução.

## **Apresentação do material**

Rubricas como Atualidades, Sexo, Cidades, Esportes e Novelas organizam, tematicamente, os grupos de discussão que constituem os fóruns via Internet, promovidos pelos provedores da rede.

O grupo de discussão Caso Pataxó foi organizado pelo provedor ZAZ e figura entre uma diversidade de outros temas, tais quais Aborto, Aids, Bill Clinton, O amor tem idade?, Desemprego hoje, Gustavo Kuerten, Fim do Mundo, Racismo etc., que aparecem sob a rubrica Atualidades.

Uma vez constituídos, os grupos de discussão permanecem acessíveis aos navegantes da rede, simultaneamente à organização de grupos em torno de novos temas, periodicamente propostos pelo fórum.

A divisão temática já ofereceria, em si, um interessante recorte para a análise, que, entretanto, não figura dentre os que por ora privilegiamos. É importante notar que, como nos esclareceu a Redação do ZAZ,<sup>4</sup> os temas são selecionados de acordo com sua repercussão (nacional ou até mesmo internacional), o que sugere, desde já, uma interação entre os diversos meios de comunicação. A visibilidade que um tema assume em um fórum de discussão via Internet remete a sua visibilidade nos noticiários diários e/ou semanais, seja da mídia impressa ou televisiva. Assim, uma das faces da dialogia pode ser percebida na própria cons-

---

4 Entrevista feita com o Sr. Caikue Severo, da redação do ZAZ, no dia 9.3.1999.

tuição do meio Internet, que se dá em uma interação dinâmica com outros meios.

Um tema, como o Caso Pataxó, é lançado à discussão por sua suposta importância social, que legitimaria não só a temática proposta, mas o interesse que os usuários da rede teriam em participar da discussão. É, entretanto, a repercussão mediática do tema que, acreditamos, determina sua aparição nos fóruns de discussão.<sup>5</sup> Assim, poderíamos falar da existência de um jogo de espelhos, no qual temas que conquistam espaço nos meios de comunicação são alçados a um estatuto simbólico maior, isto é, a um estatuto de importância nos meios de comunicação que remete à própria dinâmica pela qual a mídia constrói, simbolicamente, seu lugar social. A relevância dos temas estaria, assim, associada à manutenção desse lugar, pelo qual a mídia constrói a si mesma como indispensável à manutenção da sociedade.

A Internet é, portanto, inatingível como um “meio puro”. No que se refere às condições de produção do material lingüístico que compõe o fórum, é importante considerar, não só a sociedade na qual ele se realiza, mas também o lugar nela ocupado pelos meios de comunicação, pensados sempre no interior de uma interação (desigual), em que, para utilizar um jargão da prática jornalística, “pautam-se” mutuamente.<sup>6</sup>

Os grupos de discussão têm início com uma introdução do tema pelo provedor, seja por meio de uma exposição do problema apontado, seja por meio de uma provocação. O grupo de discussão Caso Pataxó teve início com o seguinte texto:

Tema: Atualidades

Assunto: Caso Pataxó

Autor(a): Admin <Email desconhecido>

A decisão da juíza Sandra Mello no julgamento dos quatro jovens que

---

5 Como negar, por exemplo, a relevância social do fato de mendigos serem freqüentemente incendiados e assassinados nas grandes cidades brasileiras? Esses casos, semelhantes ao que ocorreu com o índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, na cidade de Brasília, têm merecido pequenas notas na mídia (quando não são excluídos da “pauta”). Poderíamos questionar, por exemplo, que o tema em pauta no fórum seja o Caso Pataxó e não os diversos indivíduos (mendigos, índios, meninos de rua, mulheres etc.) que sofrem violência nas grandes cidades ou, até mesmo, que são vítimas de uma “violência de classe média”.

6 Cabe lembrar que, em geral, os meios de comunicação de médio e grande porte possuem um provedor da Internet. Nele, há notícias, prestação de serviços, enquetes sobre temas “atuais” e, ainda, grupos de discussão do gênero fórum. Este é, entretanto, apenas um dado “positivo” da interação de que falamos. Acreditamos que ela se dá, para além desse dado, em um plano simbólico, no qual a mídia se auto-alimenta, em grande parte, de temas que ela mesma lança a um estatuto de importância (política, histórica, cultural e social).

queimaram o índio pataxó Galdino Jesus dos Santos é justa? Sandra entendeu que os jovens não queriam a morte do índio e a pena prevista neste caso é de quatro a 12 anos.

Caso a juíza tivesse classificado o ato dos rapazes como a de homicídio intencional, a pena prevista seria de até 30 anos de cadeia.

Como você julgaria o Caso Pataxó?

Resposta

Autor:

Email (opcional):

Título: Re: Caso Pataxó

Resposta:

Acrescentamos que, um mês após o início do fórum, foi organizada uma página (*Jus Navigandi*) com informações gerais sobre o caso. Essa página dá acesso à íntegra da sentença da juíza – trazendo também um parecer do penalista Damásio E. de Jesus e um relatório do Conselho Indigenista Brasileiro sobre o caso – e é sugerida como leitura prévia aos participantes do fórum. Os *links* para esses textos são precedidos da seguinte apresentação:

No dia 20 de abril de 1997, em Brasília, jovens delinqüentes atearam fogo ao índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, que dormia indefeso em uma parada de ônibus, por não ter conseguido entrar na pensão em que estava. Dias depois, veio a falecer, com queimaduras em todo o corpo.

A juíza Sandra de Santis Mello, na sentença de pronúncia, desclassificou o crime dos jovens para lesão corporal seguida de morte, o que, na prática, tornou o crime de competência de juiz singular e reduziu a pena máxima.

A sentença despertou polêmica na mídia nacional e internacional, mas pouco se viram estudos que realmente estudassem o caso sob o prisma jurídico, e não meramente emocional.

Nesta página você tem acesso a muitas informações sobre o caso.<sup>7</sup>

A seguir, temos um exemplo dos textos que compõem o grupo de discussão, enviados por internautas que não precisam, necessariamente, identificar-se e que podem ou não ter tido acesso à página *Jus Navigandi*, citada acima.

Tema: Atualidades

Assunto: Caso Pataxó

---

<sup>7</sup> Acrescentamos que o Supremo Tribunal Federal acabou por encaminhar os acusados ao júri popular.

Autor(a): Índio <Email desconhecido>

Pataxó, igual porém diferente

É um absurdo crer que um indivíduo, enxarcando um índio com dois litros de álcool e colocando fogo ache que nada iria acontecer, portanto deve responder criminalmente por tentativa de homicídio sim. Porém, isto é Brasil!!!

Resposta

Autor:

Email (opcional):

Título: Re: Caso Pataxó

Resposta:

Esse exemplo figura entre as 301 respostas enviadas ao fórum entre 20.8.1997 e 10.9.1997.<sup>8</sup> Uma vez enviadas, elas permanecem disponíveis junto ao texto inicial, trazendo a data em que foram enviadas ao fórum. Novos participantes podem responder tanto à mensagem inicial do provedor quanto a qualquer uma das mensagens posteriores, ocupando, para tanto, o espaço de Resposta situado abaixo de cada uma delas.

No decorrer da análise, falaremos um pouco mais sobre esse diálogo entre as mensagens enviadas. Por ora, afirmamos, também aqui, o caráter dialógico de constituição das narrativas sobre o Caso Pataxó, não apenas no que se refere a sua interação com as demais respostas que compõem o fórum ou com a apresentação do caso feita pelo provedor, mas também no que se refere a enunciados postos em circulação por outros meios de comunicação e a certos “consensos” em torno do tema, que, acreditamos, podem referir-se a instâncias menos institucionalizadas de discussão (e simbolização) do assunto.

O fórum é in-formado por instâncias discursivas nas quais tradicionalmente predominam o que chamaríamos de práticas sociais do letrado/escrito (por exemplo, jornais impressos, textos jurídicos etc.), ao mesmo tempo em que é in-formado por instâncias nas quais predominam as práticas do oral/falado (por exemplo, discussões que se passam no interior da casa – muitas vezes, a partir do noticiário de TV –, na escola, em um bar, em um ponto de ônibus etc.). Apontamos para essa in-formação heterogênea, sem deixar de lado, é claro, o fato de que essas instâncias discursivas não existem de forma dissociada, mas, sempre, em uma interação constitutiva.

Passemos, então, à análise do material descrito.

---

<sup>8</sup> Destas, selecionamos para análise 110 mensagens. As mensagens selecionadas foram tomadas na seqüência que aparecem no fórum, para conservar a dinâmica dialógica de sua constituição.

## Análise do material

Para analisar o material lingüístico que compõe o fórum “Índio Pataxó”, pensando-o como uma possível fonte para o trabalho historiográfico, partimos da verificação de que alguns temas são enunciados repetidamente. Lembramos que isso se dá no interior de um esforço de (re)significação do fato, no qual vão-se constituindo noções de indivíduo, de sociedade e de linguagem, para as quais estaremos apontando.

Entre os temas que se repetem, destacamos o da “vergonha” do Brasil,<sup>9</sup> que aparece freqüentemente acompanhado de uma referência à maneira pela qual casos como o ocorrido são ou seriam tratados “se fossem nos Estados Unidos”. Esse tema se mescla a um outro, que levanta suspeitas quanto ao funcionamento da justiça brasileira. Em diversos enunciados, a justiça é acusada de favorecer os “ricos” e prejudicar os “pobres”. No interior dessa temática há, ainda, a afirmação repetida da “impunidade” como característica do país.

Os enunciados a seguir são exemplos de como os temas apontados se verificam no fórum “Índio Pataxó”.

A. “Infelizmente no Brasil quem vai pra cadeia como tradição provinciana são PPP (Pobre, Prostituta e Preto). Vivemos num País em que o povo vive sonhando com dias melhores, mas nada de concreto é realizado é um rodízio sem fim de coisas mesquinhas, podres e de interesses individuais e não de trabalhos concretos e eficazes. Enquanto os USA estão conquistando outros planetas estamos banalizados por questões bestialmente complicadas por pessoas bestiais que não querem o desenvolvimento desse País tão lindo e maravilhoso. Siga por exemplo o índio dos USA índio nos USA, são respeitados e suas reservas são verdadeiros patrimônios”.

B. “Mais uma vez, sinto-me envergonhado de ser brasileiro. Acho mesmo que a saída para o Brasil varonil é mesmo o aeroporto. ... Se fosse um pobre que tivesse roubado uma galinha ela o condenaria nos ‘rigores da lei”.

---

9 No interior dessa temática, há enunciados em que está marcado o diálogo com outros meios de comunicação, do qual falávamos no item anterior. No caso, um diálogo constitutivo que remete a um telejornal noturno da Rede Record, no qual o apresentador-âncora, Boris Casó, enuncia repetidamente o bordão “Isso é uma vergonha!” ao comentar as notícias. No fórum, encontramos enunciados tais quais “É uma vergonha nacional”, “Vergonha, vergonha, vergonha” ou “É uma vergonha para o nosso país”. Além disso, há, em diversas mensagens, referências diretas a artigos publicados em jornais, a reportagens da revista *Veja* e, até mesmo, ao fato de que a programação televisiva, considerada violenta, levaria os jovens a comportamentos como o dos adolescentes de Brasília.



C. "É uma vergonha para o Brasil, pois independente da intensão ou não, esses 'filhinhos de papai' acabaram por tirar uma vida humana. E com certeza se o Brasil fosse um país que levasse as leis a sério, independente de classe social, esse moleques pegariam uma pena máxima. Um caso semelhante ocorreu nos EUA a algum tempo atrás, semelhante apenas pela não 'intensão de matar', mas apenas a intensão de se fazer uma brincadeira, caso esse em que os garotos apenas retiram uma placa de sinalização 'PARE', e com isso ocorreu um sério acidente, matando algumas pessoas, mas como nos EUA a lei é leva a risca, os jovens pegaram a pena máxima, independente da intensão ou não. Por isso eu acho que é um absurdo a pena estabelecida neste caso. HIPER REVOLTANTE."

As mensagens acima manifestam uma discordância em relação à sentença da juíza, como ocorre na grande maioria das mensagens enviadas ao fórum.

Das três, destacamos:

#### GRUPO 1

- A. infelizmente no Brasil.....enquanto nos USA
- B. envergonhado de ser brasileiro.....a saída é mesmo o aeroporto
- C. vergonha para o Brasil.....nos Eua a lei é leva a risca

Damos destaque, ainda, às seguintes formulações:

#### GRUPO 2

- A. no Brasil quem vai pra cadeia como tradição provinciana são PPP (Pobre, Prostituta e Preto)
- B. se fosse um pobre que tivesse roubado uma galinha ela o condenaria nos "rigores da lei"
- C. com certeza se o Brasil fosse um país que levasse as leis a sério, independente de classe social, esse moleques pegariam uma pena máxima

Nos grupos de enunciados destacados, há um duplo movimento de afirmação da sociedade na qual o crime e o julgamento da juíza (tematizados pelo fórum), e também as mensagens dos internautas, estariam situados.

Os enunciados projetam uma sociedade caracterizada pela injustiça (leia-se ineficiência do poder judiciário e carência de igualdade no trato dos diferentes grupos sociais). Projetam, também, o outro dessa sociedade: o lugar da justiça e da eficiência da Lei (jurídica e social) e, mais que isso, a certeza de que a justiça de que o Brasil carece é uma possibilidade concreta, já que ocorreria, de fato, nos Estados Unidos.

## Entre duas sociedades: o lugar do indivíduo

Os “sujeitos” desses enunciados situam-se, a si mesmos, como “indivíduos”, em um lugar que constitui justamente a dinâmica entre as duas sociedades projetadas. Como tal, estão inseridos na sociedade da injustiça, ao mesmo tempo que não coincidem com ela. Enunciam, simultaneamente, de seu interior e de um lugar enunciativo que lhes permitiria o olhar crítico daquele que está de fora, o lugar da exterioridade.

Essa exterioridade se constrói de duas maneiras. Em primeiro lugar, ela é o próprio contraponto à sociedade da injustiça; é a justiça possível. É importante notar que esse contraponto não se dá por meio de um conceito jurídico ou histórico; não erige, como argumento, uma “igualdade” que remetesse a uma sociedade contratual rousseauiana ou ao “igual perante Deus” do catolicismo. É, sim, um contraponto que se materializa por meio de uma sociedade de fato, que seria a prova de que a eficácia da justiça (jurídica e social) é possível, funcionando, ao mesmo tempo, como o contraste que “envergonha”, como o “exemplo” que deve ser lembrado e, até, como uma “saída” possível caso o Brasil prossiga no atual caminho (referimo-nos à saída do aeroporto, mencionada na mensagem B).<sup>10</sup>

Em segundo lugar, a exterioridade se constrói por meio de uma projeção do Brasil que, também ela, não coincide totalmente com a sociedade da injustiça. O Brasil do Caso Pataxó – o do “rodízio sem fim de coisas mesquinhas, podres e de interesses individuais”, no qual “nada de concreto é realizado” – é também o “Brasil varonil”, o “País tão lindo e maravilhoso”. A possibilidade de a sociedade da injustiça se transformar em seu outro estaria, no caso da mensagem A, em uma alteridade que lhe seria intrínseca: convivem, em um só Brasil, a beleza e a injustiça. Já na mensagem B, o “Brasil varonil” aparece no interior de uma ironia que expõe a tensão entre uma imagem do Brasil como a “nação do futuro”, forte e grandiosa (e aqui poderíamos remeter a uma imagem

---

10 Não estamos afirmando que essa sociedade justa e igual, representada pela norte-americana, é um fato, mas que a sociedade norte-americana é assim configurada nas mensagens do fórum, como um contraponto à sociedade brasileira. Afirmações como a de que os índios nos Estados Unidos são respeitados (“e suas reservas são verdadeiros patrimônios”) remetem não a uma situação histórica concreta (a da colonização norte-americana, por exemplo), mas a uma projeção que “diz” muito do lugar de poder ocupado por aquele país e do lugar de subordinação (vivenciado e simbolizado) ocupado pelo Brasil. Note-se, ainda, o uso da sigla USA (para *United States of America*), em vez de uma rotulação daquele país a partir da língua falada no Brasil. Será possível imaginar um internauta norte-americano escrevendo Brasil com “s” em uma de suas mensagens?

deslocada do “marketing nacionalista” do período da ditadura militar e, também, às décadas anteriores a ela, em que os diversos nacionalismos proclamavam, para o Brasil, a certeza de uma grandeza futura), e uma imagem do Brasil como a sociedade da injustiça que, atualmente, predomina como vivência rotineira e simbólica do país.

## **Projeção do sujeito no discurso: o sujeito observador e o sujeito participante**

A figura do indivíduo se constrói, como dissemos, em um lugar que corresponde a essa projeção dupla da sociedade. É também no interior de uma dinâmica dupla que se dá a constituição do enunciador como “sujeito de linguagem”.

A constituição do enunciador passa não só pelo lugar social do indivíduo, de que falamos anteriormente, mas também pelo lugar delimitado pelo/para o sujeito no discurso. Falamos, neste último caso, de possibilidades de subjetivação presentes no material lingüístico analisado e da maneira como singularizam o meio Internet, ao mesmo tempo que têm, nas características desse meio, muitas das condições de sua produção.

O enunciador toma, para si, o lugar daquele que enuncia uma realidade (a da sociedade da injustiça, que teria possibilitado a sentença da juíza sobre o Caso Pataxó, à qual o enunciador se opõe). Constrói a si mesmo como um “sujeito observador”, que julga uma situação, discorda dela e apresenta “provas”. Constitui-se, entretanto, também como “sujeito participante”. Daí a possibilidade de, como brasileiro, envergonhar-se da situação que, com a exterioridade que assume (a de um outro e belo Brasil ou aquela materializada pela referência aos Estados Unidos), julga errada.

Nessa noção de “sujeito observador”, incluímos também o diálogo com as demais mensagens do fórum, já que o julgamento se dá não em relação ao “fato em si” do assassinato do índio Galdino por jovens de classe média alta de Brasília, seguido da sentença da juíza sobre o caso, mas, sim, em relação a uma diversidade de textos sobre o Caso Pataxó, como aqueles que constituem o próprio fórum ou a página *Jus Navigandi*, textos provenientes de outros meios de comunicação e/ou de conversas rotineiras sobre aquele fato (textos orais e escritos que extrapolam o meio Internet). Assim, o “olhar observador” pelo qual o sujeito

se constitui remete tanto a uma exterioridade em relação à sociedade da injustiça, projetada nas mensagens, quanto à possível assunção de uma exterioridade em relação aos demais textos que constituem, então, o Caso Pataxó.

Da mesma forma, a noção de "sujeito participante" se refere não apenas a um lugar no interior da sociedade enunciada, mas também a um lugar projetado para/pelo sujeito no interior da dinâmica discursiva de constituição do fato Caso Pataxó. Nesse caso, essa interioridade daria ao sujeito a possibilidade de "(re)significar o fato" e não apenas observá-lo, emitindo um julgamento externo.<sup>11</sup>

## **A relação oralidade/escrita na constituição do enunciador**

Nessa dupla constituição do enunciador como sujeito do discurso, apontamos para a fluidez entre oralidade e escrita. Os fragmentos discursivos analisados são mensagens escritas que, entretanto, se formulam na interação com um meio que tem, como uma de suas principais características, a imediatez e a instantaneidade, tradicionalmente associadas à oralidade. Mesclando a permanência atribuída à escrita (dois anos depois do início do fórum, ainda é possível acessá-lo na Internet, na página do provedor ZAZ) a uma quase simultaneidade, atribuída à fala (o internauta pode estar respondendo a mensagens enviadas segundos antes de acessar o fórum e pode estar ainda "plugado" no instante em que outros internautas respondem a sua própria mensagem), a "discussão digital" assume características singulares na relação entre oralidade e escrita.

Nas mensagens do fórum, expressões tais quais "moleques", "filhinhos de papai", "PPP", "hiper revoltante", "acho mesmo que a saída para

---

11 Remetemos aqui a Alvarez (1999). Analisando o mesmo fórum por meio de uma perspectiva sociológica, o autor aponta para a presença simultânea de um discurso "técnico" e de um discurso "político" nas mensagens que o compõem. O primeiro discurso é caracterizado por uma análise "interna" da sentença da juíza, enquanto o segundo remete a aspectos "externos" à sentença, a aspectos políticos, econômicos ou sociais que explicariam a decisão da juíza. Registramos a possibilidade de analisar as relações entre a dinâmica apontada por Alvarez (em que os discursos "técnico" e "político" se mesclam na caracterização do "fato", apontando para concepções de justiça e cidadania presentes no fórum) e a dinâmica que apontamos neste artigo (em que sujeitos se constituem como "observadores" e "participantes" no interior de um esforço de significação do "fato" e da sociedade na qual ele ocorre).

o Brasil varonil é mesmo o aeroporto”, “é uma vergonha” ou “com certeza”, que poderíamos mais facilmente localizar em uma conversação rotineira, convivem com fragmentos como o seguinte, que remete a uma estrutura mais facilmente localizável em textos escritos:

“Enquanto os USA estão conquistando outros planetas estamos banalizados por questões bestialmente complicadas por pessoas bestiais que não querem o desenvolvimento desse País tão lindo e maravilhoso.

Esses enunciados convivem, ainda, com fragmentos como o reproduzido abaixo:

“Um caso semelhante ocorreu nos EUA a algum tempo atrás, semelhante apenas pela não ‘intensão de matar’, mas apenas a intensão de se fazer uma brincadeira, caso esse em que os garotos apenas retiram uma placa de sinalização ‘PARE’, e com isso ocorreu um sério acidente, matando algumas pessoas, mas como nos EUA a lei é leva a risca, os jovens pegaram a pena máxima, independente da intensão ou não. Por isso eu acho que é um absurdo a pena estabelecida neste caso.

Nele, podemos apontar para formulações que nos aproximariam de textos mais característicos da escrita, como é o caso das expressões “um caso semelhante ocorreu”, e das retomadas “caso esse em que” e “com isso”. Podemos, ainda, apontar para o fato de que as diversas retomadas, no interior de um período bastante longo, ainda que realizadas por meio de expressões que aproximamos à escrita, remetem a um ritmo mais comum à conversação. O longo enunciado iniciado por “Um caso semelhante” (...semelhante apenas ... mas apenas ... caso esse ... e com isso ... mas como ... independente da intensão ou não) estaria, na linguagem escrita formal, subdividido em enunciados menores.

Não temos a intenção de realizar uma análise linguística de nosso material, no que se refere às práticas do oral/letrado e do escrito/falado.<sup>12</sup> Nossas observações, nesse particular, vão no sentido de demonstrar que o material linguístico que constitui o fórum “Índio Pataxó” não poderia ser inserido no interior da categoria “fonte oral” ou da categoria “fonte

---

12 Corrêa (1999). O autor realiza uma análise desse mesmo material que tem como questão linguística central o modo de organização do oral/falado e do letrado/escrito no gênero textual “fórum via Internet”.

escrita", ambas utilizadas pela historiografia na caracterização das fontes utilizadas para a escrita da história.

Da distinção entre "fontes orais" (ou "depoimentos") e "fontes escritas" (ou "documentos"), propomos um deslocamento para uma visão do fórum como um acontecimento histórico singular que, como tal, pode ser considerado uma fonte potencial para a história.

Do ponto de vista da relação oralidade/escrita, essa fonte pode ser caracterizada como uma prática social que mescla práticas mais típicas de gêneros orais a práticas mais típicas de gêneros da escrita, já que oralidade e escrita compõem, indissociáveis, o material lingüístico que analisamos.

Acreditamos que essa caracterização permite à historiografia uma melhor compreensão da singularidade histórica dessa possível fonte (o fórum via Internet), em vez de aprisionar esse novo meio no interior da oposição "fontes orais/fontes escritas". Permite, portanto, que essa fonte seja tomada em sua historicidade, levando em conta sua configuração discursiva e, nela, as noções de sociedade, indivíduo, linguagem – e também de história – que vão se materializando.

Singularidade e historicidade convivem em uma perspectiva que considera, no discurso, seu caráter de acontecimento (uma individuação histórica) e, simultaneamente, sua historicidade, que remete a um diálogo com outros acontecimentos. A historicidade é compreendida, pois, como uma base fluida que assume formas singulares nos diferentes gêneros discursivos (tomados como fontes), ultrapassando-os, porém, e constituindo justamente o diálogo entre os diferentes gêneros (tomados como diferentes fontes).

## **Considerações finais**

Considerar a historicidade das fontes e, com ela, sua singularidade implica, ainda, uma perspectiva teórica que ultrapassa as fronteiras disciplinares.

Assim como a historicidade não está contida apenas no interior dos gêneros discursivos, ou de uma suposta pureza do oral e do escrito, sua fluidez não se mantém, também, no interior de fronteiras disciplinares.

Quando a historiografia percebe, em sua narrativa, uma construção possível do passado (que é, ela própria, imbuída de historicidade), essa historiografia se esquia em relação a um poder de conter, em si, o passado

e a verdade sobre os fatos. Também dessa perspectiva, o passado escapa às fronteiras da disciplina.

Por outro lado, quando o conceito de documento se multiplica, ultrapassando a noção jurídica de documento (atas, certidões, leis, registros cartoriais etc.), que era comum para a historiografia positivista do século XIX, a historiografia passa a ter o desafio de dar conta de uma diversidade de fontes que, como propomos, devem ser tratadas como acontecimentos históricos “singulares”, ao mesmo tempo que devem ser vistas em sua relação com outras fontes (outros discursos); uma relação constitutiva de sua historicidade. A historiografia não detém, assim, a verdade documental, já que o documento deixa de ser uma prova de um passado perdido, que deveria ser, de maneira privilegiada, resgatado pelo historiador.

Se o “fato” não é mais uma realidade independente de sua enunciação, se o documento não é mais uma “prova” do passado, ao historiador abre-se a percepção de que a historiografia lida, o tempo todo, com discursos muito diversos. Mais do que isso, abre-se a percepção de que a própria história é memória social que se constrói discursivamente. Nessa dinâmica histórica (discursiva), o passado assume sentidos diversos, em sua relação com o presente.

Assim, quando passado e narrativa historiográfica deixam de coincidir (a história não pode mais ser “história total”, mas um (re)configurar de discursos e de sentidos), é à historicidade que a pesquisa se volta. E esta, como já dissemos anteriormente, não está contida nas fronteiras disciplinares.

A visão fluida da dinâmica histórica, que impõe uma história que é discurso – que é teia, e não mais evolução –, escapa à própria historiografia como ela nos vem: essa suposta ciência positiva, que herdamos do século XIX. A historicidade exige “séries de conhecimentos” que, cruzando-se, não são mais disciplinares. A transdisciplinaridade torna viável, para além de regras internas a cada disciplina, a possibilidade não de seguir recortes prévios em um suposto real (assumidos, de antemão, pelo situar-se no interior de regras de constituição de uma disciplina), mas a possibilidade de elaborar “perspectivas de conhecimento” que dêem conta da singularidade das unidades de análise que construímos como dados.

Esses dados remetem, por sua vez, não “àquilo de que o texto fala” (no caso, o fato da morte do índio Pataxó e a sentença da juíza), mas à

configuração que esse fato assume em um meio de comunicação singular, a Internet.

A mídia não é, dessa maneira, tomada como um meio pelo qual se atinge um referente, o “fato” tematizado. É, sim, tomada, ela mesma, como um “fato histórico”, no sentido de que é visualizada como materialidade histórica; como prática social na qual oralidade e escrita se mesclam; como dinâmica discursiva na qual se materializam noções de história, de indivíduo e de sociedade. No interior dessa perspectiva, a Internet é apontada, neste trabalho, como acontecimento histórico singular que é, como tal, uma fonte potencial para o trabalho historiográfico.

BIROLI, F. M. Forum on the Web as historical source: an analysis of the forum “Índio Pataxó”. *Alfa (São Paulo)*, v.43, p. 29-44, 1999.

- **ABSTRACT:** *This paper discusses some possibilities of dealing with linguistic data within the genre “forum”, searching for viewing these data as a source for the Historian’s researches. The starting point is the link between spoken and written language observed in these data. Two different approaches of the texts are discussed: 1. an understanding of the text as information about a “fact”; and 2. an understanding of the text as a historical event. This discussion is in accord with similar ones that have been occurring in two different fields of knowledge: a) an approach of the text as strictly linguistic or as a product of discourse, in Linguistics; and b) an approach of the text as a reflex of a social structure or as a social practice.*
- **KEYWORDS:** *Communication on the web; spoken sources; written sources; forum; transdisciplinarity; historicity.*

## Referências bibliográficas

- ALVAREZ, M. C. Entre a estrutura e a prática social: o fórum “Índio Pataxó” e a construção dos dados pela sociologia. In: MOURA, D. (Org.) *Os múltiplos usos da língua*. Maceió: Edufal, 1999.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- CORRÊA, M. G. *O modo heterogêneo de constituição da escrita*. Campinas, 1977a. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem – Universidade de Campinas.
- \_\_\_\_\_. Dados lingüísticos e discursivos no fórum “Índio Pataxó”: primeiras discussões. In: MOURA, D. (Org.) *Os múltiplos usos da língua*. Maceió: Edufal, 1999.



## Bibliografia

- BIROLI, F. M. Memória: tempos, sujeitos, projetos. In: CHACON, L., POSSENTI, S. (Org.) *Cadernos da Faculdade de Filosofia e Ciências-Unesp: análise do discurso* (Marília), v.6, n.2, 1997.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 7.ed. São Paulo: Hucitec, 1995.
- CORRÊA, M. G. A heterogeneidade na constituição da escrita: complexidade enunciativa e paradigma indiciário. In: CHACON, L., POSSENTI, S. (Org.) *Cadernos da Faculdade de Filosofia e Ciências-Unesp: análise do discurso* (Marília), v.6, n.2, 1997b.
- FOUCAULT, M. Linguistique et sciences sociales. *Revue Tunisienne de Sciences Sociales (Tunis)*, n.19, p.248-55, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. 5.ed. São Paulo: Forense Universitária, 1997.
- SIMSON, O. R. M. von. *Os desafios contemporâneos da história oral*. Campinas: Centro de Memória da Unicamp, 1997.
- THOMPSON, P. *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

# **A RELAÇÃO FALADO/ESCRITO E A CONSTRUÇÃO DOS DADOS NO FÓRUM “ÍNDIO PATAXÓ”<sup>1</sup>**

Manoel Luiz Gonçalves CORRÊA<sup>2</sup>

- **RESUMO:** Como parte do projeto de pesquisa “A comunicação via Internet como material de pesquisa: a construção de dados para uma abordagem transdisciplinar”, este trabalho visa discutir, a partir da relação entre o falado e o escrito, algumas possibilidades de tratamento dos dados lingüísticos do gênero “discussão no tribunal” via Internet.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Gênero, “discussão no tribunal” via Internet; língua falada e escrita; comunicação via Internet; fórum; transdisciplinaridade; letramento.

## **Introdução**

O fórum “Índio Pataxó” está aberto à discussão na Internet provavelmente desde a semana da morte do índio pataxó, Galdino Jesus dos Santos, ocorrida dias depois de ter sido molestado por rapazes de classe média da cidade de Brasília, que atearam fogo ao seu corpo no dia 20.4.1997. Segundo a seção de Redação do ZAZ<sup>3</sup> São Paulo, não há como

---

1 Com o título “Os dados para análise numa abordagem transdisciplinar: primeiras discussões”, o presente trabalho foi apresentado no III Encontro Nacional de Língua Falada e Escrita, realizado no período de 12 a 16.4.1999, na UFAL-Maceió (AL). Uma versão parcial, bastante reduzida, foi publicada nos Anais daquele encontro com o título “Dados lingüísticos e discursivos no fórum ‘Índio Pataxó’: primeiras discussões” (Corrêa, 1999). A versão aqui apresentada é a integral.

2 Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP – 05508-900 – São Paulo – SP E-mail: goncor@terra.com.br

3 ZAZ Nutechnet é um provedor de acesso à Internet com sede no Rio Grande do Sul e representantes nas cinco regiões brasileiras. As informações sobre o ZAZ Nutechnet que constam deste artigo baseiam-se em consultas à seção de Redação de São Paulo, na pessoa do Sr. Caiuke Severo, e em consultas (via correio eletrônico) ao Serviço de Atendimento Nacional do ZAZ São Paulo, do qual recebemos mensagem em 13.3.1999. A partir de 2000, a razão social do ZAZ passou a ser Terra Networks Brasil.

saber a data exata de abertura de um *grupo de discussão*, mas é certo que esses grupos são escolhidos e renovados todas as semanas (de acordo com as notícias de maior repercussão) e que ficam abertos por tempo indeterminado.

A questão lingüística básica deste trabalho é o modo de organização do oral/falado e do letrado/escrito nesse gênero textual que está em vias de se constituir e ao qual chamaremos "discussão no tribunal" (expressão tomada de Biber, 1988) via Internet.

Cabe uma explicação preliminar quanto à referência aos pares oral/falado e letrado/escrito. Em trabalho anterior (Corrêa, 1997a), optei por vincular os fatos lingüísticos falados e escritos às práticas sociais orais e letradas. Para tanto, parti de observação feita por Marcuschi (1995) sobre a divisão da observação dos fenômenos de linguagem em fatos lingüísticos (falados e escritos) e práticas sociais (orais e letradas). Minha contribuição se resume a defender que fatos lingüísticos e práticas sociais podem ser vinculados, uma vez que ambos são forjados na história, apresentando-se como regularidades socialmente estabelecidas.

Se, por um lado, pode-se argumentar que uma tal abordagem está sujeita a perdas no tratamento do fato lingüístico *stricto sensu*, por outro, deve-se considerar que apresenta um ganho teórico significativo na medida em que essa reconfiguração dos fenômenos de linguagem permite tratar da interpenetração, isto é, da constituição heterogênea, desses dois tipos de prática. Em termos do material de análise, por exemplo, ela permite considerar, além dos elementos de natureza verbal, elementos não-verbais como os gestos (presentes no oral/falado), bem como recursos gráficos que vão além dos tradicionalmente codificados para a escrita alfabética e para os recursos auxiliares dos diacríticos e da pontuação (presentes no letrado/escrito).

A escolha de um meio de comunicação ainda pouco estudado (a Internet), o estudo de um gênero textual que está em vias de se fixar como tal ("discussão no tribunal" via Internet) e a proposta de abordagem anteriormente referida são três desafios que desembocam num quarto: como deve constituir-se o dado para análise quando se está diante de um material de natureza tão complexa?

No grupo de estudos<sup>4</sup> de que faço parte, a construção dos dados tem se baseado num tratamento transdisciplinar do material para aná-

---

4 Grupo de estudos, informalmente constituído desde o primeiro semestre de 1998, sobre "A comunicação via Internet como material de pesquisa: a construção de dados para uma abordagem transdisciplinar" com a participação dos pesquisadores: Flávia Millena Biroli (Unicamp-SP), Marcos César Alvarez (UNESP-Marília-SP) e Lourenço Chacon Jurado Filho (UNESP-Marília-SP).

lise. Mais especificamente, esse tratamento tem sido buscado numa zona de contato da Linguística (em meu caso particular, no campo da Linguística Aplicada – LA) com a Sociologia e a História. No que se refere à LA e considerando os dados colhidos no *grupo de discussão* Caso Pataxó, procuro, ao mesmo tempo, descrevê-los como dados que merecem uma análise a partir do sistema da língua (como dados linguísticos propriamente ditos) e como dados cujas regularidades permitem melhor compreender sua constituição histórica e as práticas sociais que os tornaram possíveis.

A apresentação dos resultados que obtive até esta etapa dos trabalhos do grupo de estudos seguirá a seguinte ordem: apresentação do material em estudo; circunscrição do campo de investigação a partir do qual se dará a abordagem transdisciplinar; modo de constituição dos dados linguísticos; uma proposta de análise a partir de um exemplo do material levantado; considerações finais.

## **Apresentação do material**

Segundo a seção de Redação do ZAZ São Paulo, o fórum é um “canal” do provedor de acesso à Internet. Funciona “como um Caderno do jornal impresso”. Fórum é, portanto, “o nome do produto oferecido pelo provedor e é composto por um conjunto de grupos de discussão”.<sup>5</sup> Pretende ser um espaço no qual as pessoas possam comentar os assuntos propostos. O Serviço de Atendimento Nacional do ZAZ assim define o funcionamento de um fórum: “fórum são áreas onde qualquer pessoa interessada em determinado assunto levanta um tópico e permite assim uma discussão entre os interessados sobre aquilo” (Mensagem de 17.3.1999).

A seção denominada Fórum pelos provedores da Internet caracteriza-se pela formação de *grupos de discussão* sobre assuntos polêmicos e obedece a uma classificação segundo rótulos auto-explicativos, denominados *temas*, tais como: *Atualidades, Esportes, Sexo, Cidades, Cinema, Música, Novelas e Tecnologia*. Cada *tema* é subdividido em *assuntos*.

O *assunto* Caso Pataxó aparece como parte do *tema Atualidades*, ao lado de mais de cinquenta outros *assuntos*, tais como: *Aborto, Aci-*

---

5 Embora o provedor de acesso à Internet faça uma distinção entre *fórum* e *grupo de discussão*, optei por utilizar, neste trabalho, a designação *Fórum Caso Pataxó* para me referir ao *grupo de discussão* de mesmo nome.

*dentes aéreos, "Che" Guevara, Cigarro, Caso Pataxó, Drácula, Esoterismo, Educação no Brasil, Fim do Mundo, Fonte da Juventude, Grito dos Excluídos, Gustavo Kuerten, Reforma Agrária, Rodízio, Tamanho é documento?, Tropicalismo, Violência* etc. À primeira vista, a diversidade contida na rubrica *Atualidades* parece ter, como único princípio organizador, a ordem alfabética em que os assuntos são apresentados.

Há, porém, ao lado dessa aparente desorganização temática, uma organização institucional. Para utilizar o jargão jornalístico, esses assuntos poderiam ser classificados como "pautas que rendem". Como dissemos, os *grupos de discussão* são renovados semanalmente e, segundo informação da seção de Redação do ZAZ, é a repercussão (nacional e/ou internacional) de uma notícia ocorrida na semana o critério para escolha dos assuntos. A diversidade de matizes que, num primeiro momento, surpreende não vai muito além, portanto, de um elenco de generalidades com apelo comprovado em outros veículos da mídia. Com uma diferença importante: ao contrário da mercadoria lingüística que é vendida em outros meios, aqui quem escreve é o próprio usuário.

A semelhança com o procedimento da mídia tradicional não fica apenas na escolha das pautas. Segundo a seção de Redação do ZAZ São Paulo, haveria também a figura do que eu chamaria um editor. Ele determinaria o assunto a ser proposto como *grupo de discussão* e o faria a partir do que foi notícia na semana. Também de acordo com o Serviço de Atendimento Nacional do ZAZ, respondendo à consulta feita por correio eletrônico:

é difícil determinar a origem dos fóruns. Eles normalmente são criados com assuntos muito genéricos e, caso tenham repercussão, permanecem no ar até que não haja mais tráfego de mensagem. (Mensagem de 17.3.1999).

Depois de instalado o *grupo de discussão*, o papel desse editor seria, segundo a Redação do ZAZ São Paulo, "visitar o grupo" e "retirar mensagens não pertinentes ao assunto, como as de anúncio de produtos ou serviços". Quanto a esse procedimento de censura, não há preocupação, por exemplo, com o uso de palavrões, mas há a retirada de mensagens racistas. Um exemplo desse procedimento, fornecido pela Redação do ZAZ São Paulo, foi o caso de uma garota que escrevia a mesma mensagem racista em vários *grupos de discussão*. Esse tipo de função não se confunde, porém, com a do "moderador de grupo", que não existe nesse tipo de fórum. Segundo a mesma fonte, a figura do moderador seria desejável e, futuramente, talvez seja implantada. Na ausência de

um moderador, esses grupos não sofrem, portanto, nenhuma interferência quanto à direção ou ao "aquecimento" do debate, sendo as mensagens enviadas os próprios motores da discussão. Essas informações foram confirmadas nas informações colhidas junto ao Serviço de Atendimento Nacional do ZAZ: "*normalmente*, não há intervenção sobre as mensagens (o que você chama de edição). Todos são livres para postarem suas opiniões" (Mensagem de 17.3.1999, grifo meu).

A presença de um moderador define, segundo essa mesma fonte, um outro tipo de fórum: "Há outros tipos de fóruns onde há moderadores, e são necessários outros pré-requisitos" (Mensagem de 17.3.1999).

Desse modo, pode-se dizer que a provocação ao internauta provém, sobretudo, do caráter apelativo da pauta de assuntos, mas, no interior de cada grupo, ela vem também sob a forma de uma breve apresentação do assunto, denominada *abertura*, seguida de solicitação de resposta. Eis a *abertura* do Caso Pataxó:

Tema: Atualidades

Assunto: Caso Pataxó

Autor(a): Admin <Email desconhecido>

A decisão da juíza Sandra Mello no julgamento dos quatro jovens que queimaram o índio pataxó Galdino Jesus dos Santos é justa? Sandra entendeu que os jovens não queriam a morte do índio e a pena prevista neste caso é de quatro a 12 anos.

Caso a juíza tivesse classificado o ato dos rapazes como homicídio intencional, a pena prevista seria de até 30 anos de cadeia.

Como você julgaria o Caso Pataxó?

Resposta

Autor:

Email (opcional):

Título: Re: Caso Pataxó

Resposta:

(Segue uma legenda de sinais gráficos, os chamados "emoticons",<sup>6</sup> que designam atitudes ou estados de espírito do internauta, os quais não pude reproduzir

---

6 Ao tratar da heterogeneidade dos materiais significantes nas mensagens enviadas via BBS, Komesu afirma: "os emoticons, smilies ou CHARACTERETAS são freqüentemente utilizados nas mensagens veiculadas pelo BBS ou pela Internet. Os emoticons (para lê-los, a pessoa deve inclinar a cabeça para a esquerda) são construídos a partir de sinais de pontuação e são utilizados na escrita para a expressão de sentimentos humanos, tais como o riso :-), a tristeza :-(, a indiferença :-.|." (1997, p.25-6). Note-se que a autora fala dos *emoticons* forjados pelos usuários a partir de sinais de pontuação. Os que citei acima são fornecidos pelo próprio programa que disponibiliza o fórum em rede (não pude reproduzi-los em meu computador).

no formato word de meu computador: dúvida, idéia, novidade, ok, triste, furioso, concorda, discorda.)

Acrescente-se que, algum tempo depois da implantação do Fórum, foi inaugurada uma página contendo um breve relato sobre o caso, seguido de recomendações de leitura, sugeridas como leituras prévias<sup>7</sup> (embora não obrigatórias) à participação do internauta:

No dia 20 de abril de 1997, em Brasília, jovens delinquentes atearam fogo ao índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, que dormia indefeso em uma parada de ônibus, por não ter conseguido entrar na pensão em que estava. Dias depois, veio a falecer, com queimaduras em todo o corpo.

A juíza Sandra de Santis Mello, na sentença de pronúncia, desclassificou o crime dos jovens para lesão corporal seguida de morte, o que, na prática, tornou o crime de competência de juiz singular e reduziu a pena máxima.

A sentença despertou polêmica na mídia nacional e internacional, mas pouco se viram estudos que realmente estudassem o caso sob o prisma jurídico, e não meramente emocional.

Nesta página, você tem acesso a muitas informações (os grifos indicam *links*) sobre o caso:

O Jus Navigandi traz, em primeira mão, a íntegra da sentença de pronúncia da juíza, que desclassificou o crime, e ainda do *recurso em sentido estrito do Ministério Público relativo a esta sentença*.

E mais:

No parecer do penalista Damásio E. de Jesus, a pedido do Ministério Público, entendendo ser o crime um homicídio com dolo eventual.

O caso foi amplamente discutido em várias listas de discussão jurídicas na Internet, das quais se destacaram várias opiniões interessantes, vindas de internautas de todo o Brasil.

O estudante Nélson Zunino Neto, de São João Batista, Santa Catarina, coletou opiniões dos juristas internautas exaradas nestas listas de discussão.

Veja os debates sobre o caso pataxó nas listas de discussão.

Caso você prefira, o texto dos debates também está disponível em formato Word.

Para retirá-lo, clique aqui.

O arquivo tem 206 KB.

---

<sup>7</sup> Embora o Supremo Tribunal Federal tenha encaminhado os acusados ao júri popular, esse documento não faz parte do recorte do material aqui analisado, uma vez que foi posterior a esse recorte.

Caso prefira, você pode também retirar o mesmo texto, compactado em formato ZIP, com apenas 65 KB, clicando [aqui](#).

*Veja ainda o relatório do Conselho Indigenista Brasileiro analisando o caso.*

Este texto foi fornecido por Nélson Zunino Neto, e faz parte do arquivo Word disponível acima.

Depois de tudo,

*visite a seção de Debates do Jus Navigandi e escreva sua opinião sobre o caso,*  
e ela será exposta no ar imediatamente.

Voltar para a página principal

Esta página entrou no ar em 19/09/97 e foi atualizada em 19/11/97

O material contabilizado nesse fórum é composto de 301 (trezentas e uma) mensagens, entre 20.8 e 10.9 de 1997. Desse total, selecionamos para pesquisa 110 mensagens, tomadas em seqüência, para melhor apreender a dinâmica dialógica do fórum. Por razões que explicitaremos a seguir, apenas uma dessas mensagens será analisada neste artigo. As datas das mensagens aparecem no índice dos internautas que antecede à seção de Debates propriamente dita, mas não aparecem junto ao texto da mensagem. Portanto, quem estiver navegando na seção de Debates não saberá a data em que uma dada resposta foi escrita. Estas devem ser preenchidas no formulário de resposta presente na *abertura* do grupo de discussão (acima). Note-se, porém, que cada nova mensagem é um elemento provocador de respostas e, da mesma forma que a *abertura* do grupo de discussão, apresenta um formulário para resposta.

Num parêntese, gostaria de dizer que, neste trabalho, aplico, experimentalmente, a esse material algumas conclusões a que cheguei em minha tese de doutorado (Corrêa, 1997a). A partir da leitura de todas as mensagens, pude constatar que o modo heterogêneo de constituição da escrita está muito presente nos textos do fórum. Não foi possível, porém, como costuma acontecer com os projetos chamados paralelos, analisar em detalhe cada uma das mensagens presentes no material. Optei, então, por fazer uma análise preliminar, visando à discussão e conseqüente confirmação ou desconfirmação das hipóteses levantadas.

Fechado o parêntese, prossigo com a apresentação do material. Segue um exemplo de mensagem:

Tema: Atualidades

Assunto: Caso Pataxó

Autor(a): A. C. DO N. <xxxxxx@xxxxx.com.br>

(emoticon = "furioso")



Simplemente lamentável tal decisão dessa Juíza em dizer que esses “animais” se assim os podemos classificar, em dizer que os mesmos não tinham intenção em matar “um ser humano” totalmente indefeso. Afinal ela faz parte dessa prole de afortunatos. (E se os “animais fossem “pretos”? e pobres o que iria dizer essa “senhora?..será?”)

LAMENTÁVEL, o STJ deveria dar uns férias para essa Senhora se tratar de sua “Saniedade Mental” sendo após afastá-la definitivamente.

Resposta

Autor:

Email (opcional):

Título: Re: Caso Pataxó

Resposta:

(Segue a mesma legenda de sinais gráficos, os chamados “emoticons”, designando atitudes ou estados de espírito do internauta: dúvida **?**, idéia, novidade, ok, triste, furioso, concorda, discorda.)

Portanto, o internauta que acessar a mensagem acima e quiser responder ao autor deverá fazê-lo no espaço reservado à resposta. Em ambos os casos, respondendo ao autor ou respondendo ao texto da *abertura* fornecido no fórum, sua mensagem será imediatamente tornada pública. A disposição gráfica das mensagens no *grupo de discussão* permite saber se uma resposta foi dada a um internauta ou à página de abertura, bastando observar o seu alinhamento. Aquelas respostas que vêm alinhadas à esquerda são respostas dadas no formulário de abertura proposto pelo ZAZ; por sua vez, aquelas respostas alinhadas com recuo (para dentro) são dadas a outros internautas, ou seja, são “*subdiscussões*”. Pode-se perceber, pela tela do fórum, que durante mais ou menos dois meses houve uma discussão mais intensa entre os próprios internautas.

Apresentado o material coletado, passo a circunscrever o campo de investigação, expondo em que medida esse campo permite o tipo de abordagem que será utilizado.

## **Linguística aplicada e abordagem transdisciplinar**

Uma das mais alentadas qualidades da Linguística foi, e em certo sentido ainda é, a sua cientificidade. O grande impulso saussuriano para a constituição da Linguística como ciência foi, talvez, atribuir aos fatos de língua uma ordem inspirada numa outra ordem que, na época, já era atribuída aos fatos sociais. A idéia de totalidade como produto da ordem

atribuída aos fatos de língua permitiu imaginar um objeto autônomo e homogêneo, fato que foi determinante não só para a existência da Lingüística como ciência, mas também para a sua presumida independência como disciplina científica.

Esse parentesco de natureza filosófica entre a ordem da língua e a ordem social, que alguns afirmam ter dado base à constituição da lingüística como disciplina científica, tem tomado, no decorrer do século XX, um aspecto até certo ponto paradoxal. Talvez porque o parentesco entre fato de língua e fato social tenha sido cada vez mais reconhecido como de natureza processual, já há algum tempo uma nova totalidade, desta feita instável e baseada na heterogeneidade ordenada da língua, parece atualmente supor um contato entre fronteiras disciplinares. Essa aproximação entre os dois tipos de fatos pode ser constatada nas várias formas de incorporação dos fatos sociais ao tratamento dos fatos de língua. Para evitar uma longa descrição desde a consideração dos atos de enunciação até a sociolingüística, a pragmática e a análise do discurso, passarei a falar de um tipo de pesquisa científica que procura escapar aos limites canônicos de uma disciplina. Nos estudos da linguagem, esse tipo de pesquisa tem caracterizado o campo da Lingüística Aplicada; no Brasil, particularmente a partir da década de 1990.

Tida, por muito tempo, como uma subárea da Lingüística, a LA caracteriza-se por uma contribuição aos estudos da linguagem necessariamente informada pelos dados que analisa. Não há pesquisa básica ou teórica em LA se não houver um diálogo entre os fatos de língua e uma prática lingüística determinada. Para dizer de outro modo, fato de língua e fato social se aproximam de uma forma especial nas pesquisas em LA e essa aproximação traz questões que requerem a contribuição de áreas vizinhas.

Há quem veja essa atenção ao dado especialmente sob o ângulo da oposição teoria e prática. Dessa perspectiva, há quem afirme que as pesquisas em LA favorecem a fusão entre pesquisa básica e pesquisa teórica. Esta parece ser, por exemplo, a posição de Moita Lopes (1998). Posição semelhante é defendida também por Celani (1998, p.133), que considera esse tipo de investigação – tendo em vista sua preocupação “com o social, com o humano” – uma pesquisa “ao mesmo tempo teórica e aplicada, situando-se entre o domínio da pesquisa fundamental, em que prevalece a busca do saber por si mesmo, e o domínio da ação informada, em que predomina o útil, o prático, a eficácia”.

Nos últimos dez anos, passou-se a discutir em LA a conveniência de uma pesquisa “transdisciplinar”, destacada por Serrani-Infante (1998,

p.143-4), "para aprofundar a compreensão de processos estudados, e para problematizar conceituações e procedimentos metodológicos em mais de uma disciplina, a partir de perguntas provindas do campo aplicado". O destaque a essa mesma linha de raciocínio é dado também por Signorini (1998, p.99-100), para quem a LA "tem se configurado ... como uma espécie de interface que avança por zonas fronteiriças de diferentes disciplinas, não somente na área dos estudos da linguagem, como também na da Psicologia, da Sociologia, da Antropologia, da Pedagogia, da Psicanálise, entre outras". Destaque-se ainda que, segundo Celani (1998), "transdisciplinaridade envolve mais do que a justaposição de ramos do saber. Envolve a *coexistência* em um estado de *interação dinâmica* ... A mera justaposição de saberes não leva à interação, condição essencial para a transdisciplinaridade". E parafraseando Serrani, a autora continua: "não se buscam contribuições de outras áreas, mas sim a participação ativa de pesquisadores das áreas envolvidas, a fim de se dar conta da problematização que a abordagem do objeto de estudo proposto provoca em cada área" (ibidem, p.132-3, grifo no original).

No estudo do fórum "Índio Pataxó", o interesse de uma pesquisa transdisciplinar a partir do campo da LA nasce da necessidade de se compreender um gênero textual que está em vias de se fixar como tal. Na extensa gama de tópicos abordados em LA, o presente estudo se enquadraria melhor no que se tem chamado de Letramento. Nesse campo, Kleiman (1992, p.33) nota "com relação à escrita ... uma ausência quase total de pesquisas que investiguem seu impacto na sociedade, o chamado fenômeno de *letramento*, apesar da importância desse fenômeno dado o contexto brasileiro, em que o sistema de classes está ancorado no acesso diferenciado das diversas classes sociais à 'tecnologia' da escrita" (grifo no original).

Neste trabalho, entendo letramento como um fenômeno histórico-cultural mais amplo do que a alfabetização e vinculo os diferentes tipos de letramento a realidades sócio-históricas e culturais determinadas. Quando se trata de escrita via Internet, a questão do letramento toma outros contornos e o acesso diferenciado a que Kleiman (1992) se refere aparece ainda mais acentuado, fato que, por si só, justificaria esta pesquisa. No entanto, se o problema prático a ser considerado fica assim enunciado, a questão teórica que mobiliza pesquisadores vindos da Sociologia, da História e da Linguística é a de como se dá a construção dos "dados" para análise a partir dessa visão transdisciplinar.

## A construção dos dados lingüísticos

Dos vários sentidos em que um fenômeno lingüístico pode ser construído como um dado para análise, destacaria três: a) pode ser tomado como produzido pela natureza das coisas (é um dado natural e constrói-se, como tal, a partir de si mesmo); b) pode ser inventado ou adaptado por um pesquisador “mal-intencionado”; e c) pode ser produto de uma abordagem baseada em questões que interessam a uma ou mais disciplinas. É naturalmente neste último sentido que entendo a construção dos dados para análise. Isso significa que o material para análise, como recorte de um universo mais amplo, só pode ser entendido como um dado depois que se façam a ele as questões pertinentes a uma ou a mais de uma disciplina.

Desse modo, a simples manutenção do termo *corpus*, para referir a um conjunto fechado de fatos lingüísticos brutos, não é suficiente para construí-los como dados para análise. Quando, porém, se busca, num conjunto de fatos lingüísticos, a localização de um problema lingüístico, já se dá um passo na direção de uma construção dos dados pelo analista. No entanto, esse procedimento não pode ser fortuito (pelo contrário, deve ser sistematicamente elaborado) e, se tiver uma pretensão explicativa, não pode restringir-se a uma simples descrição.

Que tipo de fato lingüístico pode funcionar, então, como dado para análise quando se considera a relação entre o oral/letrado e o falado/escrito exemplificada no fórum “Índio Pataxó”?

Trata-se, em primeiro lugar, de trabalhar no limite entre os fatos de língua (produtos sociais mais ou menos estáveis ligados à persistência de seu uso pela coletividade) e os fatos de discurso (produtos sócio-históricos, de natureza processual, portanto). Esse cruzamento entre fatos de língua e fatos de discurso se dá, pois, como um *acontecimento discursivo*, em que as intervenções dos participantes não são localizáveis diretamente em um interlocutor, mas na relação que se estabelece entre interlocutores. E essa relação se dá sempre no interior de um gênero discursivo, categoria lingüístico-discursiva que acomoda, a sua maneira, as mais diversas variedades sociolingüísticas e institui um modo particular de apropriação enunciativa da língua e de interpelação do outro.

Ao abordar o Caso Pataxó, procuro trabalhar com as práticas orais/letradas e faladas/escritas como marcas lingüístico-discursivas da relação entre os interlocutores num gênero que está em vias de se constituir – a “discussão no tribunal” via Internet. Cabe, portanto, observar, nas

relações particulares estabelecidas entre os interlocutores, marcas de sua sistematicidade lingüística e de sua regularidade como prática social. Proponho-me fazê-lo pela consideração da interpenetração entre os fatos lingüísticos do falado/escrito e das práticas sociais do oral/letrado.

## **Uma proposta de análise: exemplo em uma mensagem do fórum**

Segundo Martins (1957, p.34-5):

Um passo de conseqüências incalculáveis foi dado quando o homem, na tarefa de fixar e de transmitir o pensamento, percebeu que lhe era possível substituir a imagem visual pela sonora, colocar o som onde até então tinha obstinadamente colocado a figura. Dessa forma, o sinal se libertaria completamente do objeto e a linguagem readquiriria a sua verdadeira natureza, que é oral.

Dáí surgiram os dois tipos de escrita que marcam essa grande revolução decisiva: a escrita silábica, na qual o sistema se funda em "grupos de sons", representados por um sinal, e a escrita alfabética, em que cada sinal corresponde a uma letra. A segunda representa, por conseqüência, um progresso com relação à primeira, porque atinge o limite da análise que ela tinha iniciado. Assim, pois, pode-se dizer que a escrita alfabética representa, com relação à silábica, uma complexidade maior de ordem ideológica, mas uma inestimável simplificação técnica. De posse da letra, o homem adquiriu um instrumento de uma docilidade, de uma flexibilidade infinita. Todos os caminhos da linguagem escrita lhe estavam abertos daí por diante – inclusive, o que anteriormente seria inimaginável, o da escrita, ou interpretação de línguas desconhecidas ...

Sem "significar nada", a letra permitiu a escrita, e permitiu, sobretudo, o mais simples e o mais perfeito de todos os sistemas de escrita, que é o fonético.

Numa primeira aproximação, a escrita presente no fórum "Índio Pataxó" seria, do ponto de vista dos progressos apontados por Martins, um retrocesso. Ao lado da escrita alfabética, aspectos como a prévia composição gráfica da página e o uso dos chamados *emoticons* (figuras que designam atitudes dos escreventes) permitiriam dizer que um certo tipo de linguagem ideográfica está voltando a compor o texto escrito ao lado da escrita alfabética.

Nenhum tipo de retrocesso pode ser visto, porém, quando se leva em conta o tipo de relação estabelecida entre os interlocutores. Quais-

quer que sejam os destinatários (um outro internauta, o texto de abertura do fórum, a juíza etc.), fica construída uma situação de enunciação marcada pela proximidade entre os participantes. Esse envolvimento dos interlocutores poderia levar um observador desatento a classificar esse gênero como mais próximo daqueles tipicamente orais. No entanto, por se tratar de um julgamento público, essa “discussão no tribunal” adquire um caráter funcional próprio do discurso jurídico. Ora, sabe-se que, nesse tipo de discurso, predomina a referência aos gêneros tipicamente escritos, mesmo quando se trata de gêneros jurídicos falados. Há, portanto, como mostrarei a seguir, uma interessante alternância entre as referências orais e as referências escritas presentes no gênero “discussão no tribunal” via Internet, em que fica clara a interpenetração entre as práticas orais/faladas e as práticas letradas/escritas, evidenciando a constituição heterogênea dessa escrita.

### **Marcas do oral/falado do gênero “discussão no tribunal” via Internet**

Para que se constate como a tomada de palavra se investe da informalidade das práticas orais/faladas na “discussão no tribunal” via Internet, seria interessante lembrar que expressões fáticas do discurso jurídico – como a fórmula introdutória de argumentação divergente da de outrem *data venia* (= com a devida permissão), por exemplo –, poderiam estar sendo supridas, nesse gênero, por *emoticons* como “furioso”. É importante destacar, porém, que a construção desse registro informal se distancia bastante das que conhecemos nos gêneros falados informais. O caráter ideográfico é, no caso do *emoticon* citado, uma forma de representar um gesto, mais precisamente um ricto facial. Por meio de recursos gráficos, portanto, ficam representadas a co-participação dos interlocutores num mesmo ato de enunciação e a atitude de um interlocutor em relação a um assunto e/ou a seu destinatário.

No exemplo abaixo, gostaria de observar, em primeiro lugar, as partes sublinhadas:

Tema: Atualidades

Assunto: Caso Pataxó

Autor(a): Tiago Wiedemann <endereço eletrônico>

(EMOTICON = “FURIOSO”)

Acho que eles não pensavam em matar o índio, pois pessoas que cometem este tipo de violência não devem ser capazes de pensar!

Todos eles são filinhos de papai (para não dizer coisa pior) e acho que não tem nehuma noção do valor de uma vida. Afinal matar uma pessoa já é uma violência tremenda, agora queimar um ser humano por pura diversão é no mínimo repugnante, uma mostra de psicose. E vocês viram a desculpa deles? Eles pensavam que era um "mendigo" e por isso tocaram fogo. Meu Deus! Um mendigo é um ser humano como qualquer outro, assim como um índio, e talvez melhor do mutos filinhos de papais.

Bem, agora a *sociedade precisa mostrar sua força. Não podemos ficar calados e deixar que o dinheiro interfira na justiça. Precisamos pressionar para que a juíza volte atrás* em sua decisão. Como fazer isso? Do mesmo jeito que derrubamos Collor, protestando, enviando nosso repúdio a Juíza (seja por Fax, Carta, e-mail, etc.).

Se alguém ai trarabliha [*sic*] em alguma Câmara de Vereadores, *pressiona* para que *esta mande moções de repúdio a atitude da juíza*, ou se alguém ai trabalha em qualquer outro órgão público, *ajude* a pressionar. *Esse fato vai abrir um precedente muito grande, e nós não podemos deixar morrer o sentimento de justiça.*

Resposta

Autor:

Email (opcional):

Título: Re: Caso Pataxó

Resposta:

(Segue a legenda de sinais gráficos, os chamados "emoticons".)

Atentando apenas para as partes sublinhadas, pode-se dizer, sem exagero, que esse exemplar do gênero "discussão no tribunal" tem como função representar, à maneira de uma cena dramática, a própria conversação. Mas esse retorno à figuração – que, a se basear em Martins, o homem já teria vencido com a invenção da escrita alfabética – não se limita, como procurarei mostrar, ao uso de *emoticons*, uma vez que a complexa conjunção gráfica oferecida pela Internet tem correspondente no modo como, nesse gênero, as várias dimensões da linguagem podem estabelecer essa figuração da conversação.

Começo pelo *emoticon*. Além de sua função fática de tomada da palavra já comentada, pode-se observar uma função pragmática importante. Colocado no início do corpo do texto, a indicação "furioso" revela a atitude do escrevente em relação ao assunto que aborda. Note-se que se trata de um processo de marcação da *força ilocucional* bem diferente dos processos utilizados nas diferentes línguas, entre os quais Searle (1981, p.43) inclui: "pelo menos, a ordem das palavras, o acento tônico, a entoação, a pontuação, o modo do verbo e os verbos chamados 'performativos'". Também seu funcionamento é diferente da explicitação de atitude sintaticamente construída no plano da proposição. Como se sabe, o

próprio Searle distingue, no plano da proposição, “dois elementos da estrutura sintática da frase”, aos quais chama de “marcador de força ilocucional” – do tipo: “eu juro...” – e “marcador de conteúdo proposicional” – “que estou indignado” – p.43-4). Mas como nas mensagens do fórum trata-se sempre de uma anteposição do *emoticon* ao corpo do texto, fica clara a explicitação da força ilocucional *para o texto como um todo*. De meu ponto de vista, não haveria razão, portanto, para isolar um tratamento pragmático do *emoticon* de um tratamento lógico do conteúdo do corpo do texto, já que um único e mesmo processo de textualização afeta tanto a atribuição de atitude por parte do escrevente como a representação de estados de coisas do mundo a partir dessa atitude. Como ficou dito, o *emoticon* é a figuração de um gesto, às vezes de um ricto facial, traço não-verbal articuladamente presente na conversação e que no texto da “discussão no tribunal” tem como escopo o material verbal que o sucede.

Um outro modo de figuração da conversação se dá pela tentativa de reprodução fiel (termo a termo) da fala pela escrita, o que, no exemplo acima, pode ser observado no plano ortográfico. Nesse plano, o escrevente parece tomar a correspondência entre a fala e a escrita segundo o princípio: para cada som uma letra, numa representação termo a termo que evitaria certos dígrafos e mesmo certos ditongos (*filinhos* em vez de filhinhos; *nehuma* em vez de nenhuma; *mutos* em vez de muitos<sup>8</sup>).

Operadores argumentativos como “agora” em “Afinal matar uma pessoa já é uma violência tremenda, agora queimar um ser humano por pura diversão é no mínimo repugnante” parecem também ocorrer com mais frequência em contextos orais e, quando em contextos escritos, servem para reproduzir contextos informais mais próximos das práticas orais/faladas, evidenciando a participação dos interlocutores pela sobrevivência de uma marca enunciativa de tempo (cf., a respeito, Risso, 1993).

De modo semelhante, a interlocução direta pelo uso do pronome de tratamento “você” e a remissão ao espaço do destinatário pelo advérbio “aí” configuram também um espaço conversacional muito próximo das práticas

---

8 Um presumido erro de digitação nas grafias de “nehuma” e “mutos”, alegado a partir do fato de que o escrevente não é consistente no erro (o restante da mensagem), não mudaria essa interpretação, uma vez que a tendência a automatizar erros nesses pontos pode estar evidenciando, no ato quase mecânico da digitação, o mesmo tipo de representação termo a termo do oral pelo escrito. Note-se que, no caso do dígrafo, trata-se de uma redução gráfica para atingir uma representação termo a termo e que, no caso do ditongo, trata-se da identificação entre a percepção de uma única emissão de voz (característica do ditongo) e a representação a partir de uma única letra. Em ambos os casos, o mesmo princípio parece estar regendo essas escolhas: o de que a escrita alfabética seria uma representação termo a termo dos sons da fala.



orais/faladas. Neste último caso, observa-se a referência ao espaço do destinatário. Uma referência ao grupo com o qual o escrevente se comunica, combinada com a localização espacial de indivíduos do grupo, permite dizer que enunciados desse tipo poderiam ser ouvidos numa interpelação direta de uma conversação ao vivo (*Se alguém aí trarabha [sic] em alguma Câmara de Vereadores ... ou se alguém aí trabalha em qualquer outro órgão público, ajude a pressionar*”).

A dinâmica conversacional aparece ainda no encadeamento argumentativo do texto. Pode-se notar que o escrevente responde, ironizando, mas sem retomar explicitamente, à afirmação de que os rapazes incriminados não tinham intenção de matar o índio (“Acho que eles não pensavam em matar o índio, pois...”). Esse recurso argumentativo é característico da conversação, em que se pode pressupor o que acabou de ser dito sem que se prejudique a compreensão. No fórum, isso é bastante comum, pois há, mesmo que acronicamente e em espaços diferentes, uma *interação centrada* (cf. Marcuschi, 1986, p.15 e 77) em torno de um tópico.

Ainda no plano argumentativo, pode-se observar o recurso às perguntas (“E vocês viram a desculpa deles?” e “Como fazer isso?”) e à exclamação (“Meus Deus!”), ambos muito presentes na conversação e com vetores apontados, respectivamente, para o destinatário e para o remetente.

Por fim, gostaria de destacar o uso do operador *bem*, cuja informalidade situa o texto numa região mais próxima de práticas orais/faladas. Sua função é a de ligar dois momentos do texto: um primeiro, em que a argumentação vem predominantemente marcada por traços de práticas orais/faladas; e um segundo, em que a argumentação passa a ser uma incitação à ação. Nesse segundo momento vem à tona um certo tipo de discurso político bastante vulgarizado especialmente pela TV. Apesar da informalidade que denota, essa referência ao texto escrito para ser falado na TV marca predominantemente, nas várias dimensões da linguagem, traços de práticas letradas/escritas. Sobre esses traços, passo a falar neste ponto.

## **Marcas do letrado/escrito no gênero “discussão no tribunal”**

Como destaquei ao tratar do uso dos *emoticons*, embora o material semiótico utilizado no gênero “discussão no tribunal” via Internet seja sempre o gráfico, ele não se restringe à escrita alfabética. Estamos diante

de um gênero escrito em que a composição gráfica da página tem o formato previamente estabelecido de um formulário – trabalho que envolve uma longa tradição letrada, desde as *listas* e *quadros* dos primórdios do registro da memória pela escrita, mencionados por Goody (1979), até as técnicas mais recentes de organização de dados e de programação visual –, em que há disponibilidade prévia de recursos expressivos icônicos (trabalho de uma cultura gráfica, sintetizada num programa computacional) e, finalmente, em que há a disponibilidade da escrita alfabética (trabalho de uma tradição escrita baseada na representação da forma da expressão oral).

Nota-se, portanto, que, ao lado da informalidade do gênero estudado, uma característica eminentemente gráfica está presente, o que evidencia a forte referência a práticas letradas/escritas presentes nesse gênero.<sup>9</sup> Basta, para tanto, pensar nos requisitos de letramento necessários para se preencher um formulário. Como se sabe, não é raro que pessoas altamente letradas, com grande domínio da escrita alfabética e da leitura, encontrem dificuldades em certas práticas letradas, como no preenchimento de formulários.

Para que se constate que as referências às práticas letradas/escritas não se restringem à utilização do material gráfico, passo a falar sobre como essas referências atingem as várias dimensões da linguagem verbal. Trato, desta feita, das partes destacadas em negrito no texto já citado.

Além do formulário, que se enraíza nas mais remotas formas de letramento e que funda, nesse gênero, o caráter de prática letrada/escrita, essa mensagem apresenta, como já disse, dois momentos distintos, dos quais o segundo se aproxima mais de práticas letradas/escritas.

É interessante observar que, imediatamente antes do operador *bem*, que liga os dois momentos do texto, aparece uma marca morfosintática de recurso a práticas escritas instituídas. Observe-se o uso de *filinhos de papaiS* e compare-se com a outra ocorrência, seis linhas acima, em que o escrevente usa *filinhos de papaiφ*. Há, nessa inconsistência, mais que uma simples distração. Pode-se ver nela uma marca da transição de um registro a outro – uma hipercorreção –, por meio da qual

---

9 Para maiores detalhes sobre o funcionamento das referências orais/faladas e letradas/escritas em sua associação com práticas discursivas provenientes do campo jurídico e do campo político, conferir Alvarez (1999). Sobre a questão das fontes orais e das fontes escritas no trabalho do historiador, conferir Biroli (1999b).

o escrevente antecipa que seu texto passará a tomar como referência as práticas letradas/escritas. Isso, de fato, acontece.

O caráter incitativo do tipo “jornalismo-denúncia” marca esse momento em que o texto assume o tom de um texto escrito para ser falado, típico de meios como o rádio e a TV: “agora a sociedade precisa mostrar sua força. Não podemos ficar calados e deixar que o dinheiro interfira na justiça. Precisamos pressionar para que a juíza volte atrás”. Note-se que, ao contrário do que seria esperado para um texto falado, não há implicação do processo subordinativo, ficando por exemplo marcada, em lugar dessa implicação e apesar da simplicidade dos enunciados, a presença do subjuntivo.

Na seqüência, no momento em que o escrevente volta a estabelecer uma interlocução direta com o destinatário, são as marcas de práticas letradas/escritas (entre as quais o uso do subjuntivo – com função de imperativo – e a escolha vocabular) que dão sustentação à argumentação “se alguém aí trarabha [sic] em alguma Câmara de Vereadores, pressione para que esta mande moções de repúdio a atitude da juíza, ou se alguém aí trabalha em qualquer outro órgão público, ajude a pressionar”. É também um traço muito claro do registro escrito a tentativa de adaptação, para o texto em questão, do uso anafórico de “esta”. Importa, pois, nesse caso, que o escrevente tenha procurado filiar seu texto às práticas letradas/escritas e não o efeito duvidoso produzido por esse uso.

Por fim, o escrevente assinala novamente o caráter incitativo, já referido: “esse fato vai abrir um precedente muito grande, e nós não podemos deixar morrer o sentimento de justiça”.

Feitas as observações acerca da interpenetração das práticas sociais do oral/falado e do letrado/escrito, passo a fazer algumas considerações sobre esse gênero que está em vias de se instituir.

## **Considerações finais**

Ao tratar da *constituição dos dados lingüísticos*, afirmei que esses dados seriam construídos a partir das relações particulares estabelecidas entre os interlocutores. O que acabo de mostrar, ao destacar a heterogeneidade de marcas orais/faladas e letradas/escritas na constituição da escrita do gênero “discussão no tribunal” via Internet, tem como objetivo estabelecer uma entrada para observar o tipo de relação entre os interlocutores.

Para não me estender ainda mais, enumero a seguir as características básicas dessa relação e dos dados que se abrem à análise quando se toma o trabalho científico num campo transdisciplinar.

## **O meio e o público**

1 No fórum, a conjugação de materiais significantes que dá corpo a esse tipo de prática escrita caracteriza os interlocutores como altamente letrados no que se refere ao letramento exigido – basicamente icônico – para chegar a sua página inicial. Uma capacitação mínima em tecnologia informática é também exigida. Esse alto grau de letramento, porém, combina-se com práticas orais/faladas bastantes primitivas quando se considera a relação efetivamente estabelecida entre os participantes dessa “discussão no tribunal”. A discrepância entre o alto grau de letramento exigido e o alto grau de informalidade que pode ser conseguido no fórum, revela que, na Internet, o tipo de escrita se caracteriza por um complexo de signos icônicos e verbais sem nenhuma exigência prévia de domínio da variedade culta da língua. Há, apesar disso, uma exigência quanto a um certo tipo de letramento e, ligada a ela, restrições de ordem socioeconômica e cultural. Portanto, considerando esta última restrição, o tipo de letramento exigido e a informalidade da relação interlocutiva possível no funcionamento do fórum, pode-se ter uma idéia de quem não é público cativo desse tipo de prática lingüística. Ou seja, a abertura para a participação universal não oculta um sem-número de exclusões. No Caso Pataxó, uma exclusão importante – apesar da participação institucional do Conselho Indigenista Brasileiro – é a dos próprios índios.

2 Para o lingüista, sobretudo para aquele que, no interior do campo da Lingüística Aplicada, estuda as questões do letramento, destaco três interesses da determinação do público por sua relação com o meio utilizado: a) a relativização da escrita institucionalizada pela escola como o modelo único de língua; b) a atenção às formas de integração da linguagem verbal e da linguagem não-verbal, esta última, em geral, posta à parte mesmo pela chamada lingüística da enunciação (que considera as situações de comunicação como um dos elementos indispensáveis para a determinação do sentido dos *acontecimentos discursivos*); c) a atenção ao tipo de seleção de participantes que caracteriza esse gênero num país como o Brasil. Tanto quanto para o lingüista aplicado, para o

sociólogo, esse modo de determinação do público é muito importante, uma vez que a relação do público com tipos determinados de letramento revela como e em que mãos está a apropriação simbólica de uma sociedade, fato indispensável para quem precisa descrevê-la e explicá-la. Para o historiador, não é diferente, pois a relação público/tipo de letramento impõe uma atenção às formas tradicionais de letramento, remanescentes ou não no letramento atual, sendo esse um modo de acesso indispensável para quem precisa chegar às fontes como registros de múltipla temporalidade, a meu ver, o aspecto definidor do trabalho do historiador em sua necessária busca da complexidade enunciativa<sup>10</sup> dos textos.

### **As relações intertextuais e o público**

1 No fórum, há inúmeras possibilidades de relações intertextuais já propostas como tais. A começar pelos próprios textos da seção de Debates. Além dessas, o ZAZ apresenta a página de *abertura* com um resumo do Caso Pataxó e oferece acesso: à sentença de pronúncia da juíza Sandra de Santis Mello; ao recurso do Ministério Público referente à sentença expedida pela juíza; ao parecer do penalista Damásio E. de Jesus, dado a pedido do Ministério Público, entendendo ser o crime um homicídio com dolo eventual; a opiniões de juristas internautas exaradas nas listas de discussões jurídicas na Internet; ao relatório do Conselho Indigenista Brasileiro, analisando o caso; e a matérias do jornal *O Globo*. Naturalmente, esse grande número de textos não encerra a lista de possibilidades de relação intertextual nem tampouco significa que as posições defendidas correspondam a número tão elevado. A escolha dessas posições, por parte dos internautas, permite reuni-los segundo as perspectivas de leitura assumidas, fato que delinea práticas de leitura mais ou menos comuns do ponto de vista cultural e ideológico.

2 A determinação do público por meio das relações intertextuais estabelecidas no texto é útil não só ao lingüista aplicado – para quem, especialmente em se tratando das questões de linguagem advindas das diferentes formas de letramento, interessam as formas pelas quais o internauta se atribuiu um lugar ao atribuir posições ao(s) outro(s) em seu texto –, mas também ao sociólogo – para quem essa determinação

---

10 A respeito da relação entre complexidade enunciativa e paradigma indiciário nos trabalhos do historiador e do lingüista, conferir Corrêa (1997b).

dos participantes por meio dos territórios enunciativos distribuídos no texto toma contornos mais ou menos precisos quando ligada a práticas sociais em processo de fixação, de manutenção ou de extinção –, e ao historiador – para quem a determinação do público por meio da rede de remissões intertextuais pode ser vinculada a processos históricos (e, portanto, localizáveis no tempo e no espaço), inclusive como antecipação de processos em estado de projeto.<sup>11</sup>

## **As representações sobre as práticas orais/faladas e letradas/escritas e o público**

1 Embora neste trabalho não tenha sido privilegiado o aspecto das representações sobre essas práticas por parte dos internautas, este é um elemento importante para detectar as relações que se estabelecem entre os interlocutores. A hipercorreção e o emprego anafórico questionável de “esta” são dois exemplos de como a referência a práticas letradas/escritas está regulada por um certo tipo de representação social dessas práticas. No caso, é o prestígio que a escrita institucionalizada goza na sociedade que está contando para essas escolhas. Há, por outro lado, momentos em que um maior grau de informalidade é buscado nas práticas mais típicas do oral/falado, ocasiões em que a escrita aparece como retrato fiel da situação concreta de fala. Exemplo desse tipo de representação da escrita é a interlocução direta pelo uso do pronome de tratamento “você” ou pela remissão ao espaço do destinatário por meio do advérbio “aí”, ambos configurando um espaço conversacional muito próximo das práticas orais/faladas. No caso, é a representação que o internauta faz da situação concreta (como requerendo registro informal), do assunto (como requerendo envolvimento) e/ou do(s) interlocutor(es) (como estando numa relação de proximidade espacial e hierárquica) que impõe uma representação da escrita como figuração de uma cena conversacional.

2 Mais uma vez, para o linguista aplicado em suas preocupações com os problemas de linguagem advindos das diferentes formas de letramento, a relação que o escrevente mantém com a escrita é crucial para a determinação de como ele se posiciona em relação ao seu processo de escrita, ao já escrito e ao já falado: se mais numa relação de

---

11 Sobre a concepção da história como projeto, conferir Biroli (1999a).

reprodução do instituído, se mais numa relação de figuração mecânica do ato conversacional concreto. Estar atento a dados como esses pode revelar muito sobre a atitude do escrevente em relação ao tema de que trata e ao(s) seu(s) interlocutor(es). Para o sociólogo, a identificação que o escrevente manifesta em relação a uma dessas práticas pode servir como indicio de sua filiação a certas práticas discursivas, bem como de sua posição nas relações entre diferentes práticas. Do mesmo modo, para o historiador, a relação que o escrevente mantém com a escrita permite estabelecer o tipo de inserção histórica do escrevente, ou seja, permite determinar o que (e por que) ele tende a preservar e o que (e por que) ele tende a alterar das representações historicamente herdadas.

Desse modo, seja na constituição dos dados para análise do linguísta ou no estabelecimento das fontes para o sociólogo e para o historiador, a relação do público usuário com o meio, com outros textos e com a própria escrita<sup>12</sup> é fator indissociável da constituição daqueles dados e daquelas fontes. Uma pesquisa que se quer transdisciplinar deve, pois, levar em conta que os dados/fontes não se oferecem de maneira automática ao pesquisador e que a sua constituição deve passar pelas zonas de fronteira entre as disciplinas.

CORRÊA, M. L. G. Spoken and written language relationship as well as the construction of data in the forum "Índio Pataxó". *Alfa (São Paulo)*, v.43, p.45-68, 1999.

- **ABSTRACT:** *This study is part of a longer Research Project named "Communication on the Web as material for research: the construction of data for an interdisciplinary approach". Based on the relationship between spoken and written language, we discuss some possibilities of dealing with linguistic data extracted from the "panel discussion" genre on the Web.*
- **KEYWORDS:** *"Panel discussion" genre on the Web; spoken and written language; communication on the Web; forum; transdisciplinarity; literacy.*

## Referências bibliográficas

ALVAREZ, M. C. Entre a estrutura e a prática social: o fórum "Índio Pataxó" e a construção dos dados pela Sociologia. MOURA, D. *Os múltiplos usos da língua*. Maceió: Edufal, 1999. p.238-41.

---

<sup>12</sup> Remeto, uma vez mais, a Corrêa (1997b).

- BIBER, D. *Variation across speech and writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- BIROLI, F. M. *A nação diante do suicídio de Vargas: uma análise do discurso do PCB*. Campinas, 1999a. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas.
- \_\_\_\_\_. O fato na mídia e a mídia como fato: o fórum “Índio Pataxó” como fonte histórica. In: MOURA, D. *Os múltiplos usos da língua*. Maceió: Edufal, 1999b. p.233-7.
- CELANI, M. A. A. Transdisciplinaridade na Linguística Aplicada no Brasil. In: SIGNORINI, I., CAVALCANTI, M. C. *Linguística aplicada e transdisciplinaridade: questões e perspectivas*. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p.129-42.
- CORRÊA, M. L. G. *O modo heterogêneo de constituição da escrita*. Campinas, 1997a. Tese (Doutrado em Linguística) – Instituto de Estudos de Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.
- \_\_\_\_\_. A heterogeneidade na constituição da escrita: complexidade enunciativa e paradigma indiciário. *Cadernos da Faculdade de Filosofia e Ciências UNESP Marília (SP)*: UNESP, 1997b, p.165-85.
- \_\_\_\_\_. Dados linguísticos e discursivos no fórum “Índio Pataxó”: primeiras discussões. In: MOURA, D. *Os múltiplos usos da língua*. Maceió: Edufal, 1999. p.229-32.
- GOODY, J. *La raison graphique: la domestication de la pensée sauvage*. Paris: Minuit, 1979.
- KLEIMAN, A. B. O ensino de línguas no Brasil. In: PASCHOAL, M. S. Z., CELANI, M. A. A. *Linguística Aplicada: da aplicação da linguística à linguística transdisciplinar*. São Paulo: Educ, 1992. p.25-36.
- KOMESU, F. *A notícia digital*. Bauru, 1997 (Trabalho de Iniciação Científica, financiado pelo CNPq-PIBIC, apresentado como Projeto Experimental à FAAC-UNESP-Bauru).
- LOPES, L. P. M. da. A transdisciplinaridade é possível em linguística aplicada? SIGNORINI, I., CAVALCANTI, M. C. *Linguística Aplicada e transdisciplinaridade: questões e perspectivas*. Campinas. Mercado de Letras, 1998. p.113-28.
- MARCUSCHI, L. A. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 1986.
- \_\_\_\_\_. Oralidade e escrita: texto da conferência pronunciada no I Colóquio Franco-brasileiro sobre linguagem e educação. UFRN, 26-8 jun. 1995, p.1-17.
- MARTINS, W. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. São Paulo: Anhembi, 1957.
- RISSO, M. S. “Agora... o que eu acho é o seguinte”: um aspecto da articulação do discurso no português culto falado. CASTILHO, A. T. (Org.) *Gramática do português falado*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993. p.31-60.



- SEARLE, J. R. *Os actos de fala*: um ensaio de filosofia da linguagem. Coimbra: Almedina, 1981.
- SERRANI-INFANTE, S. Abordagem transdisciplinar da enunciação em segunda língua: a proposta AREDA. SIGNORINI, I., CAVALCANTI, M. C. *Linguística Aplicada e transdisciplinaridade*: questões e perspectivas. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p.143-67.
- SIGNORINI, I. Do residual ao múltiplo e ao complexo: o objeto da pesquisa em Linguística Aplicada. SIGNORINI, I., CAVALCANTI, M. C. *Linguística Aplicada e transdisciplinaridade*: questões e perspectivas. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p.99-110.

## **Bibliografia**

- ABAUURRE, M. B. M., FIAD, R. S., MAYRINK-SABINSON, M. L. *Cenas de aquisição da escrita*. Campinas: Associação de Leitura do Brasil (ABL), Mercado de Letras, 1997.
- BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral*. São Paulo: Nacional, Edusp, 1976.
- CASTILHO, A. T. *A língua falada no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 1998.
- CHACON, L. *Ritmo da escrita*: uma organização do heterogêneo da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- DUCROT, O. *Estruturalismo e linguística*. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 1971.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.
- KLEIMAN, A. B. O estatuto disciplinar da linguística aplicada: o traçado de um percurso, um rumo para o debate. SIGNORINI, I., CAVALCANTI, M. C. *Linguística aplicada e transdisciplinaridade*: questões e perspectivas. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p.51-77.
- MARCUSCHI, L. A. Premissas para um tratamento adequado da oralidade e da heterogeneidade linguística no ensino de língua materna. In \_\_\_\_\_. *O tratamento da oralidade no ensino de língua* (em preparação), s.l.: l.n., p.1-14 (xerox).
- PRETI, D. *Sociolinguística*: os níveis da fala. São Paulo: Edusp, 1997.
- VERÓN, E. *A produção do sentido*. São Paulo: Cultrix, Edusp, 1980.

## VARIATION, SYNONYMIE ET EQUIVALENCE TERMINOLOGIQUE DANS LES DICTIONNAIRES DE MÉDECINE MONOLINGUES ET BILINGUES

Lídia Almeida BARROS<sup>1</sup>

- **RESUMÉ:** L'existence de variantes et de quasi-synonymes<sup>2</sup> terminologiques dans un même domaine est une réalité constatée par plusieurs études en terminologie descriptive. Les termes techniques/scientifiques coexistent avec les variantes populaires, régionales, orthographiques, syntaxiques et autres. En analysant certains dictionnaires terminologiques spécialisés en médecine, nous avons remarqué que les variantes et les quasi-synonymes ne font pas l'objet d'un traitement terminographique et ne participent donc pas de la nomenclature. Il est ainsi difficile à quelqu'un qui ne connaît que l'une de ces unités terminologiques d'entrer dans ces ouvrages et d'avoir accès à l'information désirée. Dans cet article nous faisons une analyse du traitement terminographique donné aux variantes et aux quasi-synonymes terminologiques dans certains dictionnaires de médecine, plus spécifiquement dans certains ouvrages de dermatologie, et présentons une proposition d'organisation du système de renvois qui prend en considération l'existence de plusieurs termes pour désigner un même concept.
- **MOTS-CLÉ:** Terminologie; terminographie; dermatologie; linguistique appliquée; lexicographie.

---

1 Departamento de Letras Modernas – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – 15054-000 – São José do Rio Preto. Endereço eletrônico: lidia@westnet.com.br

2 La terminologie comprend par *synonymie* une "relation entre désignations de même langue qui représentent la même notion" (ISO 1087, 1990, p.5). Les synonymes sont, toujours pour la terminologie, des "termes interchangeables dans tous les contextes d'un domaine" (ibidem). Les *quasi-synonymes*, par contre, sont des unités terminologiques qui désignent un même concept mais qui ne sont pas interchangeables dans tous les contextes. Etant donné que la synonymie parfaite est rare et que dans notre travail nous ne ferons référence qu'à des termes qui se trouvent en rapport de synonymie, mais que ne sont pas des synonymes parfaits, nous emploierons dans cet article le terme *quasi-synonyme* pour faire référence aux différents termes scientifiques qui désignent un même concept. Les termes *synonymie* et *termes à valeur synonymique* seront employés dans un sens général, c'est-à-dire sans entrer en détail sur les rapports précis de signification établis entre les unités terminologiques.

## **Introduction**

Depuis longtemps les études terminologiques descriptives ont constaté l'existence de variantes et de quasi-synonymes terminologiques dans un même domaine, ce qui met en question le principe de l'univocité (un et seulement un terme pour désigner un concept). Cette réalité a été vérifiée dans différents domaines et les ensembles terminologiques étudiés se composent souvent de termes techniques/scientifiques et de variantes populaires, régionales, orthographiques, syntactiques et d'autres. En analysant plusieurs vocabulaires spécialisés en médecine, nous avons remarqué que les variantes et les quasi-synonymes ne font pas partie de la nomenclature de ces ouvrages, malgré le fait qu'ils soient les seules expressions connues de beaucoup de lecteurs. Ne pas donner un traitement terminographique à ces unités terminologiques équivaut à fermer la porte d'accès à l'information cherchée par l'utilisateur. Dans cet article nous ferons des réflexions sur ce problème et sur la pratique terminographique. Plus précisément, nous analyserons le traitement donné à l'ensemble terminologique du domaine de la médecine dans certains ouvrages français et brésiliens et ferons une proposition de système de renvois qui prend en considération l'existence de plusieurs variantes et de quasi-synonymes terminologiques dans un même domaine. Ce système est celui adopté dans notre projet de *Vocabulaire multilingue de dermatologie*.

## **Le choix de la nomenclature**

La production d'un ouvrage terminologique suit un plan de travail préalablement établi qui prévoit, parmi les principales étapes nécessaires à son élaboration, la délimitation du domaine et des sous-domaines, la décision sur le nombre d'unités terminologiques qui doivent faire l'objet de la recherche et sur la nature des informations que le vocabulaire en projet véhiculera. Il faut encore prendre certaines décisions concernant les langues, les symboles lexicographiques, les principes terminologiques et les méthodes terminographiques avant de commencer le travail terminologique (Felber, 1984, p.274-5).

Deux autres décisions très importantes sont la détermination du public visé et, par conséquent, l'identification, avec précision, du niveau de langue (socioculturel). Ces décisions impriment des caractéristiques

fondamentales au répertoire, car elles conditionnent aussi bien le choix des unités terminologiques qui doivent composer la nomenclature de l'ouvrage, que le type d'informations qui doivent être véhiculées par les énoncés terminographiques.

L'existence d'un certain nombre de variantes et de quasi-synonymes terminologiques dans un même domaine et dans une même langue est, nous le savons, très courant, malgré le désir de la terminologie de travailler sur le principe de l'univocité. La médecine n'échappe pas à cette règle, quoiqu'elle fasse des efforts pour respecter le principe de l'homogénéité internationale de sa terminologie, comme l'attestent la *Nomina Anatomica*,<sup>3</sup> les règles de formation des termes de cette science et l'enregistrement officiel des néologismes. Toutes ces mesures devraient faire qu'il y ait moins de problèmes d'existence de variantes et de quasi-synonymes terminologiques, mais cela ne correspond effectivement pas à la réalité.

Pendant notre travail d'élaboration d'un vocabulaire de dermatologie, nous avons encore une fois constaté que, même dans un domaine si restreint, il existe une grande variété d'expressions pour désigner un seul concept. C'est le cas de la séquence de variantes et de quasi-synonymes du terme, en portugais, "*dermatofitose dos pés (dermatophytose des pieds)*", une dermatose (maladie de la peau):

dermatofitose dos pés: *tinea pedis*, dermatomicose dos pés, epidermofitose interdigital dos pés, intertrigo interpododáctilo, tinea da pele glabra, tinha dos pés, pé-de-Hong-Kong (*pop.*), pé-de-atleta (*pop.*), frieira (*pop.*). (notre dictionnaire)

Les six premiers termes sont scientifiques: le premier se présente sous une forme latine; les cinq autres en langue vernaculaire (dans le cas, le portugais). Les trois derniers sont, par contre, des termes populaires. La séquence ci-dessus constitue le résultat d'une recherche dans différents ouvrages spécialisés en médecine (dictionnaires et traités) et dans les dictionnaires de langue générale en portugais.

Pendant notre travail nous avons pu constater que le signalement des variantes et des quasi-synonymes terminologiques dans les dictionnaires de médecine est très variable: certains ne prévoient dans la microstructure des articles que l'indication de quelques quasi-synonymes de l'entrée; d'autres indiquent l'existence d'un terme populaire;

---

3 Document de la Fédération Internationale des Associations d'Anatomistes qui liste les noms officiels des parties du corps humain.

nombreux sont ceux qui n'enregistrent aucune variante, notamment lorsqu'il s'agit de variantes diachroniques, diatopiques, d'orthographe ou autres.

Dans le cas des dictionnaires terminologiques cette situation est normale, car le public visé est, dans la plupart des cas, composé de spécialistes du domaine, et les désignations populaires ne sont pas indiquées. La nomenclature de ces ouvrages ne comporte donc que des termes scientifiques. Les dictionnaires de langue, par contre, sont de grande utilité lorsque le projet terminologique prévoit l'étude et l'enregistrement de toute désignation d'un même concept appartenant à n'importe quel niveau de langue. Un exemple est celui de la *lèpre*, maladie qui peut être désignée, en portugais, par tous les termes suivants:

**lepra:**

séquence 1) hanseníase, leprose, hansenose, micobacteriose neurocutânea.

séquence 2) doença de Hansen, mal de Hansen.

séquence 3) gafa (*pop.*), gafo (*pop.*), lazeira (*pop.*), elefantíase-dos-gregos (*pop.*), mal-bruto (*pop.*), mal-de-lázaro (*pop.*), mal-de-são-lázaro (*pop.*), mal-morfético (*pop.*), morféia (*pop.*).

séquence 4) mal (*pop. Br.*), mal-do-sangue (*pop. Br.*), guarucaia (*pop. Br.*), macota (*pop. Br.*).

séquence 5) macutena (*pop. Br, MG*), mal-de-cuia (*pop. Br, SP*).

Les séquences ci-dessus correspondent à un classement dicté par des critères sociolinguistiques (niveau de langue, distribution géographique de l'usage), où nous avons:

- 1 termes scientifiques;
- 2 termes à la fois scientifiques et populaires (employés par les spécialistes et non-spécialistes);
- 3 termes de distribution géographique différente (au Portugal et au Brésil);
- 4 termes de distribution géographique restreinte au Brésil (certains sont d'origine indigène – *guarucaia* –, ou africaine – *macota* – de la langue quimbundo);
- 5 termes de distribution géographique restreinte à certaines régions du Brésil.

Les termes des séquences numéro 1 et 2 ont été obtenus dans les ouvrages spécialisés en médecine et dans un dictionnaire de langue

(*Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, 1986); les autres n'ont pu être trouvés que dans ce dernier.

Cette situation est tout-à-fait normale, dû à la nature même des ouvrages. Les premiers ont comme public visé les spécialistes du domaine et, par conséquent, la nomenclature n'est composée que de termes scientifiques. Les dictionnaires de langue, par contre, visent le grand public et leur but est celui d'enregistrer les désignations d'un concept au niveau du système linguistique (la langue générale) et, par conséquent, dans les différentes normes d'univers de discours. Ainsi, toute forme d'expression d'une notion appartenant à n'importe quelle norme linguistique font l'objet de l'enregistrement dans ce type d'ouvrage lexicographique.

L'accès à l'information est, dans le cas des dictionnaires spécialisés, plus restreint, car le lecteur doit obligatoirement connaître l'un des termes scientifiques pour pouvoir entrer dans l'ouvrage. Les non-spécialistes auront, dans ce sens, difficulté à obtenir les données qu'ils cherchent.

Si d'un côté tout type d'ouvrage terminographique est possible et la seule exigence faite par la terminologie est qu'il soit homogène et cohérent avec le projet original, d'un autre côté notre expérience nous fait réfléchir sur la fonction sociale d'un dictionnaire comptant une nomenclature tellement restreinte et sur la viabilité économique de ce type de projet.

En effet, les dictionnaires spécialisés sont très souvent consultés par un public moins ou pas de tout spécialisé dans le domaine. Celui-ci se compose d'étudiants de médecine, de journalistes, de traducteurs et de toute personne ayant un intérêt particulier sur l'une ou l'autre question concernant le corps humain ou une maladie. Ce public ne connaît forcément pas tous les termes scientifiques; au contraire, différentes situations peuvent amener un traducteur à chercher une unité terminologique dans un niveau de langue donné; un journaliste de divulgation scientifique à chercher un quasi-synonyme plus accessible à un public non-spécialisé; une personne atteinte d'une maladie quelconque – et qui ne connaît qu'une désignation populaire – à s'informer sur son problème; un médecin travaillant dans une région particulière et devant expliquer à un malade, dans un langage qu'il comprend, ce qui lui arrive.

Les dictionnaires terminologiques à public très réduit se justifient, à notre avis, plutôt lorsque le but est celui de traiter les données d'une manière approfondie. Autrement dit, ils sont importants en tant qu'ins-

trument de travail pour les médecins, une source d'informations approfondies qui les permettent de savoir plus sur le problème à affronter et, notamment, sur comment procéder dans certains cas. Même dans cette situation, il n'est pas exclu que le médecin n'ait pas des problèmes de communication avec le malade, comme nous l'avons déjà dit, et qu'il ne soit pas obligé d'utiliser un vocabulaire plus accessible par ce dernier. Un dictionnaire terminologique très spécialisé qui comporte une nomenclature restreinte aux termes scientifiques empêche souvent l'accès à l'information et, dans ce sens, il n'accomplit totalement pas sa fonction cognitive et sociale de renseigner.

Du point de vue économique, ce genre d'ouvrage est également peu viable. Ce problème n'est pas négligeable, car de plus en plus les maisons d'édition évitent de publier des ouvrages qui ne répondent pas aux besoins d'un public assez large.

Pour tous ces motifs nous croyons très utile le traitement, dans tout type de dictionnaire terminologique, de données concernant toute désignation possible d'un même concept, désignations appartenant à toutes normes linguistiques et à tous les niveaux de langue. L'accès à l'information constitue une condition *sine qua non* pour une communication efficace et pour la divulgation du savoir. Les dictionnaires terminologiques occupent une place importante dans ce processus.

Notre projet de vocabulaire multilingue de dermatologie suit ce principe et essaye de recueillir toutes les données concernant les désignations des maladies de la peau. La microstructure des articles du *Vocabulaire multilingue de dermatologie* est adaptée à ce type d'information, car elle compte un microparadigme appelé "Outras designações". Dans ce champ sont enregistrés toutes les variantes et tous les quasi-synonymes du terme-entrée. Dans notre vocabulaire, l'article concernant la *lèpre*, par exemple, prend la configuration suivante:

**hanseníase:** s. f. micobacteriose<sup>4</sup> causada pela *Mycobacterium leprae* e transmitida ao homem através de contágio direto (provavelmente por soluções de continuidade da mucosa nasal ou da pele) ou indireto (objetos contaminados, vetores). É uma doença crônica e infectocontagiosa, encontrada apenas em seres humanos, sendo mais frequente em homens do que em mulheres. Apresenta quadros clínicos diversos, dependendo do grau de resistência do organismo: 1)

---

4 Le premier terme de la définition correspond toujours au genre prochain. Ce terme est également défini dans notre vocabulaire, procédé qui garantit au lecteur non-spécialiste du domaine la décodification de l'énoncé définitionnel.

hanseníase indeterminada; 2) hanseníase tuberculóide; 3) hanseníase virchowiana; 4) hanseníase dimorfa. (...) Outras designações: lepra, leprose, hansenose, micobacteriose neurocutânea, doença de Hansen, mal de Hansen, elefantíase-dos-gregos (*pop.*), gafa (*pop.*), gafo (*pop.*), guarucaia (*pop. Br.*), lazeira (*pop.*), macota (*pop. Br.*), macutena (*pop. Br., MG*), mal (*pop. Br.*), mal-bruto (*pop.*), mal-de-cuia (*pop. Br., SP*), mal-de-lázaro (*pop.*), mal-de-são-lázaro (*pop.*), mal-do-sangue (*pop. Br.*), mal-morfético (*pop.*), morféia (*pop.*). Símbolo de classificação: 3.20.1.

Comme nous pouvons le voir, la microstructure des articles de notre vocabulaire prévoit toujours l'enregistrement de toute autre désignation du concept décrit par l'énoncé définitionnel. Du fait que notre ouvrage terminographique se caractérise comme un dictionnaire spécialisé dans un domaine scientifique, nous avons pris la décision de choisir toujours comme entrée le *terme scientifique le plus employé* dans la bibliographie médicale et par les dermatologues.

Notre décision d'enregistrer dans l'énoncé terminographique des articles de notre ouvrage toutes les formes désignatives d'une notion suit la conception que nous avons de la fonction sociale du travail terminologique, notamment en ce qui concerne l'efficacité de la communication et la divulgation du savoir.

## **Le traitement terminographique des variantes et des quasi-synonymes terminologiques**

### **Le système de renvois: aspects généraux**

Existence d'une série de variantes et de quasi-synonymes terminologiques constitue, par fois, une difficulté d'accès à l'information dans un vocabulaire. L'organisation du système de renvois est, dans ce sens, très importante pour l'obtention de bons résultats dans la recherche des données. Ce système, en tant que réseau de relations lexico-sémantiques, a pour objectif garantir la circulation des informations et orienter les lecteurs sur le parcours à suivre pour obtenir les informations recherchées. Les fonctions et les objectifs de cette composante structurelle des répertoires peuvent être conçus comme suit:

Ce système appartient au code de tous les dictionnaires; il se manifeste dans la macrostructure et dans la microstructure. Au niveau de la microstructure, il a pour fonction de corriger l'isolement total des messages, notamment en cons-



truisant des champs sémantiques. Au niveau de la macrostructure, il permet de retrouver les messages déplacés dans l'ordre alphabétique ou de regrouper deux entrées donnant lieu à un même message (variantes graphiques). On fait figurer à l'ordre alphabétique un rappel d'entrée qui n'est pas traitée, suivi d'un renvoi à l'entrée où elle se trouve. (Rey-Debove, 1971, p.59).

Le système de renvois peut ainsi se présenter dans la macrostructure et/ou dans la microstructure. Dans la première, certaines entrées ne font pas l'objet de définition. Elles ne donnent pas lieu à un article complet. Le rapport lecteur-information s'établit au moyen d'un mécanisme pratique: "là, où le lecteur devrait lire le mot cherché, il trouve l'instruction: reportez-vous à une autre entrée pour connaître la définition du terme cherché" (Dubois, 1971, p.58). La fonction de cette instruction est de servir de rappel à d'autres entrées, d'indiquer ainsi à l'utilisateur le parcours qu'il doit suivre pour obtenir l'information cherchée. L'article-renvoi est alors un article dont la fonction est de renvoyer le lecteur à un autre article. L'article principal est, en revanche, l'article dont la fonction est de transmettre toutes les informations concernant l'unité terminologique cherchée par le lecteur.

Le système de renvois joue un rôle très important surtout dans le cas de l'agencement des entrées par ordre alphabétique. La nécessité d'explicitier les relations lexico-sémantiques qui s'établissent entre l'ensemble d'entrées d'un répertoire au moyen du système de renvois se présente, selon certains auteurs, à cause de ce type de classement (alphabétique). En effet, ces auteurs soutiennent que dans les vocabulaires systématiques la présence du système de renvois est totalement superflue. L'Office de la langue française, par exemple, considère que "dans un classement systématique, les renvois deviennent inutiles, étant donné que les relations des notions entre elles sont clairement exprimées par l'organisation même des mots" (Corbeil, 1973, p.69).

Cette position est, toutefois, contestée par d'autres auteurs qui voient dans les index alphabétiques des vocabulaires systématiques une expression du système de renvois:

Mais les dictionnaires conceptuels qui organisent la nomenclature selon une grille sémantique (champs d'intérêt, domaines, etc.) n'assurent pas la clôture de l'énoncé et ils ne peuvent pas être consultés facilement sans l'aide d'un index (c'est-à-dire par un retour à l'ordre alphabétique); ils impliquent d'ailleurs un découpage du monde (considéré à la fois comme universel et fini) inapte à traduire le changement. Ainsi l'ordre alphabétique reste-t-il dominant, sinon exclusif... (Dubois, 1971, p.57)

Il est ainsi évident que l'organisation du système de renvois dépend de la nature, des fonctions et du type d'ouvrage terminologique et, finalement, il est présent dans n'importe quel type de répertoire.

La mise en évidence totale et parfaite des relations sémantico-notionnelles établies entre les entrées d'un répertoire peut heurter les conditions pratiques d'exécution d'un projet d'ouvrage terminographique, car "un système complet de rappels et de renvois qui corrige les dérogations à l'ordre alphabétique alourdit considérablement la nomenclature, et aucun lexicographe, à notre connaissance, ne l'applique" (Rey-Debove, 1971, p.60).

Le fait qu'*a priori* toutes les unités terminologiques qui composent la macrostructure d'un répertoire entretiennent des rapports sémantico-conceptuels impose une limite à l'établissement du système de renvois. Les terminologues sont alors obligés de définir des critères pour l'établissement de ce système. Ces critères sont en général qualitatifs et quantitatifs. L'efficacité et la cohérence du système de renvois dépendent ainsi de l'établissement de critères sémantico-conceptuels et statistiques adaptés à la nature et aux fonctions spécifiques de l'ouvrage en projet.

### **Les variantes et les quasi-synonymes terminologiques dans les dictionnaires médicaux et de langue générale**

Presque tous les répertoires de médecine et de dermatologie que nous avons consulté organisent l'ensemble de leurs entrées en ordre alphabétique. Cette caractéristique, associée à l'existence d'une série de variantes et de quasi-synonymes terminologiques, fait que le système de renvois se fasse nécessaire. La plupart des répertoires consultés pendant notre recherche adopte comme critère d'établissement de ce système le rapport de signification le plus fréquent: la quasi-synonymie. Le but est donc celui de regrouper deux entrées donnant lieu à un même message.

En prenant comme exemple le terme *lèpre*, nous avons analysé le traitement terminographique donné à cette unité terminologique dans les différents dictionnaires médicaux et de langue générale, monolingues et bilingues.

En français, nous avons pu constater que le seul quasi-synonyme de *lèpre* présent dans tous les dictionnaires consultés est *maladie de*

Hansen. L'ouvrage spécialisé *Dermatologie générale, dermato-allergologie, angéiologie-vénérologie* (Cartier & Guillet, 1999), organisé en chapitres dont les titres suivent l'ordre alphabétique, n'enregistre ni *lèpre*, ni *maladie de Hansen* ou autre ou quasi-synonyme. Le *Dictionnaire de dermatologie* (Daniel, 1990) n'indique pas, dans l'article consacré à la lèpre (p.391-4), aucune variante terminologique et le terme *maladie de Hansen* ne fait pas l'objet d'entrée d'article-renvoi.

Le *Dictionnaire médical Masson* (1997) donne le traitement terminographique suivant à ces unités terminologiques :

Hansen (maladie de). Syn. de lèpre. (p.477)

*lèpre*. f. (*angl. leprosy*) Maladie infectieuse chronique généralisée de l'homme, due à *Mycobacterium leprae* et caractérisée par des lésions granulomateuses spécifiques de la peau, des muqueuses, des nerfs, des os et des viscères. □ - indéterminée. Lèpre qui donne lieu à des cas bénins (...). □- lépromateuse. Lèpre maligne, stable, riche en bacilles (...). □- tuberculoïde. Lèpre habituellement bénigne, stable, en générale négative (...). □- tuberculoïde maculaire. Lèpre tuberculoïde présentant des lésions cutanées bien définies (...). □- tuberculoïde majeure. Forme de lèpre bacillonégative, caractérisée par des infiltrations délimitées d'aspect souvent lupôide. (p.587)

Comme nous pouvons le voir, l'article principal a comme entrée le terme *lèpre* et ne signale l'existence d'aucune variante terminologique ou quasi-synonyme. Il y a cependant un article-renvoi dont le terme-vedette est *maladie de Hansen*, qui indique l'existence de *lèpre*. Le renvoi n'est pas explicite, mais le lecteur peut facilement déduire que si les informations ne se trouvent pas dans cet article, elles se trouveront sûrement dans l'article de *lèpre*.

Plusieurs ouvrages spécialisés ont comme titre du chapitre consacré à la description de cette maladie les deux termes à la fois: *lèpre ou maladie de Hansen*. C'est le cas du *Livre de l'interne. Dermatologie et maladies sexuellement transmissibles* (Belaïche, 1994, p.280); *Dermatologie clinique et vénéréologique* (Touraine & Revuz, 1997, p. 91). D'autres ouvrages, telles que le *Dictionnaire de dermatologie pédiatrique* (Bonafé et al., 1985) et *Dermatologie infectieuse* (Halioua et al., 1997) ont comme entrée le terme *lèpre*, suivie de l'indication "Syn.: maladie de Hansen", ou "Lèpre" (= entrée). "Syn.: Hansen (maladie de)". En suivant l'ordre alphabétique, le lecteur ne trouve cependant pas à *Hansen* ou à *maladie de Hansen* le renvoi à *lèpre*. Il faut donc qu'il entre obligatoirement par ce dernier.

Les dictionnaires généraux de langue française ne donnent pas un traitement lexicographique très différent à ces unités terminologiques. Le *Petit Larousse illustré* (1991) emploie comme entrée de l'article principal le terme *lèpre* (p.566) et n'indique aucun ou quasi-synonyme dans son énoncé lexicographique. L'unité terminologique *maladie de Hansen* ne fait pas l'objet d'entrée d'un article-renvoi, ni sous cette forme, ni sous la forme croisée souvent employée dans le cas des éponymes (*Hansen, maladie de*). Le même arrive à l'intérieur du *Robert pour tous. Dictionnaire de la langue française* (1994, p.659) et dans *LEXIS Dictionnaire de la langue française* (1994, p.1037).

Au Brésil, parmi les dictionnaires médicaux les plus utilisés se trouvent les traductions d'ouvrages originellement écrits en langue anglaise, notamment le *Dicionário médico Stedman* (Teixeira, 1996) et le *Vocabulário médico* (Blakiston, 1979).

La version brésilienne du *Stedman* a comme caractéristique principale le fait d'avoir les entrées en anglais suivies du (des) terme(s) équivalent(s) en portugais et d'une définition également en portugais. Pour un lecteur brésilien qui ne connaît pas le terme en anglais, il est prévu, à la fin du répertoire, un index alphabétique portugais → anglais. Nous pouvons trouver dans cet index le terme *lepra* suivi des équivalents respectivement en langue latine et anglaise :

*lepra*:lepra, leprosy.

*Leprosy* est le terme-entrée de l'article principal où nous pouvons trouver les informations concernant cette maladie. L'index alphabétique de cet ouvrage n'enregistre cependant pas les termes *doença de Hansen, mal de Hansen* ou aucun autre terme équivalent en portugais, même – étonnons-nous – *hanseníase*, le terme scientifique le plus employé par les spécialistes du domaine au Brésil. Un lecteur brésilien qui ne connaît que l'une de ces unités terminologiques trouve de difficulté à entrer dans ce dictionnaire. Il est vrai qu'il est rare qu'un brésilien qui connaît ces termes ne sache pas qu'elles sont des quasi-synonymes de *lepra*. Il est cependant possible que le contraire arrive et que ce lecteur, en ayant entendu parler de *doença de Hansen, mal de Hansen* ou de *hanseníase*, veuille savoir plus sur cette maladie et ne puisse pas trouver les données qu'il cherche, car le dictionnaire ne prévoit pas l'entrée par ces termes.

Une situation semblable peut être constatée dans *Blakiston* (1979), où le terme *lepra* constitue l'entrée d'un l'article principal (p.580). Son

énoncé terminographique indique comme quasi-synonyme le terme *doença de Hansen*, mais celui-ci, ainsi que *hanseníase*, *mal de Hansen* et d'autres, ne font pas l'objet d'entrée d'articles-renvois.

Le même arrive dans d'autres dictionnaires médicaux en portugais, comme le *Dicionário médico* (Manuila et al. 1997). Dans ce répertoire, le terme *lepra* est défini (p. 430), mais l'énoncé terminographique de son article n'indique aucun quasi-synonyme. *Doença de Hansen*, *mal de Hansen*, *hanseníase* ou autre quasi-synonyme/variante ne font pas l'objet d'entrée d'articles-renvois. Un autre ouvrage, également appelé *Dicionário médico* (Fortes & Pacheco, 1968), décrit cette maladie dans un article dont l'entrée est le terme *lepra* (p. 647), mais n'indique aucune variante ou quasi-synonyme dans l'énoncé terminographique. Par contre, *mal de Hansen* et *hanseníase* ont une place dans la macrostructure :

Hansen, mal de. Lepra; morfêia (définition). (p.525)  
hanseníase. Lepra ou morfêia; mal de Hansen. (p.525)

Malgré l'identification erronée des maladies *morphée* et *lèpre*,<sup>5</sup> ce dictionnaire médical procède, à notre avis, correctement, en créant des articles-renvois qui permettent à l'utilisateur d'avoir plus de possibilité de trouver les informations qu'il cherche.

Dans le domaine des répertoires bilingues, le *Dicionário médico inglês-português* (Alves, 1992) indique des équivalents en anglais et en portugais de *lèpre*, et donne définition :

Hansen's disease – Doença de Hansen, lepra ou hanseníase. V. *leprosy*. (p.120)  
*leprosy* – Lepra, morfêia. Infecção de evolução lenta e longo período de incubação causada pela *Mycobacterium leprae*. V. *Hansen's disease*. (p.157)

Le système de renvois de ce répertoire, contrairement aux autres ouvrages analysés, est plus complet, peut-être même trop, car il indique un double parcours: de l'article-renvoi au principal et vice-versa.

L'autre *Dicionário médico inglês-português* (Fortes, 1968), à son tour, se distingue de son homonyme dans le sens où il présente comme entrée d'un article principal le terme anglais *leprosy*, suivi d'équivalents

---

5 Actuellement morphée et lèpre sont distinguées par les spécialistes: elles constituent des maladies différentes. Toutefois, dans la tradition populaire brésilienne ces deux termes sont utilisés comme des quasi-synonymes, car morphée a comme étymologie "morphé, du grec, *forme*" et signifie "la maladie qui déforme le corps".

en portugais (*lepra* et *leprose*) et d'une définition (p.385), mais ne présente pas *Hansens'disease* comme entrée d'un article-renvoi.

En ce qui concerne les dictionnaires brésiliens de langue générale, le *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (Ferreira, 1986) présente dans la page 1022 l'article contenant la description de *lepra*. A la fin de celui-ci nous trouvons une liste de presque toutes les expressions existantes en portugais pour désigner le concept de *lèpre*, appartenant à différents niveaux de langue et ayant une distribution géographique plus large ou plus restreinte, comme nous l'avons déjà vu. Dans la macrostructure de ce dictionnaire nous pouvons constater la présence, en tant qu'entrées d'articles-renvois, de toutes les variantes et de tous les quasi-synonymes:

- elefantíase-dos-gregos: S. f. V. lepra (1). (p. 624)
- gafa: S. f. (...) 2. V. lepra (1). (...) (p. 827)
- gafo: S. m. (...) 4. V. lepra (1). (...) (p. 827)
- guarucaia: S. f. Br. V. lepra (1). (p. 875)
- hanseníase. (...) s. f. Patol. V. lepra (1). (p. 882)
- lazeira: (...) S. f. (...) 2. V. lepra (1) (p. 1016)
- macota. (...) S. f. (...) 5. V. lepra (1) (...) (p. 1060)
- macutena. (...) S. f. Br., MG. 1. V. lepra (1). (p. 1061)
- mal<sup>1</sup>. (...) S. m. (...) Mal de Hansen. V. lepra (1). (...) (p.1067)
- mal-bruto. S. m. (p. 1068)
- mal-de-cuia. (...) S. m. Br., SP Pop. V. lepra (1). (p. 1069)
- mal-de-lázaro. (...) S. m. V. lepra (1). (p.1069)
- mal-de-são-lázaro. (...) S. m. V. lepra (1). (p.1069)
- mal-do-sangue. (...) s m. Br. Pop. V. lepra (1). (p.1069)
- mal-morfético. (...) s m. V. lepra (1). (p.1072)
- morféia: (...) s f. V. lepra (1). (p.1159)

Le système de renvois de ce dictionnaire est, à notre avis, le plus complet et fonctionnel de tous les ouvrages que nous avons analysé. Il permet à tous les lecteurs, connaisseurs de plusieurs ou d'une seule désignation ci-dessus, d'entrer dans le répertoire et de trouver l'information qu'il désire.

### **Le traitement terminographique des variantes et des quasi-synonymes dans notre vocabulaire de dermatologie**

Pour éviter la situation où l'usager qui ne connaît pas le terme-vedette de l'article principal – et qui donc ne peut entrer dans le répertoire qu'au

moyen d'une variante ou d'un quasi-synonyme –, nous avons adopté, dans le cadre de notre projet de vocabulaire de dermatologie, deux procédés généraux:

1 *le signalement, dans le microparadigme de l'article principal appelé "Outras designações", de toutes les désignations d'un même concept.* Celles-ci peuvent être un terme scientifique (en latin ou en langue vernaculaire), un terme populaire (variante diaphasique), un terme régional (variante diatopique), un terme plus ancien (variante diachronique), une forme abrégée (sigle, acronyme etc.) ou autre forme d'expression d'un même concept décrit dans un article principal. A la suite de ces termes sont présentées, en italique, les marques d'usage *pop.* (populaire), *reg.* (régionalisme), *ant.* (ancien) etc.

2 *la création d'un article-renvoi pour chaque variante ou quasi-synonyme, avec le but d'orienter le lecteur à chercher dans l'article principal l'information qu'il désire.* Le terme-vedette de l'article-renvoi est donc un terme scientifique à valeur synonymique (quasi-synonyme) ou une variante de l'unité terminologique qui fait l'objet d'entrée de l'article principal. Cette démarche peut être constatée dans les exemples ci-dessous:

hansenose: s. f. Ver: hanseníase.  
lepra: s. f. Ver: hanseníase.  
leprose: s. f. Ver: hanseníase.  
micobacteriose neurocutânea: s. f. Ver: hanseníase.  
doença de Hansen: s. f. Ver: hanseníase.  
elefantíase-dos-gregos: s. f. *pop.* Ver: hanseníase.  
gafa: s. f. *pop.* Ver: hanseníase.  
gafo: s. m. *pop.* Ver: hanseníase.  
guarucuia: s. f. *pop. Br.* Ver: hanseníase.  
Hansen (doença de): s. f. Ver: hanseníase.  
lazeira: s. m. *pop.* Ver: hanseníase.  
macota: s. m. *pop. Br.* Ver: hanseníase.  
macutena: s. f. *pop. Br., MG* Ver: hanseníase.  
mal de Hansen: s. m. Ver: hanseníase.  
mal: s. m. *pop. Br.* Ver: hanseníase.  
mal-bruto: s. m. *pop.* Ver: hanseníase.  
mal-de-cuia: s. m. *pop. Br., SP* Ver: hanseníase.  
mal-de-lázaro: s. m. *pop.* Ver: hanseníase.  
mal-de-são-lázaro: s. m. *pop.* Ver: hanseníase.  
mal-do-sangue: s. m. *pop. Br.* Ver: hanseníase.  
mal-morfético: s. m. *pop.* Ver: hanseníase.  
morféia: s. m. *pop.* Ver: hanseníase.

Cette liste de renvois est une conséquence de notre décision de faire participer de la nomenclature de notre répertoire toutes les désignations d'un concept spécialisé, soient-elles scientifiques ou pas. Le système de renvois essaye ainsi de rendre plus facile l'accès du lecteur à l'information, en ayant en vue le fait que notre ouvrage vise tout type de public.

Du point de vue de la macrostructure, notre ouvrage est à la fois un vocabulaire systématique et alphabétique. Les unités terminologiques du domaine de la dermatologie sont organisées en trois champs notionnels, à savoir: la structure de la peau, les lésions et les dermatoses. Chaque terme a une place spécifique dans le système de notions et, ainsi, les rapports de signification maintenus entre les unités terminologiques sont clairs. Dans ce cas, théoriquement il n'y aurait pas besoin d'un système de renvois à l'intérieur de la partie principale de l'ouvrage: il suffirait de placer un index alphabétique à la fin du même. Toutefois, en partant du principe que le public visé a un caractère général, nous avons crû mieux agencer les articles dans l'ordre alphabétique, pour faciliter la consultation. Dans ce sens, il a fallu penser à l'organisation d'un système de renvois cohérent, où chaque variante ou quasi-synonyme du terme-vedette d'un article principal fait l'objet d'entrée d'un article-renvoi.

Le lecteur peut ainsi consulter le répertoire en suivant l'ordre alphabétique des entrées, mais il peut également avoir une vision plus large de l'organisation des unités terminologiques, et des rapports sémantico-notionnels qu'elles entretiennent les unes avec les autres, en consultant le système de notions placé au début de l'ouvrage. En constatant l'existence de nombreux quasi-synonymes ou variantes, nous avons dû nous poser la question suivante: quels termes doivent-ils appartenir à ce système? Uniquement les termes-vedettes des articles principaux, toute autre forme de désignation? ou les deux? Nous considérons importante la présence de toutes les désignations (termes scientifiques, variantes, quasi-synonymes) dans le système de notions et, dans ce sens, nous l'avons structuré comme suit:

### 3.20. **Micobacteriose**

- 3.20.1. Hanseníase, lepra, leprose, hansenose, micobacteriose neurocutânea, doença de Hansen, mal de Hansen, gafa, gafo, lazeira, elefantíase-dos-gregos, mal-bruto, mal-de-lázaro, mal-de-são-lázaro, mal-morfético, morféia, mal, mal-do-sangue, mal-de-cuia, guarucaia, macota, macutena.
- 3.20.1.1. Hanseníase indeterminada, hanseníase incaracterística, hanseníase indiferenciada, HI.



- 3.20.1.2. Hanseníase virchowiana, lepra lepromatosa, HV.
- 3.20.1.2.1. Hanseníase virchowiana históide.
- 3.20.1.2.2. Hanseníase virchowiana difusa, lepra bonita de Latapi, lepra de Lúcio, lepra manchada, lepra lazarina, lepromatose difusa pura e primitiva.
- 3.20.1.3. Hanseníase dimorfa, hanseníase *boderline*, hanseníase *boderline* de Wade, HB.
- 3.20.1.4. Hanseníase tuberculóide, lepra nervosa, lepra cutânea, lepra nodular, HT
- 3.20.1.4.1. Hanseníase tuberculóide infantil, lepra tuberculóide nodular da infância.

Comme nous pouvons le voir, toutes les unités terminologiques qui désignent un même concept sont organisées dans une séquence marquée par le même symbole de classification. De cette manière, lorsque le lecteur consulte le système de notions de notre répertoire, il a une vision complète de toutes les désignations possibles. La série est composée, dans l'ordre, du terme-vedette de l'article principal (le terme scientifique le plus employé par les spécialistes du domaine), d'autres termes scientifiques et les désignations populaires, régionales etc.

## Conclusions

Pendant notre recherche nous avons constaté une grande hétérogénéité dans le traitement terminographique des variantes et des quasi-synonymes d'un terme appartenant à un domaine de la médecine. L'absence de variantes populaires et de tout autre type de variante dans la nomenclature des différents répertoires analysés est évidente, notamment au niveau du système de renvois. En effet, ces variantes (diaphasyques, orthographiques etc.) ne font pas l'objet d'entrée ni d'articles principaux – où se trouvent toutes les données concernant la maladie en question –, ni d'articles-renvois. Elles ne sont même pas mentionnées dans l'énoncé terminographique des articles principaux comme autres désignations possibles du terme-vedette. Ces variantes sont cependant souvent les seuls termes connus du lecteur. Ce traitement terminographique peut rendre impossible l'accès de l'utilisateur à l'information qu'il cherche.

En considérant ce type de problème, nous avons élaboré pour notre vocabulaire un modèle de microstructure des articles et un modèle de

système de renvois adaptés au traitement des séries d'autres formes de désignation, termes qui peuvent appartenir à différents niveaux de langue ou avoir une distribution géographique diversifiée. L'entrée de l'article principal est le terme scientifique le plus employé par les spécialistes brésiliens, et tout autre terme qui désigne la même notion est signalé dans le microparadigme "Outras designações".

Etant donné qu'il est impossible d'organiser un système de renvois qui met en évidence toutes les relations lexico-sémantiques et sémantico-notionnelles établies entre les unités terminologiques d'un domaine, nous avons donné préférence au rapport de synonymie. Ainsi, dans le microparadigme "Outras designações" sont enregistrées toutes les unités terminologiques qui maintiennent ce type de rapport avec le terme-vedette de l'article principal. A leur tour, toutes ces unités linguistiques font l'objet d'entrées d'articles-renvois. Le lecteur qui ne connaît qu'un de ces termes (qui n'est pas l'entrée de l'article principal) peut trouver les informations qu'il cherche en suivant le chemin indiqué par le système de renvois. Le *Vocabulaire multilingue de dermatologie*, en préparation à l'Université de l'Etat de São Paulo – UNESP de São José do Rio Preto, essaye ainsi de prévoir les différentes portes par lesquelles le lecteur peut vouloir entrer.

Nous croyons que le traitement terminographique de toutes les formes de désignation d'un même concept dans n'importe quel type de répertoire est d'importance fondamentale, car de cette manière le dictionnaire peut accomplir l'une de ses principales fonctions sociales, c'est-à-dire de rendre plus facile l'accès au savoir scientifique. Cette question est, à notre avis, très importante et mérite une attention spéciale de la part de la terminographie.

BARROS, L. A. Variação, sinonímia e equivalência terminológica nos dicionários de medicina monolíngües e bilingües. *Alfa (São Paulo)*, v.43, p. 69-87, 1999.

- *RESUMO: A existência de variantes e de quase-sinônimos terminológicos dentro de um mesmo domínio é uma realidade constatada por muitos estudos em terminologia descritiva. Os termos técnicos/científicos coexistem com as variantes populares, regionais, ortográficas, sintáticas e outras. Analisando certos dicionários terminológicos especializados em medicina, observamos que as variantes e os quase-sinônimos não são tratados terminograficamente e, assim, não constam da nomenclatura. Desse modo, fica difícil para alguém*

que conheça apenas uma dessas unidades terminológicas consultar essas obras e ter acesso à informação desejada. Neste artigo, faremos uma análise do tratamento terminográfico dado às variantes terminológicas e aos quase-sinônimos em certos dicionários de medicina, mais especificamente em certas obras de dermatologia, e apresentaremos uma proposta de organização de um sistema de remissivas que leve em consideração a existência de diferentes termos para designar um mesmo conceito.

- PALAVRAS-CHAVE: Terminologia; terminografia; dermatologia; linguística aplicada; lexicografia.

## Références bibliographiques

- ALVES, E. *Dicionário médico inglês-português*. São Paulo: Atheneu, 1992.
- BELAÏCHE, S. *Le livre de l'interne. Dermatologie et maladies sexuellement transmissibles*. Paris: Flammarion, 1994.
- BLAKISTON. *Vocabulário médico*. New York: Macgraw-Hill, 1979.
- BONAFÉ, J. L., CHRISTOL, B., LASSÈRE, J. *Dictionnaire de dermatologie pédiatrique*. Paris: Maloine, 1985.
- CARTIER, H., GUILLET, G. *Dermatologie générale, dermato-allergologie, angéiologie-vénérologie*. Thoiry: Heures de France, 1999.
- CORBEIL, J. C. (Dir.). *Guide de travail en terminologie. Cahiers de l'Office de la langue française (Québec)*, n.20, 1973.
- DANIEL, F. *Dictionnaire de dermatologie*. Paris: Masson, 1990.
- DICTIONNAIRE médical Masson. Paris: Masson, 1997.
- DUBOIS, J. et C. *Introduction à la lexicographie: le dictionnaire*. Paris: Larousse, 1971.
- FELBER, H. *Manuel de terminologie* [pour le Programme général d'information et l'UNISIST et pour le Centre international d'information pour la terminologie. Paris: Unesco/Infoterm, 1984.
- FERREIRA, A. B. H. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2.ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FORTES, H. *Dicionário médico inglês-português*. 3.ed. Rio de Janeiro: Fábio M. de Mello Ed., 1968.
- FORTES, H., PACHECO, G. *Dicionário médico*. Rio de Janeiro: Fábio M. de Mello Ed., 1968.
- GALISSON, R., COSTE, D. *Dictionnaire de didactique des langues*. Paris: Hachette, 1976.
- HALIOUA, B. et al. *Dermatologie infectieuse*. Paris: Masson, 1997.
- LE ROBERT *pour tous. Dictionnaire de la langue française*. Paris: Le Robert, 1994.

- LEXIS *Dictionnaire de la langue française*. Paris: Larousse, 1994.
- MANUILA, L., MANUILA, A., NICOULIN, M. *Dicionário médico Andrei*. São Paulo: Andrei, 1997.
- PETIT *Larousse illustré*. Paris: Larousse, 1991.
- REY-DEBOVE, J. *Etude linguistique et sémiotique des dictionnaires français contemporains*. Paris: Mouton, 1971.
- TEIXEIRA, A. S. (Ed.) *Stedman: dicionário médico*. 25.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1996.
- TOURAINÉ, R., REVUZ, J. *Dermatologie clinique et vénéréologique*. 4.ed. Paris: Masson, 1997.

# OS PROBLEMAS DA CLASSIFICAÇÃO TRADICIONAL DAS UNIDADES LÉXICAS E UMA PROPOSTA DE SOLUÇÃO: O CRITÉRIO SÊMIO-TÁXICO

Aldo Luiz BIZZOCCHI<sup>1</sup>

- **RESUMO:** Este trabalho discute os problemas que envolvem a delimitação das unidades léxicas da língua – que costumam ser identificadas ao conceito intuitivo e nebuloso de “palavra” –, tanto no sistema (lexias) quanto no discurso (vocábulos), por força das peculiaridades morfossintáticas e gráficas de cada língua, que conduzem muitas vezes a uma dificuldade no reconhecimento da unidade simples, composta ou complexa (na verdade, seqüência de unidades simples ou compostas), com conseqüentes repercussões nos estudos lexicológicos e lexicográficos, em que é fundamental reconhecer com clareza a fronteira entre tais unidades léxicas. A seguir, propõe-se um critério metodológico de delimitação das unidades léxicas, com vistas à solução do problema em questão.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Unidades léxicas; lexia; vocábulo; lexicologia; lexicografia; critério sêmio-táxico.

## Introdução

Um dos grandes problemas que sempre se colocam quando se estuda o léxico de uma língua do ponto de vista morfossintático é a classificação das lexias ou dos vocábulos nas categorias simples, composto, complexo e textual. Embora tal distinção não seja ociosa, porquanto diga respeito aos próprios processos de formação dessas unidades léxicas,

---

<sup>1</sup> Programa de Mestrado em Comunicação e Ciências da Linguagem – Instituto de Ciências Sociais e Comunicação – Universidade Paulista – 04026-002 – São Paulo.

ela acarreta uma série de embaraços, já que a fronteira entre as categorias supramencionadas é quase sempre fluida, além de os critérios tradicionais de classificação se basearem freqüentemente no aspecto gráfico da palavra, o qual é em geral bastante enganador. Assim, procuramos aqui propor um critério rigoroso de classificação morfossintática das unidades léxicas, que escape aos percalços das classificações tradicionais e que seja válido para qualquer língua que admita as categorias léxicas em questão.

## **A classificação morfossintática das unidades léxicas**

Pottier (1974, p.266-7) classifica as lexias em simples, compostas, complexas e textuais, conforme segue:

a) *La lexie simple correspondre au "mot" traditionnel dans de nombreux cas: chaise, pour, mangeait, la.*

b) *La lexie composée est le résultat d'une intégration sémantique, qui se manifeste formellement: tire-bouchons, vert-bouteille, rez-de-chaussée. Le lien peut être très étroit entre un lexème et un grammème, pour former un lexème secondaire: fourchette (qui ne s'oppose plus à fourche), remanier († manier).*

*Toute séquence peut s'intégrer et former un nouveau lexème. Esp.: ensimismarse (sur "en si mismo"), pordiosear (sur "¡ por Dios!").*

c) *La lexie complexe est une séquence en voie de lexicalisation, à des degrés divers:*

*La guerre froide, un complexe industriel, prendre des mesures, feu rouge, bel e bien, hot dogs.*

...

d) *La lexie textuelle est une lexie complexe qui atteint le niveau d'un énoncé ou d'un texte: hymne national, prière, tirade, devinette, proverbe...*

Note-se que a tipologia da lexia proposta por Pottier se atém sobretudo ao grau de liberdade combinatória dos lexemas que a formam (Pais, 1977, p.62), o qual é atestado principalmente pela grafia (as lexias simples consistem uma só palavra, as lexias compostas por vezes têm seus lexemas constituintes ligados por hífen, as lexias complexas e textuais são formadas de palavras livres, separadas por brancos gráficos).<sup>2</sup> Na

<sup>2</sup> Neste trabalho, estamos empregando o termo *palavra* como seqüência de letras não separadas entre si por espaços em branco ou qualquer outro sinal gráfico.

pesquisa lexicológica, a unidade léxica detectada no *corpus* é sempre uma palavra, manifestação efetiva de um vocábulo, unidade de discurso. Como o vocábulo não é senão uma lexia que se atualiza num discurso determinado, sofrendo, portanto, uma redução sêmio-táxica de seu significado, ocorre que também os vocábulos se dividem em simples, compostos e complexos (entretanto, devemos nos referir à atualização discursiva de uma lexia textual como enunciado atualizado). Embora os vocábulos possam ser lexicais ou gramaticais, segundo contenham ou não lexemas em sua estrutura morfossintática, analisaremos aqui apenas os vocábulos lexicais. As definições de vocábulo simples, composto e complexo que daremos a seguir são definições tradicionais e baseadas sobretudo no aspecto gráfico dos vocábulos. Tais definições aplicam-se bastante bem a línguas como o português ou o francês. Entretanto, não funcionam para línguas como o alemão e o holandês, por exemplo. Assim sendo, partiremos delas para em seguida demonstrar a insuficiência, problematizando a questão com alguns contra-exemplos. A partir daí, proporemos um novo critério para a identificação dos tipos de vocábulo. O estabelecimento de uma definição consistente de vocábulo simples, composto e complexo é de fundamental importância em lexicologia e lexicografia, uma vez que a pesquisa lexicológica e lexicográfica quase sempre envolve a coleta de unidades a partir de um *corpus*, sendo então necessário delimitar tais unidades, isto é, definir que tipos de vocábulos constituirão o objeto da análise; para tanto, é imprescindível saber se uma determinada unidade léxica é ou não decomponível em unidades menores.

O vocábulo lexical simples é aquele formado de um único lexema, e um número qualquer de gramemas:

$$V_s = \{1, g_1, g_2, \dots, g_n\}$$

Gráficamente, o vocábulo simples apresenta-se como uma seqüência ininterrupta de letras, percebida e seguida de espaços em branco, seqüência esta que, como já fizemos anteriormente, denominaremos, na falta de termo melhor, como palavra. Exemplos: cadeira, elefante, bonito, amar.

O vocábulo lexical composto resulta da combinação de dois ou mais vocábulos simples. Gráficamente, os vocábulos simples que constituem o vocábulo composto apresentam-se aglutinados ou ligados por hífen, de modo a formarem uma seqüência ininterrupta de sinais gráficos, pre-

cedida e seguida de espaços em branco, ou seja, uma palavra. Exemplos: cata-vento, morfossintaxe, guarda-roupa, pé-de-moleque.

O vocábulo lexical complexo é aquele formado a partir da combinação de dois ou mais vocábulos lexicais simples ou compostos e, eventualmente, também vocábulos gramaticais, que servem de relatores. Graficamente, os vocábulos lexicais e gramaticais constituintes do vocábulo complexo apresentam-se destacados entre si, isto é, separados por espaços em branco. Podemos dizer, então, que o vocábulo complexo é formado de duas ou mais palavras. Exemplos: aula magna, greve geral, copa do mundo, processamento de dados.

O principal problema que essas definições tradicionais acarretam diz respeito exatamente ao aspecto gráfico dos vocábulos, pois não é verdade que o vocábulo simples sempre se constitua graficamente de uma única palavra, ou que o vocábulo composto sempre apresente seus formantes aglutinados ou hifenados, assim como nem sempre as palavras constituintes do vocábulo complexo aparecem separadas por espaços em branco. Senão vejamos:

a) Sejam formas verbais compostas como *está chovendo* ou *havia feito*. Em cada um desses exemplos, temos duas palavras distintas, entretanto, *está chovendo* pode perfeitamente comutar com uma forma simples como *chove*, assim como *havia feito* pode comutar com *fizera*. Não se pode dizer que o verbo auxiliar seja um vocábulo lexical independente, já que não remete a nenhum *designatum*, mas desempenha apenas uma função gramatical, que é a de indicar um tempo e um aspecto verbais, no caso, o presente continuativo e o pretérito mais-que-perfeito. Nesse sentido, o verbo auxiliar possui em línguas predominantemente sintagmáticas como o português, o francês e o inglês, a mesma função de uma desinência modo-temporal numa língua paradigmática como o latim. Cada uma das formas verbais tomadas como exemplo constitui, portanto, um vocábulo simples, contendo um único lexema.

b) Sejam os *phrasal verbs* do inglês, como, por exemplo, *go out*, *get in*, *look up*, *take away* etc. Graficamente, constituem-se de duas ou mais palavras, e, por vezes, podemos inserir outros elementos entre elas (por exemplo, *take it away*). Não obstante, todo *phrasal verb* constitui um único vocábulo, por sinal, um vocábulo simples, já que apresenta um único lexema. Assim, o inglês *go out*, "sair", resulta da combinação de *go*, "ir", e *out*, "para fora", da mesma forma que o latim *exire*, "sair", resulta de *ex*, "para fora" e *ire*, "ir". Temos, assim, no inglês, um caso de derivação semelhante ao que ocorre na prefixação em latim, com a única dife-



rença de que no inglês o afixo é posposto ao verbo e possui certa autonomia sintática. O mesmo vale para os verbos destacáveis do alemão (por exemplo, *ausgehen*, "sair", mas *geht aus*, "sai").

c) Por outro lado, temos contrações gráficas de vocábulos distintos, por exemplo, o inglês *cannot*, contração de *can* e *not*, e a forma não contratada *can not* não é permitida em inglês. Trata-se aí de mero capricho ortográfico, uma vez que *cannot* comuta com *is not*, *has not*, *may not*, *must not*, formas não contratadas. Assim, *cannot* constitui-se de dois vocábulos, um vocábulo lexical simples e um vocábulo gramatical.

d) Sejam os vocábulos alemães *Generalstreik* e *Produktionsprogramm*, por exemplo. A despeito de se apresentarem graficamente como uma única palavra, cada um desses exemplos constitui um vocábulo complexo, pois *Generalstreik*, "greve geral", se opõe a *siegreicher Streik*, "greve vitoriosa", assim como *Produktionsprogramm*, "programa de produção" se opõe a *produktives Programm*, "programa produtivo". Ocorre que, em alemão, sempre que o adjunto adnominal ou o complemento nominal de um substantivo é outro substantivo, deve este vir graficamente justaposto ao substantivo que lhe serve de base, o que acontece também com certos adjetivos (caso de *General-*).

e) Compare-se agora o vocábulo mesa redonda nas duas frases a seguir:

(1) *Minha sala de jantar possui uma mesa redonda e quatro cadeiras.*

(2) *Os líderes dos países industrializados realizaram uma mesa-redonda em Paris.*

Na frase (1), mesa redonda é perfeitamente decomponível em mesa e redonda, pois nesse caso mesa redonda se opõe a mesa quadrada, mesa marrom, e a almofada redonda, bandeja redonda etc. Pode-se inclusive intercalar outros elementos entre mesa e redonda: "Esta mesa é redonda". Já na frase (2), mesa-redonda constitui um todo indecomponível. Por isso mesmo, é grafada com hífen. Assim, em (1) temos um vocábulo complexo e em (2), um vocábulo composto. Podemos dizer que em (1) trata-se de fato de uma mesa que possui por atributo ser redonda. Em (2), o significado recoberto pelo significante mesa-redonda na verdade nada tem a ver com mesa ou com a forma redonda. Temos aí uma simples reminiscência da motivação metonímica inicial do vocábulo, hoje já totalmente desaparecida.

f) Em muitos casos, vocábulos resultantes de processos morfossintáticos semelhantes são grafados de forma diferente, atestando, em alguns casos, diferentes estágios de lexicalização, em outros, simples incoerência

ortográfica. Comparem-se os vocábulos ingleses *milkman*, *songwriter*, *fig-tree* e *data processing*. No primeiro caso, temos um caso de composição em que o substantivo de base, *man*, praticamente perdeu o estatuto de vocábulo, tendo-se transformado em mero sufixo (compare-se com o português *leiteiro*). O segundo caso é semelhante ao primeiro, porém aí a motivação de *writer* é muito mais forte, de modo que grafias *song-writer* e mesmo *song writer* seriam igualmente aceitáveis, embora desusadas, ao contrário de *\*milk-man* e, menos ainda, de *\*milk man*. Em *fig-tree* (também grafado como *fig tree*), temos algo semelhante a *songwriter*, porém com uma grafia diferente. Já em *data processing*, qualquer contratação seria impossível. *Data processing* possui o mesmo estatuto do português *processamento de dados*, que pode sofrer intercalação (processamento automático de dados) ou comutação de seus constituintes (processamento de informações, análise de dados). Comparem-se, ainda, os vocábulos portugueses *desordem* e *contra-ordem*, ou os vocábulos ingleses *subordinate* e *co-ordinate*. O mesmo processo de prefixação resulta ora em aglutinação, ora em ligação por hífen, conforme o prefixo utilizado.

Os exemplos citados revelam que a grafia é freqüentemente um critério enganoso para se tipificar vocábulos, ainda mais quando é preciso delimitar com precisão a extensão das unidades que se deseja analisar. Assim, substituiremos tal critério por outro, que, a nosso ver, permite dar conta de todos os exemplos apresentados. Chamá-lo-emos de critério sêmio-táxico.

## **O critério sêmio-táxico de classificação de vocábulos**

Quando duas lexias são colocadas em combinatória sintagmática num enunciado, a semia resultante dessa combinatória é um subconjunto do produto cartesiano dos sememas das lexias envolvidas. No caso de um sintagma nominal formado, por exemplo, de um substantivo qualificado por um adjetivo, temos uma relação base x adjunto, de tal sorte que o semema do substantivo pelo semema do adjetivo, entendidos ambos como conjuntos sêmicos. Assim, essa relação se reduz a um produto cartesiano entre dois conjuntos. Antes de passarmos adiante, convém tornarmos mais claro como se dá esse produto cartesiano. Para tanto, nos basearemos no modelo proposto por Pais (1977, p.74-82) acerca da combinatória semêmica no enunciado simples, modelo este que também se

aplica no caso da combinatória semêmica intra-sintagmática, adaptando, entretanto, tal modelo às nossas necessidades específicas.

Cumpra lembrar que numa situação normal de comunicação, todo enunciado simples contém uma carga de informação pressuposta comum aos dois sujeitos da enunciação, o emissor e o receptor, bem como uma carga de informação supostamente pertencente apenas ao emissor, o que justifica o ato da comunicação. Essas cargas de informação, segundo Pottier (1974), são chamadas, respectivamente, suporte e aporte. Diz Pais (1977) em seu trabalho:

O suporte contém uma carga de informação própria que é o resultado da combinatória dos sememas das lexias que o integram. Essa combinatória intra-suporte é uma atribuição que se realiza numa relação base x adjunto entre o termos do grupo substantivo e do grupo adjetivo. Resulta desse produto o semema do suporte, que se caracteriza por conter apenas semas descritivos, numa visão nominal, estática; contém necessariamente semas da semântica lexical, ligados à descrição dos objetos do universo antropocultural – manifestos ou representados por substitutos – e semas gramaticais, pertencentes à estrutura interna da língua, as taxes, como gênero, número, grau e outros, necessários à definição da combinatória.

O aporte leva o suporte, atribui-lhe uma carga semântica suplementar de informação. Esta carga semêmica resulta por sua vez de uma combinatória intra-aporte, uma atribuição que se realiza, também, numa relação base x adjunto entre os termos do grupo verbal, de um lado, e do grupo adjetivo e do grupo dos complementos do outro lado. Da mesma forma, resulta desse produto o semema do aporte, que vai entrar em combinatória com o do suporte, e que contém, como no caso do suporte, semas lexicais e gramaticais.

O enunciado é uma seqüência de lexias de que o suporte e o aporte são subsequências distintas. Quanto à carga semântica de informação, estrutura-se a semia do enunciado como o subconjunto antropocultural – biofatos, sociofatos, psicofatos e manufatos – ou de semas descritivos de processos, que intervêm entre aqueles objetos, ou seja, semas estáticos e dinâmicos, respectivamente.

No primeiro caso, teremos em estrutura profunda, um esquema lógico-conceptual atributivo, através do qual o semema do suporte recebe semas que o tornam mais específico. No segundo caso, teremos, em estrutura profunda, um esquema lógico-conceptual ativo, através do qual o semema do suporte recebe semas que não o tornam necessariamente mais específico mas o colocam numa relação conjuntural com o aporte, segundo o qual o suporte desencadeia um processo que pode eventualmente atingir outros actantes.

Do que foi dito, resulta que, em qualquer enunciado, ocorrem, tanto no nível intra-suporte, quanto no nível intra-aporte, como ainda no nível

suporte-aporte, relações de combinatória sêmica que produzem a semia final do enunciado, ou esquematicamente:

- NÍVEL DO SUPORTE: base x adjunto = semia do suporte
- NÍVEL DO APORTE: base x adjunto = semia do aporte
- NÍVEL DO ENUNCIADO: suporte x aporte = semia do enunciado

Restringindo-nos aos dois primeiros níveis, encontraremos sintagmas nominais ou verbais, ambos caracterizados por possuir um elemento de base e eventualmente um ou mais adjuntos. Nosso problema é saber se esse conjunto base-adjunto constitui um vocábulo composto ou complexo. Segundo o critério sêmio-táxico, o que vai indicar de que tipo de vocábulo se trata é o seu semema. Vejamos como isso acontece.

Seja o sintagma nominal *mesa redonda*, tal qual depreendido da frase:

*Minha sala de jantar possui uma mesa redonda e quatro cadeiras.*

Temos o semema de mesa:

$$\langle \text{mesa} \rangle = \{+M, +D, -A, +P, +T, +C, +E, \pm R, \pm Q, \pm O, \dots\}$$

e o semema de redonda:

$$\langle \text{redonda} \rangle = \{+M, +D, \pm A, \dots +R, \dots\}$$

onde: M = material, D = descontínuo, A = animado, P = com pés, T = com tampo, C = para comer, E = para escrever, R = redonda, Q = quadrada, O = oval.

A semia do sintagma será um subconjunto do produto cartesiano do semema de mesa pelo semema de redonda, ou seja:

$$\langle \text{mesa redonda} \rangle \subset \langle \text{mesa} \rangle \times \langle \text{redonda} \rangle$$

O conjunto resultante cartesiano  $\langle \text{mesa} \rangle$  e o segundo é um sema do semema  $\langle \text{redonda} \rangle$ , de modo a combinar, um a um, cada sema do primeiro semema a cada um dos semas do segundo semema:

$$\langle \text{mesa} \rangle \times \langle \text{redonda} \rangle = \{(+M, +M), (+M, +D), \dots (+M, \pm R), \dots (+D, +M), (+D, +D), (+D, \pm A), \dots (-A, \pm A), \dots (\pm R, +R), \dots\}$$

Alguns dos pares ordenados desse produto são incompatíveis, porque combinam semas de níveis paradigmáticos diferentes, tais como  $(+M, +D)$  e  $(+D, \pm A)$ , por exemplo. Por essa razão, devem ser eliminados, restando apenas os pares de mesmo nível paradigmático. Para estes, vale a seguinte regra de sinais:

$+ x + = +$   
 $+ x - = -$   
 $- x + = -$   
 $- x - = -$   
 $\pm x + = +$   
 $\pm x - = -$   
 $+ x \pm = +$   
 $- x \pm = -$

Assim, para que um sema pertença à semia do produto, é preciso que ele esteja presente em ambos os sememas fatores; se este pertencer a apenas um dos sememas, ou a nenhum, conseqüentemente, não pertencerá ao produto. O sinal  $\pm$  indica a neutralidade do sema que afeta. Assim, no semema <mesa>, os semas  $\pm R$ ,  $\pm O$ ,  $\pm Q$  podem ou não ocorrer, porém a ocorrência de um deles exclui a dos demais. Da mesma forma, no semema <redonda>, o traço distintivo "material" é positivamente marcado (somente objetos do mundo material, isto é, biofatos ou manufatos, podem ter forma redonda), porém o traço "animado" é neutro, pois redondo pode ser atributo tanto de seres animados quanto de seres inanimados. Partindo da perspectiva semântica estrutural de Greimas (1966), podemos dizer que os semas  $+M$ ,  $+D$  etc. pertencem ao núcleo sêmico do semema <mesa>, ao passo que os semas  $\pm R$ ,  $\pm Q$  etc. constituem semas contextuais, mutuamente exclusivos, cuja inflexão em termos de articulação sêmica pode ser subsumida por um sema único como "forma", por exemplo. No semema <redonda>, o sema  $+R$  pertence ao núcleo sêmico, de modo que a combinação semântica <mesa> x <redonda> vai provocar a atualização do sema complexo "forma", do semema <mesa>, como "forma redonda", à exclusão dos demais semas, "forma quadrada", "forma oval" etc. Estabelece-se, assim, entre <mesa> e <redonda> uma isotopia.

Aplicada a regra dos sinais a cada um dos pares do produto cartesiano, resulta que o semema de mesa redonda tem a seguinte configuração:

$$\langle \text{mesa redonda} \rangle = \{+M, +D, -A, \dots +R, \dots\}$$

Observe-se que mesa redonda é um objeto material, descontínuo, não animado, e, além disso, de forma redonda.

Tomemos, agora, o sintagma nominal mesa-redonda depreendido da frase:

Os líderes dos países industrializados realizaram uma mesa-redonda em Paris.

Nesse caso, o semema de mesa-redonda não resulta de nenhum produto cartesiano entre os sememas de mesa e de redonda. Temos aí semas descritivos de um sociofato, e não de um manufato.

Poderíamos aqui ensaiar uma primeira definição de vocábulo simples, composto e complexo com base no grau de integração semântica e de liberdade combinatória dos lexemas constituintes desse vocábulo. Poderíamos dizer então que:

a) o vocábulo lexical simples é aquele que possui um único lexema e um número qualquer de gramemas;

b) o vocábulo lexical composto resulta da integração semântica de dois ou mais vocábulos simples, de tal modo que o semema desse vocábulo não seja produto de uma combinação dos sememas dos vocábulos simples que o constituem;

c) o vocábulo lexical complexo resulta da combinação sintática de dois ou mais vocábulos simples ou compostos, de sorte que o semema desse vocábulo é o resultado da combinação dos sememas dos vocábulos simples ou complexos que o constituem.

Desse ponto de vista, podemos dizer que mesa redonda constitui um vocábulo complexo, ao passo que mesa-redonda constitui um vocábulo composto.

Nos termos de Pottier (1974) a *lexia complexa* é uma seqüência em vias de lexicalização, portanto, é natural que todo vocábulo complexo constantemente repetido tenda a tornar-se uma unidade cristalizada, e dessa maneira indivisível, e como tal seja dicionarizada, atingindo, assim, o estatuto de vocábulo composto. Tal processo é particularmente facilitado em línguas que, a exemplo do inglês e, principalmente, do alemão, apresentam grande flexibilidade combinatória de seus lexemas, por mecanismos de combinação sintagmática como a justaposição, por exemplo. Desse modo, tanto os vocábulos complexos quanto alguns vocábulos compostos apresentam semema resultante da combinação sêmica dos sememas dos vocábulos integrantes. Vê-se, assim, que a definição de vocábulo composto que demos anteriormente ainda é insuficiente, uma vez que o critério sêmio-táxico de identificação de vocábulos tem valor basicamente negativo: se o semema do vocábulo em questão não resulta da combinação semântica dos sememas dos lexemas que o integram, tal vocábulo é indubitavelmente composto. Caso contrário, é preciso recorrer a um critério adicional que permita distinguir os dois tipos de

vocábulo é o resultado do produto cartesiano do semema do lexema e dos sememas dos gramemas. Entretanto, o semema lexical não deve resultar de nenhum produto cartesiano anterior, vale dizer, não deve ser decomponível em sememas menores. Graficamente, um vocábulo simples como cadeira teria a seguinte representação:

PC	{S <sub>1</sub> , S <sub>2</sub> , S <sub>3</sub> ,... S <sub>n</sub> }
PE	cadeira

onde PC = plano do conteúdo e PE = plano de expressão.

Vocábulo composto é aquele cuja estrutura morfossintática contém mais de um lexema, e um número qualquer de gramemas, e que possua pelo menos uma das seguintes características:

- a) sua semia não resulta do produto cartesiano dos sememas de seus lexemas;
- b) ele não é decomponível em unidades menores sintaticamente autônomas.

Convém lembrar que, diacronicamente, um vocábulo como *fidalgo* é primeiramente complexo (*fidalgo* = filho d'algo), e a seguir composto. Numa perspectiva sincrônica, tal vocábulo deve ser considerado como simples, uma vez que, atualmente, *fidalgo* possui apenas um lexema, não sendo mais sentida pelos falantes a composição *filho d'algo*.

Graficamente, um vocábulo composto como *guarda-chuva* seria representado como:

{S <sub>1</sub> , S <sub>2</sub> , S <sub>3</sub> ,... S <sub>n</sub> }
guarda-chuva

Já um vocábulo composto como *saca-rolhas* poderia ser representado como:

{S <sub>1</sub> , S <sub>2</sub> , S <sub>3</sub> ,... S <sub>m</sub> }	x	{S' <sub>1</sub> , S' <sub>2</sub> , S' <sub>3</sub> ,... S' <sub>n</sub> }	=		
sacar		rolha			
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="padding: 5px;">{S<sub>1</sub>, S<sub>2</sub>, S<sub>3</sub>,... S<sub>n</sub>} x {S'<sub>1</sub>, S'<sub>2</sub>, S'<sub>3</sub>,... S'<sub>n</sub>}</td> </tr> <tr> <td style="padding: 5px;">saca-rolhas</td> </tr> </table>				{S <sub>1</sub> , S <sub>2</sub> , S <sub>3</sub> ,... S <sub>n</sub> } x {S' <sub>1</sub> , S' <sub>2</sub> , S' <sub>3</sub> ,... S' <sub>n</sub> }	saca-rolhas
{S <sub>1</sub> , S <sub>2</sub> , S <sub>3</sub> ,... S <sub>n</sub> } x {S' <sub>1</sub> , S' <sub>2</sub> , S' <sub>3</sub> ,... S' <sub>n</sub> }					
saca-rolhas					

No primeiro caso (*guarda-chuva*), temos a indivisibilidade sintática e semântica do vocábulo, no segundo caso (*saca-rolhas*), temos apenas a indivisibilidade sintática.

Vocábulo complexo é aquele que contenha em sua estrutura morfofossintática mais de um lexema, e um número qualquer de gramemas, e que possua as seguintes características:

- a) sua semia resulta do produto cartesiano dos sememas de seus lexemas;
- b) ele é decomponível em unidades menores sintaticamente autônomas.

Graficamente, um vocábulo complexo como *greve geral* seria representado como:

$$\begin{array}{|c|} \hline \{S_1, S_2, S_3, \dots S_m\} \\ \hline greve \\ \hline \end{array} \times \begin{array}{|c|} \hline \{S'_1, S'_2, S'_3, \dots S'_n\} \\ \hline geral \\ \hline \end{array} = \begin{array}{|c|} \hline \{S_1, S_2, S_3, \dots S_n\} \times \{S'_1, S'_2, S'_3, \dots S'_n\} \\ \hline greve geral \\ \hline \end{array}$$

Assim, poderíamos esquematizar nossas definições da seguinte maneira:

Tipo de vocábulo lexical	Número de lexemas	Número de sememas lexicais da semia resultante	Ocorrências em dicionários
simples	1	1	sim
composto	mais de 1	1 ou mais	sim
complexo	mais de 1	mais de 1	não

Retomando agora nossos exemplos anteriores, com base no critério sêmico-táxico de classificação, teremos que:

- a) as formas verbais *está chovendo* e *havia feito* constituem vocábulos simples, possuindo cada uma um único lexema e um único semema lexical na semia resultante,<sup>3</sup>

3 Comparem-se as formas verbais *vai fazer* e *quer fazer*. No primeiro caso, o verbo auxiliar *vai* exerce a função de uma simples desinência. No segundo caso, o verbo modal *quer* remete não a uma função gramatical, mas sim a um conceito lingüístico, o conceito de desejo. Note-se que, do ponto de vista formal, *vai fazer* comuta com uma forma sintética como *fará*, ao passo que *quer fazer* só pode comutar com uma forma igualmente analítica como *deseja fazer*.



b) os *phrasal verbs* do inglês, bem como os verbos destacáveis do alemão, são igualmente vocábulos simples;

c) os vocábulos alemães *Generalstreik* e *Produktionsprogramm* são ambos complexos, pois possuem dois lexemas e dois sememas lexicais na semia resultante, e, além disso, seus vocábulos simples constituintes possuem autonomia sintática;

d) *mesa-redonda* é um vocábulo composto e *mesa redonda* é um vocábulo complexo;

e) os vocábulos ingleses *milkman*, *songwriter* e *fig-tree* são compostos, pois, nesse caso, o processo de integração dos lexemas e, conseqüentemente, dos sememas, conduziu tanto a uma gramaticalização progressiva do segundo lexema quanto a uma cristalização sintática. Isso se reflete na lexicalização desses vocábulos, já perfeitamente dicionarizados. Nesse sentido, tais vocábulos tornaram-se unidades léxicas indecomponíveis em unidades menores.

## **Conclusão**

Como vimos, o princípio tradicional de classificação de lexemas ou vocábulos nas categorias simples, composto, complexo e textual é insuficiente e impreciso, por basear-se em critérios pouco rigorosos e pouco confiáveis, como por exemplo a grafia, a qual tem estado sempre sujeita a vicissitudes históricas e idiosincrasias de toda sorte, o que torna muitas vezes a escolha da representação gráfica das palavras arbitrária e subjetiva. Além disso, tal princípio de classificação não é universal nem mesmo no âmbito das línguas européias. Assim, parece-nos que a análise sêmio-táxica das unidades léxicas fornece bases verdadeiramente científicas para a classificação morfossintática dessas unidades. Sua combinação com o critério da dicionarização conduz, portanto, a uma classificação rigorosa e livre das incoerências dos métodos tradicionais.

BIZZOCCHI, A. L. The problems of the traditional classification of lexical units and a solution proposal: the semio-taxical criterion. *Alfa (São Paulo)*, v.43, p.89-103, 1999.

- **ABSTRACT:** *This paper discusses the problems involving the delimitation of the lexical units of the language – which are usually identified to the intuitive and nebulous concept of “word” –, both at the level of the system (lexias) and the discourse (vocables), because of the morphosyntactic and spelling peculiarities of each language, which many times lead to a difficulty in recognising the simple, compound or complex unit (actually, a sequence of simple or compound units), with consequent repercussions in the lexicological and lexicographical studies, in which it is fundamental to recognise neatly the boundary between such lexical units. Furthermore, a methodological criterion for the delimitation of lexical units, aiming at solving the problem at issue, is proposed.*
- **KEYWORDS:** *Lexical units; lexia; vocable; lexicology; lexicography; semio-taxical criterion.*

## **Referências bibliográficas**

- GREIMAS, A. J. *Sémantique structurale: recherche de méthode*. Paris: Larousse, 1966.
- PAIS, C. T. *Ensaio semiótico-lingüístico*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- POTTIER, B. *Linguistique générale: théorie et description*. Paris: Klincksieck, 1974.

# FODOR'S MODULARITY OF MIND AND FOREIGN LANGUAGE ACQUISITION: A CRITICAL READING

Maria Lúcia VASCONCELLOS<sup>1</sup>

- **ABSTRACT:** In the context of psychological theories assuming an internal structure of mental representations, Fodor (1983) proposes a mandatory informationally encapsulated autonomous processing of specifically linguistic input, maintaining that cognitive skills are neurally localized. He advances the hypothesis of a vertical and modular psychological organization underlying biologically coherent behaviors. This paper offers a critical reading of Fodor's theoretical position in relation to some aspects of Foreign Language Acquisition (FLA), calling into question untenable claims as to information processing, mental representation and perceptual analysis. In view of factors other than grammatical affecting FLA, a strictly modular view of sentence understanding is disputed while a radical connectionist perspective is also found fault with. It is argued that a compromise position might better account for the complex phenomenon of foreign language acquisition.
- **KEYWORDS:** Modularity of mind; mental representation; foreign language acquisition (FLA).

## Introduction

Different theoretical attitudes concerning the processing of linguistic acoustic signs are made evident in the current debate in the studies of the mind between connectionist perspectives and traditional symbolic models of cognition, particularly modularity. The difference can be

---

<sup>1</sup> Pós-Graduação em Letras/Inglês – PGI, Universidade Federal de Santa Catarina – Campus Universitário Trindade – C.P. 476 – 88040-900 – Florianópolis – SC. [vasco@mbox1.ufsc.br](mailto:vasco@mbox1.ufsc.br)

seen in the ways these theoretical perspectives treat issues of mental representation and of the role assigned to the interaction of processing units, the latter being neglected by modular perspectives.

In the context of psychological theories assuming an internal structure of mental representations, Fodor (1983), a strong advocate of the modularity perspective, proposes a mandatory, informationally encapsulated and autonomous processing of specifically linguistic input and advances the claim of the neural localization of cognitive skills. This paper aims at a critical reading of Fodor's theoretical position by (1) calling into question some untenable claims as to information processing, mental representation and perceptual analysis and, (2) discussing the implications of the modularity perspective for foreign language acquisition, particularly English. Before an examination of Fodor's theory in relation to FLA is carried out, a definition of basic concepts and terminology makes itself necessary for a full appreciation of the arguments here put forward.

## **Definition of basic concepts and terms**

Let us begin with the notion of modularity, which is the very core of Fodor's theoretical position. What Fodor (1983, p.37) takes to be the most important aspect of modularity is what he calls the informational encapsulation, which he sees in a "natural" connection with a fixed neural architecture (p.117). Modularity refers to the encapsulation of the different types of information (e.g. phonetic, syntactic, semantic, lexical) resulting in the inability of one component or module of the processing system to make use of relevant information contained in another module. Fodor thus refuses cognitive penetrability of input vertical systems (p.74), arguing for the modularity of portions of the language understanding system, a concept presupposing the composition of processing systems as autonomous subsystems, sharing characteristics of vertical faculties.

The term vertical was coined by Fodor to refer to faculties which correspond to specific brain mechanisms and display domain specificity, being distinguished by reference to their subject matter. Vertical faculties are opposed to horizontal faculties, which are functionally distinguishable cognitive systems whose operations cross content domains.

While horizontal faculties (typical of connectionist views of information processing) are creative cognitive processes exhibiting the interaction of such faculties as memory, imagination, attention, sensibility and perception, vertical faculties are distinct psychological mechanisms corresponding to distinct stimulus domains, thus being unaffected by feedback from any information available to the subject.

In Fodor's view, a cognitive module is domain specific, innately specified, hardwired, autonomous and not assembled. Domain specificity refers to the vertical characteristic which Fodor assigns to a cognitive module whose operations do not cross content domains. Being innately specified means that the structure of a cognitive module is not formed by some sort of learning process or put together from some stock of more elementary subprocesses but already exists as part of the architecture of the mind in such a way its virtual architecture maps directly onto its neural implementation. Being hardwired is a property that refers to the association of the module with specific, localized and structured neural systems. As for autonomy, modules do not share horizontal resources of, say, memory, attention or whatsoever, with other cognitive systems. If one assumes, as Fodor does, that input systems are modules, then one necessarily assigns the properties of modules to input systems, which makes the claim problematic, to say the least.

Because Fodor considers the horizontal, central processes inaccessible to scientific investigation ("it is only the modular systems that we have any hope to understand") (1983, p.38), he bans them from this theory as they are taken to be nonmodular. As Fodor argues (1983, p.83), central processes – problem solving and the like – are characterized by cognitive penetrability, being thus unencapsulated and consequently not plausibly viewed as modular. The notion of penetrability implies that input processes are importantly affected by the subject's beliefs concerning contextual or background information, which runs against the claim put forward by Fodor that input systems are informationally encapsulated thus not crossing content domains. In fact, the only associative relation Fodor allows for is a relation at a level of representation sufficiently superficial to be insensitive to the semantic content of the entities involved. As an illustration of this point, Fodor offers the example of the associative relation among lexical forms between "spy" and "bug" to guide lexical access. The next section presents some common criticisms of Fodor's views.

## **Some criticisms of Fodor's views**

Fodor's position, which postulates 1. structured representations, 2. structure-sensitive mental process, and 3. an individuated class of input analyzers which are distinct from central cognitive mechanisms (*ibidem*, p.43), is questioned by many theorists committed to different views of the processing systems and of the nature of the mind.

An example is Gasser's criticism (1990, p.179): "it [Fodor's view] suffers from a very unhuman-like brittleness": As linguistic and conceptual entities are assigned in an all-to-one fashion to categories, rules typically apply in a fixed sequence, and deviations from expected patterns are not handled well, if at all. Gasser argues for the connectionist architecture which, in the most orthodox version, recognizes no combinatorial structure in mental representations and denies the existence of discrete symbols and rules as such, embodying theories of the mind based on the interaction of large numbers of neuron-like processing units.

Without subscribing to the orthodox connectionist view (evidences offered by aphasiology favor specialized and localized centers) I would like to call into question Fodor's proposal for an encapsulated, autonomous and mandatory processing system, focusing on the issue of foreign language acquisition.

Assuming that input systems are informationally encapsulated implies the acceptance of the claim that their operations are in some respects unaffected by feedback from any information available to the subject. As Fodor's argument goes, a system can be autonomous by being encapsulated and by not having access to facts other systems know about. In fact, Fodor (1983) refuses "the cognitive penetrability of input systems" (p.774) and the interaction between input analyses and background knowledge (p.73).

This theoretical perspective does not seem to hold when it comes to real processing by real human beings. Perception of novelty does NOT depend solely on bottom-up-to-top perceptual mechanism: Modules "leak" or overlap and the confirmation function for input systems must rely on information the organism internally represents.

The autonomy advocated by Fodor, which refers to constraints on the information flow, cannot sensibly be accepted. As input processes ARE crucially affected by the subject's appreciation of semantic context or "real world" background, not only syntactic information is used in

syntactic parsing, but there is a relationship of the semantic memory with the world knowledge held by the subject, which is brought to bear in the processing of incoming information.

By refusing contextual facilitation of lexical access (ibidem, p.80), Fodor does not consider the existence of a module for the elaboration of mental representations integrating crossed information, which accounts for his claim that "large memories are searched slowly" (p.70). This is another aspect which does not stand close investigation: A subject is, in fact, sensitive to what he knows and he can get at what he knows about the world very fast.

One more fact has to be considered: language has a creative and dynamic aspect to it. However, this is denied in the modular approach. As a consequence, modularity bans creative processes from the scope of science. In fact, thought and language cannot be separated on those grounds: perception (or production) of verbal sounds is impossible without meaning or intentionality or creativity, aspects crucial to the very nature of language processing and producing. This last issue is explored in the following subsection.

## **The modularity of mind and Foreign Language Acquisition**

In the context of Foreign Language Acquisition (FLA), the modular approach also encounters serious resistance as it suffers from limitations in its account of information processing and in its refusal to acknowledge the importance of contextual and background information in perceptual analysis. If contextual factors are important in first language acquisition they are even more crucial in foreign language acquisition.

It is an established fact that modules overlap in the acquisition of a Foreign Language (FL). Some examples illustrating this point can be found in Hatch et al. (1990, p.699), where approaches to Second Language Acquisition are brought up for discussion in terms of systems for language production:

For instance, we know the errors in third-person singular present tense may be either a representation problem in morphology or a phonology problem (the difficulty of consonant clusters) or both. A modular approach to phonology would simply ignore the overlap.

What is highlighted in this quote is the fact that a radical modular view cannot account for acquisitional matters, the isolation of a morphological module and of a phonological model being an example of the disputability of such a claim.

Another example of module overlapping refers to the representation of definite and indefinite articles and pronouns, which cannot be accurately studied apart from the discourse framework in which they occur. These forms depend on the role of the noun phrase within a particular context (see Hatch et al., 1990, for a thorough discussion).

Concerning the integration of information in the interpretation of an incoming stream of sounds, some theorists go as far as to say that "not only knowledge must be activated in the execution of these processes, but also opinions, attitudes, values and emotions" (van Dijk & Kintsch, 1983, p.334). The hearer, it is claimed, has to keep track of his or her own wishes, interests, goals and plans, which exert a monitoring function on all the other components of the comprehension process. All these factors do affect comprehension and are involved in it in one way or another. If this is true of native language processing, the implications for foreign language processing are even more serious: here, the individual has to draw upon any and all information available, which he/she has to integrate into the interpretation of the incoming stream of sounds, which, by force of their "foreign" nature, are harder to process. The theory of the informational encapsulation of input systems cannot account for the processing of a foreign language in view of its refusal to acknowledge the interaction between input analyses, contextual information, background knowledge and attitudes, as well as the values and emotions of the individual striving to acquire this new form of knowledge.

Another issue meriting closer investigation is the mandatory quality assigned to the operations of the input system in modular approaches. Fodor (1983) claims that the kind of processing operations observable in spoken word recognition are mediated by automatic processes which are obligatorily applied: "you can't help hearing an utterance of a sentence as an utterance of a sentence" (p.52), or "you can't hear speech as noise even if you would prefer to" (p.53). So goes his argument.

The immediate implication of this claim is the belief that processing takes place independently of the subject's will. When it comes to meta-recognition, however, such a claim displays an open flank. As Scliar-Cabral (1991, p.135) points out, the issue of unknown languages is not accounted for in Fodor's scheme: what happens is a rejection of



whatever speech stream which cannot be processed due to lack of knowledge of the respective system of verbal language. In this case, speech is heard as noise and is rejected. In reality, there is a gradation from automatic to creative processes, as Scliar-Cabral (p.127) points out: the lower the process, the more unconscious, automatic, mandatory and culturally-unbound it is, as happens, for example, with phonological and morpho-phonemic rules. In view of this, the mandatory property would have to be revised, at least in relation to foreign language processing.

## **Final remarks**

Fodor's claims that 1. there is one distinct component of the human cognitive system responsible for identifying the grammatical characteristics of a sentence, a module devoted to syntactic processing alone, and that 2. syntactic information represents a distinct type of input do not stand close scrutiny. As the reflections made in this paper have tried to demonstrate, a strictly modular view of sentence understanding suffers from serious limitations when it comes to language acquisition matters, particularly in relation to foreign language acquisition: the extremist modular view, which denies any leakage and overlapping among the components, constitute an unacceptable orthodox position. On the other hand, however, radical connectionist approaches to the studies of the mind, which deny any kind of mental architecture and recognize no combinatorial structure in mental representations, are equally inadequate to offer a satisfactory account of FLA.

It is suggested here that a compromise between the two extremes could go beyond the narrow confines of the informational encapsulation approach while allowing for some kind of mental organization. In other words, maybe perhaps some modularity in connectionist models. This, it is here argued, might provide acquisitional studies with a more feasible account for such a complex phenomenon as the processing of incoming streams as well as the production of foreign sounds.

VASCONCELLOS, M. L. A modularidade da mente e o processo de aquisição de língua estrangeira: uma leitura crítica da proposta de Fodor. *Alfa (São Paulo)*, v.43, p.105-112, 1999.

- **RESUMO:** No contexto de teorias psicológicas que assumem uma estrutura interna das representações mentais, Fodor (1983) propõe um processamento mandatório e autônomo, com encapsulamento de informação, para "input" especificamente lingüístico, apresentando a hipótese da existência de uma organização modular e vertical, subjazendo comportamentos biologicamente coerentes. Este trabalho apresenta uma leitura crítica da posição teórica de Fodor, em relação a certos aspectos do processo de aquisição de língua estrangeira, questionando algumas afirmações insustentáveis quanto ao processamento de informação, à representação mental e à análise perceptual. Face a fatores que transcendem os aspectos gramaticais no processo de aquisição de língua estrangeira, questiona-se a visão estritamente modular de processamento de sentenças, mas, ao mesmo tempo, critica-se a perspectiva conexionista radical. Argumenta-se que uma posição intermediária poderia dar conta, com mais propriedade, do complexo fenômeno de aquisição de língua estrangeira.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Modularidade da mente; aquisição de língua estrangeira.

## References

- CARLSON, G. N., TANENHAUS, M. K. (Ed.) *Linguistic structure in language processing*. Kluwer Academic Publishers, 1989.
- FODOR, J. A. *The modularity of the mind*. Cambridge, MIT Press, 1983.
- FODOR, J. A., PYLYSHYN, Z. Connectionism and cognitive architecture. *Cognition*, v.28, p.3-71, 1988.
- GASSER, M. *Connectionism and universals of Second Language Acquisition*. *SSLA*, v.12, p.179-99, 1990.
- HATCH, E., SHIRAI, Y., FANTUZZI, C. The need for integrated theory: connecting modules. *Tesol Quarterly*, v.24, n.4, p.697-713, 1990.
- SCLIAR-CABRAL, L. *Introdução à psicolingüística*. São Paulo: Ática, 1991.
- VAN DIJK, T. A., KINTSCH, W. *Strategies of discourse comprehension*. New York: Academic Press, 1983.

# **TOWARDS CRITERION VALIDITY IN CLASSROOM LANGUAGE ANALYSIS: METHODOLOGICAL CONSTRAINTS OF METADISOURSE AND INTER-RATER AGREEMENT<sup>1</sup>**

Douglas Altamiro CONSOLO<sup>2</sup>

- **ABSTRACT:** This paper reports on a process to validate a revised version of a system for coding classroom discourse in foreign language lessons, a context in which the dual role of language (as content and means of communication) and the speakers' specific pedagogical aims lead to a certain degree of ambiguity in language analysis. The language used by teachers and students has been extensively studied, and a framework of concepts concerning classroom discourse well-established. Models for coding classroom language need, however, to be revised when they are applied to specific research contexts. The application and revision of an initial framework can lead to the development of earlier models, and to the re-definition of previously established categories of analysis that have to be validated. The procedures followed to validate a coding system are related here as guidelines for conducting research under similar circumstances. The advantages of using instruments that incorporate two types of data, that is, quantitative measures and qualitative information from raters' metadiscourse, are discussed, and it is suggested that such procedure can contribute to the process of validation itself, towards attaining reliability of research results, as well as indicate some constraints of the adopted research methodology.
- **KEYWORDS:** Discourse analysis; classroom discourse; metadiscourse; validation; reliability.

---

1 An earlier version of this paper was presented in the poster session at the XI AILA World Congress, Jyväskylä, Finland, 4-9 August 1996.

2 Departamento de Letras Modernas – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP. E-mail: dconsolo@lem.ibilce.unesp.br.

## **Categorization of discourse acts in classroom interaction**

This paper reports on a process to validate a system for coding classroom discourse in foreign language lessons. The categories of analysis for teacher talk and student speech proposed for validation in this study were adapted from a range of models and studies on classroom discourse,<sup>3</sup> mainly from the categories devised in earlier models to classify and describe different communicative aims and pedagogical purposes of teacher talk and student speech. The typology of discourse categories dealt with in this paper is based on the work of Consolo (1996), an extended and revised version of a model originally proposed by Sinclair & Coulthard (1975, 1992) for analysing classroom interaction.

The units of analysis at the lowest rank of discourse are called "communicative acts". Beyond their formal syntactic and phonological properties, acts are linguistic items at the level of discourse, that is, they are analysed according to the functional properties with what speakers use acts for.

One assumption in this categorization of discourse elements is that the discourse value of an act depends on what acts have preceded it, what are expected to follow, and the way acts relate to each other. Such sequential relationship is considered to analyse the discourse structure by means of categories defined not only structurally, but also for classroom-specific situations. The sociolinguistic context of formal EFL lessons, including non-verbal behaviour and paralinguistic aspects of the environment determine the structural and functional categories in classroom discourse (henceforth CD). The relevant "non-linguistic" factors to influence the production and analysis of classroom language – the social conventions of the environment and the shared experience of the speakers – are treated in the Sinclair & Coulthard (henceforth S&C) model (1975) as "situation". Such factors imply an analysis of language and interaction in EFL lessons based on the awareness of social, pedagogical, psychological and linguistic aspects of classroom interaction.

Acts constitute the next higher rank of discourse categories, defined as "moves". These categorise the typical interactional Initiation-Response-Follow up (IRF) structure of lessons, which predicts student moves as responses (R) to the teacher's initiations (I). Student speech is usually evaluated by the teacher, in follow-up (F) moves. A differentia-

---

<sup>3</sup> For a detailed report on the development of the coding system dealt with here, see Consolo, 1996, p.144-87 (Chapter 4)

tion is made in the system proposed by Consolo (1996) between TT and student speech at the rank of moves by using the labels Is, Fs and Rt for initiations (Is) and follow-up moves (Fs) produced by students, and responses given by the teacher (Rt), in order to analyse the specific contributions of teachers and students to CD.

The interactional unit is defined as an exchange, which is determined by the occurrence of an I or Is move. Exchanges combine to form transactions. The identification of a transaction boundary usually coincides with topic change, that may be marked by boundary moves such as Frame (Fr) and Focus (Fo). Transactions differ from exchanges in that while it is possible to establish internal patterns and a categorization for exchanges,<sup>4</sup> little can be said about the patterns for the internal structure of transactions. Transactions combine to form lessons, the highest unit on the rank scale for analysing CD.

The acts which categorise the functions of classroom language, as produced by teachers and students, are presented below:<sup>5</sup>

- |                                 |                                |
|---------------------------------|--------------------------------|
| 1. Maker {mrk}                  | 15.5 Informative reply {i-rpl} |
| 2. Starter {str}                | 15.6. Offer reply {o-rpl}      |
| 3. Elicitation {eli}            | 16. Rect {rea}                 |
| 4. Comprehension check {cp-chk} | 17. Protest {pro}              |
| 5. Confirmation check {cf-chk}  | 18. Correction {cor}           |
| 6. Clarification {cla}          | 19. Evaluate {evl}             |
| 7. Directive {dir}              | 20. Metastatement {mst}        |
| 8. Informative {inf}            | 21. Apology {apl}              |
| 9. Comment {com}                | 22. Tank {thk}                 |
| 10. Clue {clu}                  | 23. Encouragement {ecg}        |
| 11. Model {mdl}                 | 24. Conclusion {con}           |
| 12. Bid {bid}                   | 25. Terminate {ter}            |
| 13. Nomination {nom}            | 26. Greeting {grt}             |
| 14. Acknowledge {ack}           | 27. Parting {prt}              |
| 15.1. Affirmative reply {y-rpl} | 28. Aside {asi}                |
| 15.2. Negative reply {n-rpl}    | 29. Translation {trl}          |
| 15.3. Choice reply {c-rpl}      | 30. Rhetorical question {rtq}  |
| 15.4 Repetition reply {rp-rpl}  |                                |

4 Various patterns, such as IR and I{RF}<sup>n</sup>, derived from the basic IRF structure are presented in Sinclair & Couthhard (1975) and Consolo (1996).

5 For the definitions of the acts, see Consolo, 1996, p.170-85.

The next section reports on a process to validate the revised version of the S&C model proposed by Consolo (1996), focusing at the rank of the communicative acts listed above. The validation of these revised categories of analysis is essential to support the results and further implications of such a study, since its achievements will have been reached through criteria other than those prescribed by the original model.

## **Validation of categories of analysis**

The validity and reliability of observational procedures, and of categories of analysis, are key issues in research. A major aim in classroom research is, according to Chaudron (1988, p.23),

to produce descriptions and interpretations of classroom events, and the relationships between them, that will be identified by others as real and meaningful for teachers, learners, and learning.

The assumption above is followed in this study with regard to the description of how teachers and students engage in verbal interaction in EFL lessons, and to the extent which classroom observation, recorded lessons and transcripts can reveal the meanings and goals of that type of interaction (Stubbs, 1983).

Validity and reliability in data analysis are focused on and investigated here for a number of reasons. Firstly, since both qualitative and quantitative approaches were followed to collect and analyse the data corpus assembled by Consolo (1996), the research design and methodology included different procedures and research instruments. As a result, different types of information, for example, classroom data obtained by means of audio-recordings and by direct observation, were combined in lesson transcripts. The way such information was gathered and put together by the researcher alone is likely to favour deviations between the nature of phenomena, as they occur in the field, and their interpreted versions (Lampert & Ervin-Tripp, 1993; Ochs, 1979). Recordings reveal classroom phenomena with a considerably high degree of reliability. Data from field notes and transcripts, on the other hand, are affected by intervening factors concerning the observer's interpretation of phenomena, as well as his or her interpretation of recordings while lesson transcripts are produced. These factors can make research outcomes subjective and less reliable, thus limiting generalization of results (Lampert & Ervin-Tripp, 1993; Tesch, 1990).

Two "validation sessions", referred to as validation sessions 1 (VS1) and 2 (VS2) were carried out so as to verify the validity and the reliability of part of the system of categories used to code lesson transcripts. Due to practical constraints in having all categories of data analysis validated, the decision was to proceed with using part of the coding system in the same way those categories had been used to code data in earlier studies. Categories such as exchanges and moves<sup>6</sup> have therefore not been fully validated neither in VS1 nor in VS2. Raters were asked to focus on those categories that had been subject to adjustment and redefinition, as from the pilot study and the preliminary data analysis carried out by Consolo (1996),<sup>7</sup> all at the rank of acts.

VS1 and VS2 aimed at (1) the training of external raters to use the system on lesson transcripts, and (2) to have the raters code samples of data, that is, extracts from lesson transcripts, by following specific descriptions of the categories of analysis.

For VS1, eight professionals (teachers and/or research students) working in the areas of ELT/TEFL were contacted regarding their voluntary contribution to validate the system of categories of analysis in this investigation. However, only four of them were actually present in the session. The "external raters" in VS1 are referred to as rater 1, rater 2, rater 3 and rater 4.

Rater 1 and rater 2 are native speakers of English, and had been working in ELT for many years when they took part in VS1. Rater 1 holds an MA in TEFL, and had been formally exposed to some of the theoretical background reviewed for this study while she did her MA. Rater 2 was working towards his MA in TEFL when the validation session was carried out. He had previously worked in ELT in Brazil, which means not only does he speak some Portuguese, but also he is familiarized with the teaching contexts investigated here.

Rater 3 and rater 4 were working on their doctoral theses at the time. Rater 3 speaks English as L2, and his research was in the area of spoken English. Rater 4 is a non-native speaker of English. Both of them are proficient in the English language.

Both the training of raters and the coding of data samples were carried out on the same occasion due to the constraints imposed on counting on voluntary external cooperation. A common problem is to associate the

---

6 As for the distinction between moves in TT (I, Rt and F) and in student speech (Is, R and Fs), the characteristics of those moves were clearly understood by raters in both VS1 and VS2.

7 See Consolo, 1996, p.105-12.

practicalities of having the required phases of training raters and validating categories of analysis on different occasions, with the little availability offered by most professionals who match the necessary standards to be external raters.<sup>8</sup>

If "well-trained and like-minded coders" (Lampert & Ervin-Tripp, 1993, p.196) are desirable, favourable conditions are to be established so as to train raters properly. The training of raters 1 - 4 in VS1 was concentrated in a short time slot; that one or possibly two raters did not have not learned enough about the categories of analysis is strongly suggested by unsatisfactory results in their using the codes which resulted in low levels of agreement, as reported below.

## **The preparation of materials**

The samples from lesson transcripts used to validate the categories of analysis included both plain and coded transcripts; these had been randomly selected from the corpus, according to the criteria explained below.

Samples were from ten whole lessons previously transcribed and coded by the researcher. The turn was initially adopted as an interactional reference within the transcribed lessons, since it can be clearly identified as a unit of spoken language and verbal interaction (this resembles the path followed by Sinclair and Coulthard, 1975, towards the definition of moves), to be coded in terms of moves and acts. More specifically, ten sequences of twenty turns each were selected from the total of 6558 turns contained in ten lesson transcripts. The total number of turns was adjusted to 6560, from which 328 twenty-turn sequences were obtained. For example, turns 001-020 were from "Lesson 1" and stand as "sequence 001". Turns 6540 - 6558, from "Lesson 10",<sup>9</sup> stand as "sequence 328".

The ten sequences randomly chosen (by referring to a table of random numbers) are indicated in Table 1 below:

---

8 Those factors apply to limited availability under the conditions of "voluntary participation" in research. The problem may be eliminated by having participants' availability and professional commitment in return to paid work.

9 The labels "Lesson 1 - Lesson 10" for samples used in the validation sessions are distinct from the labels LES 1, LES2, LES3 and so on, referring to lessons taught by each teacher.



Table 1 – Validation sessions: sample sequences (from audio-recorded lessons)

Teacher <sup>10</sup> /Lesson	Turns	Sequences (numbering 001-328)
NS1/"Lesson 1"	400 - 420	1 (020)
	421 - 440	2 (021)
	441 - 460	3 (022)
NNS1/"Lesson 2"	021 - 040	4 (028)
	281 - 300	5 (041)
NNS4/"Lesson 8"	141 - 160	6 (229)
	581 - 600	7 (251)
	721 - 740	8 (258)
NS2-ADV3/"Lesson 9"	001 - 020	9 (268)
	601 - 620	10 (298)

Further decisions concerning the use of the selected samples such as which samples would be more suitable for training raters or for validating the categories, and the actual operationalization of the training and the coding phases in the validation session, led to the final choice of six samples, three of which are presented in Appendices 1-3.

Working materials (booklets with definitions<sup>11</sup> and examples, handouts with the selected sequences) were prepared and used for training raters, and for the checking on the reliability of the categories of analysis.

### The training phase

A fully coded sample (Appendix 1) was the departure point for presenting the codes for transcription and examples of the categories of analysis (exchanges, moves and acts). The sample in Appendix 2 was used for training raters to do the coding of moves and acts. The audio tapes were also played in the validation sessions so as to illustrate varia-

10 Teachers involved in Consolo's (1996) study are native speakers (NS) and non-native speakers (NNS) of English.

11 As presented in Consolo, 1996, p.171-86. In VS1, raters had to get acquainted with the definitions during the first part of the session, and it is arguable whether they were able to grasp the definitions of the acts in order to apply such categories in the coding of data samples. The second group of raters (VS2) had the opportunity to study the definitions at their will between the first and the second day.

tions in meaning conveyed by intonation contours<sup>12</sup> and provide raters with a more reliable account of the phenomena under investigation.

### Results: Validation Session 1

The subcategories of acts dealt with in VS1 and levels of agreement between each two raters who have rated the occurrences of the same acts are presented in Table 2:

Table 2 – Agreement between raters in VS1

Range of acts	Raters	Level of agreement (p <sub>o</sub> )	Coefficient of agreement: κ
SUBGROUP I {mrk}, {str}, {eli}, {cp-chk}, {cf-chk}, {cla}, {dir}, {inf}, {com}, {clu}, {mdl}	rater 1 - rater 2	34.6% (p <sub>o</sub> = 0.34)	0.25
	researcher - rater 1	74% (p <sub>o</sub> = 0.74)	0.65
	researcher - rater 2	38.4% (p <sub>o</sub> = 0.38)	0.29
SUBGROUP II {bid}, {nom}, {ack}, {y-rpl}, {n-rpl}, {c-rpl}, {rp- rpl}, {i-rpl}, {rea}, {pro}	rater 3 - rater 4	51.4% (p <sub>o</sub> = 0.51)	0.46
	researcher - rater 3	71.4% (p <sub>o</sub> = 0.71)	0.68
	researcher - rater 4	64% (p <sub>o</sub> = 0.64)	0.58

The procedure for validating the acts was to have two raters categorizing the same data samples independently, and then determine the degree and significance of the raters' agreement (Cohen, 1969; Lampert & Ervin-Tripp, 1993). Following Cohen (1969), the proportion of cases about which the raters agreed (nominal scale agreement) is determined by the calculation of p<sub>o</sub>. For example, the inter-rater agreement between the researcher and rater 1 for acts ranging between "markers" and "models", as shown in Table 3 below, is given by

$$p_o = 0.27 + 0.06 + 0.04 + 0.02 + 0.29 + 0.02 + 0.04 = 0.74$$

A certain amount of agreement by chance is, however, expected. This can be determined by multiplying the probabilities of the margi-

<sup>12</sup> Intonation has not been indicated in transcripts, except for "?" for interrogatives, and standard intonation patterns such as [RISE], [FALL], [FALL-RISE] and [RISE-FALL].

nals. For acts 1 (marker) - 11 (model), the researcher placed 0.08 of the cases under the category "confirmation checks" (cf-chk), while rater 1 placed 0.04 of the cases in this category. The expected chance agreement for cf-chk is then  $(0.08)(0.04) = 0.0032$ . Values for chance agreement are the parenthetical entries along the agreement diagonal in Table 3. The proportion of agreement to be expected by chance,  $p_c$ , is found by adding the parenthetical values:

$$p_c = 0.1089 + 0.0084 + 0.0032 + 0.0008 + 0.1369 + 0.0008 + 0.0024 = 0.2614$$

The coefficient of agreement,  $\kappa$ , is the proportion of agreement after agreement by chance is removed from consideration, which can be obtained as follows:

$$\kappa = \frac{p_o - p_c}{1 - p_c} = 0.65$$

Values of  $\kappa$  ranged 0.25 - 0.65 for acts in subgroup I and 0.46 - 0.68 for subgroup II. Given the minimal amount of training given to raters 1 - 4 and considering the observable characteristics of their handling of categories and data samples during VS1, the levels of agreement for acts dealt with raters 3 and 4 were slightly higher than the ones for subgroup I (and especially for rater 2) maybe due to those raters' previous knowledge of the S&C model and current involvement in research. Rater 2's low levels of agreement, the least experienced member in the group as far as both discourse categories and research procedures are concerned, corroborate this conclusion.

Table 3 – Inter-rater agreement Researcher-Rater1(VS1) – Across: Researcher / Down: Rater1 Acts 01 (marker) – 11 (model) – Total: 52 occurrences

Selected acts	1. mrk	2. str	3. eli	4. cp-chk	5. cf-chk	6. cia	7. dir	8. inf	9. com	10. clu	11. mdl	$p_i$ rater 7
1. mrk												
2. str												
3. eli			0.27 (0.1069)					0.06				0.33
4. cp-chk			0.02	0.06 (0.0084)	0.04	0.02						0.14
5. cf-chk					0.04 (0.0032)							0.04
6. cia												
7. dir		0.02					0.02 (0.0008)					0.04
8. inf		0.02	0.04					0.29 (0.1369)		0.02		0.37
9. com									0.02 (0.0008)		0.02	0.04
10. clu										0.04 (0.0024)		0.04
11. mdl												
N/A								0.02				0.02
$p_i$ researcher			0.33	0.06	0.08	0.02	0.02	0.37	0.02	0.06	0.02	$\sum p_i =$ 1.00

$p_o = 0.74$

$p_e = 0.2614$

$\kappa = 0.65$

## Validation Session 2

Because the levels of agreement achieved in VS1 were not considered satisfactory, and given the chances that such results may have been negatively affected by the conditions under which VS1 was conducted, a second session was carried out. The raters in VS2 were all MA TEFL students, with the exception of one member of the academic staff who volunteered to join the group. The six raters in VS2 are referred to as rater 5 - rater 10. Unlike raters 1 - 4, raters in VS2 (except for the staff member) had not been explicitly exposed to the theoretical background for categories of discourse analysis. Thus raters in VS2 needed sound teaching and practice in using the codes before attempting to rate the set of acts.

VS2 was actually conducted on three different days so as to allow for appropriate training of raters and satisfactory rating of the coding system. The first two meetings (days one and two) were entirely dedicated to the presentation of the study and a description of the coding system, by the researcher, to the group of raters. The same samples from lesson transcripts used to train raters in VS1 were coded and discussed, and raters 5 - 10 had more time than raters 1 - 4 to understand the categories and procedural aspects of coding followed by the researcher.

On the third day, the actual rating of the categories at the rank of acts was carried out. Raters were randomly grouped in pairs, and each pair dealt with a previously determined subgroup of acts, as in VS1. In VS2 nearly all the acts were rated,<sup>13</sup> as opposed to VS1, in which the number of raters was too small to deal with all types of acts. The procedure of rating subgroups of acts was adopted so as to facilitate the handling of definitions to be followed by raters. In this way, categories for occurrences of specific acts that may lead to double-labelling, for example comments and informatives, were simultaneously tested by two raters working on the same samples. Appendix 3 illustrates how the same sample was prepared to be handled by different raters, each group dealing with a predetermined set of acts. Gaps were prepared for the labelling of acts within the range being dealt with each pair of raters.

---

<sup>13</sup> Four types of acts – greetings, partings, asides and translations – have not been validated in this study due to the reduced number of raters and the short amount of time to deal with the large number of categories. It has been assumed that, since those categories are drawn from similar studies on classroom behaviour and their discourse functions are less prone to ambiguous interpretation, they would be the ones to be left out.

Because this procedure resembles the technique of testing language by focusing attention on one point (grammar or vocabulary, for example) at a time, the coding of acts was operated under the principles of a "discrete point test" (Oller Jr., 1979), and in which raters chose the categories from a pre-established set of "alternatives", as in a multiple choice test.

The levels of agreement for each set of acts in VS2 are presented in Table 4 below:

Table 4 – Agreement between raters in VS2

Range of acts	Raters	Level of agreement	Coefficient of agreement: $\kappa$
<b>SUBGROUP I</b> {mrk}, {str}, {eli}, {cp-chk}, {cf-chk}, {cla}, {dir}, {inf}, {com}, {clu}, {mdl}	rater 5 - rater 6	44.2% ( $p_o = 0.44$ )	0.41
	researcher - rater 5	37% ( $p_o = 0.37$ )	0.25
	researcher - rater 6	54% ( $p_o = 0.54$ )	0.41
<b>SUBGROUP II</b> {bid}, {nom}, {ack}, {y-rpl}, {n-rpl}, {c-rpl}, {rp-rpl}, {i-rpl}, {rea}, {pro}	rater 7 - rater 8	80% ( $p_o = 0.8$ )	0.75
	researcher - rater 7	97% ( $p_o = 0.97$ )	0.96
	researcher - rater 8	83% ( $p_o = 0.83$ )	0.79
<b>SUBGROUP III</b> {ack}, {cor}, {evl}, {mst}, {apl}, {thk}, {ecg}, {con}, {ter}, {grt}, {prt}	rater 9 - rater 10	40% ( $p_o = 0.4$ )	0.31
	researcher - rater 9	65% ( $p_o = 0.65$ )	0.51
	researcher - rater 10	45% ( $p_o = 0.45$ )	0.24

The highest levels of agreement for all the rated acts, in both VS1 and VS2, were therefore 74% for acts in subgroup I ( $\kappa = .65$ ), as shown in Tables 2 and 3, 97% for acts in subgroup II ( $\kappa = .96$ ) and 65% for acts in subgroup III ( $\kappa = .51$ ), as shown in Table 4.

Levels of agreement reached in VS1 and VS2 are, on the whole, not as high as the levels reached in earlier studies in which categories for analysing lesson transcripts were validated, as for example in Mitchell et al. (1981) and Ramirez et al. (1986).<sup>14</sup> The results reached here may have had the intervention of the following factors. Firstly, the complexity of the system of discourse exchanges and acts, with its large number of proposed categories, especially at the level of acts. The specifics of each definition that, in some cases, distinguish acts that have similar communicative functions, have to be carefully grasped by coders. This seems

<sup>14</sup> The procedure for determining reliability on the coding of lesson transcripts in the study conducted by Ramirez et al. (1986) was developed by C. Chaudron and others at the University of Hawaii, as reported in Chaudron (1988, p.24).

to be feasible, however, only after extensive theoretical and methodological familiarity with the system and the coding procedure. Secondly, lack of familiarity with the system probably led most raters to misinterpret definitions and/or have difficulty in coding acts that are expected to be problematic due to their similar functions. These are, for example, clarifications (cla), confirmation checks (cf-chk) and comprehension checks (cp-chk); clues (clu), informatives (inf) and starters (str); and acknowledges (ack) and evaluates (evl). Cases in which the researcher and raters disagreed on those acts are shown in Table 5 below:

Table 5 – Acts: raters' disagreement in VS1 and VS2

Subgroup I		
Case n.	Researcher	Rater 1
(12)	cf-chk	cp-chk
(15)	str	inf
(20)	str	dir
(21)	eli	inf
(23)	eli	inf
(24)	inf	eli
(27)	inf	eli
(28)	inf	eli
(31)	inf	-
(37)	com	cor
(38)	mdl	cor
(43)	eli	cp-chk
(44)	clu	inf
(45)	cla	cp-chk

Subgroup II		
Case n.	Researcher	Rater 7
(21)	pro	inf

Subgroup III		
Case n.	Researcher	Rater 9
(4)	ack	i-rpl
(6)	ter	ack
(13)	ack	evl
(15)	ack	evl
(17)	ack	HES
(18)	ack	evl
(20)	ack	evl

A third factor affecting the levels of agreement was misinterpretation, by raters, of definitions and coding instructions, leading to discrepancies in cases such as (21), (23), (24), (27) and (28) for subgroup I, in which the researcher and rater 1 disagreed on elicitions (eli) and informatives (inf); and in cases (4) and (17) for subgroup III, in which rater 9 did not follow the instructions and used categories other than the actas in subgroup III. These drawbacks can be linked to the conditions under which VS1 was carried out, for despite the experience of raters 1-4, as reported in their profiles above, they were not given enough training to deal with the categories proposed here.

Nevertheless, high levels of agreement are possible, as shown by the results reached by rater 7 (subgroup II) in comparison to the researcher's ( $\kappa = .96$ ), as shown in Table 6 below:

Table 6 – Inter-rater agreement Researcher-Rater 7 (VS2) – Across: Research/Down: Rater 7 Acts 12 (bid) – 17 (protest)  
 – Total: 30 occurrences

Select/d acts	12. bid	13. nom	14. ack	15.1. y-rpl	15.2. n-rpl	15.3. c-rpl	15.4. rp-rpl	15.5. i-rpl	16. rea	17. pro	p <sub>i</sub> rater 7
12. bid											
13. nom		0.03 (0.0009)									0.03
14. ack			0.24 (0.0576)								0.24
15.1. y-rpl				0.14 (0.0196)							0.14
15.2. n-rpl					0.03 (0.0009)						0.03
15.3. c-rpl						0.24 (0.0576)					0.24
15.4. rp-rpl							0.03 (0.0009)				0.03
15.5. i-rpl								0.26 (0.0576)			0.26
16. rea											
17. pro										0.03	0.03
N/A											
p <sub>i</sub> researcher	0.03	0.24	0.14	0.03	0.24	0.03	0.26	0.03	0.03	0.03	$\Sigma p_i =$ 1.00

$p_o = 0.97$   
 $\pi_c = 0.2051$   
 $\kappa = 0.96$



Rater 7 was the one collaborator who probably best learned how to apply the categories by studying them carefully between the meetings.<sup>15</sup> This corroborates the conclusions reached above as for the insufficient preparation of the other raters.

## Conclusion

The process to validate a system for coding classroom discourse in FL lessons reported in this paper has proved useful for a better understanding of validity and reliability of a given set of discourse categories. The categories were applied in a context in which the dual role of language and the speakers' specific pedagogical aims lead to a certain degree of ambiguity in language analysis, and that is one reason why the level of inter-rater agreement was not particularly high.

The validation of communicative acts confirmed the complexity of the coding system, and the ambiguities found in the definitions of some acts. Such ambiguity is also a consequence of the ambiguity in classroom communication, as pointed out above. For example, the tendency of usually interpreting teachers' acts in F moves as evaluates blurs their other functions, such as acknowledging student speech, providing information or terminating an exchange.

The overall set of procedures followed to validate the coding system presented here (selection of data samples, training of raters, data coding and results), despite the constraints faced in this study, may be seen as guidelines for conducting research under similar circumstances, and attempting to obtain higher levels of reliability in classroom language analysis.

CONSOLO, D. A. Em busca da validade criterial na análise da linguagem de sala de aula: limitações metodológicas do metadiscurso e da concordância entre avaliadores. *Alfa (São Paulo)*, v.43, p.113-134, 1999.

- *RESUMO: Este artigo relata um processo para validar um sistema de categorização do discurso em aulas de língua estrangeira, um contexto no qual o duplo papel da linguagem (conteúdo e meio de comunicação) e os objetivos*

---

<sup>15</sup> According to rater 7's own statement.

pedagógicos específicos dos falantes geram um grau de ambigüidade nos significados dessa linguagem. A linguagem de sala de aula foi investigada, objetivando estabelecer um arcabouço de pressupostos e categorias de análise do discurso pedagógico. As categorias propostas no estudo tratado (Consolo, 1996, p.144-87) foram adaptadas a partir de uma variedade de modelos para a análise do discurso e da interação em sala de aula. Modelos propostos para tal análise necessitam, entretanto, de revisões e adaptações ao serem utilizados em contextos diversos daqueles para os quais foram utilizados originalmente e, nesse processo de (re-)adaptação, redefinem-se categorias existentes, bem como criam-se novas categorias. Nesse processo, faz-se necessário validar um modelo recriado, para garantir a cientificidade do estudo realizado e suas implicações. Apresentamos os procedimentos utilizados para validar o modelo de análise utilizado por Consolo (*ibidem*), incluindo-se a seleção dos dados, o treinamento de pesquisadores-participantes, a codificação das categorias e os resultados do estudo. Sugere-se que tais procedimentos contribuam para a validade e confiabilidade de resultados de pesquisas, enquanto revelam limitações decorrentes da metodologia adotada.

- PALAVRAS-CHAVE: Análise do discurso; discurso de sala de aula; metadiscurso; validação; confiabilidade.

## References

- CHAUDRON, C. *Second language classrooms*. Cambridge: CUP, 1988.
- COHEN, J. A coefficient of agreement for nominal scales. *Educational and Psychological Measurement*, v.1, n.20, p.37-46, 1969.
- CONSOLO, D. A. *Classroom discourse in language teaching: a study of oral interaction in EFL lessons in Brazil*. Cals, 1996. Tese (Doutorado) – The University of Reading.
- LAMPERT, M. D., ERVIN-TRIPP, S. M. Structured coding for the study of language and social interaction. In: EDWARDS, J. A., LAMPERT, M. D. *Talking data: transcription and coding in discourse research*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum, 1993. p.169-206.
- MITCHELL, R., PARKINSON, B., JOHNSTONE, R. *The foreign language classroom: an observational study*. Stirling: University of Stirling, 1981. (Stirling monographs, 9)
- OCHS, E. Transcription as theory. In: OCHS, E., SCHIEFFELIN, B. B *Developmental pragmatics*. New York: Academic Press, 1979. p.43-72.
- OLLER Jr, J. W. Discrete Point, Integrative, or Pragmatic Tests. In: *Language Tests at School: A Pragmatic Approach*. London: Longman, 1979. p.36-73.

- RAMIREZ, J. D. et al. *First year report: longitudinal study of immersion programs for language minority children*. Arlington: SRA Technologies, 1986.
- SINCLAIR, J., COULTHARD, M. *Towards an analysis of discourse: the english used by teachers and pupils*. London: OUP, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Towards an analysis of discourse*. In: COULTHARD, M. *Advances in spoken discourse analysis*. London: Routledge, 1992. p.1-34.
- SOARS, J., SOARS, L. *Headway advanced (Student's book)*. Oxford: OUP, 1989.
- STUBBS, M. *Language, Schools and classrooms*. 2.ed. London: Methuen, 1983.
- TESCH, R. *Qualitative research: analysis types and software tools*. London: Falmer Press, 1990.

## Appendix 1

### CODED LESSON EXTRACT (NS1 – Lesson 2) – SAMPLE 1 FOR GROUP TRAINING – Turns: 396 - 424<sup>16</sup>

Information about the lesson: T and STS are discussing the students' impressions about the characters in the first part of a short story ("The Hitch-hiker", by Roald Dahl). The STS had already listened to the extract in class and followed the text in their coursebooks. Since only the beginning of the story is known by the STS, the T is working on predictions and suggestions for the development of the narrative. Setting: whole-class interaction.

(turns - speakers) (utterances)	(acts)	(moves)
396 - St3 /you/ /+ you're (speaking) about three (possible)/	{FS}	Is1
397 - T: /oh + ok +/ /so + one possibility is + this man is a thief/ this man is a thief/	{mrk} {i-rpl}	Rt1(Is1)
397 - T: / + so + what happens next?/	{eli}	I1 [151]
398 - St: / + (UNINT)(a gun)/	{i-rpl}	R1(I1)
399 - T /he/ / + he steals the car:?/ / + he pulls out a gun [RISE]/ the says + drive me + to London [RISE] / + or he (tells) the guy to get out of the car + and drives off with his car + uhm?/	{FS} {cla}	I1 [152]
	{cf-chk}	
400 - St: (UNINT)	N/A	(R1(I1))
401 - T /ok +/ /that a possibility/	{mrk}	F1(R1)
401 - T: / + anything else?/	{eli}	I1 [BE1/152]
402 - St4: /(maybe) + they could start talking about the car + er:	{i-rpl}	R1(I1)
403 - T: who/ / + who would {star [RISE] }/	{FS} {eli}	I1 [153]
404 - St4: /the hitch-hiker/ /and er + he (tries to)/	{i-rpl} {i-rpl}	R1(I1)
405 - T: /oh +/ /(UNINT) + you have a:=/	{ack} {inf/407}	F1(R1)
406 - St: (UNINT)	N/A	(R2(I1))
407 - T: /=amazing car/	{405/inf}	F1(R1)
408 - St4: /yeah/ /+ and (UNINT)/	{ack} N/A	Fs1(F1)
		[BE1/152]

16 Only turns 396 – 408 have been reproduced in this appendix due to reasons of space.

## Appendix 2

### CODED LESSON EXTRACT (NNS4 – Lesson 1) – SAMPLE 2 FOR GROUP TRAINING – Turns 563 – 598<sup>17</sup>

Information about the lesson: T and STS are discussing a task done previously in pairs (a matching activity, “Children learn what they live”, as in Headway Advanced).

#### CODING FOR MOVES AND ACTS

(turns - speakers) (utterances)	(acts)	(moves)
563 - T: /everybody agrees?/ .....		
564 - St: /yes/ .....		
565 - STS: /no/ .....		
566 - T: /[{CHUCK}] what did you have? .....		[223]
567 - St: /I think + (UNINT) "to appreciate"/.....		[224]
568 - T: /with hostility?/ .....		
569 - St: /yes/.....		
570 - St (UNINT).....		
571 - St: /(UNINT)fight/ .....		
572 - T: / [5] to fight?/ .....		
/ + (that's possibility)/ .....		[225]
573 - St: /do you tink + that [RISE]/N.....		
{INTRRRUPTED TURN}		[226]
574 - St1: /to fight (could be) (UNINT)/.....		
575 - T: /yes/ .....		[227]
576 - St1: /(to fight) + to: + to: {1} to (get) something/ .....		
577 - St: /to get something that you want/ .....		
578 - St: /yes/ .....		[228]
579 - T: /but the author + shares the same opinion + that the child .....		
learns er + lives with hostility + he learns to fight/		
/ [3] I don't know/ .....		
/ + he may be wrong/.....		
/ + I'm not saying that he is right [RISE-FALL]/ .....		
/ [1] I'm just saying that + this is [(UNINT)]/ .....		
580 - st: [(UNINT) .....		

17 Only turns 563 – 580 have been reproduced in this appendix due to reasons of space.

## Appendix 3

### CODED LESSON SAMPLE 2 (NNS1 – Lesson 1) FOR VALIDATING ACTS – Turns 007 - 031<sup>18</sup>

Information about the lesson: In the beginning of this lesson the T had set an exercise to be done in class. The task was to match sentences that contained prepositions to a list of cases that explained the uses of the prepositions in the sentences. At this point, the T is halfway through the correction of the exercise.

#### (Examples of gaps for acts validated by raters 1, 2, 5 and 6)

007 - T:	/[1] stephen/	{nom }	I1
	/ + d/	1)_____	
008-ST1(*Stephen)	/er:/	{HES}	R1(I1)
009 - T:	/"as it's one in the morning by then"/	2)_____	I1 [009] –
010 - St1:	/er:/	{HES}	R1(I1)
	/ + four/	{i-rpl}	
011 - T	/ [2] four [RISE]/	3)_____	F1(R1)
011 - T:	/ [3] do you agree?/	4)_____	I1 [BE1/009]
012 - St:	/no/	{n-rpl}	R1(I1)
013 - T:	/no/	{ack}	F1(R1)
013 - T:	/ [1] why four (then)?	5)_____	I1 [010] -
014 - St1:	/(UNINT)	N/A/016	(R1(I1))
015 - T:	/wait wait/	6)_____	F1(R1)
016-St1:	= (UNINT)/	014/N/A	(R1(I1))
017 - T:	/(UNINT)/		N/A [011] -
	/ + position?/	7)_____	I1
	/ + place?/	8)_____	
	/ + position?/	9)_____	
018 - St1	/ [1] (er:)/		{HES}
019 - T:	/or does it answer the question + when?	10)_____	I1 [012] -
020 - St:	/(UNINT)/	N/A	(R1(I1))
021 - T:	/(UNINT)/		N/A [BE1/012]
	/ + then + so [1] which is (the answer)?/	11)_____	I1
022 - St1:	/ [1] (three)/	{i-rpl}	R1(I1)/Is1
	/(right?)/	12)_____	[BE2/012]

<sup>18</sup> A shorter sample is shown here (and therefore fewer gaps than those for the acts coded in this lesson sample) due to lack of space.

CODED LESSON SAMPLE 2 (NNS1- Lesson 1) FOR VALIDATING ACTS -  
 Turns 007 - 031

(Examples of gaps for acts validated by raters 3, 4, 7 and 8)

007 - T:	/ [1] stephen/ / + d/	1)_____	I1
008 - St1(Stephen):	/er:/	{HES}	R1(I1)
009 - T:	/"as it's one in the morning by then"	{eli}	I1 [009]---
010 - St1:	/er:/ / + four/	{HES}	R1(I1)
011 - T:	/ [2] four [RISE]/	2)_____	F1(R1)
011 - T	/ [3] do you agree?/	{cf-chk}	I1 [BE1/009]
012 - St:	/no/	{eli}	R1(I1)
013 - T:	/no/	3)_____	F1(R1)
013 - T:	/ [1] why four (then)?/	4)_____	I1 [010]---
014 - ST1:	/(UNINT) =	{eli}	(R1(I1))
015 - T:	/wait wait/	N/A/016	F1(R1)
016 - St1:	= (UNINT)/	{dir}	(R1(I1))
017 - T:	/(UNINT)/ / + position?/ / + place?/ / = position?/	014/N/A	N/A [011]---
018 - St1:	/ [1] (er:)/	{eli}	I1
019 - T:	/or does it answer the question when?	{eli}	{HES} [012]---
020 - St:	/(UNINT)/	{eli}	(R1(I1))
021 - T:	/(UNINT)/ / + then + so [1] which is (the answer)?/	N/A	[BE1/012]
022 - St1:	/ [1] (three) /(right?)/	{eli}	I1
023 - T:	/which one?/ / + one?/ (UNINT)	5)_____	R1(I1)/Is1
023 - T:	/ + "she answers the door" + "looking a bit angry" +. "as it's one in the morning by then" / / + by then + means what?/ / + by that + time/	{cf-chk}	[BE2/012]
		{eli}	N/A
		{cf-chk}	[BE3/012]
		{str}	I1
		{eli}	Rt1(I1)
		{inf}	[BE4/012]

CODED LESSON SAMPLE 2 (NNS1 – Lesson 1) FOR VALIDATING ACTS –  
Turns 007 - 031

(Examples of gaps for acts validated by raters 9 and 10)

007 - T:	/ [1] stephen/ / + d/	1) _____ {eli}	I1
008 - St1(Stephen):	/er:/	{HES}	R1(I1)
009 - T:	/"as it's one in the morning by then"	{eli}	I1 [009]-
010 - St1:	/er:/ / + four/	{HES} {i-rpl}	R1(I1)
011 - T:	/ [2] four [RISE]/	{cf-chk}	F1(R1)
011 - T	/ [3] do you agree?/	{eli}	I1 [BE1/009]
012 - St:	/no/	{n-rpl}	R1(I1)
013 - T:	/no/	4) _____	F1(R1)
013 - T:	/ [1] why four (then)?/	{eli}	I1 [010]-
014 - ST1:	/(UNINT) =	N/A/016	(R1(I1))
015 - T:	/wait wait/	{dir}	F1(R1)
016 - St1:	=(UNINT)/	014/N/A	(R1(I1))
017 - T:	/(UNINT)/ / + position?/ / + place?/ / + position?/	{eli} {eli} {eli}	N/A I1 [011]-
018 - St1:	/ [1] (er:)/		{HES} [012]-
019 - T:	/or does it answer the question when?/	{eli}	I1
020 - St:	/(UNINT)/	N/A	(R1(I1))
021 - T:	/(UNINT)/ / + then + so [1] which is (the answer)?/	N/A {eli}	[BE1/012] I1
022 - St1:	/ [1] (three) /right?/	{i-rpl} {cf-chk}	R1(I1)/Is1
023 - T:	/which one?/ / + one?/ (UNINT)	{eli} {cf-chk}	I1 [BE2/012] N/A
023 - T:	/ + "she answers the door" + "looking a bit angry" "as it's one in the morning by then"/ / + by then + means what?/ / + by that + time/	{str}  {eli} {inf}	I1 [BE3/012]  Rt1(I1)
023 - T:	/ [3] so is it one two three or four here?/ /three/	{eli}	I1 [BE4/012]
024 - St1:	/THREE/	{c-rpl}	R1(I1)
025 - T		8) _____	F1(R1)

©D.A. Conbsolo (1999)



## **COGNITIVE VERSUS SOCIAL ASPECTS OF PRAGMATIC MEANING: ON THE IMPORTANCE OF IDENTIFYING THE SUBJECT AS AN ETHICAL AGENT**

Kanavillil RAJAGOPALAN<sup>1</sup>

- **ABSTRACT:** Is it possible to reconcile the cognitive and the social aspects of pragmatic meaning? Or could it be that the two are doomed forever to be locked in a perennial tug-of-war? I argue in this paper that the radical versions of both these theses are faulty for the same reason: viz, that of seeking to capture in a handful of deterministic rules everything that takes place at the pragmatic level. Furthermore, I argue that there is an urgent need to look upon the subject of language as a conscientious agent just as much as a person endowed with consciousness. In other words, the ethical question is invariably present in the confrontation between the cognitive and the social.
- **KEYWORDS:** Pragmatic meaning; cognitivism; social aspect; ethics.

To ask whether the cognitive and the social aspects of pragmatic meaning can both be accommodated within the framework of a single, overarching theory is to conduct the discussion against the backdrop of the common suspicion that there may be some fundamental and irreducible incompatibility between the two orientations. To be sure, this widespread suspicion has been, over the years, aided and abetted by a number of recent as well as not-so-recent developments. In the way

---

<sup>1</sup> Departamento de Linguística - Unicamp - 13063-070 - Campinas - SP. E-mail: rajan@panini.iel.unicamp.br.

the battle lines have been drawn, say, over the last half a century or so, there is little room for any negotiated peace settlement or even an uneasy truce. And the reason why the twain seems never to meet is that the advocates of the two theoretical stances have often been at pains to state their respective positions in all or none terms. Neither side is willing to look into the possibility of there being a middle ground or, for that matter, a "no man's land".

Radical cognitivists take their lead from a venerable tradition in thinking about language that posits the individual's psyche as the seat and bed-rock of language. Typical of the cognitivist stance is the following assertion made by Whitney (1827-1894) more than a century ago:

There can be asked respecting language no other question of a more elementary and at the same time of a more fundamentally important character than this: how is language obtained by us? how does each speaking individual become possessed of his speech? Its true answer involves and determines well-nigh the whole of linguistic philosophy. (1875 [1979] p.87)

For the contemporary radical cognitivists like Pinker (Pinker, 1994), the social aspect of language is interesting, no doubt, but is by no means of the essence as far as human linguistic capacity is concerned. What is interesting, they say, invoking the authority of none other than Noam Chomsky – the man primarily responsible for the mentalist backlash in linguistics, is that it is all stored in the brain of the individual, a good deal of it having been already inherited as part of Man's genetic endowment. Communication among persons similarly endowed is simply and straightforwardly a fall-out from this genetic disposition and any attempt to bring the issue of communication to centre stage in our attempt to understand language is tantamount to putting the cart before the horse. Chomsky (1977, p.87) is categorical when he says:

There is no reason to believe ... that language "essentially" serves instrumental ends, or that the "essential purpose" of language is "communication", as is often said, at least if we mean by "communication" something like transmitting information or inducing belief.

Societal pragmatists, on their part, have a hard time overcoming their urge to meet the challenge of cognitivists on the latter's chosen turf. Some "radical societalists" are likely to react point blank by saying that the so-called individual is a mare's nest. The individual has no indi-

viduality other than the one vouchsafed her by the social order of which she forms a part. The individual is, in other words, a derived category, and not a primitive concept as the cognitivists seem to assume. Heidegger's famous dictum "Language speaks us," they hasten to add, is a case in point. In Borutti's (1984, p.441) paraphrase, "subjects don't use the language, they are *used* by it: that is, they are the effects of their discourses". And so is Althusser's idea of the subjects of languages as totally and irrecoverably subjected and subjugated pawns in an elaborate chess-game over which they have no control whatsoever.

Now, it is important to stress that both cognitivists and societalists are potential victims of the very same danger of exaggerated scientism when they advocate radical versions of their respective positions. This point may not be immediately obvious, but is nonetheless fairly easy to shore up. Part of the appeal of cognitivism is its claim to rigorous standards of scientificity. Jacob Mey (1993, p.286), a relentless advocate of societalism in pragmatics, has been quick to point that cognitivism's immense appeal and the mainstream status it has traditionally enjoyed are largely due to the linguists' proverbial eagerness to define their field as a "pure" science in opposition to what are often pejoratively dismissed as "social" and "applied" sciences. Mey is absolutely right in suspecting that the reason why many linguists shy away from the social character of pragmatic meanings is that they fear having to deal with far too many variables that are, in addition, somehow hopelessly "slippery" and the consequent loss of predictive rigour. In other words, looking at language as a biologically inherited phenomenon contained in the individual's psyche is a lot less "messy" than the alternative of looking at it as a social phenomenon, subject to all manner of extraneous influences. I also fully endorse Mey's implied suggestion that if the inalienably social nature of language cannot be adequately handled with the explanatory resources of an algorithm, then so much the worse for the theory that attempts to do so.

But care should be taken not to overstate the case in defence of societal pragmatics. For precious little is gained by simply reversing the priorities and insisting that the social order tells us all we need to know about the subject of language. Radical societalism is prompted by the very same urge to force the phenomenon of language into the grid of a neat algorithm, even if that algorithm turns out, on closer inspection, to be more of a Procrustean bed. The idea that language and society may be implicated in each other in ways that preclude the possibility of sta-

ting the relationship by means of unidirectional causal links is simply not considered by radical societalists in their eagerness to challenge the cognitivists' claim of the primacy of language and put forward their own claim of the primacy of the social order. This is because the model of "pure" science they have in mind – and which they share with their cognitivist adversaries – has no room for "reciprocal causality". The tenacity with which the very possibility of reciprocal causality is shunned and frequently spurned by those who invoke the paradigm of pure sciences is best illustrated by one of the earliest criticisms directed at Basil Bernstein's famous distinction between "restricted" and "elaborated" codes. Here is how it goes: "According to Bernstein, the code (the linguistic rule system) is capable of producing 'n number of speech codes' which must satisfy its rules ... These speech codes are realised through the system of social relationships, of which they are a function" (Dittmar, 1976, p.9). In other words, the central thrust of the criticism is that  $x$  is a function of  $y$  which in turn is taken to be a function of  $x$  – a situation that is implicitly claimed to be one which no true scientist worth her salt can afford to admit.

To escape the Scylla of a vicious circle, one can always opt for the Charybdis of turning the relation between the individual and the society upside down by arguing it is the latter that helps define the former. Radical societalism, which is but another name for this manoeuvre, will certainly help avoid the sort of circularity that Dittmar lays at Bernstein's door, but perpetuates the very same drawbacks of thoroughbred individualism.

The danger is, to repeat a point already made, when one takes a pendulum swing to the other extreme by claiming that the concept of a social order is a pre-theoretical given and the individual is but a function thereof. By thus reducing the role of the subject of language to that of a mere cog in the wheel, one forecloses the very possibility of asking how it is that the individual can and often does stand up to the overwhelming powers that seek to silence her voice. The case of Sophocles' Antigone springs to mind here. So too does that of Dr. Stockman, that unforgettable character from Ibsen's play. If Antigone and Dr. Stockman strike someone as being too fictive to be true to life, well, one might just as well consider the case of that frail-looking Chinese citizen empty-handedly defying an entire column of tanks in Beijing's Tiananmen square. Far from being exceptions to a rule, these cases point to an ever-present, perhaps irreducible, tension between the private

(including, as in this last case, the right to free opinion) and the public in a person's life.

Now, I am by no means arguing in favour of conflating the two oppositions "cognitive *versus* Social" and "private *versus* Public". The former is usually stated in cut-and-dry terms, whereas the latter, it seems, is best characterised as a polar opposition. But I do want to claim that any serious and in-depth consideration of the former opposition will inevitably lead to a consideration of the latter opposition. This is so because what is at stake is not just the consciousness of the subject of language but, in a far more urgent sense, her *conscientiousness* insofar as she is also an ethical agent. The ethical and the political questions are, in other words, inseparable from the cognitive role of the agent, although the Rationalist tradition of thought has systematically sought to drive a wedge between the two sets of questions.

It so happens, however, that, from Plato onwards, it has been Western philosophy's central concern to find newer and ever newer ways and means to make the private and the public mesh into each other to the point of becoming mutually indistinguishable, with Reason as the ultimate arbiter and guarantor. The one abiding concern of political philosophers since time immemorial has been to ascertain, on the one hand, the limits of the freedom of the individual and, on the other, stipulate how far the State should and should not go in invading the privacy of the individual. The recent sex scandals involving the President of the United States attest to the persistence of the concern in the political life of a nation which, as it happens, is among those most concerned with the individual's right to privacy.

Now, one increasingly fashionable response to the challenge posed by the problem of drawing the line between the individual and the society – the former viewed as a sentient being, fully autonomous and answerable only to herself and the latter thought of as a collectivity which is more than just the sum total of individual interests – is to dismiss the whole issue as a pseudo-problem, by summarily decreeing that there simply is no way of bringing the two together. Such a sweeping, radical solution has been recommended, for instance, by neo-pragmatists, most notably, Richard Rorty (*passim*, but especially, Rorty, 1989). Central to Rorty's stance is the claim that the private and the public are two distinct domains and that any attempt to subsume the two under some overarching category or to explain one in terms of the other is destined to be a fiasco, as the history of centuries of vain philosophising has – in his

view – amply demonstrated. Rorty therefore exhorts us to give up once and for all hope that public matters could be adjudicated by appeal to some non-contingent principles. Once we rid ourselves of all pretensions of classical metaphysics, Rorty thinks, we will be in a position to espouse private irony as a way of coping with our lives.

Now, it has been pointed out that Rorty's insistence on maintaining intact the distinction between the private and the public domains is not to be seen as being of a piece with "the Hellenistic or Harendtian demarcation of *oikos* and *polis*, between the domestic hearth and the public forum" (Critchley, 1996, p.21). The fact remains, nonetheless, that contemporary pragmatism is predicated upon a clear-cut distinction between the two, although it is readily conceded that neither the individual nor the State has any identity over and above what it contingently happens to possess. The greatest merit of pragmatism is perhaps its plain recognition of the fact that ours is an age of crumbling identities. Even outside of the pragmatist camp, there seems to be a growing perception that the time is ripe for re-thinking the very nature of some of the entities that one used to take for granted not very long ago. The list includes "language", (Davidson, 1984; Burke & Porter, 1991) "the (rigorously monolingual) speaker of a language" (Rajagopalan, 1997; forthcoming), "nation", (Bhabha, 1994) and "culture". And, to be sure, theorists of language can ill afford to ignore what is taking place under their very noses, on pain of rendering their reflections mere exercises in wild fancy.

But, because of its reluctance to admit of the possibility that the distinction between the private and the public may turn out to be tension-ridden rather than being one characterised by mutual exclusion, pragmatism is hard put to it to explain the all-too-frequent clashes of interest between the two domains. Rorty, it seems, tends to somewhat complacently sidestep the whole issue by conjuring up a utopian state modelled after "the rich North Atlantic democracies" where he thinks the citizens have learnt to separate public liberalism and private irony. Indeed Rorty is all for private irony, which he says is what we are left with, once we have extricated ourselves from the clutches of academic Philosophy with its tireless quest for first principles on which to ground public morality. As he puts it in his essay "On the priority of democracy to philosophy", instead of looking for such transcendental, ahistorical, Archimedian points of reference outside of one's lived circumstances, one ought to be "putting politics first and tailoring a philosophy to suit" (Rorty, 1991, p.178).

The only trouble with the rosy picture presented by contemporary pragmatism is that it assumes a vast consensus already arrived at by members of a community that has supposedly overcome all sources of potential tension by democratically thrashing out differences of interest. Instead of countenancing a world divided between US and THEM, Rortyan pragmatists recommend that we concentrate on US, hoping that the category so designated will constantly expand as to some day in the remotest future (maybe only in a Utopian world) absorb everyone that gets classified today as part of THEM.

The paradisiac vision of democracy entailed by the pragmatist view is but a rehashing of the old Biblical idea of the lion and the lamb enjoying, as it were, a "heavenly picnic" in the best spirit of celestial camaraderie. But one must admit that it is a far cry from anything one actually comes across, even in the "rich North Atlantic democracies" of which Rorty speaks with such great enthusiasm and approval. Arguably too, the very view of democracy as a form of rule where tensions are gradually replaced by harmony and uniformity of interests is not at all helpful except as a wilful exercise of romantic imagination. In real societies, private and public interests do frequently clash and, as noted earlier, Sophocles' *Antigone* and Ibsen's *Dr. Stockman* (alongside of countless cases from real life) are constant reminders to the often irreconcilable clash of interests between the two domains.

The picture is further complicated by the fact that the pragmatists' idea of democracy is modelled on their idea of language in thinking about which they claim the notion of transparent representation is of little help. If, as they say, language ought not to be seen as acting as a *tertium quid* between the external world and the sentient mind, so too the pragmatists are claiming that a healthy democracy is no longer to be seen as encumbered by the age-old preoccupation with being a means for the individual to partake of the collective decision-making. In both cases, the very idea of representation is to be traded without remorse for some such notion as "self-fashioning" or an ever-expanding sense of "recognition" ( Taylor, 1992).

Ingenious though such moves may well be, what we still fail to account for is the fact that in the world of lived reality, the relations among persons and between these and the society at large is ridden with strife and conflict. It is pointless and perverse to simply wish them away or pretend they did not exist. While the Rortyan pragmatists are right as far as their criticism of transparent representation is concerned,

to propose that we should therefore give up the very idea of representation is to throw the baby of representation along with the bath-water of transparency. The usefulness of language as representation consists precisely in foregrounding the political (and hence, in the ultimate analysis, the ethical) question – for, representation is, over and above everything else, a political question. Even as perfect representation by language of a putatively pre-existent reality turns out, in the final analysis, to be a contradiction in terms, so too its political analogue is at best an ideal state of affairs to be cherished rather than something one should effectively hope to see realised on the face of this earth. But it is precisely because the ensuing tensions cannot be done away with once and for all that there arises the need for a practical ethic. In other words, there will for ever be a role for the ethical subject of language for the simple reason that perfect and stable equilibrium of forces is an unattainable goal insofar as human linguistic practices are concerned. This means that the agent is required to be on the alert all the time, to endlessly re-negotiate the limits of the elbow room within which she may fashion her own self. Furthermore, she is constantly going to be called upon to weigh alternative courses of action, make choices, and take decisions, including some that she may come to regret later on. But then, come to think of it, there is nothing unfamiliar about such demands on her. The ethical agent has always been and will always be a tight rope walker.

What the cognitive and the societal domains of contemporary research in pragmatics urgently call for, then, is an attempt at critical articulation rather than either the search for a wider framework that can comfortably accommodate the two or the attempt to make either domain dependent on the other. A critical articulation will, as I have been suggesting, shift the focus of attention from the cognitive-societal opposition to the opposition between the private and the public domains, with a view to interrogating the role of the subject of language as an ethical agent.

## **Note**

This paper is a slightly revised version of a text used for oral presentation at the 6<sup>th</sup> International Pragmatics Conference (Reims, France 19-24 July 1998). I wish to thank the CNPq for financing my research (Process n. 306151/88-0) and for sponsoring my participation in the said



event. (Process n. 450951/98-7). I also wish to express my gratitude to Jacob Mey for his comments on the paper (in his capacity as the discussant of the session).

RAJAGOPALAN, K. Aspectos cognitivos *versus* aspectos sociais da significação pragmática: a importância da identificação do sujeito como agente ético. *Alfa (São Paulo)*, v.43, p.135-144, 1999.

- *RESUMO: É possível reconciliar o lado cognitivo e o lado social da significação pragmática? Ou, será que os dois estão condenados a permanecerem num estado permanente de conflito mútuo? Procuo sustentar neste trabalho que as versões radicais de ambas as teses, opostas entre si, pecam pelo seguinte motivo: querer captar tudo o que acontece no plano da pragmática num punhado de regras determinísticas. Argumento, em seguida, que é preciso encarar o sujeito de linguagem tanto como um agente consciencioso quanto uma pessoa consciente. Em outras palavras, a questão ética necessariamente se faz presente neste embate entre o social e o cognitivo.*
- *PALAVRAS-CHAVE: Significação pragmática; cognitivismo; aspecto social; questão ética.*

## References

- BHABHA, H. *The Location of Culture*. London: Routledge, 1994.
- BORUTTI, S. Pragmatics and its discontents. *Journal of Pragmatics*, v.8, n.4, p.37-448, 1984.
- BURKE, P., Roy P. *Language, self, and society: a social history of language*. London: Polity Press, 1991. [Ed. bras. *História social da linguagem*. São Paulo: Editora UNESP, 1997].
- CHOMSKY, N. A. *Language and Responsibility*. New York: Pantheon Books, 1977.
- CRITCHLEY, S. Deconstruction and pragmatism – Is Derrida a private ironist or a public liberal? MOUFFE, C. (Ed.) *Deconstruction and Pragmatism*. London: Routledge, 1996, p.19-40.
- DAVIDSON, D. A nice derangement of epitaphs. In: LEPORE, E. (Ed.) *Truth and Interpretation: perspectives on the philosophy of Donald Davidson*. Oxford: Blackwell, 1984.
- DITTMAR, N. *Sociolinguistics: a critical survey of theory and application*. London: Edward Arnold, s.d.

- MEY, J. L. *Pragmatics: An Introduction*. Oxford: Blackwell, 1993.
- PINKER, S. *The Language Instinct*. Harmondsworth: Penguin Books, 1994.
- RAJAGOPALAN, K. Linguistics and the myth of nativity: comments on the controversy over 'new/non-native' Englishes'. *Journal of Pragmatics*, n.27, p.225-31, 1997.
- \_\_\_\_\_. Of EFL teachers, conscience, and cowardice. *ELT Journal*. (Forthcoming).
- RORTY, R. *Contingency, irony, and solidarity*. Cambridge: CUP, 1989.
- \_\_\_\_\_. Priority of democracy to philosophy. In: RORTY, R. *Objectivity, relativism, and truth: philosophical papers*. Cambridge: CUP, 1991, v.1, p.175-89.
- TAYLOR, C. *Multiculturalism and "The Politics of Recognition"*. Princeton: Princeton, 1992.
- WHITNEY, W. D. *The Life and Growth of Language*. s.l., 1985 [1979].
- Originally published in 1875 by D. Appleton & Co, N. Y. Reprinted in 1979. N.Y.: Dover Publications Inc.

## **ESTRUTURA ARGUMENTAL E FUNÇÕES SEMÂNTICAS<sup>1</sup>**

Roberto Gomes CAMACHO<sup>2</sup>

- **RESUMO:** Este trabalho examina a atribuição de funções semânticas e funções sintáticas em relação a fatores pragmáticos num *corpus* do português falado, focalizando os processos marcados em que a construção de estruturas senten- ciais envolva mecanismos de perspectivização. Considerando preliminarmente o postulado funcional de que a gramática depende de três módulos interdepen- dentes – o sintático, o semântico e o pragmático – pretende-se verificar, por um lado, a relevância da estrutura temática para a determinação da estrutura sintática e, por outro, a influência dos procedimentos discursivos na organi- zação sintático-semântico das construções sentenciais. O tratamento descri- tivo conduz a uma avaliação teórica do próprio modelo funcional proposto por Dik (1989) em termos da relação entre a Hierarquia de Funções Semânticas e a noção de pespectivização.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Função semântica; função sintática; hierarquia semân- tica; perspectivização; estrutura argumental.

### **Palavras iniciais**

O conceito de função semântica ou de papel temático tem recebido da literatura tratamentos divergentes, em virtude do diferente estatuto teórico que lhe é atribuído por diferentes enfoques.

---

1 Este trabalho divulga resultados do projeto de pesquisa "A hierarquia de funções semânticas e a atribuição de funções sintáticas", desenvolvido no biênio 1997/1999, como bolsista do CNPq (Proc. 801185/92-1).

2 Departamento de Teoria Lingüística e Literária – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP. E-mail: camacho@tl.ibilce.unesp.br.

Um aspecto importante é o da relevância teórica que a noção de função semântica exerce na explicação de fatos sintáticos. No enfoque gerativista, especificamente a Teoria da Regência e da Vinculação, Chomsky (1981) e seguidores consideram os papéis temáticos (rótulos com que designam as funções semânticas) como meros índices lexicais da estrutura argumental, cuja natureza é estritamente sintática, modo de ver que reduz as funções semânticas a termos descritivos sem qualquer estatuto teórico.

Essa espécie de imunidade das relações sintáticas aos papéis temáticos relativiza-se na obra de Grimshaw (1990). Para essa autora, a estrutura argumental se organiza de acordo com relações de proeminência determinadas por propriedades temáticas e aspectuais do predicador. Entretanto, essas relações de proeminência especificam um estatuto teórico ainda muito limitado às funções semânticas: indicam não mais que a posição relativa de cada função numa hierarquia.

Jackendoff (1987, 1990), numa posição oposta, defende a autonomia do componente sintático e do semântico. Em sua perspectiva teórica, o léxico contém uma estrutura conceitual formada por categorias primitivas e regras de formação e estas permitem combinar tais categorias em conceitos mais complexos. Desses conceitos derivam os papéis temáticos, ou funções semânticas, que são configurações particulares da estrutura conceitual. Regras de correspondência determinam a relação entre a estrutura sintática e a estrutura semântica, de modo que esta exerce influência direta sobre a gramática. Na direção de uma semântica forte e autônoma, no âmbito do quadro gerativista, podem situar-se também as posições de Culicover & Wilkins (1984).

Outro enfoque ainda mais divergente do chomskiano é o de Dowty (1991). Embora esse autor reconheça a relevância dos papéis temáticos na construção de fenômenos sintáticos, seu enfoque difere, por exemplo, do assumido por Jackendoff. Para Dowty, os papéis temáticos não fazem parte da gramática, mas derivam de uma semântica do mundo real, como noções acarretadas pelas ações humanas representadas por predicadores verbais, posição mais próxima do enfoque funcionalista que pretendemos adotar neste trabalho.

Nos quadros da lingüística brasileira, Franchi (s.d.) assume que a sintaxe e a semântica constituem subsistemas autônomos de representação, ainda que estreitamente relacionados: devem ser elaborados cada qual mediante objetos primitivos, operações e relações constitui-

vas próprias, formulados com base em sistemas independentes de princípios teóricos.<sup>3</sup>

De todas as linhas, a mais divergente é a funcionalista. Embora também defenda o princípio da autonomia entre os subsistemas sintático e semântico (e pragmático), considera-os tão fortemente interdependentes que a sintaxe é determinada, em primeiro lugar, pelo subsistema pragmático e, em segundo, pelo semântico. Embora haja outros funcionalistas, como Foley & Van Valin Jr. (1984), Givón (1984), que defendem o mesmo princípio, o modelo adotado aqui é o da Gramática Funcional (doravante GF) de Dik (1989). Pode-se dizer que o modelo de GF de Dik pratica um funcionalismo moderado, pois, embora postule a importância do componente pragmático e negue a autonomia do sintático, reconhece a possibilidade de haver, na gramática, determinações puramente formais ou sintaticamente motivadas.

A base da GF (Dik, 1989) é o inventário das predicções nucleares, que se obtêm mediante a inserção de termos nas posições argumentais de um predicador verbal. Um de seus aspectos mais instigantes é o de que as funções de Sujeito e de Objeto devem ser consideradas sinalizadores da perspectiva que a forma do enunciado projeta sobre um nível superior ao da predicação nuclear, em que satélites podem ser inseridos, a que se pode denominar predicação central (*core predication*). Assim, saber a que funções semânticas são atribuídos os constituintes Sujeito e Objeto representa um passo importante para descobrir a hierarquia temática que predomina numa língua.

As diversas posições no tratamento das relações entre sintaxe e semântica são o resultado direto da importância das funções semânticas para a teoria da linguagem, mas a razão de optar por um tratamento funcional está na relevância devotada pelo enfoque funcionalista à influência recíproca dos módulos sintático, semântico e pragmático. A inclusão de fatores pragmáticos é que distingue o modelo funcionalista dos modelos formais. Dowty (1991) e Jackendoff (1987, 1990), por exemplo, reconhecem a autonomia dos módulos sintático e semântico na teoria da linguagem, mas dão pouca relevância teórica aos fundamentos pragmáticos, que, não obstante, exercem um papel marcante para a relação que medeia entre a seleção argumental, a hierarquia de funções semânticas e a perspectiva dada ao estado de coisas.

---

3 Aplicações do modelo de Franchi podem ser encontradas no trabalho de Whitaker-Franchi (1989) sobre construções ergativas e no de Cançado (1995) sobre os verbos psicológicos.

## A hierarquia de funções semânticas na gramática funcional

A versão original da Hierarquia de Funções Semânticas (doravante HFS) (Dik, 1989, p.76), fornecida em (1), representa uma tendência universal na atribuição de funções sintáticas, de modo que haveria um ponto de corte, no *continuum*, que representaria as possibilidades de cada língua particular.

### (1) Hierarquia de Funções Semânticas

	Ag	>	Me	>	Rec	>	Ben	>	Inst	>	Loc	>	Tem
Sujeito	+	>	+	>	+	>	+	>	+	>	+	>	+
Objeto			+	>	+	>	+	>	+	>	+	>	+

Conforme se move da esquerda para a direita, a atribuição das funções de Sujeito e de Objeto se torna cada vez menos freqüente e conseqüentemente mais marcada. O acesso das funções semânticas às funções sintáticas ocorre, na GF de Dik, no âmbito da predicação central (*core predication*), que corresponde a um nível de representação em que o esquema de predicado básico (*nuclear predication*) expande-se, incluindo os satélites de nível 1, que podem ter também acesso à função de Sujeito. Posteriormente Dik considera que, só excepcionalmente, satélites de nível 2 devem ser licenciados para receber funções sintáticas, visando com isso dar conta de uma possível aplicação de Locativos em Bantu à função de Sujeito. Ressalva, todavia, que, na realidade, dependentemente da língua envolvida, Locativos podem manifestar-se como argumento, como satélite de nível 1, ou como satélite de nível 2 (Dik, 1989, p.230-1). Em razão disso e de outras discrepâncias sutis em várias línguas, Dik (p.234) considera que a HFS já mencionada necessita de refinamento e sugere substituir as duas primeiras posições pelos conjuntos respectivos de funções semânticas postuladas, que poderiam funcionar como A<sup>1</sup> e A<sup>2</sup> respectivamente, conforme se reproduz em (2).

### (2)<sup>4</sup>

A <sup>1</sup>	>	A <sup>2</sup>	>	Rec	>	Ben	>	Inst	>	Loc	>	Tem
Ag		Me										

4 A função Posicionador (Pos) se refere à entidade que controla uma Posição, isto é, uma Situação controlada, não dinâmica. For (Força) se refere à entidade não controladora que instiga um Processo. Processado (Proc) se refere à entidade que se submete a um Processo. Inst (Instrumento) é um satélite e não um argumento no modelo vigente de GF; Zero se refere a uma entidade que é primariamente envolvida num Estado.

Pos	Rec
For	Ben
Proc	Inst
Zero	etc.

Essa formulação permite acomodar o conjunto completo de estados de coisas postulado pela GF, e o acréscimo das funções semânticas Posicionador, Processado, Força e Zero, que não figuram na versão original, dá à hierarquia um aspecto multidimensional. Entretanto, é questionável a inclusão das funções semânticas Beneficiário e Instrumento como membros do conjunto  $A^2$ , já que, em outra parte da GF, ao tratar de estados de coisas e funções semânticas, Dik (1989, p.103) fornece um esquema, apresentado em (3), que inclui as combinações mais usuais de funções semânticas no interior dos esquemas de predicado básicos; essas combinações seriam construídas por meio de um algoritmo, que traduzimos em (4).

(3)

[1]	[2a]	[2n]
Agente	Meta [Exp]	Recipiente [Exp]
Posicionador		Localização
Força		Direção
Processado [Exp]		Fonte
Zero [Exp]		Referência

(4)

- Esquemas de predicado nucleares nunca contêm mais que uma instância de uma função semântica,<sup>5</sup>
- Em todos os esquemas de predicado,  $A^1$  tem uma das funções contidas em [1];
- Em esquemas de predicado de dois lugares,  $A^2$  tem uma das funções contidas em [2a] ou [2b];
- Em esquemas de predicado de três lugares,  $A^2$  tem a função contida em [2a] e  $A^3$  tem uma das funções contidas em [2b].

<sup>5</sup> Essa condição, conforme diz o próprio Dik, já havia sido formulada por Fillmore (1968).

e) Estados de coisas com o traço [-dinâmico] são incompatíveis com as funções semânticas que implicam movimento (Direção e Fonte).

Embora a HFS em (3) forneça uma generalização do postulado c contido no algoritmo de (4), inclui as funções semânticas Locativo, Direção (a entidade em direção para a qual algo se move ou é movido), Origem (a entidade a partir da qual algo se move ou é movido) e Referência (o segundo ou terceiro termo de uma relação com referência ao qual a relação se sustenta).

A inclusão de Instrumento como um segundo argumento em potencial na HFS de (3) contradiz, conforme afirma Cornish (1994), o postulado de Dik de que essa função semântica é um satélite e não um argumento. Esta última crítica não se sustenta, uma vez que a atribuição de funções sintáticas ocorre, no modelo de Dik, no segundo nível de representação, o da predicação central (*core predication*), que permite também satélites de nível 1. Os satélites de nível 1 representam participantes adicionais envolvidos (Beneficiário, Companhia), especificações adicionais à efetivação do estado de coisas (Instrumento, Modo, Velocidade, Qualidade) e orientação espacial (Direção, Fonte, Percurso).

Ocorre, todavia, como aliás reconhece o próprio Dik (1989, p.234), que a atribuição de Sujeito e Objeto em línguas como grego clássico e hebreu moderno é sensível ao estatuto argumental de funções semânticas específicas: somente podem receber função de sujeito termos na função de Recipiente numa classe reduzida de predicados bivalenciais, como *ajudar* e *impressionar*, em oposição aos trivalenciais. Embora em português, por exemplo, a GF representa o A<sup>2</sup> desses predicados com a função semântica Meta-Experienciador, no grego antigo e no hebreu moderno esse tipo de A<sup>2</sup> é marcado por dativo e não por acusativo. Assim, para dar conta dessa distinção morfológica e do comportamento sintático correlativo, Dik (1989) atribui ao A<sup>2</sup> dativo a função de Recipiente e não a de Meta [Experienciador].

Por outro lado, na língua chichewa da família bantu, as possibilidades de aplicação da função de Sujeito a Recipientes A<sup>2</sup> e A<sup>3</sup> são inversas às do grego antigo e do hebreu moderno: Recipientes A<sup>3</sup> podem ser sujeito da passiva, enquanto Recipientes A<sup>2</sup> não podem (Trithart, 1979 apud Siewierska, 1991, p.109).

Desenvolvendo, assim, a mesma linha de raciocínio aplicada por Dik à análise do grego antigo e do hebreu moderno e, em vista de que, nas línguas bantu, somente a termos desprovidos de preposição pode ser atribuída a função de Sujeito, Siewierska (1991, p.100) sugere uma



reestruturação na HFS de Dik para acomodar a distinção entre os termos preposicionados e não preposicionados na função de Recipiente. Essa reestruturação adiciona o conjunto de funções semânticas A<sup>3</sup> à hierarquia contida em (2) de que resulta (5) abaixo.

(5)

A<sup>1</sup> > A<sup>2</sup> > A<sup>3</sup> > Rec > Ben > Inst > ...

Ag	Me	Rec
Pos	Rec	Ben
For	Ben	Instr
Proc	Inst	Loc
Zero	Loc	Dir
	Dir	Fon
	Fon	Ref
	Ref	

Conforme percorrermos o conjunto de funções semânticas de A<sup>1</sup> de Agente para Posicionador e daí para Força, Processado e Zero, ocorre um enfraquecimento concomitante das funções envolvidas da posição de Sujeito e um fortalecimento simultâneo das contidas no conjunto de A<sup>2</sup>, particularmente no caso de Meta [Experenciador]. Nesse caso, seria possível ver o conjunto de funções dentro da posição A<sup>1</sup> como que constituindo em si mesmas uma hierarquia no sentido visualmente vertical, exatamente como no caso da posição A<sup>2</sup> e da posição A<sup>3</sup>. Essa versão torna explícita a predição de que todas as funções semânticas argumentais são mais acessíveis à atribuição de funções sintáticas do que as não-argumentais e de que, entre as funções semânticas, as listadas em A<sup>1</sup> são mais acessíveis à atribuição de Sujeito que as de A<sup>2</sup>, e as de A<sup>2</sup> mais que as de A<sup>3</sup> (Siewierska, 1991, p.110).

## Escopo do presente trabalho

Como hipótese geral, ao adotar um enfoque funcionalista para o tratamento da relação entre as funções semânticas e as funções sintáticas, este trabalho se apóia na hipótese de que uma teoria gramatical adequada deve compor-se de subsistemas autônomos, mas interdependen-

dentos, cuja correspondência seria estabelecida por regras de projeção. Essa hipótese geral, compartilhada mais por semanticistas de base formal, justifica-se no fato de que a construção da estrutura argumental, assim como a configuração sintática da expressão linguística, são determinados, ainda que não exclusivamente, mas em alguns aspectos particulares muito relevantes, pela configuração específica do componente semântico.

Além de reconhecer a coexistência autônoma dos módulos, Dik (1989) postula que eles sejam hierarquizados, compartilhando, com outros modelos do paradigma funcional, a prioridade do componente pragmático sobre os demais. Desse modo, a adoção de uma perspectiva discursiva significa estender o domínio tradicional da análise linguística, que consiste de regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas, incluindo os princípios pragmáticos complexos que governam os padrões de interação verbal. Assim a semântica, em sentido amplo, é vista como instrumental relativamente às funções comunicativas e interacionais e a sintaxe como instrumental em relação à semântica.

Com base nesses pressupostos teóricos, este trabalho examina a acessibilidade das funções semânticas à atribuição de papel argumental em relação a fatores discursivos, pragmáticos. Focalizam-se construções marcadas, tais como promoção e demissão argumental e ordenação de constituintes, que envolvam a projeção de um ponto de vista ou perspectiva ao enunciado.

Considerando preliminarmente que seja válido o ponto de partida teórico de que a gramática depende de três módulos interdependentes – o sintático, o semântico e o pragmático –, pretende-se verificar, por um lado, a relevância da estrutura semântica para a determinação da estrutura sintática e, por outro, a relevância do processo interativo-comunicacional para a determinação da estruturação sintático-semântico das construções sentenciais. O tratamento descritivo deverá levar, ao final, a uma avaliação do próprio modelo funcional proposto por Dik (1989) em termos da relação entre a HFS e a noção de perspectivização.

O procedimento metodológico se resume a uma análise inicial das sentenças canônicas do português falado culto, com base numa amostragem relativa a 5% do chamado *corpus* mínimo do Projeto de Gramática do Português Falado,<sup>6</sup> resultando num conjunto total de 916 ocor-

---

6 O universo de pesquisa é uma amostragem representativa do *corpus* mínimo do Projeto de Gramática do Português Falado, em que atuo como pesquisador, composto pelos seguintes inquéritos: de Porto Alegre: EF-278, DID-045, D2-291; do Rio de Janeiro: EF-379, DID-328, D2-355; de São Paulo: EF-405, DID-234, D2-360; de Recife: EF-337, DID-131, D2-005; de Salvador: EF-049, DID-231, D2-098.

rências de estruturas sentenciais e, em seguida, a uma análise das sentenças marcadas.

A análise das construções não-marcadas constitui apenas um pano de fundo para desvendar o verdadeiro objetivo deste trabalho: examinar as estruturas marcadas em que a perspectiva adotada para o estado de coisas não é a mais comum e verificar que funções sintáticas e semânticas estão em jogo. O tratamento será quantitativo, quando forem necessários dados gerais, e qualitativo, quando se tratar das estruturas marcadas e seus reflexos para a teoria da perspectivização, em virtude da baixa representatividade estatística que têm.

## O papel da HFS nas estruturas canônicas

Observe-se, inicialmente, a Tabela 1, que apresenta a relação entre tipos semânticos de predicação e ordenação da relação entre sujeito e predicador.

Tabela 1 – Relação entre tipo semântico de predicado e ordem de palavras

	ordem N	SV(O) %	ordem N	VS(O) %	Total N	%
Ação	271	98,5	04	1,5	275	30,0
Processo	98	82,4	21	17,6	119	12,9
Estado	378	82,5	80	17,5	458	50,0
Posição	63	98,5	01	1,5	64	6,9
Total	810	88,5	106	11,5	916	

Predominam predicados de estado no *corpus*, exatamente a metade de todas as ocorrências, conforme se observa na terceira coluna, que mostra o total de ocorrências, independentemente do tipo de ordenação (458/916). Predominam também construções SV(O), cuja incidência é de 88,5% (810/916), contra 11,5% de construções VS(O). Com predicados de Ação e de Posição a incidência de ordem SV(O) é maior, trata-se de sentenças cujo argumento A<sup>1</sup> é uma entidade controladora do evento instaurado na predicação. O que é mais interessante nesses dados é que a predominância da sintaxe SV(O) se generaliza por todas os tipos semânticos de estrutura sentencial, fato que a caracteriza como estrutura canônica do português falado.

Essa estrutura canônica é também pragmaticamente determinada, como atesta a incidência majoritária de entidades informacionalmente dadas na posição de Sujeito. Mostra essa distribuição a Tabela 2, cujo enfoque é a caracterização pragmática, em termos informacionais, dos argumentos na posição de Sujeito e de Objeto das construções SV(O) e VS(O).

Tabela 2 – Relação entre ordem e informatividade dos argumentos

	A <sup>1</sup>		VS(O)		A <sup>2</sup>		SV(O)	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Dado	594	91,8	40	40,5	230	49,0	9	75,0
Novo	53	8,2	59	59,5	239	51,0	3	25,0
Não se aplica	163	20,2	7	6,6	341	42,0	94	88,6
Subtotal	810		106		810		106	
Total	647		99		469		12	

O levantamento efetuado não considerou algumas subcategorias de dado e de novo, sugeridas por Prince (1981). Assim, *inferível*, por exemplo, foi computado como dado. Os resultados apontam para uma incidência significativamente majoritária de referentes dados na posição de A<sup>1</sup> das construções SV(O): 91,8% (594/647), em oposição a apenas 8,1% (53/647) de referentes novos. Nas construções VS(O), os índices não se polarizam desse modo, embora o de referentes novos seja mais alto: 59,5% (59/99), em oposição ao de referentes dados: 40,4% (40/99). Nesse aspecto, mais uma vez, observa-se que o comportamento dos argumentos Sujeito das construções VS(O) permite verificar que eles se alinham em termos de informatividade aos argumentos Objeto da sintaxe SV(O). O que se vê é uma correlação entre a função sintática de Sujeito e a função pragmática de Tópico, independentemente da atribuição de função semântica, já que predominam os SNs inativos, rotulados por Zero.

Nesse quadro, qual seria o papel da HFS? Observemos agora a distribuição de funções semânticas, independentemente da ordenação de operações. A Tabela 3 a seguir apresenta o cruzamento estatístico entre papel semântico do A<sup>1</sup> e do A<sup>2</sup>.

Os dados referentes à distribuição de papel semântico dos argumentos A<sup>1</sup> e A<sup>2</sup> mostram a seguinte hierarquia para o argumento A<sup>1</sup>, aqui identificada como a posição sintática de Sujeito: Zero (49,2%) > Agente (30,0%) > Processado (12,0%) > Posicionador (6,0%) > Força (1,5%).

Tabela 3 – Correlação estatística entre papel semântico do A<sup>1</sup> e papel semântico do A<sup>2</sup>

	Agente		Posicionador		Força		Processado		Zero		Oracional		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Meta	208	75,5	16	28,0	9	64,0	-----	-----	----	----	1	12,5	234	48,0
Referência	11	4,0	23	40,0	5	36,0	38	35,0	133	29,0	2	25,0	207	42,5
Locativo	10	3,5	2	4,0	-----	----	12	11,0	13	3,0	---	---	37	7,5
Direção	8	3,0	---	---	---	---	2	2,0	---	---	---	---	10	2,0
Sem A <sup>2</sup>	39	14,0	16	28,0	5	36,0	57	52,0	306	68,0	5	62,5	428	46,7
Total	276	30,0	57	6,0	14	1,5	109	12,0	452	49,5	8	1,0	916	
Subtotal	276	59,5	57	12,0	14	3,0	109	23,5			8	2,0	464	

Descartadas predicções estativas, de que resulta um subtotal de 464 SNs com função Zero, para ser possível observar os resultados voltados apenas para predicados de eventos, a hierarquia estatística fica assim: Agente (59,5%) > Processado (23,5%) > Posicionador (12,0%) > Força (3,0%). Se comparada à hierarquia de funções semânticas de (2) acima, observa-se que a função Zero no total de SNs sobrepuja estatisticamente a de Agente; do mesmo modo, a de Processado, na sub-hierarquia de predicadores de evento, sobrepuja estatisticamente a posição da função Força.

A hierarquia estatística permite inferir tão-somente que predicadores estativos tiveram, por exemplo, uma incidência muito maior que dinâmicos no *corpus* todo. Ainda assim, a hierarquia temática é um princípio de organização semântica que se projeta sobre as estruturas sintáticas. Isso pode significar que os dados empíricos necessariamente não a representam, já que a distribuição estatística se organiza com base na recorrência das categorias e não em categorias-tipo.

Do *corpus* total de 916 ocorrências, eliminaram-se as estruturas recorrentes; o resultado desse procedimento é uma frequência estatística no uso de estruturas-tipo; nessa subamostragem, observa-se a seguinte

hierarquia para A<sup>1</sup>: Agente: 49,0% (113/233) > Zero: 24,0% (57/233) > Processado: 16,0% (36/233) > Posicionador: 9,0% (22/233) > Força: 2,0 (5/233). Já a incidência total de SNs na posição de A<sup>2</sup> se reduz a 183, subtraídos os predicadores monovalentes; o resultado é o seguinte: Meta: 56,0% (103/183) > Referência: 40,0% (72/183) > Locativo: 3,0% (6/183) > Direção: 1,0% (2/183). A incidência de A<sup>3</sup> se reduz a apenas 21 casos, subtraídos os predicadores mono e bivalentes; o resultado é o seguinte: Locativo: 48,0% (10/21) > Recipiente: 43,0% (9/21) > Direção: 9,0% (2/21).

Quanto à posição de A<sup>1</sup>, os resultados mudam no *corpus* de ocorrências-tipo, com a maior incidência de Agentes na posição de Sujeito e Tópico. Prevaecem, no entanto, entidades inativas e processadas na função de sujeito, em detrimento de funções semânticas mais altas na hierarquia, como Posicionador e Força. Na posição de A<sup>2</sup>, que é a de complemento preposicionado ou direto, continuam a predominar os argumentos na função de Meta, mas SNs de Referência predominam sobre SNs na função de Locativo e Direção. Referência é o segundo argumento não-afetado, não-efetuado de um predicador, como *ler*, e o segundo argumento de verbos de situação controlada, em que o sujeito é um Posicionador. Na posição de A<sup>3</sup>, a HFS só não se sustenta inteiramente em razão de uma maior incidência de Locativos do que de Recipientes. Os índices são, todavia, pouco significativos.

A HFS especifica a ordem preferencial, ou o grau de acessibilidade de funções semânticas para a atribuição das funções sintáticas de Sujeito e de Objeto, e especifica também a frequência relativa com que são feitas as escolhas específicas, seja trans-sistêmica ou intra-sistemicamente. Entretanto, as predições que essa, ou que qualquer outra hierarquia incorpora, não podem ser automaticamente transpostas para o nível de predicções concretas, porque o poder da associação entre uma função semântica e as funções de Sujeito e de Objeto, numa dada ocorrência, depende dos seguintes fatores relevantes: 1. a variação de funções semânticas acessíveis a Sujeito e Objeto; 2. o impacto da hierarquia de animacidade e as determinações da seleção de Sujeito e de Objeto, baseadas no grau de familiaridade com as entidades representadas pelos termos selecionados; 3. a natureza do predicador (Siewierska, 1991, p.111; Dik, 1989, p.235-9).

O primeiro ponto é um tanto óbvio, espera-se que a dependência entre uma função semântica de Sujeito e de Objeto seja inversamente proporcional ao número de funções semânticas elegíveis para Sujeito e Objeto na predicção. É necessário observar que a maioria das constru-

ções processivas apresenta um predicador lexical e não sintaticamente monovalencial, como (6a-c), ou bivalencial, como (6d) a que não se aplicam questões de perspectiva:

- (6) a. as economias industriais européias e americana... e a união soviética queriam mais é que a *Birmânia morresse*... (EF-v-379)  
 b. por que tu disseste que achas que *ali entra a compreensão?* (EF-POA-278)  
 c. a perspectiva essa da dogmática jurídica como é que *ela funciona* (EF-v-337)  
 d. nos primeiros meses daquele trimestre como a *UPC não sofre correção* (v2-RJ-355)

Poucos são os casos de predicadores que se caracterizariam por alguma seleção entre uma construção causativa e uma construção processiva, como se observa em (7a-b).

- (7) a. A cozinheira assou os dois juntos.  
 b. os dois assam juntos (D2-POA-291)

Já o segundo e o terceiro pontos são estreitamente relacionados. Sabe-se que algumas funções semânticas dispõem, muito mais que outras, de características que favorecem a escolha de Sujeito e de Objeto, tais como humanidade, animacidade e familiaridade, conforme mostra a Hierarquia da personalidade/animacidade (Silverstein, 1976) incluída em (8).

- (8) [P1, P2] > P3 humano > animado > força inanimada > inanimado

Assim, as chances de uma função de Meta, comparada a uma de Agente, para candidatar-se a Sujeito aumentam conforme a primeira entidade for mais familiar que a segunda. Estatisticamente, isso pode ser comprovado na relativa distribuição de SNs que representam entidades humanas, animadas e inanimadas. Para tanto, retornemos aos dados da amostragem principal, que traz estruturas recorrentes, mostrados na Tabela 4, em que se correlacionam os fatores ordem e animacidade dos argumentos.

Tabela 4 – Relação entre ordem e animacidade dos argumentos

	A <sup>1</sup>		VS(O)		A <sup>2</sup>		VS(O)	
	SV(O)	%	N	%	SV(O)	%	N	%
Humano	486	70,2	11	18,0	37	10,9	02	22,2
Inanimado	199	28,7	47	77,0	296	87,3	07	77,7

	A <sup>1</sup>		VS(O)		A <sup>2</sup>		VS(O)	
	SV(O)		N	%	SV(O)		N	%
	N	%	N	%	N	%	N	%
Animado não-humano	7	1,0	3	4,9	11	3,2	---	---
Abstrato	72	8,8	36	33,9	121	14,9	1	0,9
Não se aplica	46	5,6	9	8,4	350	43,2	96	90,5
Subtotal	810		106		810		106	
	-118		-45		-471		-97	
Total	692		61		339		9	

Primeiramente, subtraíram-se dos dados os argumentos cujos referentes são abstratos e outros a que não se aplica animacidade, como vários casos de pronomes e zeros referenciais. A tabela aponta para uma relação inversamente proporcional entre construções SVO e VSO, não importando a natureza semântica da predicação envolvida: há uma incidência majoritária de referentes humanos nos argumentos na posição de Sujeito, 70,2% (486/692), contra 28,7% de argumentos representando referentes inanimados.

As coisas se invertem completamente no que concerne à sintaxe VSO: embora o número de argumentos animados se reduza muito, os dados apontam para uma incidência significativamente majoritária de A<sup>1</sup> inanimados: 77,0% (47/61), em oposição aos argumentos representando referentes humanos: 18,0%. Se acrescentarmos os SNs com os traços [+animado [-humano], o índice se torna ainda mais significativo. Nesse caso, a caracterização semântica do argumento Sujeito nas construções VS(o) se assemelha, uma vez mais aqui, à dos argumentos na posição de Objeto: 87,3% (296/339) dos A<sup>2</sup> das construções SV(O) e 77,7% (7/9) dos argumentos da construção VS(V) são igualmente inanimados. Esses resultados mostram que a HFS indica uma preferência na atribuição de funções sintáticas de Sujeito, Objeto e complemento preposicionado, mas que é atravessada pela influência de outra hierarquia, discursivamente orientada, que é a de animacidade/pessoalidade.

Em razão de uma orientação discursiva para a primeira pessoa, uma entidade no papel de Meta com o traço humano e especialmente no papel de Meta[Exp] é um forte candidato para Sujeito em estados de coisas não-controlados, que, nos termos da GF, tomam para A<sup>1</sup> Força, Processado ou Zero. A preferência pelas construções de (a) em detrimento das de (b) em (9) é uma das evidências mais comuns em apoio à hierarquia de pessoalidade:



- (9) a. A empresa despediu o marido dela.  
b. O marido dela foi despedido pela empresa.

Os predicados de processo mental podem ser lexicalizados com o Experienciador/afetado como  $A^1$  e o estímulo como  $A^2$ , ou vice-versa, como ocorre em (10a-b).

- (10) a. O livro me impressionou.  
b. Eu fiquei impressionado com o livro.

A hierarquia de funções semânticas imporia (10a). Como o predicador é de ação, a causa deveria preceder o objeto afetado. Todavia, em virtude da hierarquia de animacidade, é mais comum inverter-se a ordenação do evento tendo o experienciador/afetado na posição de  $A^1$  e o estímulo/causa na posição de  $A^2$ .

Alguns dos predicadores estativos mais informais, como *gostar*, *amar*, *odiar*, *querer* e *temer*, pertencem ao primeiro tipo de ordenação, isto é, mantêm como  $A^1$  o experienciador e como  $A^2$  o estímulo. Geralmente os SNs nas duas posições relevantes são entidades humanas, ou o estímulo é uma entidade não-humana, daí o padrão dominante, em que o Experienciador aparece como  $A^1$ . Havendo necessidade de alterá-lo por razões de topicalização, seleciona-se uma construção passiva que inverte as posições dos dois argumentos. Assim, (11a) e (11b) são perfeitamente admissíveis:

- (11) a. José amou muito Maria na adolescência.  
b. Maria foi muito amada por José na adolescência  
c. José amou o pato no tucupi.

mas a passiva equivalente de (11c) não o é da mesma forma:

- (11) d. O pato no tucupi foi amado por José.

Há situações em que o ponto de vista imposto à predicação permite falar em termos de sentença marcada. São situações de desarticulação entre a seqüência natural do estado de coisas e a ordenação dos argumentos e satélites da predicação. Variações de voz são mecanismos linguísticos típicos de seleção de uma perspectiva ao evento relatado e as únicas situações que, para Dik (1989), constituem projeções de perspectiva. Estudos trans-sistêmicos de variações de voz mostram que, por um lado, passivas com menção de Agente são impossíveis em algumas línguas e, por outro, que não há nenhuma que permita passivas agentivas mas exclua as não-agentivas (Givón, 1979).

Essas evidências sugerem que passivas com menção de Agente são consideravelmente menos naturais que passivas não-agentivas e isso é coerente com a teoria da perspectivização, já que uma construção de passiva agentiva reverte a seleção argumental de um evento transitivo, degradando sintaticamente a função semântica de Agente a um estatuto sintático de oblíquo, de pouca centralidade com o verbo; nesse caso, a passiva não-agentiva é que melhor se acomoda a uma situação de reversão do evento natural: uma vez que um SN na função de Meta se promove à função de Sujeito, a estrutura preferencial menos marcada é a passiva não-agentiva, construção estatisticamente mais freqüente que a alternativa agentiva no português falado, de que as ocorrências contidas em (12) constituem bons exemplos.

- (12) a. fiquem sempre se perguntando *como é que foi feito* (D2-POA-291)  
b. *essas coisas têm que se(r) muito bem dosadas* (D2-POA-291)

Há situações ainda mais extremas de perspectivização em que as estruturas sentenciais podem ser consideradas marcadas. São casos em que a desarticulação entre fluxo de atenção natural e ponto de vista lingüístico é motivada por uma ausência da posição canônica de Sujeito. As diversas construções parecem indicar que o falante projeta no estado de coisas um ponto de vista que não ultrapassa a verbalização do processo em si, como ocorre com construções processivas (13a-b), construções apresentacionais, com verbos existenciais (14a-c) e com verbos intransitivos, como (15a-c), que manifestam a emergência no cenário discursivo de seu argumento único.

- (13) a. e os dois assam juntos (D2-POA-291)  
b. não deixa cozinhar o camarão (D2-POA-291)
- (14) a. já houve uma compreensão (EF-POA-278)  
b. aqui tem, tem uma disciplina assim (EF-POA-278)  
c. normalmente existe um colegiado (DID-RE-131)
- (15) a. aonde vai a cebola, vai o alho, vai a pimenta (D2-POA-291)  
b. por que entrou a compreensão (EF-POA-278)  
c. e agora saíram uns, uns temperos mais, mais novos (D2-POA-291)

As construções de P3 + se e mesmo as de P6, tradicionalmente enquadradas nos casos de indeterminação do sujeito, envolvem o mesmo tipo de processamento discursivo, em termos de perspectivização, que as construções processivas, conforme se observa em (16a-b).

- (16) a. em que se distinga, ou possa se distinguir o tempero (D2-POA-291)  
b. eu adorei o tal de acarajé porque quando me serviram aqui uma vez eu vi e não gostei (DID-RJ-328)

A questão é que esses casos, que para Dik (1989) constituem predicadores derivados por regras de redução de valência, não podem ser incluídos como mecanismos de perspectivização, já que o esquema de predicado subjacente deve ser o mesmo para as duas construções, o que só se aplica à relação entre ativa e passiva.

### **Algumas conseqüências teóricas da proposta de perspectivização**

De todos os aspectos da GF de Dik (1989), talvez o menos satisfatório seja o tratamento devotado às funções sintáticas. A principal razão das críticas, geralmente lançadas a esse ponto do modelo, principalmente por Siewierska (1991), é que Dik reconhece, por um lado, somente duas funções sintáticas – Sujeito e Objeto (direto) – e adota, por outro, uma concepção estreita da noção de perspectiva como uma moldura dentro da qual essas duas funções são atribuídas. Desse modo, as funções de sujeito e de objeto acabam sendo nocionalmente definidas em termos de funções semânticas e não em termos de propriedades morfossintáticas.

Um modo de comprovar esse questionamento é observar a diferença na valência quantitativa e qualitativa entre construções ativas e passivas. Os predicados passivos são, como seus correspondentes ativos, semanticamente bivalentes, uma vez que o argumento Agente permanece presente, ao menos na estrutura semântica. Entretanto, são sintaticamente monovalentes, uma vez que o argumento Agente, quando expresso, manifesta-se como SP, na função de oblíquo. Como a GF considera que a atribuição de Sujeito e Objeto se faz sobre uma base semântica, o modelo é incapaz de abrigar adequadamente essa distinção formal.

Para que a um termo seja atribuída a função de Sujeito ou de Objeto, deve haver uma seleção alternativa dentro da predicação, e deve estar envolvido exatamente o mesmo estado de coisas denotado em cada seleção alternativa. Para que a função de Sujeito seja atribuída, uma língua nominativo-acusativa, como o português, deve possuir a passiva sintática, e para que possa dispor da função de Objeto, a língua deve dis-

por da construção *dative-shift*, presente no inglês, mas não no português. Tanto a construção passiva quanto a *dative-shift* representam o mesmo estado de coisas que suas respectivas contrapartes não-marcadas. A atribuição de Sujeito define a perspectiva primária para a interpretação da predicação: assinala que o estado de coisas deve ser entendido do ponto de vista do referente designado pelo termo na função de Sujeito. A atribuição de Objeto, por outro lado, define uma perspectiva secundária ao estado de coisas: línguas que permitem a seleção entre Meta e Recipiente para a função de Objeto, como o inglês, são as mais bem-dotadas de possibilidades alternativas. Nesse caso, línguas como o português dispõem apenas da perspectiva primária.

O maior problema para a noção de perspectiva da GF não se localiza ainda na limitação acima mencionada, mas na presumida identidade entre os estados de coisas representados por sentenças construídas sob diferentes pontos de vista (Siewierska, 1991). A predicação nuclear é o nível de representação que define um estado de coisas, e, como a GF não admite transformações, duas ou mais predicções podem se qualificar como realizações do mesmo estado de coisas somente se manifestarem idênticos esquemas de predicado, em que se acham representadas tanto as funções sintáticas (valência quantitativa do predicado) quanto as funções semânticas (valência qualitativa), além de propriedades categoriais, restrições seletivas etc.

O fundamento desse princípio está no fato de que, na GF de Dik (1989), estados de coisas não representam a experiência tal como ela existe no mundo real, mas uma visão já codificada da realidade que a gramática da língua constrói. Como um estado de coisas se acha definido primariamente numa predicação nuclear, pode-se presumir que diferenças entre estados de coisas do mesmo tipo devem ser o produto de diferenças nos traços do esquema de predicado e não em outra função semântica, como seleção lexical, traços semânticos, propriedades categoriais e restrições seletivas.

Na passiva, a presença quase obrigatória do argumento Agente é perfeitamente compatível com a manutenção de seu estatuto argumental, na análise de atribuição de Sujeito da GF de Dik. Entretanto, a vinculação da passiva com a atribuição de Sujeito, paralelamente ao fato de que a atribuição de Sujeito relaciona predicções com a mesma valência quantitativa e qualitativa, implica que somente passivas que não envolvam nenhuma mudança valencial se submetem a esse tipo de processo. Esse modo de ver exclui, como casos potenciais de variação

de perspectiva, várias construções comumente denominadas passivas, como a passiva adjetival ou lexical (17a), que envolve uma mudança na função semântica; passivas reflexivas (17b), que fornecem evidência para redução argumental; e, por definição, as passivas impessoais (17c), em que não se manifesta o Agente (Siewierska, 1991).

- (17) a. a gente conhece pessoas que ... *ficam impressionadas*, a sua personalidade toda (DID-POA-044)  
b. e a melhor maneira que ele encontrava para *se defender* era atacando (EF-RJ-355)  
c. *não se pode criar assim profissões* ou cita(r) profissões que sejam mais importantes ou mais necessárias entende? (DID-POA-O44).

O modelo visto assim não permite incluir, como variação de perspectiva, uma série de possibilidades de alternância entre diferentes configurações estruturais na verbalização do mesmo estado de coisas. Assim, essa abordagem das regras de atribuição de sujeito excluiria muitos contrastes, existentes num grande conjunto de línguas, frequentemente consideradas com "passivas", como predicados recíprocos (18), predicados opostos (19), predicados ergativos (20), passivas lexicais (21), antônimos dêiticos (22), distinções anafóricas (23):

- (18) a. João se casou com Maria.  
b. Maria se casou com João.  
c. João e Maria se casaram.  
d. João se casou/Maria se casou.
- (19) a. João vendeu o carro para Maria.  
b. Maria comprou o carro do João.
- (20) a. João quebrou o vaso.  
b. O vaso quebrou.
- (21) a. O nível do debate surpreendeu Maria.  
b. Maria ficou surpresa com o nível do debate.
- (22) a. A porta abriu e Maria entrou.  
b. A porta abriu e Maria saiu.
- (23) a. João quebrou o vaso.  
b. Meu irmão quebrou o vaso.

Todas as oposições ilustradas envolvem uma clara diferença semântica e justamente por isso os estados de coisas denotados pelos membros de cada par não podem ser vistos como duas versões superficiais da mesma predicação subjacente.

Na verdade, as únicas diferenças entre predicções que a noção de perspectiva permite enfocar são as que envolvem a organização interna das funções semânticas dentro de um esquema de predicado. Essas permutas, acompanhadas da transferência necessária de propriedades morfológicas e sintáticas de uma função semântica para a outra, é que são consideradas definidoras da atribuição de Sujeito e de Objeto. A perspectiva é, então, apenas uma questão de projeção de funções semânticas em sintáticas.

A motivação subjacente para a HFS, tal como foi originalmente concebida por Dik, tem por base, por um lado, a direcionalidade prototípica dos predicados, psicologicamente determinada, como o conceito de fluxo de atenção, de DeLancey (1981) e, por outro, na hierarquia de pessoalidade/animacidade (Silverstein, 1976). Além disso, essas duas motivações constituem manifestações do princípio de iconicidade postulado por Haiman (1980). Entretanto, para DeLancey, fluxo de atenção natural se refere cognitivamente ao desenvolvimento dos eventos no mundo real, sendo a ordem temporal a base para a percepção da naturalidade. O postulado incorporado na HFS de Dik, que se traduz na prioridade do Agente sobre todas as demais funções semânticas, é o de que os falantes manifestam uma preferência por representar verbalmente situações e eventos em correspondência com o fluxo de atenção natural. Conseqüentemente, o fluxo de atenção natural verbalizado é o fluxo de atenção lingüístico não-marcado, isto é, o ponto de partida preferido para a projeção linear das expressões lingüísticas.

A noção de fluxo de atenção interage obviamente com as várias versões da hierarquia da animacidade/pessoalidade encontráveis na literatura, que é, por seu lado, um reflexo do princípio de orientação egocêntrica (*me-first principle*), conforme se observa em Cooper & Ross (1975), Silverstein (1976) e Lakoff & Johnson (1980).

Outro ponto estreito de contato com a reinterpretação dos conceitos de Sujeito e Objeto, formulada por Dik, é, obviamente, a Teoria dos Casos de Fillmore (1968; principalmente, 1977). Em face das dificuldades com que depara o lingüista ao tentar conceber um repertório de casos que dê conta das noções necessárias para fazer uma análise de qualquer estado ou evento, a melhor solução, para Fillmore (1977), é a

de que um esquema de predicado não necessita abranger, na verbalização do evento, a descrição de todos os aspectos relevantes de uma situação, mas somente uma parte dela. A manifestação dessa escolha implica a atribuição das funções gramaticais de Sujeito e de Objeto. É justamente nesse aspecto que Dik concorda com Fillmore: o de certa perspectiva básica que o esquema de predicado especifica ao estado de coisas que ele designa.

Há um ponto de discordância entre as fontes e o modelo de Dik que torna teoricamente complicado aplicá-lo ao conjunto de fatos cobertos pela noção de perspectiva. Observa-se haver uma diferença fundamental entre estados de coisas e sua verbalização no modo como DeLancey (1981) elabora as noções de fluxo de atenção natural e fluxo de atenção linguístico e no modo como elabora Fillmore a noção de eventos em relação às cenas parciais representadas na predicação. Para Dik, a predicação já é uma entidade linguística, de natureza lógico-semântica, subjacente ao modo como é, depois, verbalizada. Sendo assim, a aplicação do modelo aos casos elencados em (18-23) acima fica metodologicamente comprometida e, em razão disso, torna-se muito restrita a concepção de perspectiva. O evento em si, tal como indica a percepção cognitiva que dela se forma, pode ser verbalmente representado por vários pontos de observação dos quais derivam as diferentes formas de expressão que, por exemplo, (24) a-g representam.

- (24) a. João quebrou o vaso.  
b. O vaso foi quebrado por João.  
c. O vaso foi quebrado.  
d. O vaso quebrou.  
e. Quebraram o vaso.  
f. Quebrou-se o vaso.  
g. O vaso se quebrou.

O modelo de GF de Dik caracteriza cada oração em termos de uma estrutura abstrata que é projetada sobre as expressões linguísticas reais por um conjunto de regras de expressão que especificam a forma, a ordem e a entonação de seus constituintes. As estruturas subjacentes de oração são essencialmente semânticas, enquanto questões relacionadas à forma e à ordenação de constituintes são regras de expressão. Entretanto, não se deve interpretar esse modo de representação como uma distinção clara entre o plano semântico e o sintático. Na realidade, a noção de estrutura subjacente é concebida não apenas como representações da organização semântica da oração, mas também como aspectos de

sua organização formal, podendo ser vista, portanto, como estruturas semântico-sintáticas (Siewierska, 1991).

Os predicadores definem estruturas que Dik denomina esquemas de predicado. A estrutura predicado/argumento especificada no esquema de predicador é que funciona como estrutura subjacente e, como tal, tem base semântica, uma vez que os argumentos são caracterizados somente em termos de sua função semântica e não em termos de estatuto categorial, como em outros modelos formais. As informações mais importantes contidas num esquema de predicado são 1. a forma do predicador; 2. a categoria do predicador (verbo, adjetivo ou nome); 3. as posições argumentais associadas com o predicador (valência quantitativa) e 4. a função semântica dos argumentos (valência qualitativa).

Os argumentos do esquema de predicado são não-ordenados, embora, por uma convenção que respeita a HFS, Agente, em um verbo como *dar*, é referido como primeiro argumento, Meta, como segundo argumento e Recipiente, como terceiro. O fato de a GF não impor uma ordem linear aos constituintes do esquema de predicado, que é a estrutura inicial, é de fato uma vantagem da teoria, já que permite às línguas disporem de padrões diversos de ordenação a serem atribuídos ao mesmo formato de esquema de predicado. As regras de expressão é que são responsáveis pela forma, ordem e entonação dos constituintes da oração.

O que é uma vantagem, sob um ponto de vista, sob outro, parece uma desvantagem. Como a aplicação das funções sintáticas de Sujeito e de Objeto precede a das regras de expressão, somente esquemas de predicado de dois ou três lugares com a respectiva atribuição de funções sintáticas e semânticas acham-se no escopo do processo de perspectivação, que, por conseguinte, exclui as correspondências semânticas que se podem observar em (24a-g).

Estruturas superficiais como (24a) e (24d) apresentam diferentes esquemas de predicado ou estruturas subjacentes, com base nas regras de formação de predicado. Qualquer traço de um esquema de predicado fornecido como *input* pode ser afetado por uma formação de predicado, e em razão disso os principais resultados da formação de predicados são os seguintes: 1. extensão ou redução da valência quantitativa (número de argumentos do predicado); 2. resultados sobre o estado de coisas que o predicado designa; 3. outros efeitos localizados, como mudança na função semântica dos argumentos (valência qualitativa), modificação semântica do predicado e alteração na categoria sintática do predicado.



É justamente uma regra de formação de predicado por redução de valência e mudança argumental, inserida em (25), que explica o relacionamento entre uma oração transitiva como (24a) e sua contraparte processiva, como (24d):

(25) *input*:  $\text{pred}_v (X_1)_{\text{Ag}} (X_2)_{\text{Me}}$   
*output*:  $\text{pred}_v (X_2)_{\text{Proc}}$

A regra de formação de predicado contida em (25) suprime o Agente subjacente (redução de valência qualitativa) e simultaneamente transforma uma predicação de atividade numa de processo. Como um resultado dessa alteração, o argumento Meta subjacente muda para a primeira posição argumental e se submete a uma modificação semântica de Meta para a de argumento Processado (mudança de valência qualitativa).

Outro tipo de correspondência que interessa verificar e que não se explica por regra de formação de predicado é a que relaciona pares de sentenças que se diferenciam somente pela disposição dos constituintes, como as existentes entre uma oração com um elemento topicalizado, como (26a), e sem elemento topicalizado, (26b)

- (26) a. *aspas mesmo* podem colocar (EF-RE-337)  
b. podem colocar *aspas mesmo*

## Palavras finais

Embora (5) tenha sua validade garantida como um conjunto de generalizações trans- e intra-sistêmicas, assim como outros tipos de hierarquia temática, as predições que permite devem ser contrabalançadas por vários outros fatores de natureza semântico-pragmática que caracterizam, em cada língua específica, o predicador que fornece a base para a predicação em questão. Por conseguinte, além do conjunto das funções semânticas acessíveis às funções sintáticas de Sujeito e Objeto, entram em jogo também (a) o impacto da hierarquia de animacidade/ personalidade e, concomitantemente, o impacto de determinantes de familiaridade da entidade envolvida nos termos que exercem as funções de sujeito e objeto, como topicalidade, dadidade (*givenness*), definitude, referencialidade (Chafe, 1976) e prioridade temporal, e, sobretudo, fatores idiossincráticos, como preferência pessoal, envolvimento emocional, abrangidos na hierarquia de "empatia" de Kuno (1976) e Kuno & Kabu-

raki (1977), segundo a qual o falante se identifica mais com a entidade do segundo argumento do que com a do primeiro.

Os diversos aspectos acima levantados exigem investigação mais profunda que esta, não apenas com a extensão a um conjunto diferenciado de dados empíricos, mas também com a discussão de pontos localizados da teoria funcionalista, mais especificamente do modelo adotado, que é o de GF de Dik (1989). Três pontos merecem destaque: 1. é necessário estender a noção de perspectiva a fatos lingüísticos que o enfoque teórico não inclui; 2. é necessário operar uma revisão na HFS em adaptação a um conceito estendido de perspectiva, aplicando-a à classificação tipológica do português falado; 3. é necessário elaborar uma reavaliação da HFS, mediante comparação com outros enfoques, funcionalistas e não-funcionalistas de hierarquia temática.

Levantados os problemas e abertas as sendas que conduzam a uma solução teoricamente satisfatória, este trabalho se fecha sobre promissoras perspectivas de investigação futura.

CAMACHO, R. G. Argument structure and semantic functions. *Alfa (São Paulo)*, v.43, p.145-170, 1999.

- *ABSTRACT: This paper examines the semantic and syntactic function assignment in relation to pragmatic factors in a spoken Portuguese corpus, focusing the marked processes of sentence construction which involve perspectivization mechanisms. Departing preliminarily from the functional postulate which asserts that grammar depends on three interdependent levels – syntactic, semantic and pragmatic – it intends to verify, on one hand, the relevance of thematic structure to the determination of syntactic structure and, on the other, the influence of discourse procedures to the syntactic-semantic organization of sentences. The descriptive treatment of data leads to a theoretical evaluation of the functional model proposed by Dik (1989) in terms of the relation between Semantic Function Hierarchy and the perspectivization principle.*
- *KEYWORDS: Semantic function; syntactic function; semantic hierarchy; perspectivization; argument structure.*

## Referências bibliográficas

CAMACHO, R. G. O papel da estrutura argumental na variação de perspectiva. In: KOCH, I. G. V. (Org.) *Gramática do português falado*. Campinas: Editora Unicamp, Fapesp, 1996. v.6, p.253-74.

- CANÇADO, M. *Verbos psicológicos: a relevância dos papéis temáticos vistos sob a ótica de uma semântica representacional*. Campinas, 1995. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.
- CHAFE, W. Givenness, contrastiveness, definiteness, subject, topics and point of view. In: LI, C. (Ed.) *Subject and topic*. New York: Academic Press, 1976.
- CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.
- COMRIE, B. *Language universals and linguistic typology*. Oxford: Basil Blackwell, 1981.
- COOPER, W. E., ROSS, J. R. Word order. In: GROSSMAN, R. G. et al. (Ed.) *Papers from the parasession on functionalism*. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1975.
- CORNISH, F. *Integrating argument structure, clause semantics, grammatical functions and micro-discourse: the functional grammar perspective*. *Lingua*, v.94, n.4, p.245-64, 1994.
- CULICOVER, P. W., WILKINS, W. *Locality in linguistic theory*. New York: Academic Press, 1984.
- DeLANCEY, S. An interpretation of split ergativity and related patterns. *Language (Baltimore)*, v.57, n.3, p.626-57, 1981.
- DIK, S. The structure of the clause. In: *The theory of functional grammar*. Dordrecht: Foris, 1989. pt.1
- DOWTY, D. R. Thematic Proto-Roles and argument selection. *Language, (Baltimore)*, v.67, n.3, p.547-619, 1991.
- FILLMORE, C. The case for case. In: BACH, E., HARMS, R. T. (Ed.) *Universals in linguistic theory*. New York: Holt, 1968.
- \_\_\_\_\_. The case for case reopened. In: COLE, P., SADOCK, J. M. *Syntax and semantics*. New York: Academic Press, 1977. v.8.
- FOLEY, W. A., VAN VALIN JR., R. D. *Functional syntax and universal grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- FRANCHI, C. *Teoria generalizada dos papéis temáticos* (Versão parcial e preliminar, sem revisão), s.d.
- GIVÓN, T. *Syntax a functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins, 1984.
- \_\_\_\_\_. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.
- GRIMSHAW, J. *Argument structure*. Cambridge: MIT Press, 1990.
- HAIMAN, J. The iconicity of grammar: isomorphism and motivation. *Language*, v.56, p.515-40, 1980.
- JACKENDOFF, R. The status of thematic relations in linguistic theory. *Linguistic Inquiry*, v.18, n.3, p.369-411, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Semantic structures*. Cambridge: MIT Press, 1990.

- KUNO, S. Subject, theme and the speaker's empathy-a reexamination of relativization phenomena. In: LI, C. (Ed.) *Subject and topic*. New York: Academic Press, 1976.
- KUNO, S., KABURAKI, E. Empathy and syntax. *Linguistic Inquiry*, v.8, p.627-72, 1977.
- LAKOFF, G., JOHNSON, M. *The metaphors we live by*. Chicago: Chicago University Press, 1980.
- PRINCE, E. F. Towards a taxonomy of given/new information. In: COLE, P. (Ed.) *Radical pragmatics*. New York: Academic Press, 1981.
- SIEWIERSKA, A. *Functional grammar*. London: Routledge, 1991.
- SILVERSTEIN, M. Hierarchies of features and ergativity. In: DIXON, R. W. M. (Ed.) *Grammatical categories in Australian languages*. Canberra: Australian Institute of Aboriginal Studies, 1976.
- WHITAKER-FRANCHI, R. C. M. *As construções ergativas: um estudo sintático e semântico*. Campinas, 1989. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

# THE INTERACTION OF SYNTAX, SEMANTICS & PRAGMATICS IN GRAMMARS: THE DEVELOPMENT OF ANALYTIC TOOLS IN MODERN LINGUISTICS

Robert D. VAN VALIN JUNIOR<sup>1</sup>

- *ABSTRACT: One of the primary tasks facing a grammatical theory is to capture the interaction of syntax, semantics and pragmatics in linguistic systems. This is essential if linguistic theory is to explain the communicative functions of grammatical structures in particular languages and across languages. The questions which must be answered include: what is the appropriate universally valid representation for syntactic structure?, what would be an adequate representation of crucial aspects of the semantics of propositions?, how can discourse-pragmatic information be represented in a grammatically relevant way, and, most important, how do these different representations interact with each other? In this paper answers to these questions will be given in terms of Role and Reference Grammar (Van Valin, 1993; Van Valin & La Polla, 1997).*
- *KEYWORDS: Grammatical theory; Role and Reference Grammar.*

## Introduction

Many linguists would agree that one of the primary, if not *the* primary function of language is communication, and accordingly one of the primary tasks facing grammatical theories is to capture the interaction of syntax, semantics and pragmatics in linguistic systems. This is essential if linguistic theory is to explain the interplay of meaning, morphosyntactic form and communicative functions in particular languages and across languages. This leads to a host of important questions

---

<sup>1</sup> Department of Linguistics & Center for Cognitive Science – State University of New York at Buffalo – Buffalo NY 14260 USA.

which must be answered, including: what is the appropriate universally valid representation for syntactic structure?, what would be an adequate representation of crucial aspects of the semantics of propositions?, how can discourse-pragmatic information be represented in a grammatically relevant way, and, most important, how do these different representations interact with each other? These are questions that could not have been imagined, let alone formulated, at the beginning of this century. As Franz Boas in North America and Ferdinand de Saussure in Europe worked to formulate the fundamental principles of modern synchronic linguistics in the last decade of the previous century and the first decade of this one, they strove to answer the most basic questions about the nature of language and its analysis, answers which provide the foundation for all of the work that followed. It has taken literally the entire 20th Century to get to the point where we can begin to develop serious theories and thereby to offer serious solutions to the issues raised above.

Language is often described as a system which related sounds to meanings, and the link between the two is provided by grammar, as in Figure 1.

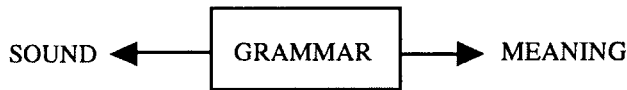


FIGURE 1 - Language as a system relating sound and meaning.

Interestingly but probably not surprisingly, the development of analytic tools for the study of language proceeded from sound via grammar to meaning. Up until around 1930, most work in the field in both North American and Europe concentrated on defining, refining and applying the concept of the "phoneme" in phonological analysis, and this continued on through the 30's as well. In that decade, work by Jakobson, Trubetzkoy, Bloomfield, Sapir and others began to shape the tools for morphological analysis as well, and this remained an important focus of research through the 1950's, with important contributions by Kurylowicz, Benveniste, Harris, Pike, Hockett and many others.

## **The study of syntax**

Serious investigation of syntax did not begin in earnest until the 1950's, and there is an important reason for this delay having to do with

the nature of syntax itself. The analytic methods employed by structural linguists were oriented toward uncovering the finite number of phonological and morphological units in a language and inventorying them and the variations in their forms. There is a finite number of phonological units, e.g. phonemes, in a language, and there is a finite number of grammatical morphemes (both derivational and inflectional) in a language. Hence it is possible to make a complete inventory of them, classify them, and describe their formal variation. It is not so obvious that this would be possible with respect to syntax. What exactly are the relevant units? Bloomfieldian tagmemes? Constructions? Sentence types? Sentences? There is a potentially infinite number of sentences in a language, and therefore a complete inventory analogous to that for phonological and morphological units is impossible. Hence syntax is fundamentally *productive* in a way that phonology and morphology are not. The serious study of syntax required the development of new techniques in linguistic analysis and there with new theoretical constructs, and these developments later fed back into phonology and morphology and led to analytic and theoretical changes.

Everyone is well aware of the major contributions that Chomsky and Melcuk have made to the study of syntax since the 1950's and 1960's, and I will not dwell on them here. I would, however, like to discuss briefly the contributions of two structural linguists, Zellig Harris and Charles Hockett, which are surprisingly relevant to the issues raised at the outset. A great deal of modern syntax derives from Harris' work. One aspect that is regularly acknowledged is the root of the ideas codified in X-bar syntax in Harris' analysis of morphosyntax in his 1946 paper "From morpheme to utterance". It is usually recognized as well that the original use of the term "transformation" was by Harris and that Chomsky, his stellar student, took the notion of transformation in a very different direction from that intended by Harris and in the end eclipsed his mentor and his ideas. It is worth looking at the notion of "transformation" proposed in Harris' paper "Cooccurrence and transformation in linguistic structure" a bit more closely. The fundamental notions for Harris were those of cooccurrence and substitution. In "From morpheme to utterance" he argued that the notion of form-class should be extended to include strings of morphemes in addition to single morphemes, and these substitution classes form the constituents of grammatical constructions, e.g. NV, AN, PN. If two (or more) constructions (1) have the

same substitution-classes and (2) the same morphemes can occur in the appropriate sub-classes in each, then the two constructions are *transforms* of each other (Harris, 1957, p.159-60). For example, simple clauses and gerunds are transforms of each other, since for any clause type NP V (NP), it is possible to form a gerund NP's *V-ing* (of NP). The relationship is bidirectional; the clause form can be predicted from the gerund, and vice versa. The statement describing the relationship between the transforms is a *transformation* (ibidem).

- |                                 |  |
|---------------------------------|--|
| (1) a. <u>Clause Pattern</u>    | Gerund                                   |
| Pat visits Chris                | Pat's visiting (of) Chris                |
| Dana sings                      | Dana's singing                           |
| Kim sends the package to Leslie | Kim's sending (of) the package to Leslie |
- b. The transformation:  $N_1 \text{ V } (N_2) \leftrightarrow N_1 \text{'s Ving ((of) } N_2)$

Thus a transformation for Harris is a statement of cooccurring forms in a language; to paraphrase (1b), "if there is a form ' $N_1 \text{ V } (N_2)$ ', then there is also a form ' $N_1 \text{'s V-ing ((of) } N_2)$ '", and vice versa. There are also unidirectional implicational statements as well, the best example being passive. It is unidirectional, because there are sentences which fit the right hand side of the rule which are not related to an active voice form, as illustrated in (2c). ("v" = auxiliary verb)

- (2) a. The boy ate the sandwich → The sandwich was eaten by the boy  
 b.  $N_1 \text{ v V } N_2 \rightarrow N_2 \text{ v be Ven by } N_1$   
 c. The ship was wrecked by [=near] the lighthouse ≠ The lighthouse wrecked the ship.

This notion of transformation was superseded by the Chomskyan derivational variety, but it has returned to be an important theoretical and analytic tool in syntactic theory in the last fifteen years or so, even though it has not usually been recognized as coming from Harris. Perhaps its most important use has been in the form of lexical rules in lexicalist theories. Consider the following lexical rule for passive taken from early Lexical-Functional Grammar (Bresnan, 1982).

- (3) a. (SUBJ) → Ø/OBL<sub>AG</sub>  
 (OBJ) → (SUBJ)  
 a'. < (↑SUBJ) (↑OBJ) > → < (↑OBL<sub>AG</sub>) (↑SUBJ) >  
 b. (↑PRED) = 'eat < (↑SUBJ) (↑OBJ) >'  
                         Agent Theme  
 (↑PRED) = 'eaten < (↑OBL<sub>AG</sub>) (↑SUBJ) >'



I have reformulated the rule in (3a) more in line with Harris' approach in (3a'); it can be interpreted as meaning, "if there is a verb with the argument structure ' $\langle (\uparrow\text{SUBJ}) (\uparrow\text{OBJ}) \rangle$ ', then there is also one with the argument structure ' $\langle (\uparrow\text{OBL}_{\text{AG}}) (\uparrow\text{SUBJ}) \rangle$ ". The result of the application of this rule to the lexical entry for the English verb *eat* is given in (3b). Thus lexical rules of this type are in essence Harris transformations stated over lexical entries for verbs, rather than over strings of syntactic substitution-classes.

The second realization of Harris' notion of transformation is in the metarules of Generalized Phrase Structure Grammar (Gazdar et al., 1985). Again, the passive construction in English provides a good example of how this type of cooccurrence statement works. In a phrase structure grammar, there are a variety of rules specifying types of VPs; the ones in (4) introduce active voice VPs, while those in (5) introduce passive voice VPs.

- |                               |                                       |
|-------------------------------|---------------------------------------|
| (4) a. $VP \rightarrow V, NP$ | (5) a. $VP[\text{PAS}] \rightarrow V$ |
| b. $VP \rightarrow V, NP, PP$ | b. $VP[\text{PAS}] \rightarrow V, PP$ |
| c. $VP \rightarrow V, NP, NP$ | c. $VP[\text{PAS}] \rightarrow V, NP$ |

There is obviously a systematic relationship between the VP rules in (5) and those in (4), and it can be captured by the cooccurrence statement in (6). (These are not meant to be the exact GPSG formulation, only illustrative; 'X' is a variable.)

- (6) ' $VP \rightarrow V, NP, X' \Rightarrow 'VP[\text{PAS}] \rightarrow V, X'$

We can give the same paraphrase as before: "if there is a VP-rule of the form ' $VP \rightarrow V, NP, X'$ ', then there is also one of the form ' $VP[\text{PAS}] \rightarrow V, X'$ ". Again we have a Harris-type unidirectional cooccurrence statement, this time over phrase-structure rules.

Thus, the Harris notion of transformation as a cooccurrence statement did not in fact disappear with the rise of Chomskyan transformational grammar, and with respect to the current situation in the field, it could be argued that it is in fact the more widely used notion at the present time, particularly in its use in the lexicon.

Two works by Hockett are of interest. The first is his 1954 paper "Two models of grammatical description", in which he contrasted item-and-process and item-and-arrangement approaches. Consonant with the Post-Bloomfieldian era in which he was writing, Hockett argued for the superiority of the item-and-arrangement model. With the advent of Chomskyan generative grammar a few years later, the item-and-process

approach came back into vogue; indeed, one could argue that the essential move Chomsky made analytically was to marry Harris' notion of transformation with Bloomfield's process model of morphology proposed in his book *Language*. A glance at the range of contemporary grammatical theories, however, reveals that the pendulum has swung back toward the dominance of item-and-arrangement models. This is true both in syntax, in which the majority of theories are non-transformational (in the Chomskyan sense) and are concerned with stating cooccurrence restrictions in the lexicon and elsewhere, and in computational linguistics, where great emphasis is placed on *declarative* rather than procedural formulations in many approaches.

The second work of Hockett's is his chapter entitled "Deep and Surface Grammar" in his 1958 book *A Course in Modern Linguistics*. There one finds what is perhaps the first attempt to integrate aspects of the syntactic, semantic and even pragmatic features of a construction. For syntax, he employs an immediate constituent representation, done in terms of boxes rather than trees. He augments the IC description with dependency notions, explicitly representing modifier-modified and "object-of" relationships. In what may be termed a "proto-" or "primitive pragmatic" representation, he also indicates *topic-comment* relations among the major constituents of the sentence. Finally, in order to talk about the relationship between the preposed NP *neÈi ge chei* "that car" and the verb *kaì* "drive" in the Mandarin sentence in (7),

- (7) Nèi ge che wo bú nòng kai.  
 that CL car I not can drive  
 'That car I can't drive.'

he introduced the notion of "valence" and talked about how at a deep level there is an important valence relations between this NP and the verb which is not overtly coded in the surface grammar. These "deep grammar" relationships are what we have come to talk about in terms of thematic relations and argument structure. Hockett never developed these insights any further, and similar ideas were independently discovered and developed by Gruber and Fillmore a decade later.

## The study of semantics & pragmatics

The work of Gruber and Fillmore on semantic roles represents one important strand in the study of semantics and grammar. We may provi-

sionally identify three such strands. The first concerns the semantics of predicate-argument relations and their relevance for grammar, as in the work of Fillmore, Gruber, Jackendoff and others. The second is focussed on combinatory semantics and derives primarily from the work of the philosopher Montague; Partee, Keenan, and others have shown how formal semantics of this type can be integrated into linguistic description and theory. The third concerns lexical representation, lexicography and related issues, and leading researchers in this strand include Apresjan and Wierzbicka. Taken together, the results of these distinct strands of research have made available a rich set of powerful tools for the analysis of meaning, and it would be fair to say that the traditional pairing of "syntax & semantics" now reflects an equal partnership in the study of language.

The modern investigation of the communicative functions of language begins with Czech linguistics such as Mathesius in the 1920's and his successors in the Prague School such as Danes-, Firbas, Sgall and others; their theory of communicative dynamism has profoundly influenced work in discourse and pragmatics throughout Europe and North America. A second major impetus to work in this area came from philosophers of language, in particular Grice, Austin and Searle. Each of these schools has contributed analytic and theoretical tools for the study of how language is used in various ways and in various contexts, and many linguists have been wielding them successfully in the search for the understanding of the complex relationships between linguistic forms and communicative functions.

### **Capturing the interplay of syntax, semantics and pragmatics**

There are at present a number of approaches to presenting an integrated description of syntax, semantics and pragmatics; for example, Dik's Functional Grammar represents and deals with all three aspects, as does Kamp's Discourse Representation Theory, which combines a combinatorial syntax, Montague semantics, and a theory of discourse. I would like to summarize the approach that I have been taking to this issue, namely Role and Reference Grammar [RRG], and to show how the way it represents this interaction reflects the influence of many of the ideas mentioned above.

At the beginning of the paper a number of questions were raised, the first one being "what is the appropriate universally valid representation for syntactic structure?". There are good reasons for rejecting both immediate constituent and grammatical-relations based representations, as argued in Van Valin & LaPolla (1997), and Van Valin (1993) argues that a semantically-based representation of clause structure called "the layered structure of the clause" is a universally-valid conception of clause structure. The central components of the clause are the NUCLEUS, containing the predicate, the CORE, containing the nucleus and the arguments of the predicate, and the PERIPHERY, containing adjunct modifiers of the core. In addition, some languages have a PRE-CORE SLOT [PCS], which is the special clause-initial position for question words and topicalized phrases. It is represented in the projection grammar formalism, proposed by Johnson (1987). It represents predicates and their arguments and modifiers in one projection, and what in RRG are called operators (grammatical categories such as aspect, tense, modality and mood) in a separate projection. Examples from English and Korean are given in Figures 2a and 2b.

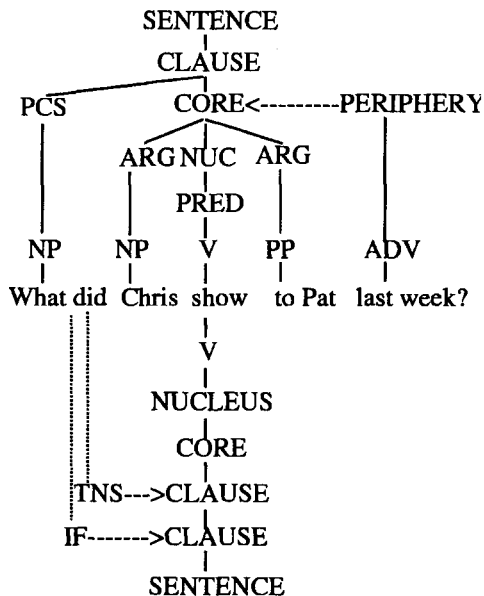


FIGURE 2a - The layered structure of the clause in English.

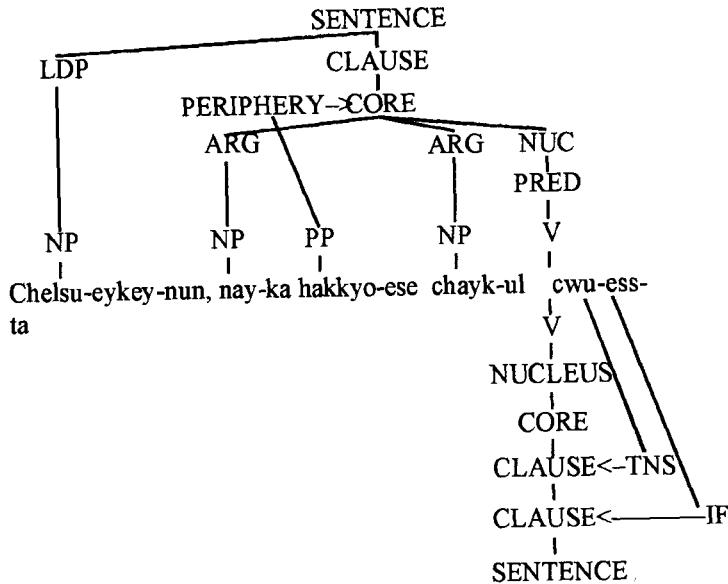


FIGURE 2b – The layered structure of the clause in Korean.

There are strong reasons for treating constituents and operators distinctly; see Van Valin (1993a), Van Valin & LaPolla (1997) for detailed discussion.

The representation in Figure 3 deals with only the morphosyntactic aspects of the sentence. The semantic representation of the clause in RRG is a decompositional representation, an approach proposed by Gruber, Wierzbicka, Jackendoff, Dowty and others. The particular decomposition employed is adapted from the *Aktionsart*-based decompositional system in Montague Grammar proposed in Dowty (1979) and elaborated and developed in Foley & Van Valin (1984), Van Valin (1993a, 1994), Van Valin & Wilkins (1993, 1996) and Van Valin & LaPolla (1997). Following Gruber and Jackendoff, semantic roles are defined in terms of argument positions in the representations, and there are cooccurrence statements of the Harris type in the lexicon. There is a direct mapping between the semantic representation and the syntactic representation. This is illustrated in Figure 3.

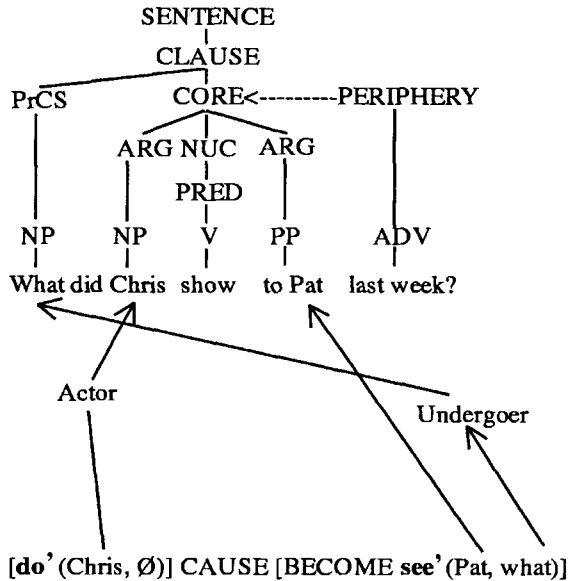


FIGURE 3 – Linking from semantics to syntax in RRG.

The final aspect of the analysis is pragmatic. Since this is a WH-question, there is narrow focus on the WH-word; how should this be captured and represented? In RRG, Lambrecht's theory (1994) of focus structure constructions, which owes a great debt to Prague School work in this area, is adopted, and two aspects of focus structure are represented for every sentence: first, the potential focus domain, which is the syntactic domain in which focus may occur, and second, the actual focus domain, what is in focus in the particular sentence in question. In English, the whole clause is the potential focus domain in simple sentences. Focus structure can be represented as in Figure 4. (The dark dashed lines indicate the potential focus domain, the triangle the actual focus domain.)

The illocutionary force [IF] anchors the Focus Structure projection, since it is tied to the speech act properties of the sentence.

All of these aspects of the structure of *What did Chris show to Pat last week?* can be portrayed in a single projection grammar representation, as in Figure 5.

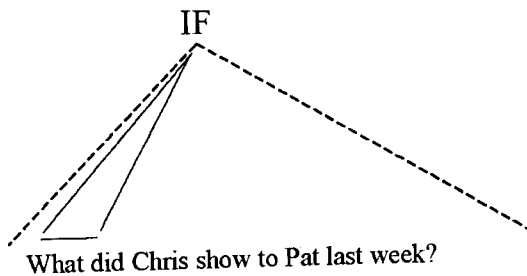


FIGURE 4 - Representation of information structure in RRG

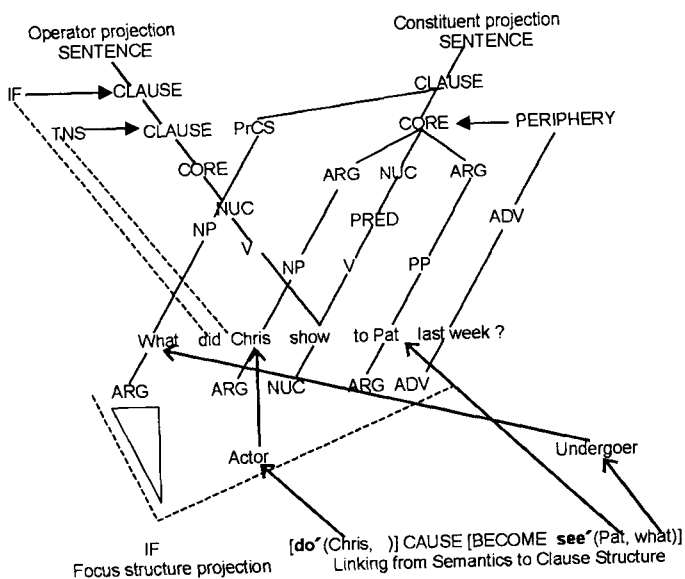


FIGURE 5 - Linking from semantics to syntax with full clause structure.

Representations like these can be seen as being in the spirit of Hockett's augmented IC representations, in that they attempt to depict different aspects of the structure of a sentence simultaneously. Given such representations, it is possible to analyze grammatical phenomena with respect to their morphosyntactic, semantic and pragmatic properties in an integrated way and to formulate principles and constraints which capture the interaction among these features.

## Conclusion

At the end of the first century of modern synchronic linguistics, we possess a rich and powerful array of descriptive and theoretical constructs for the analysis of syntax, semantics and pragmatics, and these tools, together with the explosion of information about languages from all over the world of the last thirty years, place us in the position to begin answering the great questions about language that have arisen during the 20th Century.

VAN VALIN JUNIOR, R. D. A interação entre sintaxe, semântica e pragmática nas gramáticas: o desenvolvimento de ferramentas analíticas na lingüística moderna. *Alfa (São Paulo)*, v.43, p.171-183, 1999.

- **RESUMO:** *Entre as tarefas básicas a serem enfrentadas por uma teoria gramatical está a de entender e dominar a interação entre sintaxe, semântica e pragmática no sistema lingüístico. Isto é fundamental se a teoria lingüística tem que explicar as funções comunicativas das estruturas gramaticais não só em línguas específicas, mas também entre duas ou mais línguas. As questões que devem ser respondidas incluem: qual é a representação adequada universalmente válida para a estrutura sintática? Qual seria a representação adequada de aspectos semânticos cruciais da proposição? Como pode a informação discursiva-pragmática ser representada de um modo gramaticalmente relevante e, mais importante, como essas diferentes representações interagem umas com as outras? Neste artigo, respostas a essas questões serão dadas nos termos da Gramática de Papel e Referência (Van Valin, 1993; Van Valin & La Polla, 1997).*
- **PALAVRAS-CHAVE:** *Teoria gramatical; Gramática de Papel e Referência.*

## References

- BLOOMFIELD, L. *Language*. New York: Henry Holt, 1933.
- BRESNAN, J. The passive in lexical theory. In: \_\_\_\_\_. (Ed.) *The mental representation of Grammatical Relations*. Cambridge: MIT Press, 1982.
- DOWTY, D. *Word meaning and Montague Grammar*. Dordrecht: Reidel, 1979.
- CHOMSKY, N. *Syntactic Structures*. The Hague: Mouton, 1957.
- FOLEY, W., VAN VALIN JUNIOR, R. *Functional Syntax and Universal Grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.



- GAZDAR, G. et al. *Generalized Phrase Structure Grammar*. Cambridge: Harvard University Press, 1985.
- HARRIS, Z. From morpheme to utterance. *Language*, v.22, p.161-83, 1946.
- \_\_\_\_\_. Co-occurrence and transformation in linguistic structure. *Language*, v.33, p.283-340. 1957. (Reprinted in: FODOR, J., KATZ, J. (Ed.) *The Structure of Language*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1964. p.155-210.)
- HOCKETT, C. Two models of grammatical description. *Word*, v.10, p.210-31, 1954.
- \_\_\_\_\_. *A Course in Modern Linguistics*. New York: Macmillan, 1958.
- JOHNSON, M. A new approach to clause structure in Role and Reference grammar. *Davis Working Papers in Linguistics*, v.2, p.55-9, 1987
- LAMBRECHT, K. *Information Structure and Sentence Form*. Cambridge (Mass): Cambridge University Press, 1994.
- VAN VALIN JUNIOR, R. A synopsis of Role and Reference Grammar. In: \_\_\_\_\_. (Ed.) *Advances in Role and Reference Grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1993a. p.1-164.
- \_\_\_\_\_. (Ed.) *Advances in Role and Reference Grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1993b. p.1-164
- \_\_\_\_\_. The lexical representation of verbs and the syntax-semantics interface. Unpublished, 1994.
- VAN VALIN JUNIOR, R., LAPOLLA, R. *Syntax: Structure, Meaning and Function*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- VAN VALIN JUNIOR, R., WILKINS, D. Predicting syntactic structure from semantic representations: *remember* in English and its equivalents in Mparntwe Arrernte. In: VAN VALIN JUNIOR, R. (Ed.) *Advances in Role and Reference Grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1993. p.499-534.
- \_\_\_\_\_. The case for "effector": Case roles, agents and agency revisited. In: SHIBATANI, M., THOMPSON, S. (Ed.) *Grammatical constructions*. Oxford: Oxford University Press, 1996. p.289-322

# FORMAÇÃO DE COMPOSTOS ENDÓGENOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: UMA INVESTIGAÇÃO PSICOLINGÜÍSTICA

Rui ROTHE-NEVES<sup>1</sup>

- **RESUMO:** Este estudo investigou quais especificadores ocorrem mais frequentemente na formação de compostos endógenos de estrutura N-de-N cujo núcleo é um "objeto estático não-simbólico". Dados de falantes nativos (n = 40) do Português Brasileiro (PB) foram levantados por meio de um teste de preenchimento (*completion test*), construído a partir de uma análise semântica de 62 compostos endógenos, conforme Frederiksen (1975). Itens de alta expectativa serviram de distratores. O foco do estudo foram itens de baixa expectativa (n = 898). Estes apresentaram, em sua maioria (98,3%), especificadores com as funções de "parte", "objetivo" e "objeto não relacionado". Discutiu-se a distinção entre as duas últimas funções, à luz da distinção entre palavras possíveis e reais. Apresentou-se, para futura investigação, a hipótese de que o traço semântico "continente" seja selecionado na formação de endógenos com o mesmo núcleo.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Formação de palavras; compostos nominais; psicolingüística.

## Introdução

Entende-se por compostos nominais aqueles itens lexicais que apresentam dois itens nominais (N ou A) formando uma unidade semântica e sintática. Este estudo concentrou-se nos compostos do Português Brasileiro (PB) que apresentam estrutura N-de-N, doravante chamados

---

<sup>1</sup> Departamento de Psicologia – FAFICH/Universidade Federal de Minas Gerais – 31270-901 – Belo Horizonte – MG.

sujeitos normais, para obter dados de produção de compostos endógenos de estrutura N-de-N. Os compostos novos produzidos foram confrontados com uma sistematização prévia, em bases semânticas, do ambiente possível de ocorrência dos Espec em compostos endógenos no PB, a partir da classificação de Frederiksen (1975) – a “especificação do ambiente”. Com essa abordagem combinada, pretende-se contribuir para o estudo da formação de compostos nominais no PB. A fim de justificar a relevância teórica e a adequação metodológica do estudo, segue sua fundamentação lingüística e psicolingüística.

## Fundamentação

### Formação de compostos nominais

Do ponto de vista lingüístico, a formação de compostos novos tem sido atribuída a um dos dois níveis da língua: nível lexical e pós-lexical (sintaxe). No nível lexical, uma hipótese de como se formam os compostos é oferecida por Allen (1980), que se apresenta a seguir,<sup>1</sup> segundo citada em Scalise (1987, p.106-15) e adequada à estrutura dos compostos do PB.<sup>2</sup>

Para Allen, as regras que possibilitam a formação de compostos não são oracionais. São RFP's, mais especificamente, regras de concatenação linear apresentando a seguinte forma:

$$[ ]_X, [ ]_Y \rightarrow [[ ]_X Q [ ]_Y ]_Z$$

onde Q é o limite interno do composto, impedindo a inserção de um outro termo qualquer entre X e Y. Os compostos estão submetidos a duas condições: a “Condição da variável A”<sup>3</sup> e a “Condição Ê UM”.

- Condição da variável A:

prediz que o conteúdo semântico completo do primeiro constituinte pode preencher qualquer das matrizes de traços disponíveis na hierarquia de traços correspondentes ao segundo constituinte, sempre que a matriz de traços a ser pre-

2 A proposta de Allen (1980) foi adequada, principalmente no que tange à ordem dos elementos funcionais nos compostos, que, em inglês, é Espec + Núcleo e no PB, Núcleo + Espec.

3 No original, “variable R”; segundo nota do tradutor em Scalise (1987), R está para “range”. alcance, donde opta-se aqui pelo termo “variável A”.

- Derivação: os compostos pós-lexicais permitem derivação muito restrita (ex.: \*roupagem de banho; \*proto-roupa de banho; ex-mestre de obras; finzinho de semana<sup>5</sup>).
- Concordância: não há concordância em gênero ou número entre os constituintes do composto, em virtude da estrutura sintática apresentada acima.

Embora Lee não o explicita, pode-se especular que a forma dessa RNM seria a mesma que propôs Dillinger (1993), utilizando a especificação de ambiente, para as relações permitidas para o SN em SPs (tal que P = "com"; "a"), na forma de regras de projeção sintática.

*Regra 1* com SN -> ATB: / SN designa atributo

O "com" será interpretado como ATB: quando o núcleo do SN designar um atributo. (...)

(i) Um homem com iniciativa.

(ibidem, p.43 e 45, nota \*)

Dillinger utiliza como metodologia de sistematização a "especificação de ambiente", ou a especificação dos dados antes e depois da preposição "com", baseado na classificação semântica de Frederiksen (1975). Note-se que, do ponto de vista lingüístico, a especificação de ambiente parece relevante como metodologia de investigação da formação de compostos novos, pois tanto Allen quanto Dillinger supõem critérios semânticos de seleção de *Espec* em função do núcleo.

## **Compreensão de compostos**

Também do ponto de vista da realidade psicológica do modelo de linguagem, há razões que tornam a especificação de ambiente uma estratégia atraente para o estudo do comportamento dos falantes. Os falantes percebem linearmente os estímulos verbais (visuais ou auditivos), de modo que seu léxico é primeiramente ativado pelo núcleo e logo

---

5 Nesse exemplo, seguindo Rocha (1998), admite-se grau como processo de derivação; sob o rótulo de "formação de diminutivo", Lee (1995, p.64) apresenta exemplos semelhantes, onde o núcleo mantém seu estatuto de palavra independente.

em seguida pelo Espec. Dados experimentais sugerem que a velocidade de percepção é maior do que a de ativação do léxico (para revisões recentes, cf. Balota, 1994; Schendan, Ganis & Kutas, 1998), de modo que a ativação do Espec se sobrepõe à do núcleo, incrementando a ativação dos traços em comum e inibindo a de traços distintivos. Chama-se a esse fenômeno “ativação interativa” (Coolen, Jaarsveld & Schreuder, 1993).

Quanto à dimensão sintática dos preposicionados, sabe-se também que os falantes utilizam informações sintáticas para construir proposições, que são um conjunto específico de relações de um termo em função de outro. Pode-se dizer, portanto, que o Espec é selecionado em função do núcleo. Do ponto de vista psicológico, pode-se dizer que as regras de composições seriam um conjunto de funções que explicitam um conjunto de Espec possíveis para um dado conjunto de núcleos, tal como previsto, em níveis distintos, por Allen (1980) e Dillinger (1993). Para o estudo da formação de compostos, portanto, a especificação do ambiente é o primeiro passo, ainda que não seja condição suficiente.

## **Métodos**

Este é um estudo exploratório que visa investigar a formação de compostos endógenos novos. A questão a ser investigada aqui pode ser formulada especificamente como: que tipo de N ocorre no Espec de endógenos em função do núcleo?

Utilizaram-se dois métodos: especificação de ambiente e teste de preenchimento. Para tanto, selecionaram-se 62 compostos endógenos (ver Anexo), classificando-se núcleo e Espec. A partir da classificação desse *corpus* restrito, foi possível estimar o comportamento que se pode esperar dos falantes do PB. Essa estimativa serviu para controlar a produção de compostos no teste de preenchimento. Apresenta-se a seguir cada método em detalhe.

### **Especificação de ambiente**

Neste estudo, a especificação do ambiente foi feita com base nas categorias para objetos, ações e relações propostas por Frederiksen

(1975). Como mostramos, tanto lingüística quanto psicolingüística-mente, há fortes indícios de que o Espec seja selecionado em função do núcleo; daí o foco de investigação recair sobre as relações que se estabelecem entre Espec e núcleo.

Frederiksen (1975) utiliza três níveis categóricos básicos que se superpõem seletivamente. O primeiro nível inclui as classes de "objetos" e "ações". "Objetos são definidos como coisas que ocupam espaço ... Ações são definidas como coisas que ocupam uma posição ou intervalo de tempo e envolvem mudança" (p.378). Traços, tais como localização, tempo, resultado e mudança, são tomados como primitivos. Cada uma dessas classes subdivide-se em subclasses, em função de envolver ou não mudança e de apresentar ou não conteúdo semântico. A Tabela 1 apresenta esquematicamente as classes e subclasses definidas.<sup>6</sup>

Tabela 1 – Classes e subclasses de ações e objetos (cf. Frederiksen, 1975, p.378-97)

1. Ações								
Processos						Ações físicas resultativas		
cognitivos		físicos				cognitivas	físicas	
simples	relativos	cognitivos		não-cognitivos			com resultado simbólico	com resultado não-simbólico
		simples	relativos	simples	relativos			
2. objetos								
estáticos				processivos				
simbólicos		não-simbólicos		animados	inanimados			
					simbólicos	não-simbólicos		

As relações "conectam objetos e ações a outros conceitos, definindo assim 'estados' e 'eventos'" (p.382). Os tipos de relações utilizados para classificação nesse estudo parecem suficientemente claros a partir da Tabela 2, que apresenta as definições utilizadas e exemplifica a classificação aplicada nesse estudo.

<sup>6</sup> Extrapola o âmbito deste trabalho uma descrição exaustiva, quiçá uma discussão da taxonomia apresentada em Frederiksen (1975); ao leitor interessado, cabe confrontar Dillinger (1993, cap.V) e referências.

continuação

Espec	Núcleo						Frequências	
	AFN	OEN	OES	OPA	PFC	PFN	Absoluta	Relativa
LOC.....	-	4	-	1	-	-	5	0,081
OBJ.....	-	-	1	-	1	-	2	0,03
OBV.....	1	18	6	2	1	-	28	0,452
PRT.....	-	5	-	-	-	-	5	0,081
TEMA.....	-	-	2	1	1	-	4	0,065
Freq. abs.	1	38	10	6	6	1	62	1
Freq. rel.	0,016	0,613	0,161	0,097	0,097	0,016	1	

Como se pode ver, "objeto estático não-simbólico" (OEN) foi o núcleo mais freqüente (61,3% dos compostos); os especificadores "objeto" (OBV) foram mais freqüentes (45,2%); OENs apresentaram-se especificados principalmente por OBVs (47,4%). No entanto, a interdependência entre classe do núcleo (OEN ou não-OEN) e classe do Espec (OBV ou não-OBV) mostrou-se estatisticamente insignificante ( $\chi^2 = 0,193$ ).

A partir dessas informações, supôs-se que um ambiente natural para preposicionados seria o par OEN-OBV. Isto dirigiu a construção do teste de preenchimento para levantamento de dados, conforme se expõe a seguir.

## Teste de preenchimento

### Material

O teste de preenchimento foi desenvolvido originalmente para levantamento de dados de aceitabilidade de estruturas sintáticas (Trueswell et al., 1993; Garnsey et al., 1997). É de aplicação extremamente simples, ao mesmo tempo que permite o levantamento de um número razoavelmente grande de dados. Nesse estudo, substituíram-se os itens sintáticos por compostos endógenos.

Trata-se de um questionário de resposta aberta, apresentado na forma de uma lista com duas colunas, contendo a da esquerda as seguintes instruções:

Complete com um substantivo os itens ao lado, de modo que:

1. O item forme uma unidade de sentido;
2. O item formado seja UM TIPO disso que está escrito.

Exemplo: CAMPO DE FUTEBOL é um tipo de campo.

Obrigado por colaborar.

Na coluna da direita, o questionário apresentado continha 24 itens do tipo “[OEN] de \_\_\_\_\_” (doravante, estímulos), a ser preenchido conforme as instruções.

## Estímulos

Para controlar a variabilidade dos resultados em função do núcleo, todos os 24 estímulos apresentados foram do tipo OEN. Destes, 14 itens podem ser classificados como de “alta expectativa” (AE), seguindo Coolen et al. (1991). Tais itens participam como núcleo em endógenos lexicalizados, sendo possível esperar como resposta a recuperação de itens do léxico. Os estímulos AE foram todos escolhidos dentre compostos especificados com OBV, a fim de direcionar a expectativa. Em contraste, 10 itens são de “baixa expectativa” (BE), pois não participam de endógenos lexicalizados. Nesses casos, ao preencher os itens, os sujeitos estariam optando por alguma característica que seria especificada no composto formado. Assim, AE serve para distrair a atenção do participante, oferecendo-lhe um ambiente natural de ocorrência de endógenos. A produção em resposta a BE é o foco principal do estudo. A Tabela 4 apresenta os itens de estímulo, exemplificando compostos de que participam os itens AE e possíveis relações no caso de itens BE.

Tabela 4 – Estímulos de alta e baixa expectativa

AE		BE	
Itens	Compostos	Itens	Relação
colher	colher de pau	avental	LOC/INIT
xicara	xícara de chá	estante	OBV/INIT
carro	carro de corrida	barco	OBV/INIT
óculos	óculos de sol	mangueira	OBV/INIT
pasta	pasta de dentes	frasco	LOC1/INIT
papel	papel de presente	mala	OBV/INIT
cadeira	cadeira de balanço	lata	LOC1/INIT
caixa	caixa de fósforos	disco	OBV/INIT
posto	posto de gasolina	copo	LOC1/INIT
casa	casa de boneca	palco	LOC/OBV
câmara	câmara de gás		
sala	sala de aula		
roupa	roupa de cama		
cama	cama de casal		



## Participantes

Participaram 40 alunos de duas turmas dos cursos de Psicologia e Letras da UFMG. Para isolar efeitos de ordem – em que a ordem dos estímulos afeta sistematicamente os resultados –, os mesmos estímulos foram apresentados em quatro ordens distintas: listas A e B apresentavam estímulos em ordem aleatória e listas C e D, em ordem pseudo-aleatória, em que aos itens AE intercalavam-se os BE. Cada lista foi respondida por dez sujeitos, durante o horário normal da aula, dentro de sala.

## Resultados e discussão

Conforme se disse, o objetivo específico do teste foi o de verificar quais Espec seriam priorizados na produção de endógenos, em resposta a BE. Os compostos apresentados foram classificados de acordo com a Tabela 2 (ver anexo). Excluíram-se posteriormente todos os compostos formados a partir do estímulo "palco", porque as distinções pareceram não ser suficientemente claras. Excluíram-se ainda aqueles que não se coadunavam com as instruções (p. ex.: *roupa de dormir*). As ocorrências analisadas representam 93,5% das ocorrências possíveis (Tabela 5).

Tabela 5 – Resultados do teste de preenchimento (n = 898)

Espec	Núcleo			
	Tipo		Frequência	
	AE	BE	Absoluta	Relativa
OBV.....	359	150	509	0,57
PRT.....	114	146	260	0,29
OBJ2.....	12	48	60	0,07
Outros.....	59	10	69	0,08
TOTAL	544	354	898	1

A interdependência entre a classe dos núcleos (AE ou BE) e a classe dos Espec, tal como apresentado na Tabela 5, revelou-se extremamente significativa ( $\chi^2$ ,  $p = 6,88724E-24$ ). A indução ao par AE-OBV também se revelou significativa, na medida em que foi grande a diferença no teste de duas amostras para proporções de Espec OBV dentre

AE e BE ( $z = 5,853$ ).<sup>7</sup> Assim, a produção em resposta a BE pode ser resumida da seguinte maneira.<sup>8</sup>

a) Ao contrário dos Espec de AE, a proporção de OBV não difere significativamente daquela encontrada no *corpus* ( $z = 1,037$ );

b) OBV também foi o Espec mais realizado (44,6%);

c) OBV, PRT e OBJ2 respondem por 98,3% dos casos;

Comparações diretas, entre as produções para AE e BE ou dessas com o *corpus*, devem ser tomadas *cum granum salis*. O *corpus* é bastante restrito para que se possa generalizar a ocorrência de Espec em função de núcleo. Além disso, o teste foi construído de tal modo que apenas permite focalizar em BE, uma vez que os núcleos AE foram escolhidos dentre compostos existentes e permitem recuperação de itens da memória, sem necessidade de aplicação de regras (cf. item Estímulos). O item (a) mostra claramente que a grande ocorrência de OBV para AE deve ser creditada ao viés do teste.

O fato de OBV ter sido muito realizado em BE deve ser considerado, por outro lado, como um comportamento genuíno, não derivado da influência de AE. A ativação na mente do falante dá-se na ordem da leitura, isto é, do núcleo para o Espec. Além disso, mesmo para AE, a produção de OBV não foi categórica (64,5%), ao contrário do que os itens permitiam. É de se esperar, portanto, que uma investigação mais abrangente, em *corpus* falado ou escrito, indique uma predominância de Espec OBV para OEN.

Ao contrário da opinião generalizada, a formação de compostos parece bastante sistemática, tal como representada neste estudo pelos compostos formados em resposta aos estímulos BE (item c). Os resultados aqui apresentados podem ser resumidos na seguinte regra:

$$[N]_x \text{ de } [N]_y, x = \text{OEN} \rightarrow [[\text{OEN}]_x \text{ de } \{\text{PRT; OBV; OBJ2}\}_y]_z$$

Na classificação de Frederiksen, OBJ2 refere-se a “objeto não relacionado”. Em *copo de água*, água não está relacionada ao copo como parte específica (PRT) ou o material de que é feito (INIT). Porém, parece que, para a classificação de endógenos, a distinção *a priori* de OBJ2 e OBV indica uma diferença de uso e não de estrutura. Lembre-se da dis-

7 Compare-se esse valor com o valor de Z para uma probabilidade de erro de 1% ( $z = 2,58$ ) e 5% ( $z = 1,96$ ).

8 A categoria “outros” inclui os Espec LOC, AGT, ATB e INIT, cuja análise, isoladamente, não se revelou importante.

tingão entre restrições estruturais e contextuais, tal como se aplicam aos fenômenos de derivação. Tome-se o exemplo da regra

N → N -eiro.

Essa regra especifica que um nome [-humano] dará origem a um agetivo relacionado. É o que ocorre em vaca – vaqueiro. Poderão ocorrer outros produtos, desde que respeitadas as definições da regra. Sabe-se que daí à existência real do produto, uma série de outras exigências do uso da língua devem ser respeitadas, tais como a existência de outro item de mesma função (que provoca um bloqueio) e a necessidade mesma do item para a comunicação. Essa definição, que remonta ao trabalho de Aronoff (cf. Rocha, 1998), distingue palavras possíveis de palavras reais. Nada impediria, portanto, que ao se defrontar pela primeira vez com um produto da regra, o falante seja capaz de interpretá-lo adequadamente, como mostram os exemplos abaixo:

- a. A Gaviões da Fiel aprovou o filme "Boleiros", de Ugo Giorgetti.
- b. – Já 'tá quase na hora do aniversário e o bolo ainda não chegou...
- b'. – Liga lá p'ra casa da boleira.

Em (a), "boleiros" é facilmente compreendido como produto de BOLA – boleiro (refere-se aos torcedores fanáticos, tema do filme). Em (b), a base não será compreendida como bola, mas BOLO. O fato de não ser lexicalizada não significa que a formação em (b') não seja possível e sistemática, ao menos como formação temporária.

Do mesmo modo, seria adequado estipular dois níveis de análise para os endógenos. No nível da existência real dos produtos, algumas contingências não estruturais levariam à gramaticalização dos itens. No nível das regras de composição, ter-se-ia uma especificação das condições estruturais em que se poderia formar uma unidade, que aqui interessou de perto. Com isso, teríamos uma análise diferente dos dados. Ao fazer a paráfrase, viu-se, por exemplo, que *frasco de perfume* pode ser compreendido como "frasco para perfume", pois pode ser reconhecido como tal, mesmo que não contenha o líquido. Sejam os endógenos já cristalizados na língua:

- c. frasco de perfume
- d. copo de água
- e. carro de bombeiro

Nesta análise, classificaram-se (c, e) como OBV, por causa do exposto acima, sobre as características físicas de (c). Seguindo Allen (1980),

"copo de água" não É UM tipo de copo, é um NP simples, um copo contendo água. Mas o que o distingue de (c), classificado como OBV? Apenas e tão-somente o fato de não existir realmente como designador de um referente único. Desse modo, os dados deste estudo seriam ainda mais categóricos quanto à produção de endógenos. Para verificar isto, reanalisaram-se os dados, consolidando as classes OBV e OBJ2 (Tabela 6).

Tabela 6 – Resultados reagrupados

Espec	Núcleo			
	Tipo		Frequência	
	AE	BE	Absoluta	Relativa
OBV+OBJ2.....	371	198	569	0,63
PRT.....	114	146	260	0,29
Outros.....	59	10	69	0,08
TOTAL	544	354	898	1

O teste de independência sobre os dados reagrupados revelou-se ainda bastante significativo ( $p = 5,54766E-12$ ), porém menos do que o teste sobre os dados da tabela 5.

A investigação do comportamento dos falantes do PB, com relação a uma classe reunida OBJ2 e OBV, poderá ser objeto de estudos futuros, em que se manipule diferentemente a construção do teste. Caberá ainda verificar a relação entre OBJ2/OBV e OEN, do ponto de vista de sua compreensão. Onde o traço de continente é a dimensão especificada, é possível observar uma semelhança interessante entre os itens apresentados e alguns compostos exógenos de estrutura semelhante. Trata-se de compostos como *colher de açúcar*, utilizado para expressar UMA QUANTIDADE determinada, não um objeto. Nesse caso, o mecanismo de associação metonímica "continente pelo conteúdo" pode ser o que permite especificar não a colher (OEN), mas a quantidade que cabe na colher (ATB). O mesmo mecanismo pode ter permitido, no teste, o aparecimento de "lata de leite" como um tipo de lata: os sujeitos também selecionaram o traço "continente". Nesse caso, é possível sugerir uma regra de composição, capaz de generalizar uma tendência de formação de preposicionados novos em PB:

$$[OEN[+continente]]x \text{ de } [OEN]y \rightarrow [[OEN]x [OBJ2+OBV]]z$$

Essa regra generaliza a maioria dos dados levantados no teste, como mostra a Tabela 6. A demonstração psicológica dessa regra, no

entanto, é tarefa de um teste de compreensão de compostos novos isolados (conforme realizado por Coolen et al., 1991).

## Agradecimentos

Agradecemos a Mike Dillinger, João H. R. Tótar, Luiz Carlos Rocha e, em especial, a Vitor G. Haase, Carlos A. Gohn e alunos (jan. 1998). A elaboração final contou com apoio da Fapemig (BDT n.20634/98).

ROTHER-NEVES, R. Nominal compound formation in Brazilian Portuguese: a psycholinguistic investigation. *Alfa (São Paulo)*, v.43, p.185-202, 1999.

- *ABSTRACT: This study investigated which specifiers occur more often in the making of nominal compounds with structure N-de-N whose nucleus is a "static non-symbolic object". Data from native Brazilian Portuguese speakers (n = 40) were collected with a completion test made after a semantic analysis of 62 compounds, in accordance to Frederiksen (1975). Highly expected items served as distractors. This study focused on items with low expectance, which had almost exclusively (98,3%; n = 898) specifiers acting as "part", "goal" and "unrelated object". The distinction between the last two is discussed in the light of the distinction between possible and real existing words. A hypothesis is presented, that the semantic feature "continent" is select in the formation of nominal compounds with the same nucleus, which is to be further investigated.*
- *KEYWORDS: Word formation; nominal compounds; psycholinguistics.*

## Referências bibliográficas

- ALLEN, M. R. Semantic and phonological consequences of boundaries: a morphological analysis of compounds. In: ARONOFF, M., KEAN, M. L. *Juncture*: Amna Libri, 1980. Apud: SCALISE, S. *Morfologia generativa*. Trad. José Pazó. Madrid: Alianza, 1987. p.106-15.
- ARONOFF, M. *Word formation in generative grammar*. Cambridge, MA: MIT, 1976.
- BADECKER, W., ZANUTTINI, R., MIOZZO, M. The two-stage model of lexical retrieval: evidence from a case of anomia with selective preservation of grammatical gender. *Cognition (Amsterdam)*, v.57, n.2, p.193-216, 1995.
- BALOTA, D. Visual word recognition: the journey from features to meaning. In: GERNSBACHER, M. A. (Org.) *Handbook of psycholinguistics*. San Diego: Academic Press, 1994.

- BASÍLIO, M. *Teoria lexical*. 4.ed. São Paulo: Ática, 1995. (Série Princípios, 88).
- CARAMAZZA, A. Data, statistics and theory: a comment on Bates, McDonald, MacWhinney, and Applebaum's "A maximum likelihood procedure for the analysis of group and individual data in aphasia research". *Brain and Language (San Diego)*, v.41, p.43-51, 1991.
- COOLEN, R., JAARSVELD, H. J. van, SCHREUDER, R. The interpretation of isolated novel nominal compounds. *Journal of Memory and Cognition*, v.19, n.4, p.341-52, 1991.
- \_\_\_\_\_. Processing novel compounds: evidence for interactive meaning activation of ambiguous nouns. *Journal of Memory and Cognition*, v.21, n.2, p.235-46, 1993.
- DILLINGER, M. *Notas sobre semântica*. Belo Horizonte: Departamento de Linguística da FALE/UFMG, 1993. (Mimeogr.).
- DI SCIULLO, A. M., WILLIAMS, E. *On the definition of word*. Cambridge: MIT Press, 1987.
- FREDERIKSEN, C. Representing logical and semantic structure of knowledge acquired from discourse. *Cognitive Psychology*, v.7, p.371-458, 1975.
- GARNSEY, S. M. et al. Contributions of verb bias and plausibility to the comprehension of temporarily ambiguous sentences. *Journal of Memory and Language*, v.37, p.58-93, 1997.
- LEE, S.-H. *Morfologia e fonologia lexical do Português do Brasil*. Campinas, 1995. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas.
- MICELI, G. Morphological errors and the representation of morphology in the lexical-semantic system. *Phil. Trans. Royal Soc. London B*, v.346, p.79-88, 1994.
- NADEAU, S. E. Impaired grammar with normal fluency and phonology. Implications for Broca's aphasia. *Brain (Oxford)*, v.111, p.1111-37, 1988.
- RAPP, B. C. CARAMAZZA, A. Disorders of lexical processing and the lexicon. In: GAZZANIGA, M. S. (Org.) *The Cognitive Neurosciences*. Cambridge (MA): MIT Press, 1995. p.901-14.
- ROCHA, L. C. de A. *Estruturas morfológicas do português*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- SANDMANN, A. J. *Morfologia geral*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1993.
- SCHENDAN, H. E., GANIS, G., KUTAS, M. Neurophysiological evidence for visual perceptual categorization of words and faces within 150 ms. *Psychophysiology*, v.35, n.3, p.240-51, 1998.
- TRUESWELL, J. C., TANENHAUS, M. K., KELLO, C. Verb-specific constraints in sentence processing: separating effects of lexical preference from garden-paths. *J. Exp. Psy.: Lang. Mem. Cognition*, v.19, p.528-53, 1993.
- TYLER, L. K. Processing distinctions between stems and affixes: evidence from a non-fluent aphasic patient. *Cognition*, v.36, n.2, p.129-53, Aug. 1990.
- \_\_\_\_\_. Use of derivational morphology during reading. *Cognition*, v.36, n.1, p.17-34, July 1990.

de “preposicionados”, e, dentre esses, nos chamados “compostos endógenos” (Sandmann, 1993, p.60-9). No PB, compostos preposicionados apresentam a seguinte estrutura funcional (cf. Basílio, 1995, p.29):

$$[[\text{Núcleo}]_X [\text{Especificador}]_Y]_Z$$

Nos compostos endógenos, Z é um tipo específico de X. Em *óculos de sol*, compreende-se tratar de um tipo específico de *óculos*. O mesmo não ocorre com compostos exógenos, em que o significado do composto é metafórico ou metonímico, não podendo ser derivado de seu núcleo: *lua-de-mel* não é um tipo de lua. O problema que se coloca, então, é: no composto endógeno, quais serão as condições de generalização de Y em função de X, tal que se possa descrever a formação de Z.

Muitos autores (incluindo Basílio e Sandmann) limitam-se a sistematizar compostos existentes, o que contribui para a opinião generalizada de que a composição envolve processos idiossincráticos. Essa opinião, no entanto, não pode adequar-se a duas noções bastante claras. Em primeiro lugar, quaisquer N separados por “de” não formam um preposicionado (\*borboleta de afasia). Em segundo lugar, dado um N determinado na posição de núcleo, nem todo N pode ocupar a de especificador (Espec). Assim, o Espec de “cor de \_” muito provavelmente não será um evento, ainda que algum evento esteja implícito (*cor-de-fogo*).

As regras de formação de palavras (RFP's) são um construto teórico proposto por Aronoff (1976), para dar conta das regularidades morfológicas. Referem-se ao que permite aos falantes de uma língua criar palavras novas, a partir de itens já existentes. Uma grande contribuição ao seu estudo vem sendo oferecida pela pesquisa psicológica da linguagem, capaz de fornecer evidências de processamento distinto para bases e afixos (Tyler et al., 1990) e de uma organização morfológica do léxico (Tyler & Nagy, 1990), com armazenamento independente de informações semânticas e traços morfológicos (Badecker, Zanuttini, Miozzo, 1995), bem como da distinção dos processamentos morfológico e sintático (Nadeau, 1988). Essas evidências são coletadas por meio de estudos tanto com sujeitos normais quanto com pacientes que sofrem de algum déficit seletivo de linguagem (Caramazza, 1991; Miceli, 1994; Rapp & Caramazza, 1995). Tais estudos servem para detalhar mais precisamente os resultados da investigação lingüística com relação a sua validade psicológica.

No presente estudo, utilizou-se uma adaptação do procedimento psicolingüístico conhecido como “teste de preenchimento” (*completion test*, cf. Trueswell, Tanenhaus, Kello, 1993; Garnsey et al., 1997) em

enchida corresponda a algum dos traços do primeiro elemento (Allen, 1980, p.93, cit. in Scalise, 1987, p.107).

Assim, em um composto qualquer, seu significado resulta da seleção de um traço específico do núcleo em função de traços específicos do Espec.

- Condição da variável É UM: estipula que Z É UM X em um composto  $[[ ]_X [ ]_Y ]_Z$  no PB. A formulação de Allen aplica-se tanto à sintaxe quanto à semântica, isto é, o composto resultante será da mesma categoria sintática que seu núcleo e “se estabelece um subconjunto de relações semânticas entre o composto Z” e o núcleo (Allen, 1980, p.11, apud Scalise, 1987, p.109).

É interessante notar que Scalise explicitamente vincula a previsibilidade dos compostos às condições apresentadas. Segundo ele, apenas seriam compostos regulares os que obedecessem a essas condições, enquanto os outros seriam formações lexicais, “pelo que podemos considerá-los compostos ‘lexicalizados’” (p.110).

Para Lee (1995, cap.3), os endógenos não se formam no léxico, mas a partir de regras sintáticas. Lee parte dos pressupostos da Morfologia Lexical e distingue dois tipos de compostos no PB: compostos lexicais e pós-lexicais.

[C]ompostos lexicais são “compostos verdadeiros”, que funcionam como unidade independente nas operações morfológicas. (Lee, 1995, p.53)

Os compostos pós-lexicais levam esse nome por serem formados no nível pós-lexical (sintático), por meio de uma “regra não-morfológica de criação de palavra” (RNM; ingl.: nonmorphological word-creating rule), termo emprestado a Di Sciullo & Williams (1987). Os preposicionados seriam do tipo composto pós-lexical, dados os seguintes fatos sintáticos,<sup>4</sup> além da ordem dos elementos funcionais (já apresentada anteriormente):

- Formação de plural: o morfema de plural ocorre ENTRE os constituintes do composto, dada a seguinte estrutura sintática:

$[NP[N \textit{roupas}] [PP[P \textit{de}] [NP \textit{banho}]]]$

---

4 Nem o trabalho de Lee versa especificamente sobre preposicionados, nem o âmbito do presente estudo permitiu descer aos detalhes de sua abordagem. Os exemplos a seguir foram escolhidos pelo autor, com base na discussão oferecida por Lee (1995, p.62-7).



Tabela 2 – Classificação de Núcleo e Especificador dos itens do *corpus*

CLASSE		EXEMPLO*
Objetos		
OEN	objeto estático não-simbólico	<b>mármore</b> de carrara
OES	objeto estático simbólico	<b>aviso</b> de recebimento
OPA	objeto processivo animado	<b>ama</b> de leite
Ações		
AFN	ação física (com resultado) não-simbólico	<b>viagem</b> de estudos
PFC	processo físico cognitivo	<b>defesa</b> de tese
PFN	processo físico não-cognitivo	<b>mal</b> de parkinson
Relações		
AGT	agente	palavra de <b>escoteiro</b>
ATB	atributo	palavra de <b>honra</b>
CAU	causa	dores de <b>parto</b>
EVT	evento	calendário de <b>eventos</b>
INIT	material ou procedência	palha de <b>aço</b>
LOC	localização	mesinha de <b>cabeceira</b>
OBJ	objeto afetado	coleta de <b>lixo</b>
OBJ2	objeto não-relacionado	lata de <b>leite</b>
OBV	objetivo	carro de <b>corrida</b>
PRT	parte componente	cadeira de <b>rodas</b>
TEMA	tema	aviso de <b>recebimento</b>

\* O termo em negrito exemplifica a classe.

Para fins de análise, parafrasearam-se os compostos para melhor discernimento da relação envolvida. Assim, palha de aço pode ser parafraseada como “feita de aço”, relação INIT; casa de praia, paráfrase “na praia”, relação LOC. Núcleos e Espec foram assim tabulados para análise de frequência (Tabela 3).

Tabela 3 – Ocorrência de Espec em função de núcleo no *corpus* (n = 62)

Espec	Núcleo						Frequências	
	AFN	OEN	OES	OPA	PFC	PFN	Absoluta	Relativa
AGT.....	-	-	-	-	1	-	1	0,016
ATB.....	-	6	-	1	2	-	9	0,15
CAU.....	-	-	-	-	-	1	1	0,016
EVT.....	-	-	1	-	-	-	1	0,016
INIT.....	-	5	-	1	-	-	6	0,097

## Anexo 1 – Classificação dos endógenos do corpus

Núcleo	Composto	Espec.	Núcleo	Composto	Espec.	Núcleo	Composto	Espec.	Núcleo	Composto	Espec.
AFN	viagem de estudos	OBV	OEN	pasta de dente	OBV	OES	fundo de garantia	OBV	OES		OBV
OEN	feijão-de-corda	ATB	OEN	papel de parede	OBV	OES	vara de pesca	OBV	OES		OBV
OEN	cachorro de madame	ATB	OEN	papel de presente	OBV	OES	convite de casamento	OBV	OES		OBV
OEN	papel de seda	ATB	OEN	cadeira de balanço	OBV	OES	texto de partida	OBV	OES		OBV
OEN	camisa-de-força	ATB	OEN	caixa de sapato	OBV	OES	cartão de crédito	OBV	OES		OBV
OEN	fogo de artifício	ATB	OEN	ferro de engomar	OBV	OES	aviso de chegada	TEMA	OES		TEMA
OEN	pimenta-de-cheiro	ATB	OEN	carro de bombeiro	OBV	OES	aviso de recebimento	TEMA	OES		TEMA
OEN	pó-de-arroz	INIT	OEN	posto de gasolina	OBV	OPA	banda de rock	ATB	OPA		ATB
OEN	palha de aço	INIT	OEN	casa de detenção	OBV	OPA	galinha d'angola	INIT	OPA		INIT
OEN	mármore de Carrara	INIT	OEN	creme de barbear	OBV	OPA	rato de esgoto	LOC	OPA		LOC
OEN	canela-da-índia	INIT	OEN	câmara de ar	OBV	OPA	ama-de-leite	OBV	OPA		OBV
OEN	vinho do porto	INIT	OEN	sala de jantar	OBV	OPA	mestre-de-obras	OBV	OPA		OBV
OEN	mesa de bar	LOC	OEN	taça de champagne	OBV	OPA	crítico de cinema	TEMA	OPA		TEMA
OEN	mesa de escritório	LOC	OEN	dropes de anis	PRT	PFC	palavra de escoteiro	ACT	PFC		ACT
OEN	livro de cabeceira	LOC	OEN	sopa de letrinhas	PRT	PFC	conversa de botequim	ATB	PFC		ATB
OEN	mesa de cabeceira	LOC	OEN	cadeira de rodas	PRT	PFC	palavra de honra	ATB	PFC		ATB
OEN	colher de sopa	OBV	OEN	giz de cera	PRT	PFC	coleta de lixo	OBJ	PFC		OBJ
OEN	xícara de café	OBV	OEN	pão-de-ló	PRT	PFC	ação de graças	OBV	PFC		OBV
OEN	carro de corrida	OBV	OES	calendário de atividades	EVT	PFC	defesa de tese	TEMA	PFC		TEMA
OEN	óculos de sol	OBV	OES	exame de sangue	OBJ	PFN	dores de parto	CAU	PFN		CAU
OEN	pasta de trabalho	OBV	OES	cartão de embarque	OBV	OBV			OBV		OBV

## Anexo 2 – Ocorrências de Espec por item no teste

	ESPEC							Total
	PRT	OBV	OBJ2	LOC	AGT	ATB	INIT	
AE	114	359	12	12	2	29	16	544
colher	20	17	3	-	-	-	-	40
xícara	5	34	1	-	-	-	-	40
carro	3	18	-	-	-	5	13	39
óculos	3	25	-	-	-	9	1	38
pasta	12	28	-	-	-	-	-	40
papel	1	24	-	-	-	15	-	40
cadeira	15	22	-	-	-	-	2	39
caixa	13	17	6	1	1	-	-	38
posto	-	40	-	-	-	-	-	40
casa	17	14	-	7	1	-	-	39
câmara	4	34	-	1	-	-	-	39
sala	-	40	-	-	-	-	-	40
roupa	5	27	-	3	-	-	-	35
cama	16	19	2	-	-	-	-	37
BE	146	150	48	0	0	6	4	354
barco	23	12	-	-	-	-	4	39
avental	17	23	-	-	-	-	-	40
estante	18	22	-	-	-	-	-	40
mangueira	17	23	-	-	-	-	-	40
frasco	2	28	8	-	-	-	-	38
mala	9	24	7	-	-	-	-	40
lata	4	18	17	-	-	-	-	39
disco	32	-	-	-	-	6	-	38
copo	24	-	16	-	-	-	-	40
TOTAL	260	509	60	12	2	35	20	898

# ASPECTOS PROSÓDICOS DA FALA DE SUJEITOS PARKINSONIANOS<sup>1</sup>

Elaine Cristina de OLIVEIRA<sup>2</sup>  
Lourenço CHACON<sup>3</sup>

- **RESUMO:** Problemas de prosódia na fala de parkinsonianos têm sido apontados nos estudos sobre parkinsonismo. Contudo, nesses estudos a prosódia é frequentemente desvinculada dos fatores comunicativos da fala. O propósito deste artigo foi investigar fatores comunicativos relacionados a aspectos prosódicos da fala de sujeitos com doença de Parkinson. As amostras de fala foram extraídas de conversas espontâneas de dois sujeitos parkinsonianos, do sexo masculino. A análise mostrou que os elementos prosódicos ocorreram em diversas combinações, possibilitando a identificação de: a) atos de fala; b) alguns aspectos da organização conversacional; e c) diferentes vozes no discurso. Foram destacadas algumas implicações desses resultados para uma melhor compreensão da atividade verbal em condições patológicas, bem como para avaliação, diagnóstico e terapia de parkinsonianos.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Fala; prosódia; doença de Parkinson; organização conversacional.

## Introdução

Problemas de prosódia na atividade verbal de parkinsonianos são frequentemente relatados na literatura sobre parkinsonismo. Darkins,

---

1 Este artigo baseia-se em resultados obtidos no projeto "Correlação entre elementos prosódicos na fala de parkinsonianos e sua função lingüística", desenvolvido com o apoio da Fapesp - Processo n.97/04228-1.

2 Curso de Fonoaudiologia do Cesumar - Maringá - PR - e pós-graduação em Estudos Lingüísticos do Ibilce/UNESP. E-mail: elainefono@hotmail.com

3 Departamento de Fonoaudiologia da FFC/UNESP. E-mail: chacon@marilia.unesp.br

Fromkin & Benson (1988), por exemplo, afirmam que as alterações de fala e linguagem nesses sujeitos ocorrem por lesões que envolvem certas estruturas subcorticais no hemisfério dominante da linguagem. Ainda para esses autores, o gânglio basal pode servir para integrar a linguagem, a prosódia e a produção motora da fala. Baseados em observações sistemáticas da evolução de características específicas da produção verbal como frequência e duração da pausa, os autores relatam que a desordem prosódica é específica da doença de Parkinson idiopática e não pode ser atribuída a desordens associadas (como afasia, demência e depressão) nem, ainda, a idade, sexo, ou efeito da medicação.

Além desses autores, Hofman (1990) correlaciona a prosódia com a função cognitiva da linguagem. Este autor afirma que, em quatro dos pacientes que estudou, os problemas de prosódia eram testemunha explícita de seu declínio cognitivo lingüístico. Por sua vez, para Ptcairn et. al. (1990), a hipocinesia e a rigidez verificada nos parkinsonianos contribuem para diminuir ou extinguir sua expressão facial, diminuir sua intensidade vocal e ainda dificultar a percepção de seus traços prosódicos.<sup>4</sup>

Embora, a nosso ver, sejam relevantes as referências a alterações no componente prosódico da linguagem, chama nossa atenção o fato de que seus autores enfatizam apenas o que avaliam como perdas desse componente, sem, no entanto, considerarem como os sujeitos parkinsonianos operam com os elementos prosódicos que mantêm ou que não perderam completamente em razão da doença – e cuja ação, desse modo, poderia ser maximizada na atividade verbal desses sujeitos, mesmo com suas naturais alterações. Também nos chama a atenção o fato de que, quando os autores mencionam os elementos prosódicos alterados, raramente especificam com quais aspectos da linguagem esses elementos estariam relacionados. Entretanto, de acordo com autores como Cagliari (1992a), os elementos prosódicos não podem ser separados de aspectos lingüísticos como os sintáticos, semânticos e pragmáticos. Conseqüentemente, os elementos prosódicos estariam diretamente relacionados com outros aspectos da linguagem que possibilitam a compreensão da fala.

---

4 Além desses autores, alguns outros mencionam problemas na atividade verbal de parkinsonianos que podem ser interpretados como alterações no aspecto prosódico da fala desses sujeitos. Hofman & Streifler (1984), por exemplo, destacam problemas que entendem como decorrentes da deficiência de energia em certas regiões do campo de frequência da fala de tais sujeitos. Por sua vez, Baguný & Sangorrín (1992, p.143) destacam problemas de fala de parkinsonianos que categorizam como "decréscimo de intensidade", "falta de inflexão", "pausas" e "acelerações breves da fala".

Assim sendo, buscamos neste estudo: 1. identificar elementos prosódicos preservados na fala de sujeitos parkinsonianos; e 2. relacioná-los com funções linguísticas que esses elementos desempenham na atividade verbal.

A nosso ver, essa busca se justifica por pelo menos três razões: 1. estudos sobre como a prosódia opera na atividade verbal de parkinsonianos podem propiciar não apenas uma melhor compreensão sobre os diferentes papéis da prosódia na linguagem, mas ainda sobre a própria complexidade da atividade linguística em contextos patológicos; 2. como diversos autores que correlacionam a prosódia com o parkinsonismo desconsideram a diversidade do papel linguístico dos elementos prosódicos, estudos como o que estamos propondo podem chamar a atenção para informações importantes sobre características da doença de Parkinson que poderiam ser extraídas de como os parkinsonianos conseguem operar com os recursos prosódicos de que dispõem; conseqüentemente, 3. uma compreensão maior dos elementos prosódicos e de suas funções na fala permitirá que a avaliação, o diagnóstico e a intervenção de terapeutas sejam mais precisos e eficazes quanto a esse aspecto da atividade verbal.

## **Material e metodologia**

### **Sobre as gravações**

Foi realizada, na Clínica de Fonoaudiologia da UNESP/Marília, a gravação de quatro sessões de terapia, com duração em torno de 50 minutos cada, nas quais dois sujeitos (C e J) foram atendidos simultaneamente. A gravação foi realizada em sala comum, sem tratamento acústico, uma vez que até o presente momento nenhuma sala da Clínica de Fonoaudiologia conta com esse tipo de recurso.

A estratégia verbal utilizada foi a da conversa espontânea intercalada com exercícios vocais, formando-se um círculo entre os sujeitos e a terapeuta, de modo a ficarem os dois sujeitos a cerca de um metro de distância do equipamento de registro (gravador *Sony*, modelo TCM 313). Buscou-se criar, nesse tipo de gravação, uma situação que fosse a mais próxima possível daquelas da vida diária dos sujeitos (em que se verificam competições pelo turno, ruídos ambientais etc.).

## Sobre os sujeitos

Os dois sujeitos foram diagnosticados como parkinsonianos e seu grau de dificuldade com as atividades verbais era moderado. Eram destros, alfabetizados e falantes nativos do português brasileiro. Nenhum tinha história de perda auditiva.

À época das gravações – primeiro semestre de 1997 –, o sujeito C estava com 61 anos, e o tempo de duração de sua doença era (em média) de 7 anos. Encontrava-se em processo terapêutico desde outubro de 1995. O sujeito J estava com 73 anos, e o tempo de duração de sua doença era (em média) de 8 anos. Vinha recebendo atendimento fonoaudiológico desde agosto de 1994.

## Sobre a transcrição dos dados

Após esse período de gravação, foi realizada a transcrição de todo o material, de acordo com as normas do Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta de São Paulo (Projeto NURC/SP), que investiga o português falado (cf. Pretti & Urbano, 1988).

Em razão da especificidade da fala dos parkinsonianos, algumas normas utilizadas no Projeto NURC/SP foram adaptadas em nossa transcrição. Seguem-se essas adaptações:

Ocorrências	Sinais	Exemplificação
Incompreensão de palavras	(.)	C (.) pô ... (.) e bate na televisão . e bate no aparelho de som ----- J (.) . a E (.) . você conheceu . o seo A?
Incompreensão de todo o turno ou de parte muito extensa dele	(...)	C (... ) né? J (...)
Pausa longa	...	C J. ... tá bem J?
Pausa breve	.	J dessa. dessa vez eu fiz mais que a outra
Sobreposição de vozes	[	T mas não pode ficar nervoso tem que [ ficar ... tranquilo J  poxa
Simultaneidade de fala	{	T {ai que chique C {(não eu não tô achando nada) tô achando chique nada

A ocorrência de incompreensão de palavras ou segmentos, tal como descrita no Projeto NURC/SP, foi modificada e subdividida em: a) ocorrências de incompreensão de palavras; e b) incompreensão de todo o turno ou de parte muito extensa dele. Isso se deve ao fato de que, como efeito da patologia, há muitos momentos de incompreensão de trechos da atividade verbal dos sujeitos em razão de dificuldades motoras que eles, com frequência, apresentam durante a produção dos segmentos da fala; além disso, o ruído ambiental que acompanhava o registro das sessões prejudicou, em muitos momentos, a compreensão da fala. Desse modo, em tais momentos, o que foi possível discernir era se a parte não-compreensível correspondia a uma ou mais palavras ou se correspondia a todo o turno ou a grande parte dele.

Já a ocorrência de qualquer pausa, também como registrada nas transcrições do Projeto NURC/SP, foi modificada em razão da imensa importância que representa a pausa, como elemento prosódico, para a análise da amostra. Dessa forma, as pausas foram subjetivamente subdivididas de acordo com a percepção de sua duração por parte dos analistas em pausa breve e pausa longa. Baseamos nossa percepção em Meillet (*apud* Chacon, 1998, p.44): “há sílaba longa onde o *sujeito falante* sente uma longa e breve onde ele sente uma breve. Não se trata aqui de física, mas de uma ação a ser exercida sobre ouvintes”. As ocorrências de pausa percebida como breve e de pausa percebida como longa foram representadas pelos sinais descritos no quadro apresentado.

Quanto à notação da ocorrência de superposição de vozes, foi modificada no decorrer do trabalho no momento de analisar a disposição dos turnos, sobretudo no que se refere à tomada e à continuidade de turno. A modificação da notação da ocorrência auxiliou na distinção entre momentos em que a intromissão da fala de um sujeito provocava competição ou troca de turno e momentos em que essa intromissão significava apenas algum tipo de comentário breve, sem comprometer a continuidade do turno do outro, pois os recursos prosódicos utilizados em cada momento poderiam ser significativamente diferentes.

A ocorrência foi caracterizada com base em Marcuschi (1986), que faz uma distinção entre sobreposição de vozes e fala simultânea. Para esse autor, a sobreposição de vozes se caracteriza pela fala *durante o turno do outro*. O exemplo mais comum é o que ocorre nos casos em que o ouvinte concorda, discorda, endossa o falante com pequenas produções, como “sim”, “tá bom”, “é”, “ahã” etc. Ainda a respeito de sobreposição de vozes, outro caso comum é o que se dá na *passagem de um turno a outro*



(falha de conclusão de turno), como no caso de perguntas retóricas ou de alguma hesitação.

Já a fala simultânea se caracteriza pela superposição de dois turnos, ou seja, o turno é realizado desde o seu início por várias pessoas ao mesmo tempo. As ocorrências de sobreposição de vozes e de simultaneidade de fala foram representadas pelos sinais já descritos.

## **Sobre a forma de análise dos resultados**

Como fontes para seleção e caracterização dos dados, foram utilizados critérios para a identificação dos elementos prosódicos especialmente definidos em Cagliari (1981, 1992a e 1992b). Destaque-se uma vez mais que, na concepção do autor, os elementos prosódicos não se dissociam de outros elementos lingüísticos como os de natureza sintática, semântica e pragmática.

A função básica dos elementos prosódicos na linguagem oral, de acordo com esse autor, é a de realçar ou atenuar certas partes do discurso para orientar o interlocutor sobre como dar valor a certos elementos do discurso. Observe-se, porém, que, nesse processo de realçar ou atenuar partes do discurso, não se verifica uma correspondência estrita entre determinado elemento prosódico e seu aspecto semântico-pragmático no discurso; ou seja, vários elementos prosódicos podem se associar a um determinado valor discursivo, assim como vários desses valores podem ser associados a um mesmo elemento prosódico. Deve-se, ainda, ressaltar que, na relação entre os elementos prosódicos e os de natureza pragmática, a interpretação da função que o elemento prosódico desempenha só é possível se se levar em consideração a situação concreta na qual o indivíduo se encontra no momento da fala.

Com base nessa concepção, *os dados prosódicos tratados na análise foram observados especificamente em sua correlação com funções comunicativas que eles estariam desempenhando na atividade verbal*. Essas funções comunicativas foram destacadas com base: a) na teoria dos atos de fala, segundo a formulação de Austin (1990); b) em estudos sobre a conversação, como os de Marcuschi (1986 e 1996), Koch et al. (1990), Jubran et al. (1993), Silva & Koch (1996), Jubran (1996a e b); e c) em estudos lingüísticos que abordam a natureza dialógica da linguagem, como os de Bakhtin (1979).

Em resumo: para a análise dos resultados, baseamo-nos na categorização que Cagliari faz dos elementos prosódicos, destacando nossa

percepção de como esses elementos se vinculavam a funções comunicativas que puderam ser verificadas na atividade verbal de nossos sujeitos, tais como realizar atos de fala, organizar a conversação e diferenciar vozes do discurso.

## Resultados e discussão

A análise dos dados evidenciou que os elementos prosódicos ocorreram sob forma de múltiplas combinações, possibilitando a identificação de funções de comunicação como: a) realização de atos de fala; b) demarcação de aspectos conversacionais; e c) demarcação de diferentes vozes no discurso.

### Realização de atos de fala

Mesmo com as limitações impostas pela doença, determinados atos de fala puderam ser identificados por meio de várias combinações entre elementos prosódicos. Uma dessas combinações foi aquela entre grupos tonais e pausas, que ocorreu tanto em momentos nos quais a dificuldade na produção articulatória dos sujeitos resultava em incompreensão das palavras ditas, quanto em momentos nos quais não havia dificuldade ou, se havia, esta não levava à incompreensão.

Em momentos de incompreensão de palavras, foi perceptível a presença de entoação ascendente seguida de pausa com a função de identificar, pelo menos, que os sujeitos realizaram o ato de perguntar.<sup>5</sup>

Exemplo (01) = 10-01 a 03:

01 C (...)?

02 T ahn?

03 C ( . ) loja?

---

5 Neste e em todos os exemplos que se seguirão: a) o número entre parênteses corresponde ao número do exemplo; b) os números separados por hífen correspondem, respectivamente, ao número da página e ao número da(s) linha(s) em que o trecho citado figura em nossa transcrição dos dados, que, por falta de espaço, não publicamos neste artigo; c) a parte em itálico corresponde ao fato comunicativo que se quer destacar no trecho em questão; e d) C e J correspondem às iniciais dos nomes dos sujeitos em atividade de fala e T corresponde à abreviação da palavra "terapeuta".

Exemplo (02) = 12-02 a 04:  
02 T sem correr muito ... sem andar rápido  
03 J (...)?  
04 T ahn?

Portanto, nos momentos de incompreensão de palavras, observou-se que a combinação entre grupo tonal e pausa cumpriu o importante papel de preservar pelo menos parte do aspecto pragmático da fala, uma vez que, mesmo com o alto grau de comprometimento do aspecto articulatório, foi possível, por meio das informações prosódicas, ter acesso a esse tipo de significação da atividade verbal.

Já em momentos nos quais não se verificou incompreensão de palavras, os aspectos prosódicos foram percebidos marcando, por exemplo, a distinção entre dois atos de resposta para diferentes atos de perguntas, num único enunciado. Na parte em *itálico* no trecho a seguir, a prosódia opera na diferenciação dos atos de resposta, por parte de C, a dois atos de perguntas de T:

Exemplo (03) = 21-24 a 29:  
24 T o senhor já fumou hoje?  
25 C *aí:: a:: a::*  
26 J ((risos))  
27 C fumei uns ...  
28 T quanto o senhor fuma por dia?  
29 C *dez cigarros . trinta*

O primeiro ato de fala (*dez cigarros*) foi percebido por meio de um grupo tonal com contorno descendente, com uma pausa breve separando-o do segundo ato (*trinta*). Este último, por sua vez, foi percebido por meio de um grupo tonal com entoação suspensiva e, ainda, por meio de aumento de velocidade de fala e de volume.

Em síntese, pôde-se constatar que, mesmo em momentos de incompreensão de palavras, bem como em momentos em que este fato não se verificou, os elementos prosódicos puderam funcionar, na atividade verbal dos sujeitos em estudo, como importantes pistas de detecção de atos de fala, como os atos destacados nos exemplos apresentados.

### **Demarcação de aspectos conversacionais**

Determinados aspectos conversacionais também puderam ser identificados por meio da combinação entre vários elementos prosódicos,

maximizada na atividade verbal de nossos sujeitos. Dentre os aspectos conversacionais identificados na amostra, os que se mostraram como mais relevantes dizem respeito: a) à disposição dos turnos; b) à topicalização; e c) a atividades de formulação e de reformulação.

Quanto à *disposição dos turnos*, observou-se nos sujeitos a combinação entre elementos prosódicos caracterizando a tomada de turno e a continuidade de turno.

No que se refere à *tomada de turno*, esta foi percebida, por exemplo, pela combinação entre velocidade de fala e volume. Analisemos os exemplos abaixo:

Exemplo (04) = 19-25 a 33; e 20-01 a 02:

25 J fiz aquela ...

26 T inalação?

27 J inalação ... e fiz o:: ... [turbilhão

28 T [unh unh

29 C (é com água)?

30 J hein?

31 C {(é com água)?

32 T {é com água?

33 J é com água (se tiver quente/cê morre){(. .)

01 C {J *chega a ser . chega a ser chega*

02 C *a ser trombose ou não ?*

Em momento de incompreensão de palavras de J, mas de simultaneidade de falas entre J e C, percebeu-se no sujeito C, num evento de repetição de estruturas, a combinação entre aumento de velocidade de fala e aumento de volume de voz associada a uma função de esclarecimento do tópico (a ser analisada mais adiante). Nesse caso, a repetição, com aumento de velocidade de fala e de volume de voz, auxiliou na atividade interativa especialmente para monitorar a tomada de turno pelo sujeito C.

Exemplo (05) = 22-09 a 13:

09 C (porque) sente muita falta

10 T então mas vamo assim {não precisa (parar)

11 C {às vezes . às vezes eu saio eh:: (. .) ...  
*com aquela*

12 C *vontade de fumar incrível e eu não tomei café ... (. .) ... e saio na porta da:: ...*

13 C do quarto . eu já sinto vontade de fumar

Nesse exemplo também ocorreu simultaneidade de falas entre T e C, mas não em momentos de incompreensão de palavras. Notou-se, no sujeito C, a combinação entre aumento de volume e aumento de velocidade de fala para garantir a tomada de turno. C utilizou a repetição com a mesma função descrita no exemplo anterior.

Exemplo (06) = 26-02 a 07:

02 J porque no início o médico mandou ... tomar:: (né) ... ih agora eu não lembro .

03 J e depois passou pro Buferin . por sinal é caro né?

04 T é? então tá ... ((interrupção abrupta da fala de T pelo interlocutor J))

05 J ( . ) *meu filho (faz e monta . tudo)* { ... ( eu vim perguntar do própolis

06 T { ( . ) ((T tenta retomar o turno))

07 J porque ele vende tal medicamento na farmácia dele)

Nesse exemplo, um aumento perceptível do volume de voz e uma elevação do nível melódico em todo o trecho "( . ) *meu filho (faz e monta . tudo)*" funcionou como mecanismo de interrupção abrupta do interlocutor para conseguir a posse do turno.<sup>6</sup>

Quanto à *continuidade do turno*, essa é outra função detectada pela combinação entre vários elementos prosódicos. Retomemos, uma vez mais, o exemplo (06):

Exemplo (06) = 26-02 a 07:

02 J porque no início o médico mandou ... tomar:: (né) ... ih agora eu não lembro .

03 J e depois passou pro Buferin . por sinal é caro né?

04 T é? então tá ... ((interrupção abrupta da fala de T pelo interlocutor J))

05 J ( . ) *meu filho (faz e monta . tudo)* { ... ( eu vim perguntar do própolis

06 T { ( . ) ((T tenta retomar o turno))

07 J *porque ele vende tal medicamento na farmácia dele)*

T aproveitando uma pausa longa do sujeito J (assinalada no meio da linha 05), tenta dar início ao turno, mas é interrompido pelo sujeito J, cujo trecho de fala "*eu vim perguntar do própolis porque ele vende tal medicamento na farmácia dele*" é percebido com aumento de volume e aceleração de velocidade, de modo a garantir a continuidade de seu turno.

---

6 Destaque-se, a propósito desse exemplo (06), que o fenômeno da repetição não foi uma estratégia utilizada por J com função de tomada de turno (como ocorreu com C). Aliás, em nossa amostra, o sujeito J não lançou mão desse recurso nenhuma vez.

Vejamos mais um exemplo:

Exemplo (07) = 18-21 a 26:

21 J tem dia que a gente . fica perfeitamente bom

22 T ahn

23 J e tem outros que ...

24 T {que não tá? que tá ruim?

25 J {que não tá {... ontem mesmo tava nervoso lá em casa

26 T {( . )

No trecho em destaque desse exemplo, percebe-se no sujeito J entoação suspensiva combinada com pausa longa, de modo a criar uma expectativa de continuidade de turno. Porém, especialmente por se tratar da atividade verbal de um parkinsoniano, ressalte-se que essa longa duração da pausa tanto pode ser interpretada como dificuldade de organização e de planejamento do turno, quanto como dificuldade de memória. Isso porque alterações de memória eram queixas que vinham se acentuando em relação a J.

Com efeito, em muitos momentos da atividade verbal de J que poderiam ser interpretados como de dificuldade de memória, verificam-se pausas longas:<sup>7</sup> ou no início do turno, indicando um tempo de latência para resposta; ou em seu curso. É o que se pode ver nos exemplos abaixo:

Exemplo (08) = 01-07 a 08:

07 T e o médico? o que o médico falou?

08 J ... deixa eu lembrar . já já eu lembro ... ele não deu ... o nome do (remédio) ...

Exemplo (09) = 19-21 a 27:

21 J ( . ) só tem massagem ... ( . ) por duas horas

22 T pra quê?

23 J ... pra fazer massagem

24 T ah tá

25 J fiz aquela ...

26 T inalação?

27 J inalação ... e fiz o:: ... turbilhão

---

7 Em alguns momentos, a pausa longa vem precedida do aumento da duração de segmentos, como se pode ver na linha 27 do exemplo (09) e na linha 02 do exemplo (11).

Exemplo (10) = 20-09 a 12:

09 T não sabe o nome? não lembra?

10 J (quem receitou tem que lembrar)?

11 T não pra que o senhor tá fazendo o exercício?

12 J ... pro coração

Exemplo (11) = 26-02 a 04:

02 J porque no início o médico mandou ... tomar:: ... ih agora eu não lembro.

03 J e depois passou pro Buferin . por sinal é caro né?

04 T é? então tá ...

Destaque-se ainda que Barbosa et al. (1987) apontam como funções neuropsicológicas mais freqüentemente afetadas numa amostra de 64 pacientes com doença de Parkinson idiopática: memória imediata, abstração, gnosia visual, cálculo, função motora dinâmica das mãos, praxia construtiva e memória recente. Conseqüentemente, voltando à ocorrência de pausas longas na atividade verbal de J, como aquela destacada no exemplo (07), não se pode afirmar com segurança se se trata apenas de dificuldades (freqüentemente verificadas na atividade verbal de qualquer pessoa) de organização e de planejamento do turno, conforme propõem Marcuschi (1986) ou Jubran (1996a), ou se indiciam a interferência de uma alteração de memória (em decorrência da doença) nos processos de formulação ou reformulação da atividade verbal.

Ainda a propósito da identificação de um mecanismo de continuidade de turno por meio de características prosódicas, voltemos, uma vez mais, ao exemplo (07):

Exemplo (07) = 18-21 a 26:

21 J tem dia que a gente . fica perfeitamente bom

22 T ahn

23 J e tem outros que ...

24 v {que não tá? que tá ruim?

25 J {que não tá {... *ontem mesmo tava nervoso lá em casa*

26 T { ( . )

No trecho em destaque, foi possível perceber, em J, aumento de volume de fala e elevação do nível melódico em todo o trecho para dar continuidade ao turno, num momento em que o interlocutor (no caso T) tentou uma retomada aproveitando uma pausa longa de J. Observemos ainda que, após ter garantido o turno, houve uma diminuição de volume e de tom na fala do sujeito J.

Também no sujeito C foi possível perceber a garantia da continuidade de turno por meio da combinação entre elementos prosódicos:

Exemplo (12) = 21-27-29:

27 C *fumei uns ...*

28 T quanto o senhor fuma por dia?

29 C dez cigarros . trinta

No exemplo (12), no trecho indicado por itálico, percebeu-se em C a combinação entre entoação suspensiva e pausa longa, criando expectativa de continuidade do turno, no momento em que é abruptamente interrompido pelo interlocutor.

Finalizando nossa discussão sobre a detecção de mecanismos de disposição de turnos por meio de características prosódicas, queremos destacar que a sensação de variação de volume teve um papel importante na organização do turno desses pacientes. Fazemos esse destaque pois, de acordo com a literatura (dentre outros: De Angelis, 1995; Barbosa, 1989; Pitcairn et al., 1990), os parkinsonianos apresentam monotonia de frequência e intensidade, bem como redução da intensidade vocal. Mas foi possível observar em nosso *corpus* que, durante a atividade de fala, a variação de volume (dentro da capacidade dos sujeitos) foi um recurso largamente utilizado para garantir algumas funções comunicativas.

Quanto à *topicalização*, também foi detectada por meio da combinação entre diversos elementos prosódicos. Percebemos no mecanismo de topicalização a combinação desses elementos demarcando funções como: a) introdução de novo tópico; b) retomada de tópico; e c) esclarecimento de tópico.

Para descrever como a combinação de diversos elementos prosódicos pôde ser percebida com função de *introdução* de novo tópico e *retomada* de tópico, destaquemos o seguinte trecho:

Exemplo (13) = 10-13 a 27

13 C o médico é: ( . )? [... ( . ) eu devia ir às três (e fui cedo né)? ... uma hora de

14 T [uhn

15 C consulta e olha aqui o meu relógio atrasou [... eu dePLO::ro deTES::to quem::

16 T [ ahn

17 C quem atrasa atraso é questão de:: educação [... (essa mania) do brasileiro de::



- 18 T [hum  
 19 C alguém faltÁ:.... chega atrasado eu não chego quando chego é porque o negócio  
 20 C meu é grave [(‘ce sabe disso)  
 21 T (aí . já ganhamos balinha hoje de novo ó que delícia ... obrigada seo J  
 22 J ( . ) lá na fisioterapia [...  
 23 T [ ahn ... quer mais água?  
 24 J tava tomando  
 25 T vai tomar  
 26 J ( . ) deve tá . tá esquecido que na ... ( . ) naque . nos dias ... a SES-SÃO: ...  
 27 J cobrou a outra abaixo ... agora não (deduz)

No trecho em *itálico* na linha 22, percebeu-se, em J, a combinação entre entoação suspensiva e pausa longa, com função de *introduzir* um novo tópico, criando ainda a expectativa que este seria mantido e desenvolvido posteriormente. Como o tópico foi interrompido por T, observamos no trecho em *itálico* da linha 26 a função de *retomada* do tópico anterior (a sessão de fisioterapia) marcada simultaneamente por: a) pausas longas, delimitando a retomada do tópico; b) aumento de volume; c) aumento de duração da sílaba acentuada; e d) movimento ascendente de tom na sílaba acentuada.

Quanto à função de *esclarecimento* do tópico, também foi percebida por meio de diversas combinações entre elementos prosódicos. Observemos o trecho a seguir:

Exemplo (14) = 24-08 a 11:

- 08 T a: tá . Buferin chama?  
 09 J Buferin  
 10 T Buferin ou Bufenin?  
 11 J Bu . fe . rin

No trecho destacado, percebemos o esclarecimento do tópico por meio de ritmo silabado, apreendido na emissão da palavra "Buferin" com sílabas de duração mais ou menos equivalentes separadas por pausas breves.

Ainda a propósito de esclarecimento do tópico, voltemos a um trecho já abordado em parte:

Exemplo (15) = 19-14 a 33; e 20-01 a 02

- 14 T ó ... é muito importante continuar fazendo a te . o senhor voltou pra  
fisioterapia?
- 15 J não deu tempo
- 16 T ah:: não voltou
- 17 J ((risos))
- 18 T ele falou pra mim semana passada que ia voltar
- 19 J {mas sabe por quê? ( . )
- 20 T {olha só lá vem com desculpa ahh?
- 21 J ( . ) só tem massagem ... ( . ) por duas horas
- 22 T pra quê?
- 23 J ... pra fazer massagem
- 24 T ah tá
- 25 J fiz aquela ...
- 26 T inalação?
- 27 J inalação ... e fiz o:: ... [turbilhão
- 28 T [hum hum
- 29 C (é com água)?
- 30 J hein?
- 31 C {(é com água)?
- 32 T {(é com água)?
- 33 J é com água (se tiver quente/cê morre){(. )
- 01 C . {J chega a ser . chega  
a ser chega
- 02 C a ser trombose ou não?

No trecho em *itálico*, conforme observamos anteriormente, percebeu-se no sujeito C, numa situação em que ocorre simultaneidade de falas, a combinação entre aumento de velocidade de fala e aumento de volume, associada ao fenômeno da repetição, nesse caso para obter maiores informações sobre o tópico, num momento em que o sujeito J justifica o motivo pelo qual não retornou à fisioterapia.

Encerrando nossa discussão sobre a apreensão de mecanismos de topicalização por meio de elementos prosódicos, gostaríamos de reforçar o fato de que, mesmo com as limitações decorrentes da doença, a prosódia possibilita a identificação de momentos de introdução, de retomada e de esclarecimento de tópicos conversacionais.

Quanto às *atividades de formulação e de reformulação*, alguns processos como a hesitação, os prolongamentos, as paráfrases e as repetições nos chamaram a atenção pelo seu vínculo com elementos prosódicos. Passemos a alguns exemplos:

Exemplo (16) = 15-01 a 06:

01 J eu pensei que tivesse ido pra Londrina

02 C não a C tá aí com [ah:: ... com o Z com o W . (ela ia pra Curitiba o Z

03 J [ah é?

04 C é que não quis ir (não) ... a casa tá uma . tá uma delícia tem dois meninos com

05 C quatro . tem ah:: . J . a J ... com dez meses ( . ) ... o gozado que eu não

06 C *quero tomar teu tempo faz favor*

No trecho em itálico pôde ser observado um caso de parênteses. Essa estratégia foi percebida prosodicamente pela combinação entre diminuição do volume e aumento da velocidade de fala. Em diversos momentos da atividade verbal de C, pudemos observar sua preocupação com o tempo que o interlocutor lhe deixaria disponível para falar. Algumas vezes a estratégia por meio da qual C manifesta sua preocupação é a dos parênteses, como vimos no exemplo acima. Observe-se ainda, nesse exemplo, que o parêntese corresponde a uma antecipação de uma possível reação de T a respeito do tempo ainda disponível para a sessão de terapia fonoaudiológica.

Exemplo (17) = 22-29 a 33:

29 C o problema da minha mulher (é que) ela é alérgica

30 T ela é enérgica?

31 C (em todo lugar) . *alérgica* . em todo lugar da casa ... eu só fumo no escritório [...

32 T [ahn

33 C e no banheiro . não fumo nem na sala de jantar nem na:: cozinha . nesses lugar

Mais uma vez, pôde-se observar um caso de parênteses no trecho em itálico. Dessa vez, porém, o parêntese funcionou como estratégia para auxiliar a compreensão do seu interlocutor não por uma antecipação, mas em razão de um pedido de confirmação por parte do interlocutor. O parêntese, nesse exemplo, foi percebido prosodicamente por rebaixamento do nível melódico, aumento de volume e delimitação por pausas breves. O sujeito foi motivado a lançar mão de recursos prosódicos para melhorar o aspecto articulatório de sua fala e, assim, favorecer a compreensão do interlocutor.

Ressalte-se que o sujeito J não se utilizou em nenhum momento (registrado no *corpus*) da estratégia dos parênteses.

Passemos a outra série de exemplos:

Exemplo (18) = 16-25 a 27:

25 J dessa vez eu fiz mais que a outra

26 T oi?

27 J dessa vez eu fiz mais

Exemplo (19) = 10-31 a 32:

31 C J ... tá bem J?

32 J hein?

33 C TÁ BEM?

Exemplo (20) = 13-20 a 22:

20 C conhece já?

21 T ahn?

22 C conhece?

Exemplo (21) = 13-33; e 14-01 a 02:

33 J devo a você

01 T ahn?

02 J devo a você

Verificamos, nesses exemplos, outra estratégia do processo de reformulação: a repetição. Em todos eles, fica clara a interferência do interlocutor em razão de uma não compreensão, seja por uma dificuldade articulatória do sujeito, seja por má elaboração do seu enunciado, seja ainda por alguma outra dificuldade de emissão imposta pela doença. Como se pode observar, os sujeitos tenderam a reduzir ou a manter a extensão da estrutura repetida. Observamos ainda pouca ou nenhuma variação na prosódia. No caso da diminuição da estrutura, os sujeitos repetiram a parte do enunciado que, a seu ver, carregaria o maior valor semântico.

De acordo com Koch et al. (1990), a repetição exata, na qual uma mesma idéia é expressa com as mesmas palavras e com entoação semelhante, é um fenômeno raro na conversação. Mas, no caso dos sujeitos em questão, esse foi um fenômeno comum, muito utilizado durante a conversação. A hipótese explicativa para tal fato pode estar em alterações impostas pela patologia, como a diminuição da capacidade respiratória e a imprecisão articulatória, que obrigam os sujeitos a limitarem a extensão do enunciado. Apenas o sujeito C, e em poucos momentos do *corpus*, desenvolve o trecho não compreendido e solicitado pelo interlocutor, como mostra o exemplo abaixo:

Exemplo (22) = 25-23 a 25:

23 C não mas de vez em quando eu saio ( . )

24 T oi?

25 C de vez em quando eu saio pra jantar com a G . com os amigos ...

Ainda a propósito da estratégia de repetição, observemos mais um trecho de conversação:

Exemplo (23) = 19-05 a 07:

05 C a mim ele num (chega não viu)

06 T ahn?

07 C a mim *nu::m* . eu enfrento

A sílaba destacada em itálico foi percebida prosodicamente por um rebaixamento progressivo de tom e duração aumentada da vogal durante todo o tempo de sua produção. Esse segmento foi acompanhado por hesitação, o que nos sugeriu um momento de disfluência. O sujeito tentou repetir sua estrutura lingüística anterior não compreendida pelo interlocutor e, durante esse processo de reformulação, hesitou e realizou uma correção, antecedida por uma pausa breve.

Continuando nossa discussão sobre estratégias de formulação e de reformulação, vejamos os seguintes trechos:

Exemplo (24) = 28-21 a 25:

21 C duas incurável . Parkinson . diabetes incurável ... tenho:: ... como é que chama? .

22 C problema vascular

23 T hum é:: pressão

24 C não não é pressão não [é:: ... pois é o:: ... o:: ... [vascular né

25 T [pressão alta ... [ de:: vascular  
hum hum

Exemplo (25) = 26-02-04:

02 J porque no início o médico mandou ... tomar:: (né) ... ih agora eu não lembro .

03 J e depois passou pro Buferin . por sinal é caro né?

04 T é? então tá ...

Os exemplos (24) e (25), bem como o exemplo (23) já abordado, demonstram os sujeitos realizando atividades de formulação em momentos de hesitação. Estamos tematizando aqui esse tipo de atividade para destacar que, no caso de parkinsonianos, os problemas de memória também podem estar relacionados aos problemas de formulação, como os que se observam nas hesitações.<sup>8</sup> Ainda sobre as hesitações, gostaria-

<sup>8</sup> Embora no caso do sujeito C a dificuldade de memória não tenha sido verbalizada durante a gravação das sessões, esta foi uma queixa constatada em anamnese.

mos de destacar que, no caso do sujeito C, eram em geral percebidas por meio de um prolongamento da vogal e pausas longas e que, no caso de J, eram percebidas principalmente por pausas longas.

Em síntese, a análise dos mecanismos de formulação e de reformulação permite compreender o quanto é importante o papel do outro na elaboração do discurso desses sujeitos, determinando sua atividade verbal e motivando-os a lançar mão dos recursos prosódicos que ainda preservam para facilitar o desenvolvimento do discurso.

### **Demarcação de diferentes vozes no discurso**

A demarcação de diferentes vozes no discurso também foi percebida na atividade verbal dos sujeitos por meio de variadas e complexas combinações de elementos prosódicos. Embora essa estratégia conversacional ocorra com muita frequência na atividade discursiva de sujeitos que não apresentam condições patológicas de linguagem, nosso destaque a esse procedimento se deve ao fato de que nem sempre foi possível encontrar em nosso *corpus* momentos nos quais se percebesse com clareza a diferenciação de vozes por meio da prosódia – o que, a nosso ver, reforça a importância de se destacarem os momentos nos quais nossos sujeitos ainda se serviram dessa estratégia para elaborar sua atividade discursiva.

A demarcação de vozes foi mais perceptível nos momentos de discurso citado, “visto pelo falante como a enunciação de outra pessoa, completamente independente na origem, dotada de uma construção completa, e situada fora do contexto narrativo” (Bakhtin, 1979, p.144). Das formas de discurso citado descritas por este autor, os sujeitos demarcaram, por meio da prosódia, mais especificamente o discurso direto. Observemos o exemplo a seguir:

Exemplo (26) = 15-10 a 13:

10 C {é um problema viu

11 T {(risos)) por quê?

12 C porque eu falo muito bravo pra ele . ( . ) *como é que o vovô fala? ele fica assim ó/.*

13 C *como é que o vovô fala? . ele faz assim ó ...*

Em razão da não compreensão de várias palavras do enunciado antes da parte do trecho em destaque, não foi possível saber se o sujeito estava retomando a fala de outra pessoa que estava fora do contexto, ou

a sua própria fala no momento em que aconteceu a situação narrada. De qualquer modo, na primeira parte do trecho em destaque (delimitada por uma barra inclinada para facilitar a análise), percebeu-se entoação ascendente e suspensiva separando dois atos de fala: o primeiro, com função de pergunta; o segundo, de exemplificação. Observou-se ainda que a entoação ascendente foi acompanhada de aumento de volume no primeiro ato, e a entoação suspensiva, de diminuição de volume no segundo ato, acentuando-se as diferenças entre os atos de fala.

Na segunda parte do enunciado, identificamos os mesmos atos de fala caracterizados pelo mesmo par de pergunta e resposta, mas com características prosódicas um pouco diferentes. A entoação ascendente e a suspensiva já não eram tão marcantes; além disso, ocorreu um rebaixamento de tessitura nos dois atos de fala, e uma mudança de registro do sujeito no segundo ato. A mudança de registro caracterizou-se por voz mais agravada e um aumento da rouquidão.

Já no exemplo a seguir, é possível verificar, no discurso direto, que o outro na fala do sujeito é o próprio sujeito na situação comentada:

Exemplo (27) = 15-18 a 20:

18 C ( . ) pô ... ( . ) e bate na televisão . e bate no aparelho de som

19 T aí o senhor fica bravo?

20 C ah:: tenha dó pô *mete o coro no moleque*

Após a interjeição "ah::", com duração alongada, a continuidade do enunciado foi percebida por diminuição da velocidade de fala e aumento de volume no trecho "tenha dó pô". No momento em que o sujeito iniciou o discurso direto ("*mete o coro no moleque*"), percebeu-se elevação de tessitura e aumento da velocidade de fala.

Mais adiante, a voz do outro no discurso direto foi marcada de outra forma, quando o sujeito C introduziu a voz da filha no enunciado:

Exemplo (28) = 15-25 a 30:

25 T que vô mais bravo né seo J?

26 C ah:: não ( . ) (quando sentava aqui sentava aqui) ... a C que era a mais .

27 C espoleta ... falava *pai eu quero ir no banheiro* . e conhecia o banheiro de todo

28 C lugar...

29 T ((risos))

30 C queria conhecer (os banheiros)

Além de rebaixamento da tessitura, percebeu-se diminuição do volume e da velocidade de fala ao longo de todo o trecho em itálico, correspondente à enunciação da voz da filha.

Também no sujeito *J* percebeu-se a distinção de vozes no discurso por meio da prosódia. Analisemos dois trechos de conversação:

Exemplo (29) = 20-27 a 30:

27 T {é ... tá fazendo os exercícios?

28 J {(outro dia meu filho de São Paulo telefonou) [... *o pai cê tá com a voz boa*

29 T

[ahn

30 T tá eu to achando

Nesse caso o outro do discurso do sujeito é a voz do filho. No trecho do enunciado que corresponde ao discurso direto, verificou-se elevação de tessitura e mudança de registro (aumento da rouquidão e da sopro-sidade da voz).

Exemplo (30) = 20-27 a 29:

27 T tá bom . o importante é fazer ... tá?

28 J (...) . (*J você já faz um tempão sem vim pra cá hein*)... (*falei por quê*)

29 J (. )? ... *não você não pode parar ... (muita responsabilidade)*

O primeiro trecho ("*J você já faz um tempão sem vim pra cá hein*") foi percebido por uma oscilação (ascendente e descendente) do contorno entoacional e por elevação de tessitura. Nesse momento, o outro no discurso correspondia à voz do fisioterapeuta de *J*.

Já o segundo trecho ("*falei por quê*) (. ) ?") foi percebido por entoação ascendente e também elevação de tessitura, marcando a voz do próprio sujeito no discurso direto numa situação diferente daquela do contexto de narração.

Por fim, o terceiro trecho ("*não você não pode parar ... (muita responsabilidade)*") foi percebido por rebaixamento de tessitura em "*não você não pode parar*" e aumento de tessitura e de velocidade de fala em "*muita responsabilidade*". Nesse último momento, o sujeito voltou a trazer para sua voz a voz de seu fisioterapeuta.

Destaquemos, uma vez mais, que nem sempre em nosso *corpus* foi possível encontrar momentos nos quais se percebesse a diferenciação de vozes por meio da prosódia. Daí a importância que atribuímos aos fatos destacados nos exemplos 26 a 30. Ressaltemos, ainda, que esses momentos, além de representarem tentativas bem-sucedidas de nossos sujeitos de explorarem os recursos prosódicos que ainda preservavam



para realçar ou atenuar certas partes de sua atividade lingüística a fim de orientarem o interlocutor sobre como dar valor a certos elementos do discurso, representaram também momentos nos quais se pôde observar uma melhora na própria inteligibilidade de fala dos sujeitos.

## Conclusão

Em sua quase totalidade, na literatura sobre parkinsonismo, os elementos prosódicos em que se baseiam as análises sobre os problemas de fala dos sujeitos são extraídos de leituras de sentenças, sem qualquer vínculo com alguma situação concreta de enunciação. Amostras nas quais a conversa espontânea serve como base principal de avaliação dos recursos prosódicos dos sujeitos parkinsonianos são raríssimas.<sup>9</sup> Além disso, tais análises costumam privilegiar especialmente as características acústicas dos elementos prosódicos, sem qualquer menção aos fatos comunicativos envolvidos com as questões acústicas destacadas. Desse modo, o que se tem como informação sobre o papel da prosódia no desempenho verbal de parkinsonianos restringe-se ao que, com base em análises acústicas, os estudiosos classificam como redução do volume da fala, dificuldade para variar a freqüência e o volume, ou alterações na velocidade de fala.

Nesse sentido, nosso estudo apresenta resultados bastante diferentes daqueles freqüentemente encontrados na literatura sobre parkinsonismo: por um lado, porque caracterizamos os elementos prosódicos em função de como ocorriam em situações concretas de enunciação (e não por meio de leituras de sentenças sem qualquer vínculo com a situação em que os sujeitos se encontravam no momento do registro); por outro, porque uma de nossas principais preocupações era observar a correlação entre esses elementos e outros aspectos lingüísticos da atividade verbal dos sujeitos que analisamos. Desse modo, se também encontramos em nossos sujeitos limitações prosódicas como aquelas descritas na literatura – redução do volume de fala; dificuldade para variar a freqüência e o volume; e alteração na velocidade de fala –, encontramos também, para além dessas limitações e dentro do que elas representam

---

9 De acordo com aquilo a que pudemos ter acesso em nossa consulta bibliográfica, apenas Canter & Van Lancker (1985), Iles et al. (1988) e Ramig et al. (1995) baseiam, pelo menos em parte, suas análises em amostras de fala extraídas de conversa espontânea.

para a atividade verbal de nossos sujeitos, variadas combinações entre elementos prosódicos por meio das quais eles buscavam sinalizar para o interlocutor nuances semânticas e pragmáticas de sua atividade discursiva – fato igualmente não tematizado nesse tipo de literatura.

Assim, apesar de dificuldades impostas aos sujeitos pela patologia (tais como: imprecisão articulatória; diminuição da intensidade vocal; falta de coordenação pneumofonoarticulatória; rouquidão etc.), foi possível perceber que sua utilização dos recursos prosódicos em muitos momentos da conversação *melhorava* ou *facilitava* a sua comunicação. Conseqüentemente, as variações prosódicas, além de fornecerem importantes pistas para a percepção dos aspectos fonéticos da fala dos sujeitos, forneceram também pistas igualmente importantes para a compreensão da organização que esses sujeitos faziam de sua atividade verbal – o que comprova a importância de se verem os aspectos prosódicos da fala correlacionados com as funções comunicativas que eles exercem na atividade verbal.

Também foi possível perceber que, mesmo com suas limitações, os sujeitos conseguiram maximizar a utilização de seus recursos prosódicos para garantir a interação comunicativa. Esse fato foi verificado, sobretudo, em momentos difíceis para a atividade verbal desses sujeitos, como: organização de turno; competição pelo turno; e respostas a intervenções do interlocutor (especialmente a terapeuta), solicitando esclarecimentos sobre incompreensões de momentos da fala.

A análise dos elementos prosódicos relacionados às funções de comunicação também permitiu levantar dados importantes sobre suspeitas de alterações em aspectos cognitivos como a memória. Esse fato foi verificado especialmente no caso do sujeito J, em que prováveis alterações do processo de memória pareceram interferir na elaboração de estratégias conversacionais.

Gostaríamos de ressaltar que, como se trata de uma patologia progressiva e como a análise dos elementos prosódicos foi realizada com base no registro de um período determinado do desenvolvimento da doença, os resultados em outros momentos de avaliação e análise da atividade verbal desses mesmos sujeitos certamente seriam outros. Aliás, um estudo da evolução das características prosódicas na atividade verbal desses sujeitos poderia fornecer ricas informações sobre a evolução da doença, tanto no que se refere à atividade verbal, quanto no que se refere à relação entre procedimentos de conversação e funções cognitivas.

Uma última observação: como nossa pesquisa desenvolveu-se com base numa amostra da atividade verbal de dois sujeitos apenas, nossos resultados não devem ser entendidos como generalizações sobre a utilização dos recursos prosódicos por parte de sujeitos parkinsonianos. Mesmo porque nem sempre foi possível verificar, nos nossos dois sujeitos, regularidade e constância quanto a essa utilização, dadas as características sempre singulares da enunciação e a própria condição patológica dos sujeitos. No entanto, acreditamos que os resultados a que chegamos poderiam servir como referência para estudos mais aprofundados sobre correlações entre aspectos prosódicos e funções comunicativas na fala de parkinsonianos.

Além disso, pensando no objetivo do trabalho fonoaudiológico de melhorar a qualidade de vida desses pacientes e auxiliá-los no processo de comunicação, este trabalho (sem desconsiderarmos o reduzido tamanho da nossa amostra e, justamente por isso, destacando a necessidade de mais estudos) nos permitiu verificar que é necessária uma mudança no modo como a prosódia tem sido definida e avaliada no campo dos estudos sobre patologias que envolvem a linguagem. Uma mudança dessa natureza certamente poderia trazer maiores contribuições para o processo de avaliação, de diagnóstico fonoaudiológico e de intervenção terapêutica.

## **Agradecimento**

Os autores agradecem a Clélia Cândida de Abreu Spinardi Jubran as valiosas contribuições na etapa preliminar do projeto de pesquisa que, dentre outros produtos, resultou também neste artigo. Agradecem também as igualmente valiosas contribuições de um dos pareceristas que avaliaram este trabalho.

OLIVEIRA, E. C. de, CHACON, L. Prosodic aspects of Parkinsonian's speech. *Alfa (São Paulo)*, v. 43, p.203-228, 1999.

- *ABSTRACT: Problems of prosody in Parkinsonian's speech have been described in studies on Parkinsonism. However, in these studies prosody is frequently taken apart of communicative factors of speech. The purpose of this study was to investigate some communicative factors involved in the prosodic*

aspect of Parkinsonian's speech. Speech samples were extracted from spontaneous conversations of two male Brazilian Parkinsonians. The analysis showed that prosodic elements such as pitch fluctuation, intonation, pauses, loudness, tessitura, register, duration, rhythm and velocity of speech occurred in several combinations making possible the identification of: (a) speech acts; (b) some aspects of conversational organization; and (c) different voices in discourse. Some implications of these results for a better understanding of verbal activity under pathologic conditions as well as for the assessment, diagnosis and speech therapy are highlighted.

- **KEYWORDS:** Speech; prosody; Parkinson's disease; conversational organization.

## Referencias bibliográficas

- AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: palavras e ações*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BAGUNYÁ, J., SANGORRÍN, J. Disartrias. In: PENA, C. J. *Manual de Fonoaudiologia*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- BAKHTIN, M. O discurso de outrem. In: \_\_\_\_\_. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979. p.144-73.
- BARBOSA, E. R. et al. Disfunções neuropsicológicas na Doença de Parkinson. *Arq. Neuro-Psiquiatria (São Paulo)*, v.45, n.2, p.109-18, jun. 1987.
- BARBOSA, E. R. Parkinsonismo. *Revista Brasileira de Neurologia*, v.25, n.1, p.27-32, 1989.
- CAGLIARI, L. C. *Elementos de fonética do português brasileiro*. Campinas, 1981. Tese (Livre-Docência em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.
- \_\_\_\_\_. Prosódia: algumas funções dos suprasegmentos. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, v.23, p.137-51, 1992a.
- \_\_\_\_\_. Da importância da prosódia na descrição dos fatos gramaticais. In: CAGLIARI, L. C. (Org.) *Gramática do português falado*. Campinas: Editora Unicamp, 1992b. v.2.
- CANTER, G. J., VAN LANCKER, D. R. Disturbances of the temporal organization of speech following bilateral thalamic surgery in a patient with Parkinson's disease. *Journal of Communication Disorders*, v.18, p.329-49, 1985.
- CHACON, L. *Ritmo da escrita: uma organização do heterogêneo da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- DARKINS, A. D., FROMKIN, V. A., BENSON, D. F. A characterization of the Prosodic Loss in Parkinson's Disease. *Brain and Language*, v.34, p.315-27, 1988.

- DE ANGELIS, E. C. *Efetividade da fonoterapia na doença de Parkinson: medidas fonatórias, intensidade pré e pós fonoterapia*. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em Distúrbios da Comunicação) – Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo.
- HOFMAN, S. Aspects of language in Parkinsonism. *Advances in Neurology*, v.53, p.327-33, 1990.
- HOFMAN, S., STREIFLER, M. Disorders of verbal expression in Parkinsonism. *Advances in Neurology*, v.40, p.385-93, 1984.
- ILES, J. et al. Language production in Parkinson's disease: acoustic and linguistic considerations. *Brain and Language*, v.33, n.1, p.146-60, 1988.
- JUBRAN, C. C. A. S. Para uma descrição textual-interativa das funções de parentização. In: KATO, M. A. (Org.) *Gramática do português falado*. Campinas: Editora Unicamp, 1996a. p.339-54, v.5.
- \_\_\_\_\_. Parênteses: propriedades identificadoras. In: CASTILHO, A. T. (Org.) *Gramática do português falado*. Campinas: Editora Unicamp, 1996b, p.411-21. v.4.
- JUBRAN, C. C. A. S. et al. Organização tópica da conversação. In: ILARI, R. (Org.) *Gramática do português falado*. Campinas: Editora Unicamp, 1993. p.359-447, v.2.
- KOCH, I. G. V. et al. Aspectos de processamento do fluxo de informação no discurso oral dialogado. In: CASTILHO, A. T. (Org.) *Gramática do português falado*. Campinas: Editora Unicamp, 1990. p.143-84, v.1.
- MARCUSCHI, L. A. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 1986.
- \_\_\_\_\_. A repetição na língua falada como estratégia de formulação textual. In: KOCH, I. G. V. (Org.) *Gramática do português falado*. Campinas: Editora Unicamp, 1996. p.95-130, v.6.
- PITCAIRN, T. K. et al. Impressions of parkinsonian patients from their recorded voices. *British Journal of Disorders of Communication*, v.25, p.85-92, 1990.
- PRETTI, D., URBANO, H. (Org.) *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: materiais para seu estudo. Entrevistas (Diálogo entre informante e documentador)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1988, v.3.
- RAMIG, L. O. et al. Comparison of two forms of intensive speech treatment for Parkinson disease. *Journal of Speech and Hearing Research*, v.38, p.1232-51, 1995.
- SILVA, M. C. P. S., KOCH, I. G. V. Estratégias de desaceleração do texto falado. In: KATO, M. A. (Org.) *Gramática do português falado*. Campinas: Editora Unicamp, 1996. p.327-37, v.5.

## ***SUBJECTS INDEX***

- Argument structures, p.145  
Citizenship, p.11  
Classroom discourse, p.113  
Cognitivism, p.135  
Communication on the  
    Web, p.11, 29, 45  
Conversational organization, p.203  
Dermatologie, p.69  
Discourse analysis, p.113  
Discourse, p.11  
Ethics, p.135  
Foreign language  
    acquisition (FLA), p.105  
Forum, p.29, 45  
Grammatical theory, p.171  
Historicity, p.29  
Justice, p.11  
Lexia, p.89  
Lexical units, p.89  
Lexicographie, p.69  
Lexicography, p.89  
Lexicology, p.89  
Linguistique appliquée, p.69  
Literacy, p.45  
Mental representation, p.105  
Metadiscourse, p.113  
Modularity of mind, p.105  
Nominal compounds, p.185  
"Panel discussion" genre on  
    the Web, p.45  
Parkinson's disease, p.203  
Perspectivization, p.145  
Pragmatic meaning, p.135  
Prosody, p.203  
Psycholinguistics, p.185  
Reliability, p.113  
Role and Reference Grammar, p.171  
Semantic function, p.145  
Semantic hierarchy, p.145  
Semio-taxical criterion, p.89  
Social aspect, p.135  
Speech, p.203  
Spoken and written language, p.11, 45  
Spoken sources, p.29  
Syntactic function, p.145  
Terminographie, p.69  
Terminologie, p.69  
Transdisciplinarity, p.29, 45  
Validation, p.113  
Vocable, p.89  
Word formation, p.185  
Written sources, p.29

**ÍNDICE DE AUTORES**  
**AUTHORS INDEX**

ALVAREZ, M. C., p.11  
BARROS, L. A., p.69  
BIROLI, F. M., p.29  
BIZZOCCHI, A. L., p.89  
CAMACHO, R. G., p.145  
CHACON, L., p.203  
CONSOLO, D. A., p.113

CORRÊA, M. L. G., p.45  
OLIVEIRA, E. C. de, p.203  
RAJAGOPALAN, K., p.135  
ROTHER-NEVES, R., p.185  
VAN VALIN JUNIOR, R. D., p.171  
VASCONCELLOS, M. L., p.105

# NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS

## Informações gerais

A *Alfa – Revista de Linguística* – publica trabalhos inéditos de autores da UNESP e de outras instituições nacionais ou internacionais na forma de artigos, retrospectivas, resenhas e traduções. Só serão aceitas as resenhas de livros que tenham sido publicados no Brasil, nos dois últimos anos, e, no exterior, nos quatro últimos anos. Dois membros do Conselho Editorial emitirão parecer sobre os trabalhos, aprovando-os ou sugerindo as alterações que julgarem necessárias. Em caso de um parecer ser favorável e outro contrário, o trabalho será enviado a um terceiro membro do Conselho Editorial.

Os trabalhos poderão ser redigidos em português ou em outro idioma. O *Título*, o *Resumo* e as *Palavras-chave* que precedem o texto deverão ser escritos no idioma do artigo; os que sucedem o texto, (*Título*, *Abstract*, *Keywords*), em inglês.

## Preparação dos originais

*Apresentação.* Num primeiro momento, os autores enviarão à Comissão Editorial 3 cópias impressas do trabalho e uma cópia em disquete. Em duas dessas cópias, não deverá constar nem o nome dos autores, nem o da instituição à qual estão filiados, nem qualquer outro tipo de referência que possa identificá-los. Na terceira cópia, o nome e a instituição de filiação deverão estar

presentes. O trabalho deverá ser impresso em *Word for Windows*, versão 6.0 ou 7.0, em papel tamanho A4 (21 cm x 29,7 cm), com margens superior e inferior de 2,5 cm e com margens direita e esquerda de 3,0 cm. A fonte deverá ser *Times New Roman*, tamanho 12. O trabalho deverá ter uma extensão máxima de 30 páginas (incluindo bibliografia) digitadas com espaçamento duplo.

A Comissão Editorial encaminhará os trabalhos para dois membros do Conselho Editorial, para julgamento. Depois da análise, os trabalhos serão devolvidos aos autores juntamente com cópia dos pareceres. Num segundo momento, quando aceitos os trabalhos, os autores introduzirão as eventuais modificações e deverão remeter, além do texto em disquete, duas cópias devidamente corrigidas dos trabalhos.

*Estrutura do trabalho.* Os trabalhos devem obedecer à seguinte seqüência: *título*, que deve ser centralizado, em maiúsculas com negrito, no alto da primeira página; *nome do autor*, por extenso e apenas o último sobrenome em maiúsculas, duas linhas abaixo do título, alinhado à direita; *filiação científica*, em nota de rodapé, puxada no final do nome do autor, constando o departamento, o nome da faculdade ou instituto, o nome da universidade (em sigla), o CEP, a cidade, o estado, o país e o endereço eletrônico do autor; *resumo* (com, no máximo, 200 palavras), duas linhas



abaixo do título, sem adentramento e em espaçamento simples; mantendo-se o espaçamento simples, duas linhas abaixo do resumo deverão constar as *palavras-chave* (no máximo 7), separadas por ponto-e-vírgula. A Comissão Editorial sugere que, para facilitar a localização do trabalho em consultas bibliográficas, as palavras-chave sejam retiradas de *Thesaurus* da Linguística, ou correspondam a conceitos mais gerais da área do trabalho. Duas linhas abaixo das palavras-chave, inicia-se o *texto*, em espaçamento duplo. Os subtítulos correspondentes a cada parte do trabalho deverão figurar à esquerda, em negrito sem numeração e sem adentramento; duas linhas após o término do texto, à esquerda, em negrito e sem adentramento, deverão constar *agradecimentos* (quando houver), *título* (em inglês) e demais referências sobre o artigo (p. ex. ALVES, F. O. Título em inglês), duas linhas abaixo, o *ABSTRACT* e, respeitando o mesmo espaço, *KEYWORDS*. Duas linhas abaixo, à esquerda, em negrito e sem adentramento, deverão figurar as *referências bibliográficas*, em ordem alfabética e cronológica, indicando os trabalhos citados no texto. Após as referências, deverá figurar a *bibliografia consultada* com a indicação de obras consultadas ou recomendadas, não referenciadas no texto, também em ordem alfabética e cronológica.

*Referências Bibliográficas.* Devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir a NBR 6023 da ABNT, de agosto de 2000.

*Abreviaturas.* Os títulos de periódicos deverão ser abreviados conforme o *Current Contents*. Exemplos:

■ Livros e outras monografias

LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. *Metodologia do trabalho científico*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1986. 198p.

■ Capítulos de livros

JOHNSON, W. Palavras e não palavras. In: STEINBERG, C. S. *Meios de comunica-*

*ção de massa*. São Paulo: Cultrix, 1972. p.47-66.

■ Dissertações e teses

BITENCOURT, C. M. F. *Pátria, Civilização e Trabalho. O ensino nas escolas paulistas (1917-1939)*. São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

■ Artigos e periódicos

ARAUJO, V. G. de. A crítica musical paulista no século XIX: Ulrico Zwingli. *ARTEUNESP (São Paulo)*, v.7, p.59-63, 1991.

■ Trabalho de congresso ou similar (publicado)

MARIN, A. J. Educação continuada. In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 1, 1990. *Anais...* São Paulo: UNESP, 1990. p.114-8.

*Citação no texto.* O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, separado por vírgula da data de publicação (Barbosa, 1980). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: "Moraes (1955) assinala...". Quando for necessário especificar página(s), estas deverão seguir a data, separadas por vírgula e precedidas de p. (Munford, 1949, p.513). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (Peside, 1927a) (Peside, 1927b). Quando a obra tiver dois ou três autores, todos poderão ser indicados, separados por vírgula (Oliveira, A. J., Mateus, P. R., Silva, M. F., 1943), e quando tiver mais, indica-se o primeiro seguido de et al. (Gille et al., 1960).

*Notas.* Devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé da página, as remissões para o rodapé devem ser feitas por números, na entrelinha superior.

*Anexos e/ou Apêndices.* Serão incluídos somente quando imprescindíveis à compreensão do texto.

*Figuras.* Desenhos, gráficos, mapas, esquemas, fórmulas, modelos (em papel vegetal e tinta nanquim, ou computador), fotografias (em papel brilhante); radiografias e cromos (em forma de fotografia). As figuras e suas legendas devem ser claramente legíveis após sua redução no texto impresso de 13 x 19 cm. Devem-se indicar, a lápis, no verso autor, título abreviado e sentido da figura. Legenda das ilustrações nos locais em que aparecerão as figuras, nume-

radas consecutivamente em algarismos arábicos e iniciadas pelo termo FIGURA.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores. Os trabalhos que não se enquadrarem nessas normas<sup>1</sup> serão devolvidos aos autores, ou serão solicitadas adaptações, indicadas em carta pessoal.

---

1 Se o autor necessitar de esclarecimentos sobre as normas para apresentação dos originais poderá solicitar um exemplar do manual *Normas para publicações da UNESP* à Comissão Editorial da Revista.

## **OUTRAS REVISTAS CIENTÍFICAS PUBLICADAS PELA EDITORA UNESP**

Alimentos e Nutrição (anual)  
ARBS – Annual Review of Biomedical Sciences (anual)  
ARTEunesp – Revista de Artes (anual)  
Científica – Revista de Agronomia (semestral)  
Didática (anual)  
Eclética Química (anual)  
Geociências (semestral)  
História (anual)  
Naturalia: Ciências Biológicas (anual)  
Perspectivas – Revista de Ciências Sociais (anual)  
Revista de Ciências Farmacêuticas (semestral)  
Revista de Engenharia e Ciências Aplicadas (anual)  
Revista de Geografia (anual)  
Revista de Letras (anual)  
Revista de Matemática e Estatística (anual)  
Revista de Odontologia da UNESP (semestral)  
Trans/Form/Ação – Revista de Filosofia (anual)  
Veterinária e Zootecnia (anual)

EDITORA UNESP  
Praça da Sé, 108  
01001-900 – São Paulo – SP  
Tel.: (0xx11) 3242-7171  
Fax: (0xx11) 3242-7172

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

*Coordenação Geral*

Sidnei Simonelli

*Produção Gráfica*

Anderson Nobara

*Edição de Texto*

Nelson Luís Barbosa (Assistente Editorial)

Carlos Villarruel (Preparação de Original)

Fábio Gonçalves e

Renato Potenza (Revisão)

*Editoração Eletrônica*

Lourdes Guacira da Silva Simonelli (Supervisão)

Edmilson Gonçalves (Diagramação)